



# SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL**

## **PAUTA DA 25ª REUNIÃO**

**(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**13/06/2018  
QUARTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor  
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/06/2018.**

## **25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***Quarta-feira, às 10 horas***

# **SUMÁRIO**

### **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>MSF 39/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ANTONIO ANASTASIA</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>MSF 43/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR CRISTOVAM BUARQUE</b>	<b>89</b>

### **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>MSF 46/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA ANA AMÉLIA</b>	<b>187</b>
<b>2</b>	<b>MSF 49/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ANTONIO ANASTASIA</b>	<b>239</b>

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE(S)
<b>MDB</b>		
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Airton Sandoval(8)(14)(26)(27) SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8) RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8) DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23) SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>		
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6) RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6) CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6) RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17) PE (61) 3303-6285 / 6286
<b>Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)</b>		
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3) PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9) GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12) PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13) CE (61) 3303-4502/4503
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>		
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7) MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7) AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)</b>		
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5) AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2) AP (61) 3303-6568
<b>Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)</b>		
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20) MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4) PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cre@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**55ª LEGISLATURA**

Em 13 de junho de 2018  
(quarta-feira)  
às 10h

**PAUTA**  
25ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA**  
**NACIONAL - CRE**

<b>1ª PARTE</b>	Indicação de Autoridade
<b>2ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de documento (Item 2 - 2ª Parte) (11/06/2018 10:59)

**1ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*

**Autoria:** Presidência da República**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia**Relatório:** Pronto para deliberação**Observações:**

1 - Em 07/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.*

**Autoria:** Presidência da República**Relatoria:** Senador Cristovam Buarque**Relatório:** Pronto para deliberação**Observações:**

1 - Em 07/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de*

*Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

# **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

**1**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 39, DE 2018

(nº 263/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 263

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Os méritos do Senhor Paulo Estivallet de Mesquita que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00096/2018 MRE

Brasília, 14 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA

CPF.: 349.807.170-04

ID.: 9015255831 SSP/RS

1959 Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS

#### Dados Acadêmicos:

1983 Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
 1984 CPCD - IRBr  
 1986 Pós-graduação em Administração, École Nationale d'Administration, Paris/FR  
 2004 CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC

#### Cargos:

1985 Terceiro-secretário  
 1989 Segundo-secretário  
 1997 Primeiro-secretário, por merecimento  
 2001 Conselheiro, por merecimento  
 2006 Ministro de segunda classe, por merecimento  
 2013 Ministro de primeira classe, por merecimento

#### Funções:

1986-89 Divisão de Política Comercial, Assistente  
 1989-93 Embaixada em Roma/FAO, terceiro e segundo-secretário  
 1993-95 Embaixada em Santiago, segundo-secretário  
 1995-96 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor  
 1996-2000 Divisão de Política Comercial, assessor e subchefe  
 2000-01 Divisão da Ásia e Oceania II, chefe, substituto  
 2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor  
 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1ª. – 6ª. reuniões, – chefe de delegação;  
 2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1ª.-9ª reuniões, chefe de delegação;  
 2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;  
 2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;  
 2003-08 Delegação Permanente em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro  
 2008-11 Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro  
 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1ª. – 6ª. reuniões, – chefe de delegação;  
 2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1ª.-9ª reuniões, chefe de delegação;  
 2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;  
 2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;  
 2011-15 Departamento Econômico  
 2011 XXXVI Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, chefe de delegação

- 2012 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação, chefe de delegação
- 2013 Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, Reunião de Altos Funcionários, chefe de delegação
- 2013 Acordo-Quadro Brasil-EUA que estabelece bases para solução mutuamente satisfatória no contencioso do algodão, chefe de delegação
- 2013 VI Revisão da Política Comercial do Brasil, chefe de delegação
- 2011-15 Diretor do Departamento Econômico
- 2015 Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe
- 2016 Reunião de Coordenadores Nacionais e Reunião de Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Quito, 2016 – Coordenador Nacional;
- 2016 Reunião de Coordenadores Nacionais e reunião de Chanceleres da CELAC, São Domingos, 2016 - Chefe de delegação.
- 2016 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cuba, Havana, chefe de delegação;
- 2016 Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevidéu, chefe de delegação;
- 2016 Cerimônias de posse presidencial da República Dominicana, Santo Domingo, representante do Senhor Presidente da República;
- 2016 Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação;
- 2016 Reunião de Chanceleres CELAC-UE, Santo Domingo, chefe de delegação;
- 2016 Reunião de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pelo comércio da ALADI, Montevidéu, chefe de delegação.
- 2017 Reunião de Cúpula da CELAC, Punta Cana, chefe de delegação;
- 2017 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Brasília, Coordenador Nacional para o Mercosul;
- 2017 Reunião Extraordinária de Chanceleres da UNASUL, Quito, chefe de delegação;
- 2017 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Santiago, chefe de delegação;
- 2017 Reunião do Conselho de Chanceleres do Sistema de Integração Centro-americano (SICA) com representantes de países observadores e XLIX Cúpula do SICA, São José da Costa Rica, chefe de delegação;
- 2017 Reunião GMC-Mercosul/Grupo de Alto Nível da Aliança do Pacífico, Montevidéu, chefe de delegação;
- 2017 Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação.
- 2016-18. Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional

#### Condecorações:

- 1986 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
- 1996 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
- 2002 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

#### Obras Publicadas:

- 2006 "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- 2009 "Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.
- 2013 "A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- 2013 "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR**

**SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO (SGASP)**  
**Departamento da Ásia do Leste (DAL)**  
**Divisão da China e da Mongólia (DCM)**

**REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS</b>	
<b>NOME OFICIAL</b>	República Popular da China
<b>GENTÍLICO</b>	Chinês
<b>CAPITAL</b>	Pequim
<b>ÁREA</b>	9.561.000 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	1,37 bilhão
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	Mandarim
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%); outras religiões (2%).
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Assembleia Nacional Popular; Parlamento unicameral, composto por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013)
<b>CHANCELER</b>	Wang Yi (desde 14 de março de 2013)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)</b>	US\$ 12,01 trilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017)</b>	US\$ 23,16 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 8.643
<b>PIB PPP PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 16.600
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	6,86% (2017); 6,72% (2016); 6,9% (2015); 7,3% (2014); 7,7% (2013); e 7,7% (2012).
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)</b>	0,738 (90ª posição entre 188 países)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)</b>	3,90%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Renminbi (ou yuan)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Li Jinzhang (23/01/2012)
<b>EMBAIXADOR EM PEQUIM</b>	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016)
<b>BRASILEIROS NO PAÍS</b>	Há registro de 16.700 brasileiros residentes.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHINA (em US\$ milhões, fonte: MDIC)</b>										
<b>Brasil → China</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	36.557	36.915	56.381	77.105	75.479	83.330	77.961	66.327	58.498	74.810
<b>Exportações</b>	16.523	21.004	30.786	44.315	41.228	46.026	40.616	35.608	35.134	47.488
<b>Importações</b>	20.044	15.911	25.595	32.791	34.251	37.304	37.345	30.719	23.364	27.321
<b>Saldo</b>	-3.522	5.093	5.190	11.524	6.976	8.722	3.271	4.888	11.770	20.167

## APRESENTAÇÃO

A República Popular da China (RPC), localizada na Ásia do Leste, é o país mais populoso – 1,37 bilhão de habitantes – e com o terceiro maior território – 9.596.961 km<sup>2</sup> – do mundo. Apresenta vasta e diversa paisagem geográfica, desde estepes e desertos ao norte até florestas subtropicais ao sul. Também é variada a composição humana, com 56 etnias, sendo a Han a mais numerosa – correspondente a mais de 90% da população.

A China tem sua história iniciada na Antiguidade, na bacia do Rio Amarelo, que corre na Planície Setentrional do país. Durante milênios, seu sistema político baseou-se em monarquias hereditárias. A República da China, fundada em 1912, encerrou o período monárquico. Em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC) venceu a guerra civil, e foi proclamada, em outubro, por Mao Tsé-Tung, a República Popular da China.

Com capital em Pequim, a RPC adota sistema de governo republicano parlamentarista, sob liderança do PCC. O país divide-se, administrativamente, em 22 províncias, 5 regiões autônomas – Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi –, 4 municipalidades ligadas diretamente ao governo central – Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing – e duas Regiões Administrativas Especiais com forte autonomia – Hong Kong e Macau.

Durante os últimos dois mil anos de história, a China foi, por longo tempo, a maior economia do mundo. É, desde a introdução de reformas econômicas, em 1979, um dos países de mais forte crescimento do planeta. Desde 2014, detém o maior produto interno bruto por paridade de poder de compra.

## PERFIL BIOGRÁFICOS

### **XI JINPING** *Presidente da República*



Nasceu em 1953, em Fuping (província de Shaanxi). Graduou-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79), em Pequim. Mais tarde, obteve, pela mesma universidade, doutorado em Direito, com especialização em teoria marxista e educação política e ideológica. De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Exerceu cargos em nível provincial, com destaque para sua longa passagem por Fujian, de 1985 a 2002, e por Zhejiang, entre 2002 e 2007, província de que foi governador e diretor-local do PCC. Em 2008, tornou-se vice-presidente da China. Em novembro de 2012, sucedeu Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da Comissão Militar Central e, em março de 2013, como Presidente da República. Visitou o Brasil em fevereiro de 2009 (ainda no cargo de vice-presidente) e em julho de 2014 (visita de Estado). Seu pai é o ex-vice-primeiro-ministro reformista Xi Zhongxun (1913-2002).

### **LI KEQIANG** *Primeiro-Ministro do Conselho de Estado*



Nasceu em 1955. Ingressou, em 1976, no Partido Comunista Chinês (PCC) e graduou-se, em 1982, pela Faculdade de Direito da Universidade de Pequim, onde viria a obter doutorado em economia. Atuou, entre 1993 e 1998, como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de toda a China.

Foi eleito, em 1998, Vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCC e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo exercido até 2003. Foi, entre 2003 e 2004, Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Exerceu, entre 2004 e 2007, a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCC. É, desde 2007,

membro do Comitê Permanente do Politburo. Foi, entre 2008 e 2013, vice-primeiro-ministro executivo do Conselho de Estado e vice-presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central e, entre 2010 e 2013, diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar. Foi escolhido, em março de 2013, por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, primeiro-ministro do Conselho de Estado da RPC, cargo a que foi reconduzido em 2018. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCC.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa, e ganharam densidade. Em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*/Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mais alta instância permanente do diálogo político entre os dois países.

A COSBAN é chefiada, do lado brasileiro, pelo vice-presidente da República, mas, em razão da atual vacância desse cargo, o governo brasileiro designou para exercer temporariamente as funções de co-presidente da Comissão o chanceler Aloysio Nunes Ferreira. Do lado chinês, é liderada pelo vice-presidente Wang Qishan. A COSBAN reuniu-se quatro vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília).

A Secretaria Executiva é exercida, pelo lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores e, pelo chinês, pelo vice-ministro do Comércio responsável por Américas.

A Comissão é o principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC).

A estrutura atual da COSBAN contempla doze Subcomissões temáticas: (1) Política, (2) Econômico-Comercial — com Grupos de Trabalho de Comércio, Investimentos, Propriedade Intelectual, Harmonização Estatística, Assuntos Aduaneiros e Comércio de Serviços —, (3) Econômico-Financeira, (4) de Inspeção e Quarentena, (5) de Agricultura — com Grupo de Trabalho de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança —, (6) de Ciência, Tecnologia e Inovação, (7) de Indústria e Tecnologia da Informação, (8) de Cooperação Espacial, (9) de Energia e Mineração, (10) Educacional, (11) Cultural — com Grupo de Trabalho de Esportes — e (12) de Saúde.

Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral. A primeira reunião do Diálogo realizou-se em Brasília, em abril de 2014, e a segunda em Pequim, em junho de 2017.

O DEG compreende dez diálogos setoriais: (1) Desarmamento e Não-Proliferação; (2) Direitos Humanos; (3) Temas Asiáticos; (4) Temas relativos aos Estados Unidos; (5) Planejamento Diplomático; (6) Temas de Oriente Médio; (7) Temas de Direito Internacional e Cooperação Jurídica; (8) Temas Migratórios e Consulares; (9) Temas Latino-Americanos e Caribenhos; e (10) Temas Africanos.

Em setembro de 2017, a visita de Estado do presidente Michel Temer à China deu seguimento ao ciclo de nove visitas bilaterais no mais alto nível: do lado brasileiro, duas visitas do presidente Lula, em 2004 e em 2009, e uma da presidente Dilma Rousseff, em 2011; do lado chinês, duas visitas do presidente Hu Jintao, em 2004 e 2010, uma do primeiro-ministro Wen Jiabao, em 2012, uma do presidente Xi Jinping, em 2014, e uma do primeiro-ministro Li Keqiang, em maio de 2015.

Durante a visita do presidente Michel Temer, foram mantidos encontros, entre outras autoridades, com o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang, e assinados 22 atos, 6 dos quais governamentais — nas áreas de turismo, consular, cinema, comércio eletrônico, saúde e supervisão de produtos de consumo — e 16 privados.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará, de 14 a 16 de maio corrente, visita a Pequim, onde manterá encontros com autoridades chinesas.

### *Cooperação parlamentar*

Os grupos parlamentares de amizade Brasil-China constituem instância de diálogo e aproximação. Na Câmara dos Deputados, o grupo, criado em 1993, é presidido pelo deputado Federal Herculano Passos (PMDB-SP). No Senado Federal, o grupo, criado em 2004, é presidido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

### *Assuntos consulares*

Além da Embaixada em Pequim, o Brasil mantém na China três Consulados-Gerais – em Cantão, em Hong Kong e em Xangai.

A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais. Segundo dados de 2015, há 6.500 brasileiros residentes na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão, 760 na jurisdição do Consulado-Geral em Hong Kong, 8.000 na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai e 900 na jurisdição da Embaixada do Brasil em Pequim.

A China foi pioneira, no fim de 2015, no recebimento de *Visa Centers* do Brasil — em Pequim, em Xangai e em Cantão — que contribui para acelerar tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo.

## **POLÍTICA INTERNA**

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas: (1) Partido Comunista da China (PCC); (2) Assembleia Nacional Popular – ANP (ou Congresso Nacional Popular); e (3) Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Segundo a Constituição, o PCC ocupa posição de preeminência em relação à ANP e à CCPPC, instituições de governo. Observa-se, na prática, forte entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

A Assembleia é formalmente a instância máxima de governo, com cerca de 3 mil deputados, com mandato de 5 anos. A ela estão submetidos o Poder Executivo, com o Conselho de Estado e os Ministérios, e o Poder Judiciário. O Presidente da Suprema Corte possui mandato

igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez. A totalidade da ANP reúne-se apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No restante do ano, os trabalhos são conduzidos por cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP.

A CCPPC apresenta-se como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela estão representados o PCC, os demais partidos chineses, políticos sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

O PCC divide-se em três esferas concêntricas de poder: (1) Comitê Permanente, com 7 integrantes; (2) Politburo: composto por 25 membros; e (3) Comitê Central, com 205 integrantes. A atual composição do Comitê Permanente do PCC, núcleo máximo de poder político na China, é a seguinte: Xi Jinping (secretário-geral do PCC e presidente da China), Li Keqiang (primeiro-ministro), Li Zhanshu (presidente do Congresso Nacional do Povo), Wang Yang (presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), Wang Huning (chefe do Secretariado do Comitê Central), Zhao Leji (chefe da Comissão Central de Inspeção Disciplinar) e Han Zheng (vice-primeiro-ministro).

O principal cargo político da China é o de Secretário-Geral do PCC, ocupado por Xi Jinping, que, a exemplo de seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin, acumula também a Presidência da República. É considerado o líder mais forte desde Mao Tsé-Tung.

Em outubro de 2017, o XIX Congresso do PCC, além de confirmar a continuidade de Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido, estabeleceu três objetivos nacionais: até 2020, a China deverá tornar-se "sociedade moderadamente próspera", da qual será erradicada a pobreza absoluta; de 2020 a 2035, deverá ser iniciada etapa final da modernização da sociedade chinesa, durante a qual a China deverá ascender à posição de líder global em inovação, com aprimoramento do estado de direito "com características chinesas" e fortalecimento do *soft power* chinês; e de 2035 a 2050, deverá ser completada modernização da sociedade chinesa, quando serão atingidos elevados índices de avanço material, político, social e cultural, e a China deverá passar, então, a ser líder global.

Em 20 de abril de 2018, nas reuniões anuais da ANP e da CCPPC, foram aprovadas as seguintes medidas: mudança constitucional que retirou limite de dois mandatos consecutivos para presidente e vice-presidente da República, reforma da estrutura do governo e criação da Comissão Nacional de Supervisão, órgão que ampliará a campanha anticorrupção.

### *Taiwan*

A questão de Taiwan é de extrema importância política para a China. No preâmbulo da Constituição da República Popular da China (RPC) está consignado que "Taiwan é parte inalienável do território chinês, e a completa reunificação de Taiwan com a China continental é tarefa de todo o povo chinês, incluídos os taiwaneses".

Desde a eleição, em Taiwan, da líder Tsai Ing-wen, integrante do Partido Progressista Democrático (DPP), verificou-se aumento da tensão no relacionamento entre os dois lados do estreito, agravado pela decisão dos Estados Unidos, de março de 2018, de aprovar o "Taiwan Travel Act", que encoraja troca de visitas entre autoridades norte-americanas e taiwanesas.

O governo da RPC reagiu de maneira assertiva à vitória do DPP, enfatizando que a nova administração taiwanesa deve aderir ao Consenso de 1992, que contempla o princípio de "uma só China".

O Brasil não mantém relações diplomáticas com Taiwan desde agosto de 1974, quando foi emitido o Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China (RPC).

### *Tibete*

No século XVIII, o Tibete foi conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos no âmbito da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (dentre os quais, naquela época, Taiwan) e pela comunidade internacional.

Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e assunto interno da China.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A realização do XIX Congresso do PCC, em outubro de 2017, oficializou a narrativa atual da política externa da China. O relatório do presidente Xi Jinping ao Congresso trouxe numerosas mensagens ao exterior, que sinalizam maior assertividade do país no cenário internacional. Essas mensagens encerram ainda ideias de cooperação, sobretudo em comércio e em investimentos em infraestrutura.

Parte importante desse novo perfil expressa-se na prioridade atribuída por Pequim à iniciativa *Belt and Road* (ou “Cinturão e Rota”), de investimentos em conectividade e infraestrutura. Trata-se de ambiciosa iniciativa do governo Xi Jinping, transversal à atuação internacional da China em diferentes frentes.

De forma esquemática, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro é definido como "relação entre grandes países", entre os quais os Estados Unidos, a Rússia e a União Europeia.

Quanto aos Estados Unidos, busca-se consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta presença tanto da China quanto daquele país. Esse posicionamento contrapõe-se à teoria da "ameaça chinesa", segundo a qual a China é percebida como principal ameaça, a médio e a longo prazo, à primazia econômica e militar dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, Pequim e Moscou articulam-se na tentativa de estabelecimento de arcabouço de segurança na Ásia. Segundo declarado pelo chanceler Wang Yi em abril de 2014, a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências.

No caso da União Europeia, verificam-se convergências na defesa do multilateralismo, porém divergências relacionadas a acesso ao mercado chinês.

O segundo eixo é a relação com países vizinhos, à qual a China dedica especial atenção. Pequim tem mantido posições firmes sobre questões de disputas territoriais, ao mesmo tempo empenhando esforços para evitar conflitos.

Pequim investe na normalização das relações com Japão e Índia. A China confere, ainda, especial atenção à condução da questão coreana, em razão de seu forte potencial desestabilizador regional e global.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento como base da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe (ALC) e com a África. Em 2014, foi formalizada a criação do Foro CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China. Na África, Pequim apresenta-se como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas sobre reforço da relação de dependência dos países daquele continente.

O quarto eixo concerne à progressiva atenção que Pequim atribui a organismos e foros multilaterais e plurilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), APEC e outros, estabelecidos em diferentes regiões. Esse adensamento de participação reflete a afirmação, pela China, no cenário internacional, de seu protagonismo e de sua identidade de país emergente e em desenvolvimento.

O quinto eixo ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

### *BRICS*

Brasil e China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, de modo a ampliar os espaços de concertação política dos dois países em escala global, e já lograram importantes resultados, entre os quais destaca-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. O BRICS oferece, ademais, oportunidades de cooperação em áreas-chave para o enfrentamento dos desafios comuns dos países de renda média. Há grande potencial para cooperação nas áreas de saúde, inovação, infraestrutura e energia. Em saúde, é significativo o estabelecimento da Rede de Pesquisa em Tuberculose, voltada ao desenvolvimento de diagnóstico, vacinas e tratamentos inovadores para a doença.

#### *Fórum de Macau*

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau – foi criado, em 2003, por iniciativa do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países de língua oficial portuguesa e a China.

O Secretariado Permanente do Fórum, com sede em Macau, é composto por um secretário-geral, indicado pela China. Além da China, são membros do Fórum Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No âmbito do Fórum, foi criado, em 2013, o Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, administrado pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

A cada três anos realizam-se conferências ministeriais das pastas, em princípio, de comércio. Na última dessas reuniões, em 2016, foi adotado o Plano de Ação 2017-2019, bem como o Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau.

#### *Foro CELAC-China*

A criação do Foro resultou de uma proposta chinesa, apresentada pelo então primeiro-ministro Wen Jiabao, em visita à região em 2012, e aprovada pelos chefes de estado e de governo da CELAC na Cúpula de Havana, em janeiro de 2014. O Foro foi lançado simbolicamente em Brasília, em julho de 2014, quando o governo brasileiro organizou, a pedido da China, a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.

Foram realizadas duas reuniões ministeriais do Foro, a primeira em Pequim, em 2015, e a segunda em janeiro deste ano, em Santiago. Nesta última, foi adotado o Plano de Ação 2019-2021, que prevê ações para promoção do desenvolvimento sustentável e incremento das relações entre a China e os países da América Latina e do Caribe.

#### *BASIC*

O Brasil e a China atuam em coordenação por meio do BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, estabelecido em 2007, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. Esse grupo desempenha papel de liderança na busca de convergências no regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia chinesa encontra-se em fase de transição entre modelo de investimentos públicos e maior participação do consumo privado. A estratégia econômica estabelecida por Deng Xiaoping, alicerçada em elevados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra – ainda que tenha assumido nova configuração, com o atual predomínio de produtos de alto valor agregado na pauta exportadora da China –, mostra sinais de esgotamento.

Um dos subprodutos do processo de transição é a relativa redução, nas últimas duas décadas, do nível de crescimento médio do PIB chinês. Apesar dessa desaceleração, a China tornou-se, em 2014, a maior economia do mundo em termos de PIB/PPP, de acordo com dados do FMI. O processo é descrito, no jargão oficial, como passagem do desenvolvimento "de alta velocidade" para o "de alta qualidade".

Nesse contexto, em novembro de 2013, o Comunicado Final do Terceiro Pleno do 18º Comitê Central do Partido Comunista anunciou o mais ambicioso programa de reformas desde o início da "reforma e abertura". A base das reformas é a avaliação de que o mercado deve exercer "papel decisivo" na alocação de recursos na China. Entre os principais objetivos contemplados, destacam-se a redução do papel das estatais; a reforma agrária com vistas a criar mercado de propriedades rurais; a reforma financeira, por meio da flexibilização do câmbio e gradual liberalização dos juros; a reforma fiscal, por meio de sistema orçamentário transparente e definição de competências para províncias e cidades; as reformas política e administrativa, por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de justiça e do combate à corrupção; e a abertura de mercados a investimentos estrangeiros.

Em outubro de 2017, no discurso de abertura do XIX Congresso do PCC, Xi Jinping afirmou que a China "apoiará o capital estatal para se tornar mais forte, mais eficiente e maior, tornando as empresas chinesas competitivas globalmente". Defendeu também, como principal meta para a economia chinesa, a implementação de "reforma do lado da oferta", por meio de incremento na eficiência produtiva, mantendo a China aberta ao mundo.

### *Conjuntura atual*

Ao longo de 2017, a China manteve crescimento a taxas de 6,9%, superando a meta do governo e expectativas do mercado. No primeiro trimestre de 2018, o PIB cresceu 6,8% em comparação com igual período do ano passado. O consumo das famílias e o investimento privado foram os principais fatores da expansão.

O consumo interno foi responsável por 77,8% do crescimento. A renda das famílias registrou crescimento superior ao da média da economia, indicando que o consumo, em substituição ao investimento, pode sustentar-se como principal motor da atividade chinesa.

A alta dos investimentos das empresas estatais foi a menor da séria histórica, como reflexo da política do governo central de acentuada redução dos níveis de endividamento das companhias públicas e das esferas subnacionais de governo.

Os serviços contribuíram com 61,6% do PIB, superando em 25 pontos percentuais a participação da indústria e da construção civil. O setor apresentou crescimento trimestral de 8,1% em relação ao ano passado. Os melhores desempenhos foram obtidos por empresas de informação (tecnologia e transmissão) e inovação tecnológica, aluguéis e "business services".

Os números da balança comercial também reforçam o crescente peso da economia interna. As importações chinesas registraram, no primeiro trimestre, aumento de 11,7%, em comparação com 7,4% das exportações. O saldo comercial caiu um quinto em relação ao ano passado.

### *Comércio e investimentos bilaterais*

No campo do comércio, a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado — exportações de US\$ 47,4 bilhões e importações de US\$ 27,3 bilhões —, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em

---

contrapartida, o Brasil é o nono maior parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

Os três principais produtos de exportação para a China (soja, minério de ferro e petróleo, em ordem decrescente) representam 79,8% do total das vendas brasileiras para aquele país.

Por sua vez, os vinte primeiros produtos da pauta de importação brasileira da China — quase todos componentes eletroeletrônicos — representam 21% das importações totais oriundas da China.

No domínio dos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. O estoque de inversões, que, até 2009, era pouco superior a US\$ 300 milhões, em 2014, superava US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Em termos de distribuição setorial, os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

Em 2016, foi criado o Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, no montante de US\$ 20 bilhões (dos quais US\$ 15 bilhões oriundos da parte chinesa e US\$ 5 bilhões da parte brasileira), destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>221 a 210 a.C.</b>	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
<b>206 a 220 d.C.</b>	Dinastia Han.
<b>618 a 907</b>	Dinastia Tang.
<b>960 a 1279</b>	Dinastia Song.
<b>1368 a 1644</b>	Dinastia Ming.
<b>1644</b>	Início da Dinastia Qing (ou Manchu).
<b>1839 a 1842</b>	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
<b>1842</b>	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
<b>1856 a 1860</b>	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
<b>1894 a 1895</b>	Primeira Guerra Sino-Japonesa.
<b>1900</b>	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
<b>1912</b>	Proclamação da República da China.
<b>1921</b>	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC).
<b>1934 a 1935</b>	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
<b>1937</b>	Japão invade a China.
<b>1949</b>	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
<b>1958</b>	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
<b>1962</b>	Disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
<b>1966</b>	Início da Revolução Cultural.
<b>1969</b>	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
<b>1971</b>	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.
<b>1972</b>	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
<b>1976</b>	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
<b>1978</b>	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
<b>1989</b>	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
<b>1993</b>	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
<b>1994</b>	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
<b>1997</b>	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
<b>1999</b>	Macau é devolvida à China por Portugal.
<b>2001</b>	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
<b>2003</b>	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a um acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
<b>2004</b>	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
<b>2005</b>	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Presidente Bush visita a China.
<b>2006</b>	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
<b>2007</b>	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de secretário-geral do PCC.
<b>2008</b>	Terremoto em Sichuan. Jogos Olímpicos de Pequim.
<b>2009</b>	Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC.
<b>2010</b>	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC – vice-presidente Xi Jinping nomeado vice-presidente da Comissão Militar Central.
<b>2011</b>	Visita de Hu Jintao a Washington.
<b>2012</b>	18º Congresso Nacional do PCC: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCC, sucedendo a Hu Jintao.
<b>2013</b>	Confirmação de Xi Jinping no cargo de presidente da República Popular da China. Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China (novembro).
<b>2014</b>	Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong. Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Visita do presidente Barack Obama à China. Encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC.

---

<b>2015</b>	O presidente da China, Xi Jinping, e representante de Taiwan, Ma Ying-jeou encontram-se em Singapura (foi o primeiro encontro de altas autoridades desde a Guerra Civil Chinesa)
<b>2016</b>	Crescimento econômico chinês cai a sua taxa mais baixa em 25 anos (6,9%)
<b>2017</b>	19º Congresso do Partido Comunista da China aprova inclusão do nome e ideologia de Xi Jinping na Constituição do país.
<b>2018</b>	Congresso Nacional do Povo vota pela remoção do limite de dois mandatos presidenciais.

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	O Brasil e a China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i> ).
1993	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao visita o Brasil em novembro; Criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.
2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil;
2009	Visitas ao Brasil do vice-presidente da China, Xi Jinping (fevereiro) e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro); Visita de Estado do presidente Lula à China (maio). Visita à China do ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro);
2010	Visita de Estado do presidente Hu Jintao ao Brasil (abril). Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita do ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da presidenta Dilma Rousseff à China (abril). Visita do ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio).
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo vice-presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Qishan. Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro).
2013	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março). Missão da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Visita da ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril). I Reunião do Diálogo Estratégico Global (abril). Visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro).

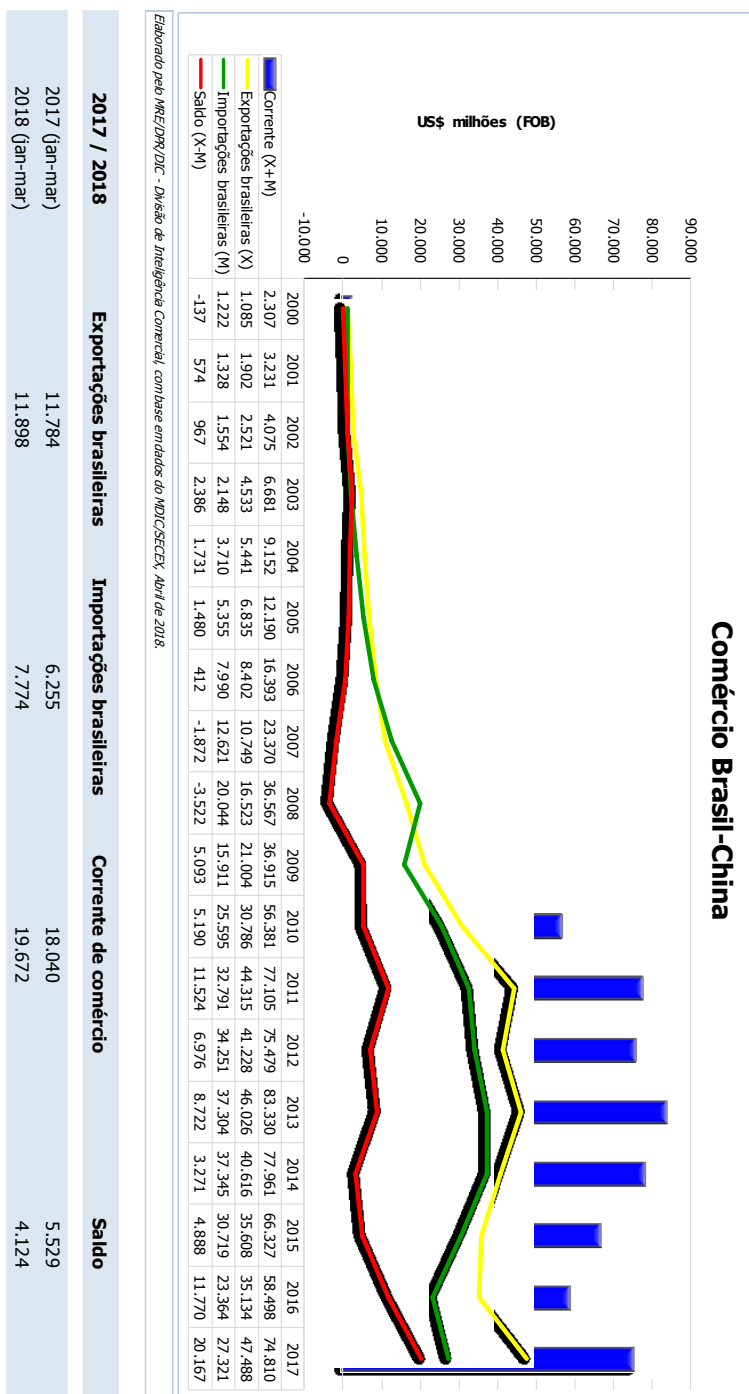
	Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
<b>2015</b>	<p>Visita do vice-presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da presidente da República, Dilma Rousseff (janeiro).</p> <p>I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim (janeiro).</p> <p>Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro fundador (abril).</p> <p>Visita do primeiro-ministro da China, Li Keqiang, ao Brasil (maio).</p> <p>IV Sessão Plenária da COSBAN (presidiram a Sessão, do lado brasileiro, o vice-presidente da República, Michel Temer, e, do lado chinês, o vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, Wang Yang).</p> <p>Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS (julho).</p> <p>Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da COP 21 (novembro).</p>
<b>2016</b>	O presidente da República, Michel Temer, realiza viagem a Xangai para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China (setembro)
<b>2017</b>	<p>Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à China (junho)</p> <p>Visita de Estado do presidente Michel Temer (setembro)</p>
<b>2018</b>	<p>Realização da II Reunião do Fórum CELAC-China, em Santiago.</p> <p>Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, à China (maio)</p>

## ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	-	30/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios	16/07/2014	15/08/2014	13/08/2014
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	19/05/2015	19/05/2015	-
Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Sobre Facilitação de Vistos para Homens de Negócios	01/09/2017	01/10/2017	-
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	01/09/2017	-	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a facilitação de vistos de turista	01/09/2017	01/10/2017	11/09/2017

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

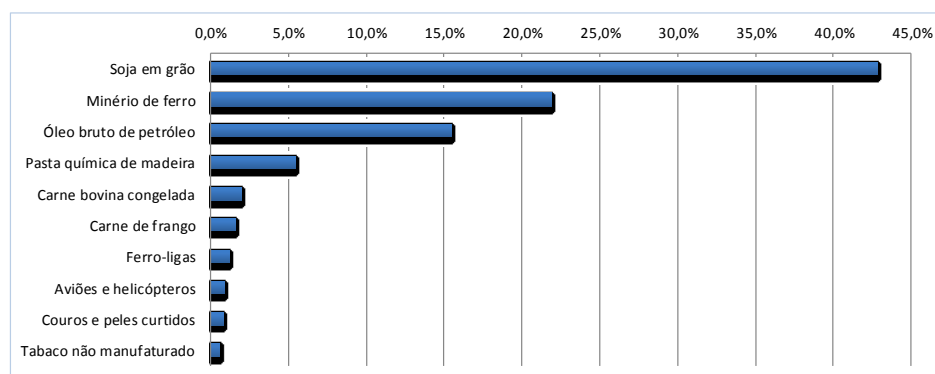


**Composição das exportações brasileiras para a China (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grão	15.788	44,3%	14.386	40,9%	20.310	42,8%
Minério de ferro	6.452	18,1%	7.315	20,8%	10.393	21,9%
Óleo bruto de petróleo	4.139	11,6%	3.908	11,1%	7.351	15,5%
Pasta química de madeira	1.862	5,2%	2.166	6,2%	2.573	5,4%
Carne bovina congelada	476	1,3%	703	2,0%	929	2,0%
Carne de frango	608	1,7%	859	2,4%	761	1,6%
Ferro-ligas	571	1,6%	475	1,4%	564	1,2%
Aviões e helicópteros	165	0,5%	332	0,9%	403	0,8%
Couros e peles curtidos	426	1,2%	389	1,1%	398	0,8%
Tabaco não manufaturado	264	0,7%	279	0,8%	276	0,6%
<b>Subtotal</b>	<b>30.751</b>	<b>86,4%</b>	<b>30.812</b>	<b>87,7%</b>	<b>43.957</b>	<b>92,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>4.856</b>	<b>13,6%</b>	<b>4.322</b>	<b>12,3%</b>	<b>3.531</b>	<b>7,4%</b>
<b>Total</b>	<b>35.608</b>	<b>100,0%</b>	<b>35.134</b>	<b>100,0%</b>	<b>47.488</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

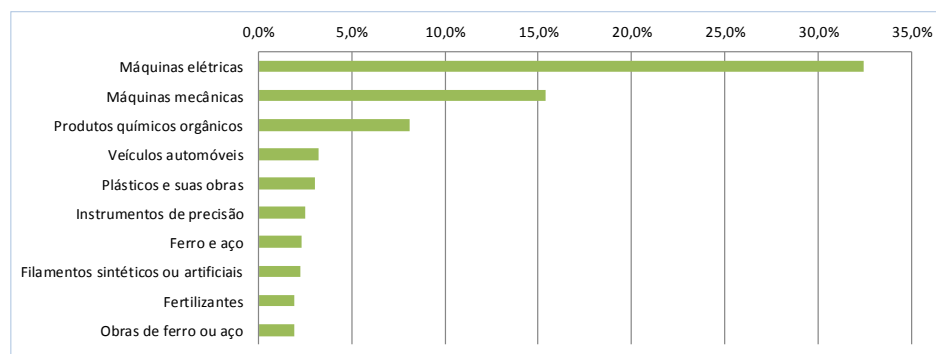


**Composição das importações brasileiras originárias para a China (SH2)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	8.471	27,6%	6.954	29,8%	8.859	32,4%
Máquinas mecânicas	5.230	17,0%	4.013	17,2%	4.210	15,4%
Produtos químicos orgânicos	1.960	6,4%	1.989	8,5%	2.212	8,1%
Veículos automóveis	744	2,4%	582	2,5%	874	3,2%
Plásticos e suas obras	928	3,0%	730	3,1%	825	3,0%
Instrumentos de precisão	671	2,2%	575	2,5%	692	2,5%
Ferro e aço	934	3,0%	427	1,8%	633	2,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	557	1,8%	531	2,3%	612	2,2%
Fertilizantes	635	2,1%	404	1,7%	523	1,9%
Obras de ferro ou aço	820	2,7%	437	1,9%	522	1,9%
<b>Subtotal</b>	<b>20.950</b>	<b>68,2%</b>	<b>16.642</b>	<b>71,2%</b>	<b>19.962</b>	<b>73,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>9.769</b>	<b>31,8%</b>	<b>6.722</b>	<b>28,8%</b>	<b>7.359</b>	<b>26,9%</b>
<b>Total</b>	<b>30.719</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.364</b>	<b>100,0%</b>	<b>27.321</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



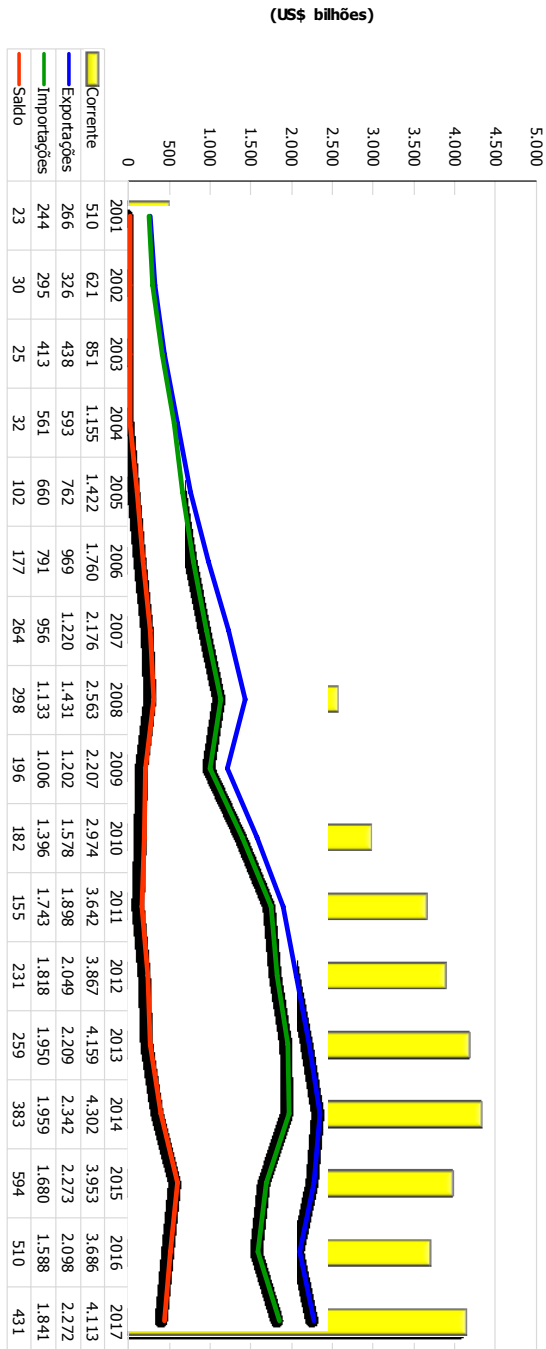
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Soja	4.289	36,4%	4.035	33,9%	
Óleos brutos de petróleo	2.300	19,5%	2.793	23,5%	
Minérios de ferro	2.923	24,8%	2.489	20,9%	
Pastas químicas de madeira	515	4,4%	763	6,4%	
Carnes bovinas	219	1,9%	314	2,6%	
Carnes de frango	187	1,6%	205	1,7%	
Ferro-ligas	151	1,3%	161	1,4%	
Pastas químicas de madeira, para dissolução	103	0,9%	105	0,9%	
Couros bovinos curtidos ou em crosta	103	0,9%	98	0,8%	
Bombas de ar ou de vácuo	4	0,0%	89	0,8%	
<b>Subtotal</b>	<b>10.794</b>	<b>91,6%</b>	<b>11.052</b>	<b>92,9%</b>	
<b>Outros</b>	<b>991</b>	<b>8,4%</b>	<b>846</b>	<b>7,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>11.784</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.898</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Aparelhos elétricos para telefonia	551	8,8%	555	7,1%	
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	231	3,7%	363	4,7%	
Circuitos integrados eletrônicos	202	3,2%	218	2,8%	
Diodos e transistores	194	3,1%	199	2,6%	
Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular	145	2,3%	198	2,6%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	117	1,9%	166	2,1%	
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	86	1,4%	164	2,1%	
Tecidos de fios sintéticos	98	1,6%	114	1,5%	
Aquecedores elétricos de água/ambientes/solo/cabelos	86	1,4%	110	1,4%	
Computadores e suas unidades	82	1,3%	102	1,3%	
<b>Subtotal</b>	<b>1.790</b>	<b>28,6%</b>	<b>2.189</b>	<b>28,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>4.465</b>	<b>71,4%</b>	<b>5.585</b>	<b>71,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>6.255</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.774</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

### Comércio China x Mundo

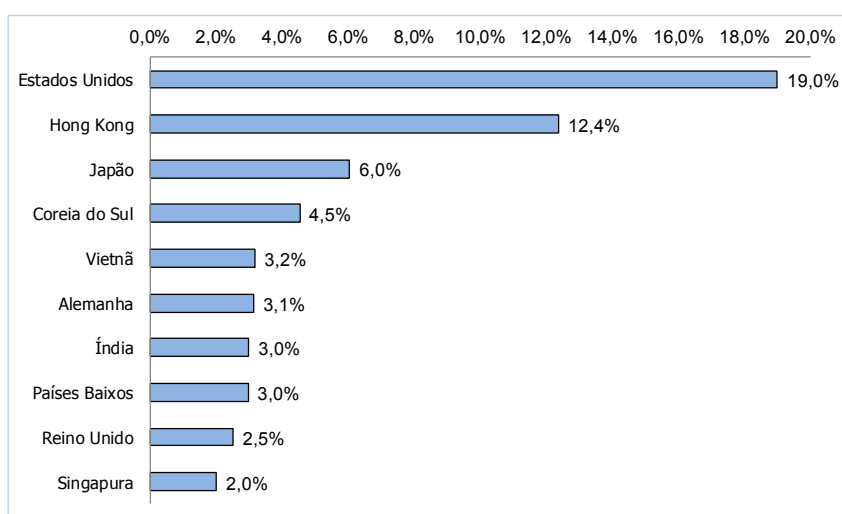


Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.

**Principais destinos das exportações da China**  
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	432	19,0%
Hong Kong	281	12,4%
Japão	137	6,0%
Coreia do Sul	103	4,5%
Vietnã	72	3,2%
Alemanha	71	3,1%
Índia	68	3,0%
Países Baixos	67	3,0%
Reino Unido	57	2,5%
Singapura	46	2,0%
...		
<b>Brasil (21º lugar)</b>	<b>29</b>	<b>1,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.363</b>	<b>60,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>909</b>	<b>40,0%</b>
<b>Total</b>	<b>2.272</b>	<b>100,0%</b>

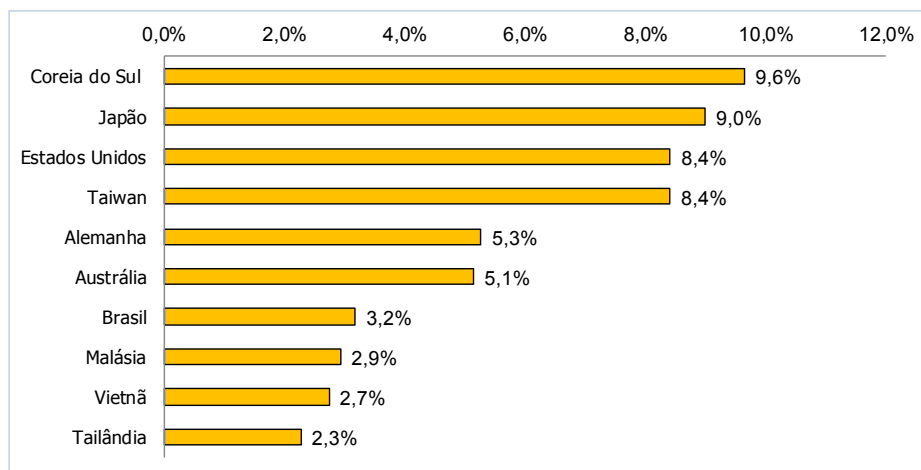
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Principais origens das importações da China  
US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Coreia do Sul	178	9,6%
Japão	165	9,0%
Estados Unidos	155	8,4%
Taiwan	155	8,4%
Alemanha	97	5,3%
Austrália	95	5,1%
<b>Brasil</b>	<b>58</b>	<b>3,2%</b>
Malásia	54	2,9%
Vietnã	50	2,7%
Tailândia	42	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>1.049</b>	<b>57,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>792</b>	<b>43,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.841</b>	<b>100,0%</b>

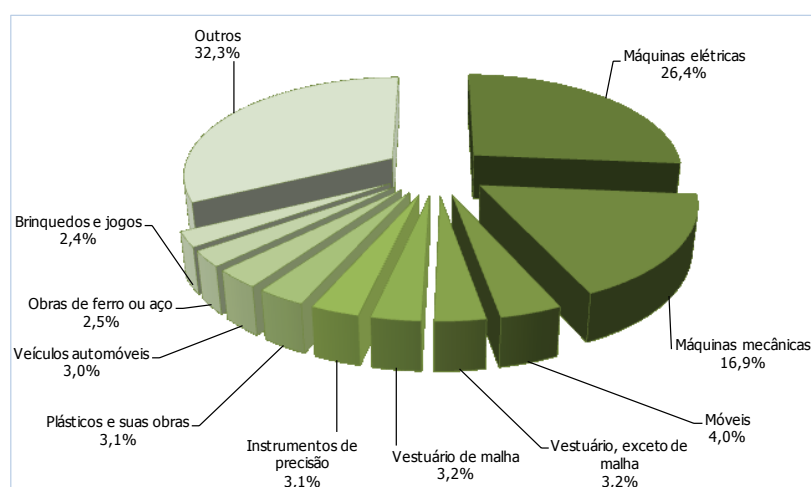
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Composição das exportações da China (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas elétricas	599	26,4%
Máquinas mecânicas	383	16,9%
Móveis	90	4,0%
Vestuário, exceto de malha	74	3,2%
Vestuário de malha	72	3,2%
Instrumentos de precisão	71	3,1%
Plásticos e suas obras	71	3,1%
Veículos automóveis	67	3,0%
Obras de ferro ou aço	57	2,5%
Brinquedos e jogos	55	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>1.538</b>	<b>67,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>733</b>	<b>32,3%</b>
<b>Total</b>	<b>2.272</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

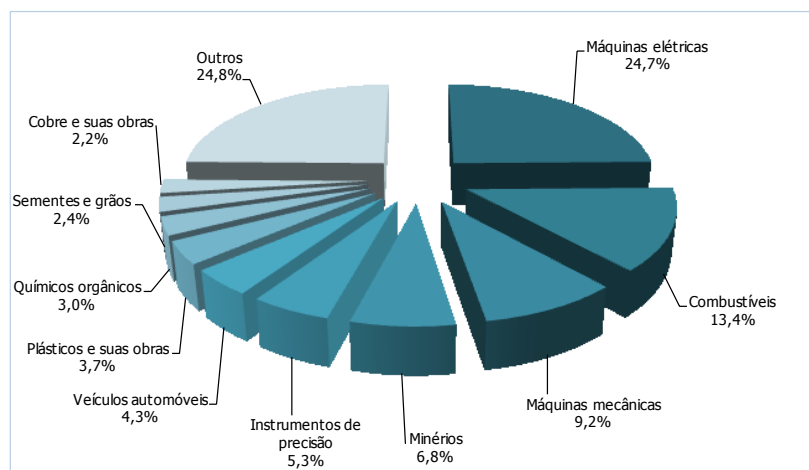


**Composição das importações da China (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Máquinas elétricas	455	24,7%
Combustíveis	248	13,4%
Máquinas mecânicas	170	9,2%
Minérios	125	6,8%
Instrumentos de precisão	97	5,3%
Veículos automóveis	79	4,3%
Plásticos e suas obras	69	3,7%
Químicos orgânicos	56	3,0%
Sementes e grãos	44	2,4%
Cobre e suas obras	41	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>1.385</b>	<b>75,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>456</b>	<b>24,8%</b>
<b>Total</b>	<b>1.841</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da China

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	6,72%	6,86%	6,56%	6,41%	6,25%
PIB nominal (US\$ trilhões)	11,22	12,01	14,09	15,54	16,95
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.116	8.643	10.088	11.076	12.029
PIB PPP (US\$ trilhões)	21,29	23,16	25,24	27,44	29,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.397	16.660	18.066	19.551	21.093
População (milhões habitantes)	1.382,7	1.390,1	1.397,0	1.403,4	1.409,3
Desemprego (%)	4,02%	3,90%	4,00%	4,00%	4,00%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	2,10%	1,80%	2,83%	2,64%	2,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,80%	1,37%	1,18%	1,15%	1,14%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1.429,5	1.543,5	1.684,3	1.770,2	1.854,7
Câmbio ( Rmb / US\$) <sup>(2)</sup>	6,95	6,51	6,55	6,66	6,62

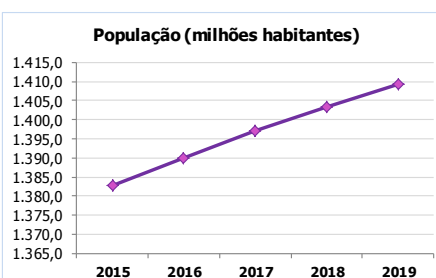
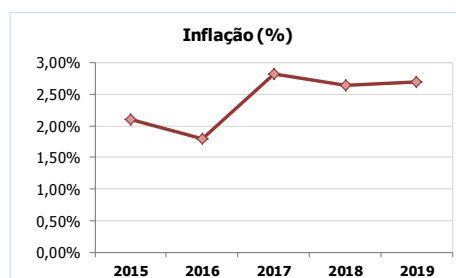
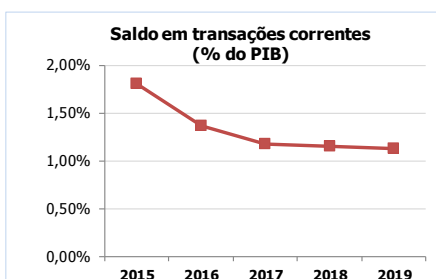
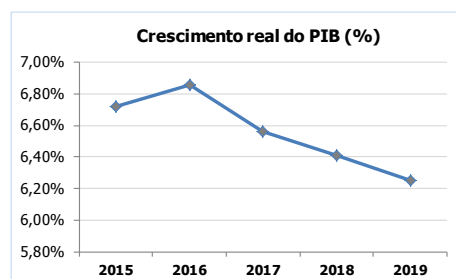
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	8,2%
Indústria	39,5%
Serviços	52,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e The World Factbook ([www.cia.gov](http://www.cia.gov)).

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico  
Departamento da Ásia do Leste  
Divisão da China e da Mongólia

**MONGÓLIA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**2018**

## DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	Mongólia
<b>GENTÍLICO</b>	Mongol, mongólico
<b>CAPITAL</b>	Ulan Bator
<b>ÁREA</b>	1.566.500 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2013)</b>	3,06 milhões
<b>IDIOMAS</b>	Mongol
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República semipresidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Parlamento unicameral (Grande Hural)
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Khaltmaagiin Battulga
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Ukhnaagiin Khürelsükh
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR</b>	Tsogtbaatar Damdin
<b>PIB nominal (2016)</b>	US\$ 11,1 bilhões
<b>PIB PPP</b>	US\$ 39,7 bilhões
<b>PIB nominal <i>per capita</i></b>	US\$ 3.640
<b>PIB PPP <i>per capita</i></b>	US\$ 12.979
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	6,3 % (2010); 17,5% (2011); 12,28% (2012); 11,74% (2013); 9,6% (2014); 1,24% (2016); 5,15% (2017)
<b>IDH</b>	0,675 (108º lugar no ranking)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	68,8 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	97,4% (2013)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	7,9%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Togrog/Tugrik (US\$ 1,00 = ₮2,427 – câmbio flutuante)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	(ainda não indicado pelo governo mongol / será Embaixador não residente)
<b>EMBAIXADOR EM ULAN BATOR</b>	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016) – Embaixador não residente (Pequim)
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	10

*Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.*

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (em mil US\$)</b>									
Brasil - Mongólia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
<b>Intercâmbio</b>	14	129	1.869	2.468	2.878	5.562	949	1.267	5.601
<b>Exportações</b>	14	104	1.869	2.467	2.878	5.546	814	1.195	5.516
<b>Importações</b>	0	25	0	1	0	15	135	72	85
<b>Saldo</b>	14	79	1.869	2.465	2.878	5.531	680	1.122	5.432

## APRESENTAÇÃO

A Mongólia é país de pequena população – 3 milhões de habitantes – e com a 18ª maior extensão geográfica – de 1,56 milhão de km<sup>2</sup> – do mundo. Em consequência, apresenta uma das menores densidades demográficas do planeta.

Trata-se de país mediterrâneo, entre a Rússia e a China, com a maior parte de sua superfície coberta por estepes, com montanhas ao norte e a oeste, e o deserto de Gobi ao sul.

A área hoje ocupada pela Mongólia foi governada por diversos impérios nômades. Foi berço do império mongol, dominante nos séculos XIII e XIV e considerado o maior da história em área contígua. Seu fundador, Genghis Khan, é figura venerada na cultura popular do país.

Em 1925, foi instaurado, na Mongólia, um regime comunista. O país experimenta, desde 1990, regime semipresidencialista, pluripartidário, com eleições diretas.

Circundada por grandes potências — China e Rússia —, a Mongólia mantém relações ténues com países extrarregionais e tem interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral.

## PERFIL BIOGRÁFICO

### **KHALTMAAGIIN BATTULGA**

*Presidente da República*



Nasceu em Ulan Bator, em 1963. Tem formação em artes (1982-1986) e foi membro, entre 1992 e 1997, da seleção de luta livre da Mongólia. Foi campeão mundial de sambo, arte marcial moderna desenvolvida na União Soviética. Em 1993, fundou a Genco, holding que atua em diversos setores da economia mongol. Em 2004, elegeu-se deputado parlamentar, cargo que ocupou até 2016. Em 2006, assumiu a Federação Mongol de Judô. Ocupou, entre 2008 e 2012, o cargo de ministro das Estradas, Transportes, Construção e Urbanismo. Em 2012, foi ministro da Agricultura. Foi, nas eleições de julho de 2017, candidato pelo Partido Democrático, pelo qual se elegeu com 50,6% dos votos.

**UKHNAAGIIN KHÜRELSÜKH**  
*Primeiro-Ministro*



Nasceu em 1968. Ex-coronel do Exército, é formado em ciência política na Universidade de Defesa da Mongólia e em administração pública pela Universidade Nacional da Mongólia. Em 1990, iniciou carreira política. Em 2000, foi eleito ao Parlamento, para o qual foi reeleito em 2004 e em 2012. Entre 2008 e 2012, foi Secretário-Geral do Partido Popular Mongol.

Foi um dos principais responsáveis pela negociação da dívida externa e obtenção do pacote de US\$ 5 bilhões de dólares junto ao FMI, no início de 2017. Sucedeu ao primeiro-ministro Jargaltulgiin Erdenabat, removido do cargo em setembro de 2017, após receber moção de desconfiança do Parlamento.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores, intitulada "terceiros vizinhos". Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, promove a consolidação de regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

Para a Mongólia, o Brasil é um país em desenvolvimento com projeção nos planos regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos avançados, sendo visto como potencial parceiro econômico, especialmente no setor de mineração.

Em junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. A Embaixada foi fechada em junho de 2017. A Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas.

A primeira reunião desse mecanismo ocorreu em Brasília, em maio de 2007. As três sessões seguintes se realizaram em Ulan Bator, em 2010, e em Brasília, em 2012 e em 2014. Esses encontros evidenciaram a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

Em seguimento às reuniões de consultas políticas, foram assinados, em 2015, quatro acordos nas áreas educacional, consular, esportiva e entre academias diplomáticas.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, principalmente chinesas. O país conta, ainda, com grandes reservas de ferro e carvão. O setor de mineração é responsável por cerca de 80% das exportações mongóis.

O país possui uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo, situada ao sul do país, cujas reservas chegariam a 6,5 bilhões de toneladas. Em 2011, o país promoveu licitação internacional para a concessão de licenças de exploração da mina, da qual a Vale participou, em associação com empresas indianas e sul-coreanas, sem sucesso. Em 2012, a Vale fechou o escritório que mantinha, desde 2004, na Mongólia.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, máximo histórico. Nesse ano, a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático, com participação de 0,04% no comércio exterior do Brasil com a Ásia.

Nos últimos três anos, verificou-se acentuado aumento das exportações brasileiras. Os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras (99%) e, também, assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol (98%). O saldo comercial é favorável ao Brasil.

Apesar das condições climáticas bastante variadas, a Mongólia apresenta elevado potencial para desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil. Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a cooperação.

#### *Empréstimos e financiamentos oficiais*

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Mongólia.

#### *Assuntos Consulares*

A comunidade brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de uma dezena de pessoas e está sob jurisdição do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, que conta com o apoio do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (Cônsul Honorário Battulga Tumurdash, designado em 2018).

## **POLÍTICA INTERNA**

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, o do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural (parlamento mongol). Em geral,

caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): o PD foi formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação vencedora das eleições presidenciais desde 2009.

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. O PPM adotou ideário assimilável à social-democracia.

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a Ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima ao ex-presidente Nambaryn Enkhbayar, recebeu apenas 6,5% dos votos.

Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda repercute na política partidária mongol. O país tem 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulan Bator, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país.

A 7.<sup>a</sup> eleição presidencial foi concluída em julho de 2017, tendo como vencedor o candidato do PD, Khaltmaa Battulga, que derrotou o candidato situacionista, Miyegombyn Enkhbold. Battulga obteve 50,61% dos votos, contra 41,16% de Enkhbold, do PPM, tornando-se o quinto presidente da Mongólia e o primeiro a ser eleito em segundo turno.

A vitória de Battulga ocorreu um ano após o MPP ter conquistado maioria nas eleições parlamentares. Um dos principais desafios do presidente, que tomou posse em julho de 2017, tem sido manter relação produtiva com o parlamento. As próximas eleições parlamentares se realizarão em 2020.

## POLÍTICA EXTERNA

Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a situação geográfica da Mongólia condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país a China tornou-se seu parceiro preferencial. Das exportações mongóis, mais de 60% destinam-se à China, e 15% à Rússia.

Analistas interpretaram a vitória do presidente Battulga, nas eleições de 2017, como sinal de aproximação da Rússia e de tentativa de distanciamento de Pequim. Na campanha eleitoral, Battulga buscou associar sua imagem à do presidente russo, Vladimir Putin, utilizando fotos em que aparece ao lado do chefe de estado russo.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia busca diversificar parcerias, explorando inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial nas relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro

observador em 2004) e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático).

Também procura ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de participar mais ativamente em organismos multilaterais.

Desde 2011, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com mais de quinze países, elevando para mais de 160 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas.

Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE). Naquele ano, o presidente mongol visitou Alemanha, Quirguistão, Noruega, Brasil (visita particular) e Suécia, e compareceu aos encontros do Movimento dos Não-Alinhados, da Cúpula Ásia-Europa e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

Em 2013, o país sediou, em Ulan Bator, o Fórum Internacional sobre a Liderança da Mulher e a VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias (CD).

A presença chinesa amplia-se significativamente na Mongólia. Em 2011, os dois países estabeleceram Parceria Estratégica.

A Rússia, principal fornecedor de energia para a Mongólia, também continua a ser prioridade da política externa mongol.

A Mongólia é detentora de amplas reservas minerais e de grande potencial pecuário, dois setores muito valorizados pela demanda chinesa. O país recebeu extensivos investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos constituiu importante vetor da política externa mongol. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país se ofereceu como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão.

A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Em sua região, o país integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) — fórum para assuntos de defesa —, como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, a Mongólia busca também contribuir para a resolução da questão da Península Coreana, tendo sediado duas reuniões intercoreanas e encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana.

A Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", fato de relevância para o contexto do Nordeste Asiático. No plano extrarregional, a Mongólia é, desde 2010, país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Ademais, apresentou candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023- 2024.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Impulsionada por abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*.

Apesar do aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11%, em 2013, para apenas 1% em 2016.

Com a queda, particularmente a partir de 2016, dos preços internacionais das *commodities*, a Mongólia enfrenta dificuldades, sobretudo em razão de sua forte dependência das rendas geradas pela mineração.

Em fevereiro de 2017, o país assinou acordo de três anos com o FMI, que inclui empréstimo de US\$ 440 milhões e compromisso com adoção de medidas de estabilização fiscal e financeira.

A mina de Oyu Tolgoi (cobre e ouro), desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que, em seu pico de produção, responda por até 30% do PIB do país, o que poderá ajudar a recuperar o crescimento econômico dos últimos anos, ainda que suscetível à variação do preço das *commodities* minerais.

A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é a de desaquecimento moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em consequência dos ajustes de políticas fiscal e monetária para contenção da inflação.

Representantes do FMI, após visita para avaliar a implementação do acordo, declararam que a economia mongol está em recuperação. A estimativa de crescimento do PIB em 2018 está projetada em 5%.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram de US\$ 950 milhões, em 2005, para US\$ 5 bilhões, em 2016. A China é o principal mercado para produtos mongóis, especialmente em razão do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica. Dessa forma, em 2016, a China absorveu 80% do total das vendas externas da Mongólia.

Entre 2005 e 2017, as importações mongóis aumentaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 3,3 bilhões. Os principais fornecedores da Mongólia em 2016 foram China, Rússia e Japão. Após mostrar resultados deficitários por sete anos consecutivos, o saldo da balança em transações comerciais de bens alcançou superávit em 2014, mantido em 2015 e em 2016. O superávit obtido pelo país é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com aumento da produção mineral exportadora, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1206</b>	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
<b>1206 a 1263</b>	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
<b>1267-1368</b>	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu, atual Pequim.
<b>1636</b>	O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior ( <i>Inner Mongolia</i> )
<b>1691</b>	O império Qing oferece proteção para os mongóis do Norte, criando a Mongólia Exterior ( <i>Outer Mongolia</i> )
<b>1727</b>	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
<b>1911</b>	A dinastia Qing cai, e a Mongólia Externa declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
<b>1919</b>	O exército chinês ocupa a Mongólia Externa.
<b>1920</b>	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com bolcheviques na Sibéria.
<b>1921</b>	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".
<b>1924</b>	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido de Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
<b>1937</b>	O primeiro-ministro Genden, da Mongólia, é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O ministro da Guerra Marshal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.
<b>1939</b>	As tropas soviéticas e mongóis comandadas pelo general Zhukov derrotam invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
<b>1945 e 1946</b>	A Conferência de Yalta preserva o controle soviético da Mongólia. Mongóis votam pela independência em plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
<b>1949 a 1955</b>	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia que liga a Rússia e a China é construída na Mongólia.
<b>1961</b>	Conselho de Segurança da ONU aprova adesão da Mongólia à ONU.
<b>1966</b>	O secretário-geral do Partido Comunista Soviético assina tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
<b>1984</b>	O secretário-geral do partido Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a renunciar.
<b>1986</b>	Discurso de Gorbachev em Vladivostok abre caminho para <i>détente</i> com a China e retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
<b>1990</b>	Protestos forçam renúncia do Politburo PRPM. Partidos políticos são legalizados. Eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM.
<b>1992</b>	Nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.
<b>1993</b>	Primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
<b>1997</b>	O candidato Bagabandi, do PRPM, vence a eleição presidencial.
<b>2001</b>	Reeleição do presidente Bagabandi
<b>2002</b>	Visita do Dalai Lama à Mongólia.
<b>2003</b>	200 soldados mongóis foram enviados ao Iraque para contribuir para manutenção da paz.
<b>2004</b>	Tsakhagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro.
<b>2005</b>	O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. Presidente George W. Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.

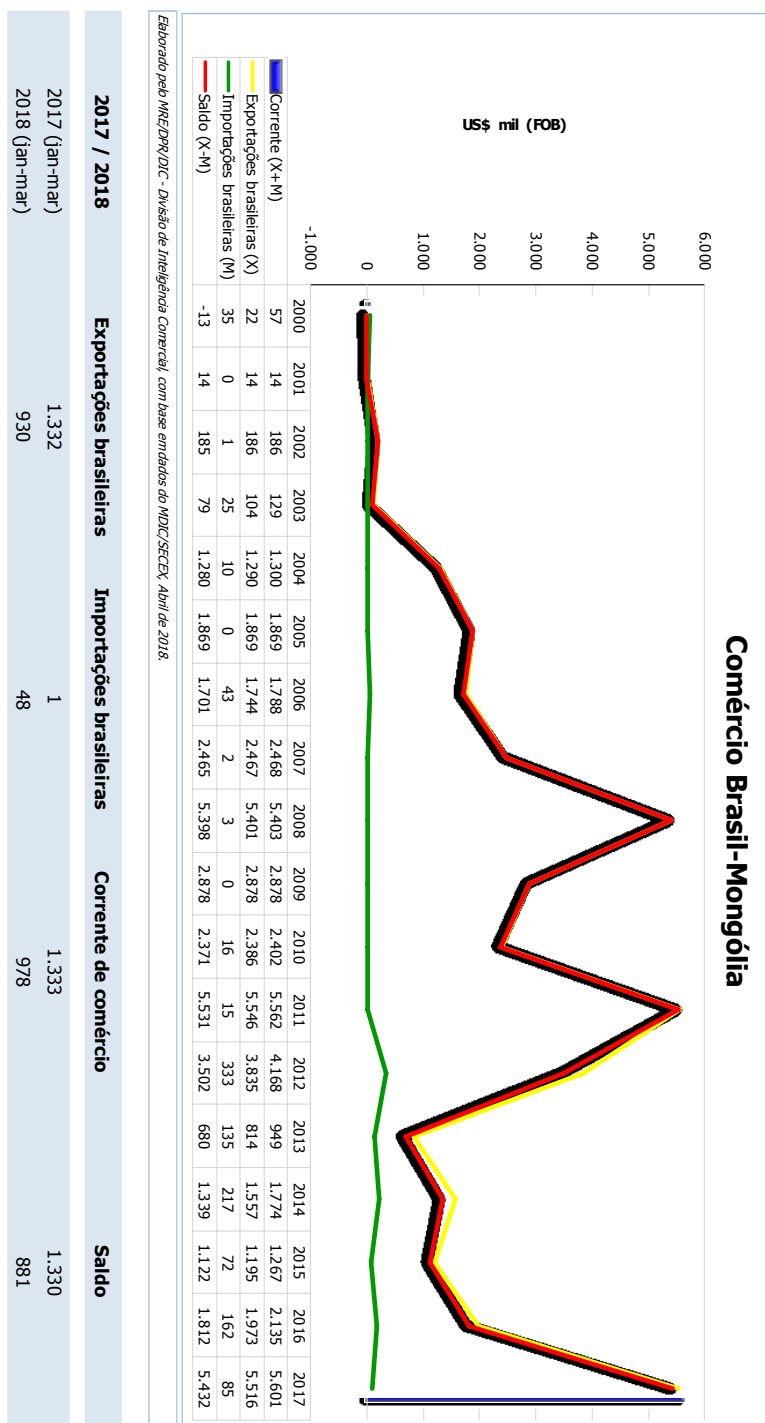
<b>2006</b>	Parlamento escolhe Miyegombo Enkhbold, do PRPM, como primeiro-ministro.
<b>2007</b>	Em novembro, o primeiro-ministro Miyegombo Enkhbold renuncia e é substituído por Sanjagiin Bayar.
<b>2008</b>	O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter protestos na capital.
<b>2009</b>	O candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, é eleito presidente. O primeiro-ministro Sanjagiin Bayar, do PRPM, renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
<b>2010</b>	Primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
<b>2012</b>	Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue maioria. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.
<b>2013</b>	Candidato do Partido Democrático e Presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj, é reeleito presidente.
<b>2014</b>	Nomeação de novo Chefe de Governo: primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação do ministro dos Negócios Estrangeiros Lundeg Purevsuren (dezembro).
<b>2016</b>	PRPM vence eleições parlamentares e ocupa 65 das 76 cadeiras do Parlamento.
<b>2017</b>	Acordo com o FMI. Khaltmaa Battulga eleito presidente.

<b>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</b>
---

<b>1987</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
<b>2003</b>	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
<b>2005</b>	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
<b>2007</b>	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
<b>2008</b>	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
<b>2010</b>	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
<b>2011</b>	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
<b>2012</b>	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
<b>2013</b>	Visita a Ulan Bator do embaixador do Brasil como Representante da presidente Dilma Rousseff para cerimônias de posse do presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
<b>2014</b>	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
<b>2017</b>	Fechamento da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

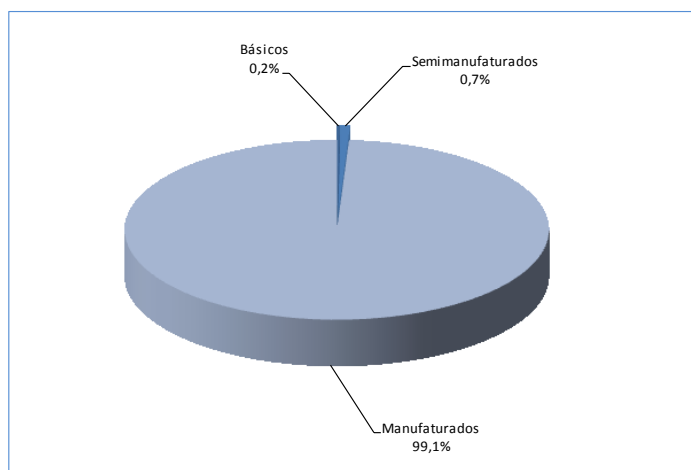
<b>ATOS BILATERAIS</b>			
Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	03/07/2007	15/02/2008
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	03/05/2007	03/05/2007	10/05/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia na Área do Esporte	09/06/2015	09/06/2015	06/08/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia	21/09/2015	21/09/2015	-
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/09/2015	21/01/2016	17/01/2018
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Mongólia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	21/09/2015	-	21/10/2015

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

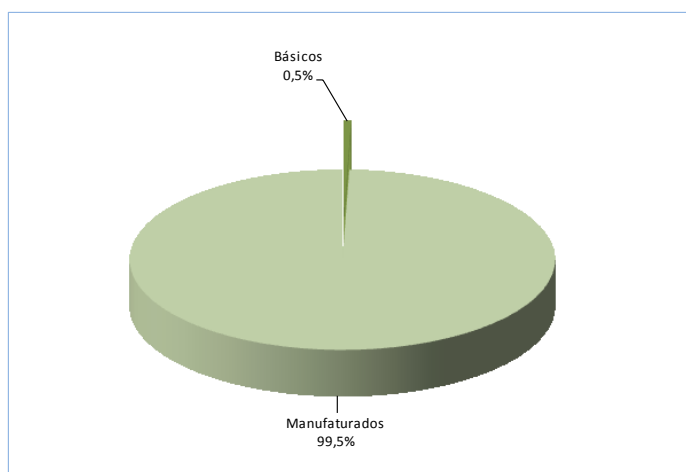


### Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

#### Exportações



#### Importações



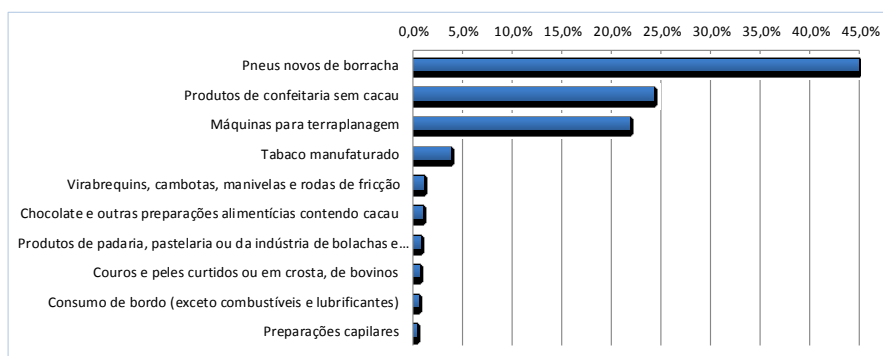
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para a Mongólia (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos de borracha	52	4,3%	222	11,3%	2.474	44,8%
Produtos de confeitaria sem cacau	668	55,9%	1.236	62,6%	1.334	24,2%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	1.198	21,7%
Tabaco manufaturado	0	0,0%	72	3,7%	207	3,8%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	57	1,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	15	1,2%	9	0,4%	47	0,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	40	0,7%
Couros e peles curtidos ou em crosta, de bovinos	26	2,2%	0	0,0%	29	0,5%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	18	1,5%	15	0,7%	24	0,4%
Preparações capilares	0	0,0%	0	0,0%	21	0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>778</b>	<b>65,1%</b>	<b>1.554</b>	<b>78,8%</b>	<b>5.431</b>	<b>98,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>416</b>	<b>34,9%</b>	<b>419</b>	<b>21,2%</b>	<b>85</b>	<b>1,5%</b>
<b>Total</b>	<b>1.195</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.973</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.516</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

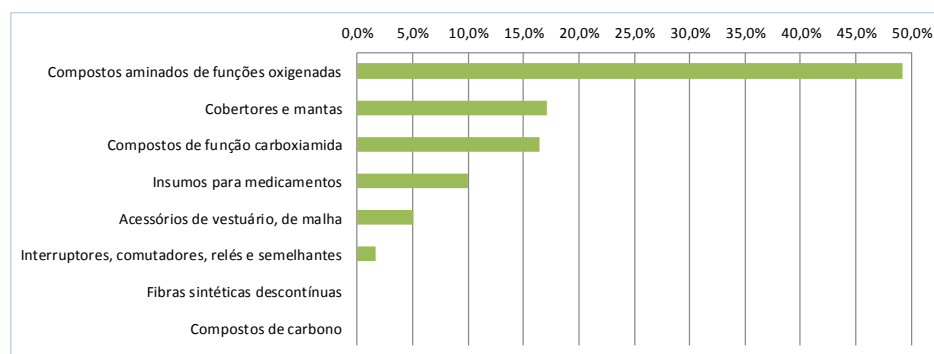


**Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Compostos aminados de funções oxigenadas	0	0,0%	0	0,0%	42	49,2%
Cobertores e mantas	0	0,0%	0	0,0%	14	17,1%
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	0	0,0%	14	16,4%
Insumos para medicamentos	0	0,0%	0	0,0%	8	10,0%
Acessórios de vestuário, de malha	0	0,0%	3	1,7%	4	5,0%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,7%
Fibras sintéticas descontínuas	62	85,4%	118	73,2%	0	0,0%
Compostos de carbono	0	0,0%	25	15,6%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>62</b>	<b>85,4%</b>	<b>146</b>	<b>90,4%</b>	<b>84</b>	<b>99,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>11</b>	<b>14,6%</b>	<b>15</b>	<b>9,6%</b>	<b>1</b>	<b>0,7%</b>
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100,0%</b>	<b>162</b>	<b>100,0%</b>	<b>85</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



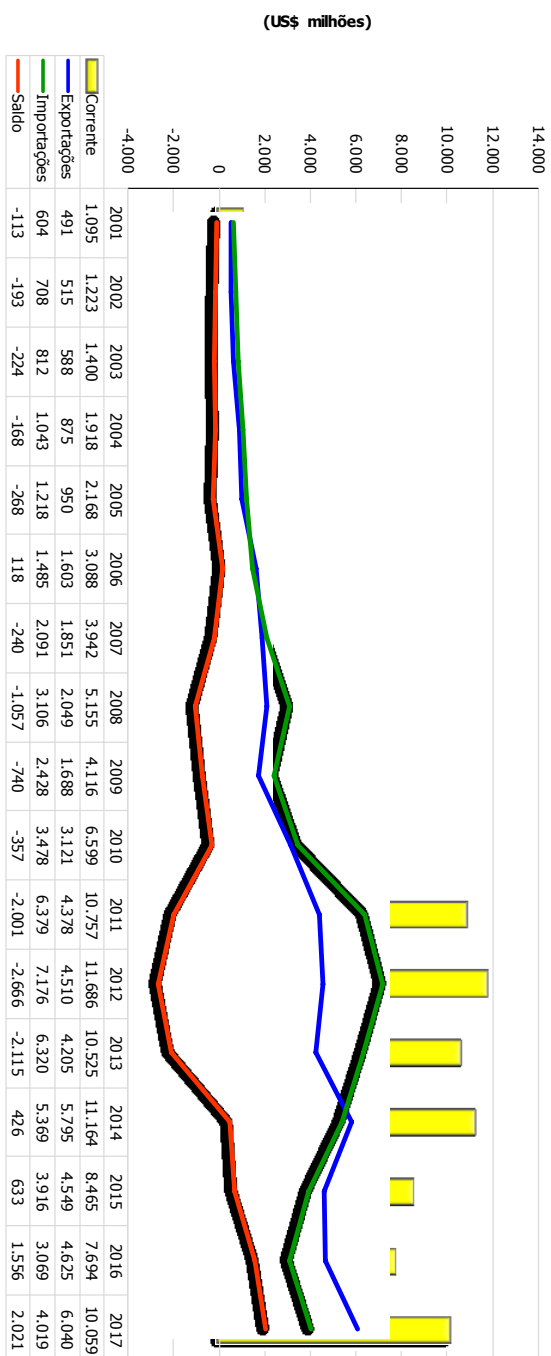
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Pneus novos de borracha	1.014	76,1%	513	55,2%	Pneus novos de borracha 55,2%
Tabaco manufacturado	48	3,6%	180	19,3%	Tabaco manufacturado 19,3%
Sucos de frutas	0	0,0%	99	10,7%	Sucos de frutas 10,7%
Produtos de confeitaria sem cacau	235	17,7%	71	7,7%	Produtos de confeitaria sem cacau 7,7%
Produtos de padaria, pasteleria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	40	4,3%	Produtos de padaria, pasteleria ou da indústria de bolachas e biscoitos 4,3%
Máquinas para peneirar minérios	0	0,0%	22	2,4%	Máquinas para peneirar minérios 2,4%
Medicamentos em doses	0	0,0%	2	0,3%	Medicamentos em doses 0,3%
Preparações para higiene bucal ou dentária	0	0,0%	2	0,2%	Preparações para higiene bucal ou dentária 0,2%
Sais complexos de flúor	0	0,0%	0	0,0%	Sais complexos de flúor 0,0%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	24	1,8%	0	0,0%	Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes) 0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1.321</b>	<b>99,2%</b>	<b>930</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>10</b>	<b>0,8%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.332</b>	<b>100,0%</b>	<b>930</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	21	44,2%	Compostos de função carboxiamida 44,2%
Compostos derivados de amoníacos	0	0,0%	14	29,7%	Compostos derivados de amoníacos 29,7%
Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus	0	0,0%	12	25,0%	Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus 25,0%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0	0,0%	1	1,1%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas 1,1%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	1	100,0%	0	0,0%	Interruptores, comutadores, relés e semelhantes 0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

### Comércio Mongólia x Mundo



Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril/2018.

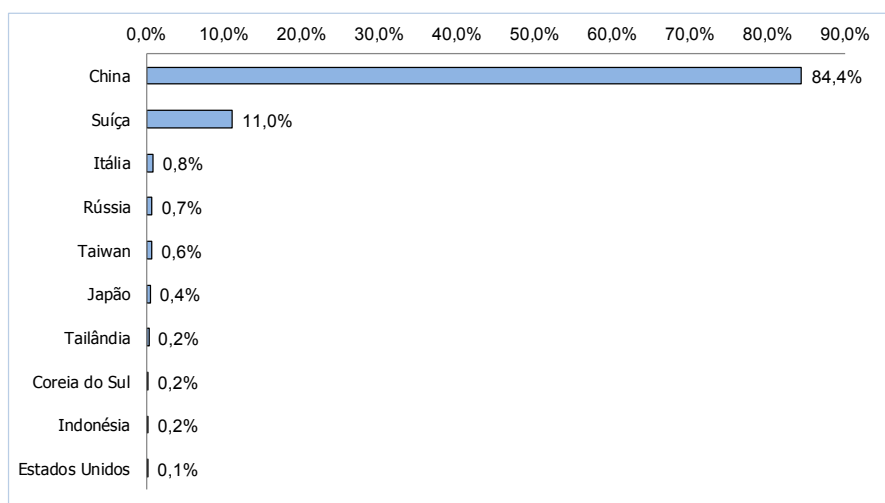
A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

**Principais destinos das exportações da Mongólia**  
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part. % no total
China	5.097	84,4%
Suíça	666	11,0%
Itália	50	0,8%
Rússia	41	0,7%
Taiwan	38	0,6%
Japão	25	0,4%
Tailândia	14	0,2%
Coreia do Sul	10	0,2%
Indonésia	9	0,2%
Estados Unidos	9	0,1%
...		
<b>Brasil (36º lugar)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>5.959</b>	<b>98,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>81</b>	<b>1,3%</b>
<b>Total</b>	<b>6.040</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*

*A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.*

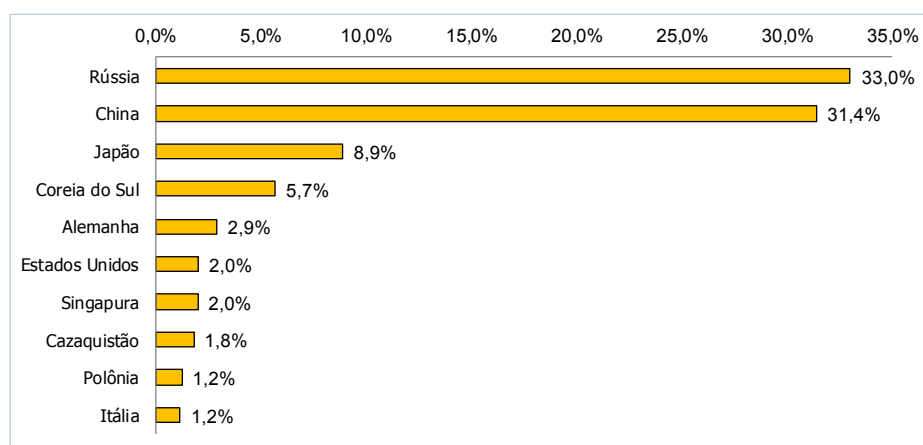


**Principais origens das importações da Mongólia**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Rússia	1.327	33,0%
China	1.261	31,4%
Japão	357	8,9%
Coreia do Sul	228	5,7%
Alemanha	117	2,9%
Estados Unidos	81	2,0%
Singapura	80	2,0%
Cazaquistão	72	1,8%
Polônia	50	1,2%
Itália	47	1,2%
...		
<b>Brasil (33º lugar)</b>	<b>6</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>3.626</b>	<b>90,2%</b>
<b>Outros países</b>	<b>393</b>	<b>9,8%</b>
<b>Total</b>	<b>4.019</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.*

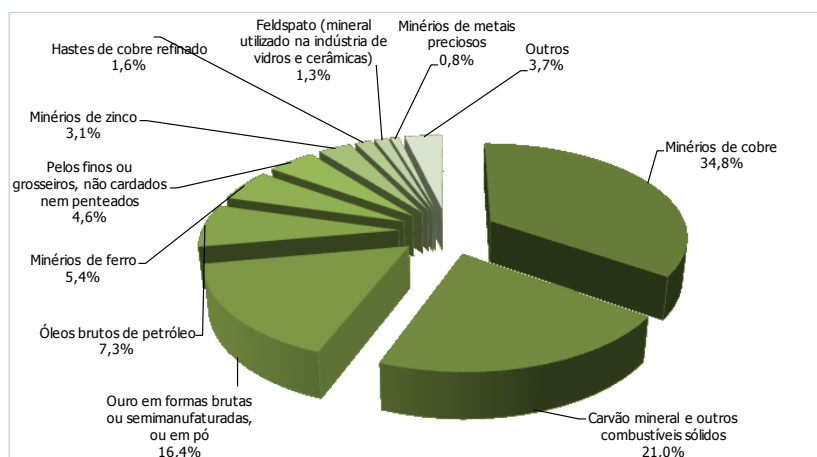


**Composição das exportações da Mongólia (SH4)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Minérios de cobre	1.608	34,8%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	972	21,0%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	758	16,4%
Óleos brutos de petróleo	337	7,3%
Minérios de ferro	250	5,4%
Pelos finos ou grosseiros, não cardados nem penteados	212	4,6%
Minérios de zinco	145	3,1%
Hastes de cobre refinado	74	1,6%
Feldspato (mineral utilizado na indústria de vidros e cerâmicas)	59	1,3%
Minérios de metais preciosos	38	0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>4.454</b>	<b>96,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>171</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total</b>	<b>4.625</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.*



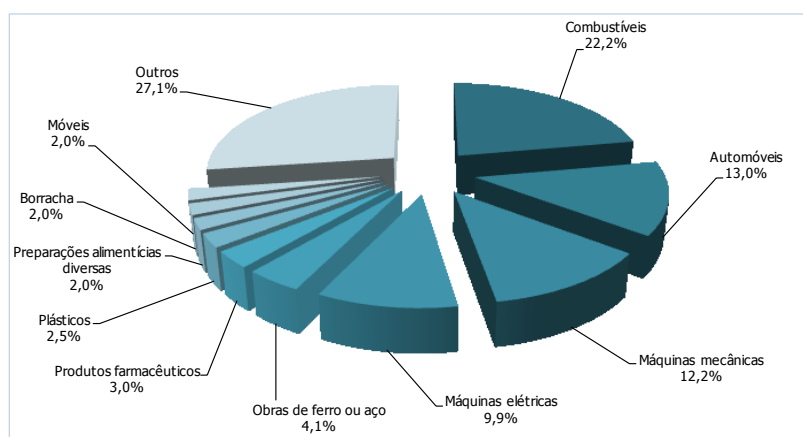
**Composição das importações da Mongólia (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part. % no total</b>
Combustíveis	681	22,2%
Automóveis	398	13,0%
Máquinas mecânicas	375	12,2%
Máquinas elétricas	305	9,9%
Obras de ferro ou aço	126	4,1%
Produtos farmacêuticos	91	3,0%
Plásticos	76	2,5%
Preparações alimentícias diversas	62	2,0%
Borracha	61	2,0%
Móveis	61	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>2.236</b>	<b>72,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>833</b>	<b>27,1%</b>
<b>Total</b>	<b>3.069</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*

*(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da Mongólia

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,24%	5,15%	5,02%	6,32%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	11,05	11,14	12,51	13,79	15,05
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.667	3.640	4.029	4.374	4.704
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,09	39,70	42,65	46,32	49,60
PIB PPP "per capita" (US\$)	12.307	12.979	13.734	14.698	15.504
População (milhões habitantes)	3,01	3,06	3,11	3,15	3,20
Desemprego (%)	7,95%	7,96%	7,96%	7,96%	7,96%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	0,90%	7,23%	7,80%	6,86%	6,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,33%	-8,80%	-6,42%	-8,30%	-5,98%
Câmbio ( Tg / US\$) <sup>(2)</sup>	2,490	2,427	2,339	2,276	n.d.

#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

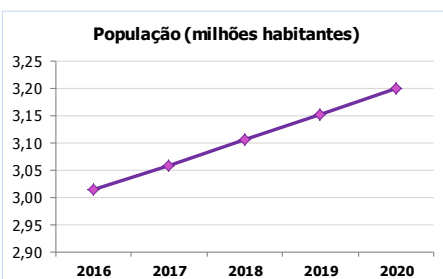
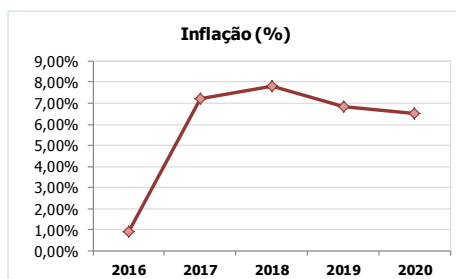
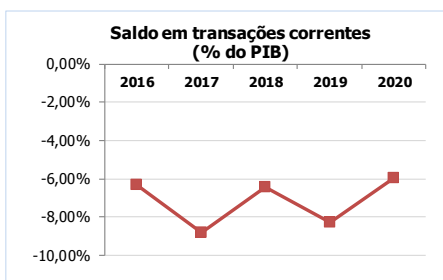
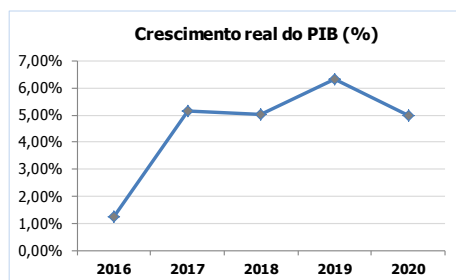
Agricultura	13,2%
Indústria	36,1%
Serviços	50,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Aviso nº 240 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MARCOS CARAMURU DE PAIVA**

Alguém já disse que a função da diplomacia é construir pontes entre as nações. A gestão iniciada em 25 de agosto de 2016 na Embaixada do Brasil em Pequim (China) elegeu como missão principal ampliar os canais de comunicação entre os dois países nas mais variadas vertentes: governos, agentes econômicos, investimentos, comércio, manifestações artísticas e culturais.

02. O Posto adotou método de trabalho baseado, tanto quanto possível, na definição de projetos com objetivos claros e fases detalhadas de implementação, seguida da avaliação precisa das metas alcançadas. Em uma palavra, foco no resultado. Não em processos burocráticos auto-referentes que nem sempre garantem o melhor emprego de recursos públicos escassos (humanos e financeiros). Este relatório apresenta um resumo dos resultados obtidos.

Diálogo político

03. Durante os 21 meses desta gestão, o presidente Michel Temer fez duas viagens à China. Participou da reunião do G20 (Hangzhou, em setembro de 2016) e realizou visita de estado a Pequim, que antecedeu sua presença na IX Cúpula do BRICS (setembro de 2017).

04. Na cúpula do G20, os líderes presentes expressaram sua preocupação com o crescente questionamento político e social à globalização, em particular o livre comércio, e a necessidade de defendê-la por meio (i) da recusa à retórica do isolacionismo econômico e do protecionismo comercial; e (ii) da adoção de medidas que assegurem que

---

a globalização beneficie a todos e ampare aqueles que por ela serão necessariamente prejudicados.

05. A visita de estado foi o evento de maior importância para a agenda política sino-brasileira ao longo do período. A iniciativa contribuiu para a solidez e a diversificação da relação Brasil-China em todas as suas dimensões. Durante a visita, 22 acordos e outros atos foram assinados, abrangendo áreas como finanças, portos, ferrovias, energia elétrica, carnes, siderurgia, coprodução cinematográfica, comércio eletrônico, vistos de turismo e negócios, saúde e esporte.

06. Ainda no âmbito político, merece destaque a retomada, após três anos de interrupção, do Diálogo Estratégico bilateral com a visita do chanceler Aloysio Nunes Ferreira a Pequim (16.06.2017) por ocasião da reunião de ministros das Relações Exteriores do BRICS. As conversas entre o chanceler brasileiro e seu interlocutor chinês, o ministro Wang Yi, permitiram a ampliação e o aprofundamento do relacionamento bilateral em todos os seus aspectos.

07. A gestão coincidiu com a presidência chinesa do BRICS. Nesse grupo, a Embaixada, em cooperação com o Itamaraty e demais ministérios brasileiros, coordenou a participação brasileira em mais de oitenta reuniões (65 delas em território chinês), nos mais diferentes setores: finanças, comércio, ciência e tecnologia, agricultura, educação, saúde, trabalho, segurança, meio ambiente e energia. Ao longo de 2017 ocorreram também cinco reuniões de sherpas do BRICS. No nível ministerial, a principal inovação da presidência chinesa foi a realização da primeira reunião dos ministros das Relações Exteriores do Grupo.

08. Paralelamente à cúpula do BRICS, realizou-se reunião do Diálogo de Economias Emergentes e Países em

Desenvolvimento, com a participação dos líderes do México, Egito, Guiné, Tailândia e Tajiquistão.

09. Nesta gestão, o Posto registrou mais de 15 visitas ministeriais, em média de quase um encontro a cada mês. Além do chanceler (com três visitas, aí incluída a prevista para maio de 2018), destacam-se, entre outras, missões dos ministros da Agricultura (com igual número de viagens), Minas e Energia (duas vezes), Planejamento e Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior.

#### Setor agrícola

10. O agronegócio brasileiro concentrou esforços permanentes da Embaixada, especialmente os setores de grãos e de proteínas animais. O contexto é conhecido. Em 2017, as exportações de soja a este mercado tiveram aumento anual de 41%, chegando a US\$ 20 bilhões. O montante representa 42,7% da pauta de exportações para a China e quase 80% das exportações brasileiras totais desse produto. No mesmo período, as exportações de pasta química de madeira elevaram-se em 18,6% (para US\$ 2 bilhões) e as de carne bovina aumentaram 32% (para US\$ 928 milhões). As vendas de carne de frango, apesar de relativo declínio (de 11,5%, para US\$ 760 milhões), continuaram a dominar o mercado de importados, tendo representado 84,9% das importações chinesas. Em 2017, 54,5% das exportações brasileiras para a China foram de produtos do agronegócio, em um total de US\$ 25,9 bilhões.

11. O Posto registrou crescimento considerável das demandas relacionadas a temas agrícolas. De um lado, aumentou a procura de produtores brasileiros que tencionam acessar o mercado chinês, especialmente no setor de proteínas animais. Atualmente, há 39 estabelecimentos de carne de aves, 15 de carne bovina e 10 de carne suína

habilitados a exportar a este mercado, o que coloca o Brasil na posição de país com maior número de estabelecimentos habilitados (64). A Embaixada encaminhou questionários de acreditação de outros 65 estabelecimentos às autoridades sanitárias locais.

12. De outro lado, cresceu a demanda das autoridades chinesas por informações e garantias relativas à segurança alimentar e inocuidade dos alimentos. A deflagração da operação "Carne Fraca", em março de 2017, demandou comunicação intensa com as autoridades sanitárias locais. No âmbito bilateral a crise foi superada em uma semana. No mesmo sentido, a divulgação da terceira fase da operação "Trapaça" em março de 2018 resultou na suspensão de apenas um estabelecimento brasileiro.

13. Entre os eventos realizados com o apoio do Posto, destacam-se a 5ª reunião da Subcomissão de Agricultura e a reunião de Ministros de Agricultura do BRICS (junho de 2017), a reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-China sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança (Brasília, fevereiro de 2018) e a organização de visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a ter lugar nos dias 14 a 18 do mês corrente.

#### Acesso a mercados

14. Além da agricultura, o comércio bilateral foi objeto constante da atenção do Posto. A China, como se sabe, é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. A corrente de comércio entre os dois países alcançou US\$ 74,8 bilhões em 2017 (exportações de US\$ 47,4 bilhões e importações de US\$ 27,3 bilhões). Somos o nono maior parceiro comercial chinês, responsáveis por cerca de 2,1% da corrente chinesa de comércio.

15. Nesse cenário, a Embaixada acompanhou com atenção as medidas de defesa comercial que atingiram nossas exportações, como no caso da salvaguarda de açúcar e a investigação antidumping de frangos. O Posto manteve estreito contato com as associações do setor, as empresas brasileiras e os demais órgãos do governo federal e prestou auxílio para apresentação de manifestações técnicas junto à autoridade investigadora chinesa. Em diversas ocasiões, o Chefe do Posto realizou gestões nos mais altos níveis do governo chinês para expressar a preocupação do governo brasileiro com medidas que reduziriam a pauta exportadora do Brasil para a China.

16. Paralelamente, a Embaixada acompanhou a evolução da normativa comercial chinesa, com o foco no eventual surgimento de regras que pudessem constituir barreira às exportações brasileiras ou que fomentassem a concorrência desleal para nossos produtores. Nesse sentido, foi elaborada avaliação, à luz das regras da OMC, da legislação tributária de VAT para produtos agrícolas e das regras aplicadas para conteúdo local em compras governamentais. Adicionalmente, a Embaixada monitorou as tentativas do governo chinês em lidar com o excesso de capacidade produtiva que afeta principalmente o setor siderúrgico, com potenciais reflexos sobre nossas exportações de minério de ferro e sobre a competitividade de empresas que operam no Brasil como Gerdau, Usiminas, CSN e Arcelor Mittal.

17. Na esfera dos encontros plurilaterais, o Posto participou ativamente das reuniões técnicas preparatórias e forneceu auxílio nas negociações ocorridas nos diversos encontros de alto nível que foram sediados na China, dentre os quais destacam-se: (i) a VII Reunião de Ministros do Comércio dos BRICS, em que foram negociadas decisões nas áreas de facilitação de investimentos, cooperação em comércio de serviços, comércio eletrônico, propriedade

intelectual, cooperação econômica e uma declaração sobre o sistema multilateral de comércio; (ii) a VI Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN, quando ocorreram discussões bilaterais na área de comércio de serviços, investimentos, defesa comercial, propriedade intelectual, harmonização estatística e cooperação aduaneira; e (iii) a 14ª Reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG), quando foram debatidas possíveis regras para a concessão de financiamento e garantias à exportação.

18. No âmbito das negociações bilaterais, a Embaixada participou das negociações do Plano de Ação para a Implementação do Memorando de Entendimento MDIC/MOFCOM sobre Comércio de Serviços. Colaborou também com a redação de minuta de Memorando de Entendimento do Ministério dos Transportes sobre Cooperação Marítima e com a reunião para a execução do memorando de entendimento sobre segurança de produtos para consumo entre o INMETRO e a AQSIQ ("General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine").

#### Investimentos

19. O Posto manteve contatos diretos com representantes de empresas e instituições financeiras chinesas sobre as oportunidades de investimento no Brasil. Muitos projetos já se encontram em avançado processo de definição. Em parceria com representantes governamentais e empresariais brasileiros, os contatos frequentes do Posto com potenciais investidores contribuíram e certamente continuarão a contribuir para a expansão dos investimentos chineses no Brasil, que totalizaram cerca de US\$ 10 bilhões em 2016, de acordo com dados do Banco Central.

20. No setor de energia, o Posto acompanhou a Reunião de Ministros de Energia dos BRICS e a 2ª edição do "Clean Energy Ministerial", ambos em 2017. Além disso, apoiou a organização de "road show" liderado pela ANP, em maio de 2017, que promoveu as rodadas de leilões de óleo e gás realizadas no ano passado. O ministro de Minas e Energia realizou duas missões a Pequim, em setembro de 2017 e em janeiro de 2018, a fim de encontrar-se com as principais empresas que investem no setor de energia e de óleo e gás do Brasil. Em seus encontros, apresentou dados específicos sobre as oportunidades de cooperação bilateral e de investimento no país.

21. No segmento de petróleo e gás, companhias chinesas como CNPC e CNOOC, em consórcio com Petrobras, Shell e Total, venceram o primeiro leilão do pré-sal realizado sob o regime de partilha de produção, em outubro de 2013. Cada uma possui participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$ 15 bilhões. Além disso, companhias como CNPC e Sinopec também participaram das rodadas de leilões de blocos de óleo e gás, realizadas em 2017, e estudam a possibilidade de realizar novos investimentos na área de refino, no Rio de Janeiro e na região nordeste.

22. Na geração e transmissão de eletricidade, empresas como State Grid, China Three Gorges, SPIC e Shanghai Electric adquiriram importantes ativos no Brasil e investem na ampliação e modernização da rede elétrica brasileira. Para além dos altos valores de capital investidos, alguns empreendimentos contam com tecnologia avançada, como é o caso das linhas de ultra-alta voltagem (UHV) utilizadas pela State Grid em Belo Monte.

23. Em termos de cooperação internacional em energia, a China tem sido parceira em iniciativa plurilateral liderada pelo Brasil, a "Plataforma para o Biofuturo". Além de

participar do evento de lançamento do exercício, na Conferência das Partes da ONU, em Marraquesh (2016), a China acompanhou a série de encontros promovidos nos últimos dois anos. Segundo interlocutores na Administração Nacional de Energia (NEA), responsável pelo tema no governo chinês, existe grande interesse em utilizar o canal criado pela "Plataforma" para promover cooperação na área de biocombustíveis, tendo em vista recente meta nacional de aplicar padrão de 10% de etanol na mistura da gasolina, até 2020.

24. Nesta gestão, o Posto manteve estreito contato com a administração do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). O Brasil mantém o compromisso de ser membro fundador do banco e comunicou, em novembro de 2016, a intenção de subscrever 50 ações da instituição. Em 2017, obtivemos, com atuação decisiva da Embaixada, a extensão até 31 de dezembro de 2018 do prazo para a ratificação do acordo constitutivo. Nos termos do entendimento alcançado, o Brasil, na qualidade de membro fundador, deve realizar depósito de sua subscrição em cinco vezes, sendo a parcela devida até 31/12/2018 de US\$ 4 milhões, assim discriminada: primeira parcela do "paid in capital" referente a 2015 (US\$ 1 milhão); depósito anual referente a 2016 (US\$ 1 milhão), depósito anual referente a 2017 (US\$ 1 milhão) e depósito anual referente a 2018 (US\$ 1 milhão). O Acordo Constitutivo está sob análise do Congresso desde março passado.

#### Promoção comercial

25. Em relação à promoção comercial, a Embaixada organizou nos últimos 21 meses mais de quarenta eventos com o intuito de promover o potencial das exportações, do turismo brasileiro e das oportunidades de investimentos no Brasil.

Entre suas atividades de inteligência comercial, o Posto concluiu a atualização e publicação de nova edição do "Guia Como Exportar para China".

26. Empresas e entidades chinesas recorreram à Embaixada, em base diária, para colher informações e solicitar apoio na identificação de potenciais fornecedores brasileiros e na realização de missões compradoras ao Brasil. A Embaixada prestou informações a empresas chinesas com desejo de investir no mercado brasileiro. Também foram feitos contatos com representantes de governos provinciais e municipais chineses interessados em estreitar laços com contrapartes em nosso país. No período analisado, o SECOM respondeu a cerca de 120 consultas mensais de empresas em busca de novos negócios nos dois países.

27. A Embaixada apoiou e contribuiu para as discussões no âmbito do Foro Brasil-China, grupo informal constituído por pessoas jurídicas brasileiras com investimentos diretos ou escritórios de representação na China. Integram o Foro as seguintes empresas e instituições brasileiras: ALA Holding Group, Apex-Brasil, B3SA, Ciser, CNT, Embraer, Fras-le, Gnatus, Intelbras, ITB S.A, LATAM, Marcopolo, Noronha Advogados, Odebrecht, Oxiteno, Petrobras, Queiroz Galvão, Schulz Machinery, Simerx, Weg, e Yafela.

28. Foi mantida estreita coordenação com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e com o escritório da APEX-Brasil em Pequim. O trabalho integrado entre o SECOM e o Escritório da ApexBrasil nesta cidade propiciou o compartilhamento de informações, a definição conjunta de projetos prioritários e um atendimento mais eficiente às demandas do empresariado brasileiro.

29. Na assistência a missões brasileiras de promoção de exportações e atração de investimentos, a Embaixada apoiou

---

a elaboração da agenda a missões governamentais e empresariais que passaram por Pequim:

i) Missões organizadas por Estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso e Rio Grande do Sul;

ii) Missões organizadas por Municípios: Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo;

iii) Missões de órgãos federais: Ministério da Agricultura, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços, Agência Nacional do Petróleo, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos (ApexBrasil), Embratur;

iv) Missões organizadas por associações empresariais: Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Associação Brasileiras das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA).

30. No primeiro semestre de 2018 a Embaixada engajou-se na organização da participação brasileira na "China International Fair for Trade and Services" (CIFTIS) - a maior feira de serviços da China, a ser realizada entre 28 e 31 de maio. A presente edição do evento tem o Brasil como "país convidado de honra". Além de significativa delegação empresarial, a feira deverá contar com as participações dos ministros do MDIC e do Turismo.

31. Em setembro de 2017, por ocasião da visita de estado do presidente Temer, a Embaixada e a ApexBrasil organizaram, em cooperação com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o seminário "Investment Opportunities in Brazil", do qual participaram 320 representantes de alto nível de empresas chinesas dos setores de transporte, energia, finanças e alimentos, bem como representantes dos

Ministérios do Comércio (MOFCOM), da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros da China.

32. Com vistas à promoção dos alimentos brasileiros, a atuação dos SECOMs de Pequim e de Xangai viabilizou a participação brasileira na campanha do principal portal de comércio eletrônico de alimentos da China (Tmall Fresh, vinculado ao grupo Alibaba), no contexto do "Singles' Day" (11/11), conhecido como a "Black Friday" deste país. O evento, realizado na Embaixada, contou com cobertura de mídias chinesas e foi transmitido ao vivo pela Internet ("livestream"). Segundo dados do Tmall, mais de 14 milhões de pessoas assistiram à transmissão ao vivo e cerca de 200 mil clientes adquiriram carne bovina brasileira somente no dia 11/11. O êxito da iniciativa, que deve se estender este ano a novos produtos, justifica a prioridade conferida pela Embaixada à exploração do enorme potencial das plataformas de "e-commerce" como canais de distribuição e de exposição de produtos brasileiros (inclusive alimentícios).

33. O Posto dedicou-se à promoção do turismo entre Brasil e China. Entre outros projetos, empregou a mídia digital, com a divulgação de produtos e de destinos turísticos brasileiros na principal mídia social chinesa (WeChat, que conta com mais de 700 milhões de usuários) e no perfil oficial da Embaixada.

34. Em junho de 2017, o Posto garantiu a participação do Brasil na "14th Beijing International Tourism Exhibition" (BITE), a maior feira chinesa do setor de turismo. A parceria entre o SECOM e a LATAM possibilitou a participação brasileira sem custos para o erário. Dois meses antes, a Embaixada apoiou a realização, em Pequim, do seminário Brasil-Argentina de promoção do turismo, coorganizado pela Embratur e pela INPROTUR, sua homóloga argentina.

---

### Difusão cultural e imagem do Brasil

35. A difusão da cultura brasileira ocupou parte considerável do trabalho da Embaixada brasileira. Memorandos de entendimento assinados com o Museu Minsheng e com a China Film Group viabilizaram duas ações culturais de notável visibilidade: a exposição "Troposphere" e a importação do filme "Nise, o coração da loucura".

36. Em seus dois mil metros quadrados, a "Troposphere" exibiu, de dezembro de 2017 a março do corrente, obras de 21 artistas contemporâneos brasileiros e 21 homólogos chineses. Entre os brasileiros, apresentaram-se Vik Muniz, Adriana Varejão e Tunga. Tanto a escala do projeto quanto a qualidade dos trabalhos exibidos, que evidenciaram uma insuspeita convergência entre artistas tão distantes em termos geográficos, transformaram a "Troposphere" em um dos principais eventos da agenda cultural da capital chinesa. A exibição mereceu vasta cobertura da imprensa local e brasileira.

37. "Nise", filme vencedor do prêmio de melhor filme no festival de cinema do BRICS, abriu a mostra de cinema brasileiro em Pequim. Sua estreia representou um momento histórico: trata-se do primeiro filme brasileiro a ser exibido comercialmente na China. Além de "Nise", outros sete filmes foram projetados durante o festival.

38. Ainda no campo cultural, a Embaixada organizou ou apoiou outros eventos de destaque. A título de exemplo, podem ser mencionados recitais do violonista Nelson Latif e do pianista Pablo Rossi no National Center of Performing Arts (uma das mais importantes casas de música erudita da China), shows do cantor e guitarrista Vinicius Cantuária na casa de jazz Blue Note e a apresentação "Bossa Nova - Traditional Brazilian Music Concert", também no NCPA. Vale

citar ainda a exposição de fotografias sobre a Olimpíada do Rio de Janeiro e a exibição de filme da rede de televisão chinesa CCTV com os melhores momentos dos Jogos, no ensejo das comemorações do 7 de setembro do ano passado. Finalmente, a participação no lançamento do livro "100 fotógrafos foram ao Brasil", editado pelo China Daily.

39. A Embaixada empreendeu considerável esforço de diplomacia pública a fim de reforçar a percepção predominantemente positiva do Brasil junto ao público chinês. A página oficial da Embaixada e as contas no Wechat e no Weibo (equivalentes, na China, ao Facebook/Whatsapp e ao Twitter) são importantes ferramentas de divulgação da imagem do Brasil. Atualmente cerca de 500 mil chineses acompanham as redes sociais do Posto. Além de conteúdos próprios, a Embaixada divulga material elaborado por outras áreas do governo brasileiro, como a Presidência da República e os ministérios. A PR conta com perfil próprio no Weibo, com publicações em chinês feitas em colaboração com o Posto.

40. Estabelecemos boa interlocução com a agência oficial de notícias Xinhua, o que permitiu a divulgação de matérias e artigos assinados por autoridades brasileiras. Por ser a principal agência de notícias da China, a Xinhua tem as suas publicações reproduzidas em dezenas de outros veículos de imprensa deste país.

41. É oportuno mencionar também a colaboração entre a Embaixada e a Apex-Brasil iniciada em 2018 para, com o apoio de empresa de relações públicas local contratada para esse fim, divulgar os produtos agrícolas brasileiros junto ao consumidor chinês. A primeira atividade ocorreu em abril de 2018, quando cerca de 15 jornalistas chineses participaram de apresentação sobre economia e agronegócio

---

no Brasil. A iniciativa gerou mais de 60 inserções na mídia chinesa, atingindo milhões de leitores.

42. Esta gestão criou canal de transmissão de informações a um público externo qualificado, composto por profissionais dos mais diversos setores no Brasil - governo, empresários, 'think tanks' e mídia, entre outros -, com interesse ou atuação de relevo no contexto das relações com a China. O objetivo, ao compartilhar análises produzidas no Posto, é o de ampliar o conhecimento e a conscientização da sociedade civil brasileira sobre os principais aspectos da relação bilateral e a importância do trabalho da Embaixada. O Boletim Informativo da Embaixada em Pequim conta atualmente com mais de 50 destinatários qualificados.

43. Atenção especial foi dedicada à divulgação da língua portuguesa. O Chefe do Posto participou da 5ª reunião Ministerial do Fórum de Macau, realizada em outubro passado, responsável por aprovar o plano de ação 2017-2019 para aquele mecanismo de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Em março deste ano, esteve em Macau para participar dos eventos de celebração dos 15 anos do Fórum de Macau, que passaram em revista o caminho percorrido pela iniciativa. Em 2017, durante a presidência brasileira da CPLP, o Posto liderou a organização de cerimônia de comemoração do dia da língua portuguesa, como forma de homenagear profissionais e estudantes que se dedicam à promoção de nossa língua em Pequim.

44. A Embaixada divulgou oportunidades de estudo para brasileiros em universidades chinesas e para chineses nas instituições de ensino superior do Brasil. Prestou de forma regular atendimento aos estudantes brasileiros que se encontram neste país.

45. Na área de promoção da variante brasileira do idioma português, o programa de leitorado foi renovado por período adicional de dois anos junto à Universidade de Pequim – uma das principais instituições de ensino superior da China. Em 2017, foram realizadas duas aplicações do Exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, em coordenação com a Universidade de Comunicação de Pequim.

46. Na área de cooperação educacional, a Embaixada prestou apoio a missões de universidades brasileiras à China. Acompanhou os encontros em Pequim da delegação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e realizou reuniões com estudantes da Unilassale e com educadores da delegação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Também contribuiu para que representantes do Conselho de Bolsas da China (CSC) fossem ao Brasil para estabelecer contato com universidades brasileiras. O Chefe do Posto representou o Brasil na Reunião de Ministros da Educação dos BRICS, ocorrida em Pequim, em 5 de julho passado.

47. Em cooperação com as adidâncias militares, a Embaixada apoiou as atividades dos treze militares brasileiros que participam de cursos de intercâmbio oferecidos pelas forças armadas chinesas.

#### Cooperação científica e inovação

48. As principais áreas da cooperação científica sino-brasileira são: nanotecnologia e nanociência; biotecnologia; ciências agrárias; meteorologia, prevenção e mitigação de desastres naturais; energias renováveis; tecnologias do bambu e do ratã; e inovação em parques tecnológicos. Na área de pesquisa em energias renováveis, o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, criado em 2009 com base pela

---

Universidade Tsinghua e pela Coppe/UFRJ, é um modelo bem sucedido. Atualmente, o Centro vem expandindo seu escopo para incluir a cooperação com o setor privado, fomentando investimentos em usinas de biocombustíveis no Brasil.

49. Na área espacial, o programa mais emblemático é o de satélites de observação de recursos terrestres (CBERS). Em 5 de dezembro de 2016 o Embaixador participou da IV Reunião da Subcomissão de Cooperação Espacial. O encontro analisou a situação atual da órbita do satélite CBERS 4 e discutiu a importância do lançamento do satélite CBERS 4A. Com relação às pesquisas em clima espacial, houve consenso em finalizar a construção de laboratório conjunto.

50. A IV Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia teve lugar em Brasília, em 5 de setembro de 2017. Os principais temas de discussão foram a expansão das parcerias em: (i) Pesquisa em biotecnologia e Ciências Agrárias; (ii) Novos laboratórios e plataformas conjuntas; (iii) Nanotecnologia; e (iv) Cooperação em Parques Tecnológicos. A reunião deixou transparecer a prioridade chinesa para cooperação em temas agrícolas.

51. Durante esta gestão, a Embaixada do Brasil atuou como ponto de contato entre instituições brasileiras e chinesas com vistas a promover a cooperação bilateral em parques tecnológicos. Foi concluída a parceria para cooperação entre a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores do Brasil (Anprotech) e o Centro Torch de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e Industrialização da China (Torch Center). Em agosto de 2018, a ANPROTEC tenciona realizar missão à China para avançar a cooperação.

52. O Posto procurou fomentar o diálogo entre empresas inovadoras de nossos países com a realização de dois eventos voltados para o tema. Nesse campo, vale destacar a

compra por US\$ 1 bilhão da companhia brasileira de transporte 99 pela chinesa DiDi. O Posto centrou esforços na criação de mecanismos de diálogo constante entre a iniciativa privada e os laboratórios de pesquisa de ambos os países, em especial iniciativas de "match-making".

53. Em outubro de 2017, o Brasil depositou instrumento de acesso à Rede Internacional do Bambu e do Ratã (INBAR), organismo internacional baseado em Pequim para a promoção do uso sustentável desses recursos vegetais. O país pode se beneficiar enormemente com a adesão ao INBAR, tendo em vista que possui a segunda maior floresta de bambus do planeta e conta com grande potencial para desenvolvimento de indústrias nesse setor.

54. A Fiocruz iniciou cooperação na China no ano passado, estabelecendo parcerias com instituições nas regiões de Shenzhen ("The Third People's Hospital of Shenzhen", "BGI" e "ZTEICT Technology Company") e Pequim ("China's Centre for Diseases Control" e "Sinopharm").

55. Na área ambiental, eventos importantes foram realizados na China durante esta gestão. Em primeiro lugar, a 24ª reunião do BASIC (Pequim, abril/2017), que permitiu aos quatro países reiterarem o comprometimento com a implementação do acordo de Paris. Em segundo lugar, a reunião consultiva do Tratado da Antártida (Pequim, maio/2017). Por fim, a reunião dos ministros do Meio Ambiente do BRICS (Tianjin, junho/2017).

#### Política interna e relações internacionais

56. Além dos projetos acima descritos, a Embaixada ocupou-se em analisar e informar o governo brasileiro sobre a evolução das políticas internas e externas da China.

57. No âmbito interno, o período da gestão foi marcado por importantes processos. Em março de 2017, ocorreram as Sessões Gêmeas da Conferência Consultiva do Povo Chinês (CCPPC) e do Congresso Nacional do Povo (CNP). No segundo semestre, teve lugar o XIX Congresso do Partido Comunista Chinês, o mais importante evento da política local. Em março deste ano, realizaram-se novas Sessões Gêmeas, em que foi aprovado o fim da limitação temporal para o mandato presidencial.

58. Paralelamente ao seu crescente peso econômico, a China vem buscando ampliar sua projeção política no mundo. O posicionamento chinês pode ser observado no lançamento de iniciativas de grande ambição, como o "Belt and Road", e na participação mais ativa nos debates sobre temas globais. A crescente assertividade da China nas suas relações exteriores tem-se demonstrado com maior evidência nas instâncias multilaterais em que o país desempenha papel preponderante, como, por exemplo, a Organização de Cooperação de Xangai e os mecanismos de diálogo externo da Associação de Nações do Sudeste Asiático. No contexto "Belt and Road", por exemplo, foi realizado em maio de 2017 evento de alto nível que contou com a presença de 29 chefes de Estado ou governo e representantes de mais de 130 países.

59. As relações entre a China e os Estados Unidos foram objeto de acompanhamento detalhado pela Embaixada, em especial após a escalada do contencioso comercial entre os dois países no primeiro semestre deste ano. Mereceram atenção as reações chinesas aos acontecimentos da península coreana. Também foi analisado o relacionamento de Pequim com países como Rússia, Japão e Índia, além da presença chinesa na América Latina.

*Pequim, 10 de maio de 2018.*



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## RELATÓRIO N°           , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 39, de 2018 (nº 263/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*



SF/18830.65071-60

**RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da China e, cumulativamente na Mongólia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1986 completou a Pós-graduação em Administração na École Nationale



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

d'Administration em Paris, França, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (CAD) com a tese "Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC".

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1989 e Primeiro-Secretário em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, todos por merecimento.

Na Secretaria de Estado exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-01); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015) e Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2015). Chefiou a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais.

Em missões no Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-08) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-11), entre outros postos. Entre 2016 e 2018 foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Entre as obras que publicou destacam-se: "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; "Taxation and Representation in the WTO", *in* Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC" *in* Benjamim, Daniela Arruda (org.) *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro), Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Recebeu, também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.



SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Popular da China. O documento apresentado dá notícia da localização geográfica daquele país, bem como oferece amplo leque de outras informações.

Segundo o documento, a China conta com uma população de cerca de 1,37 bilhão de pessoas e uma área total de 9.561.000 km<sup>2</sup>. Seu Produto Interno Bruto (PIB) somou US\$ 12 trilhões e o PIB *per capita* foi de US\$ 8.643, em dados de 2017. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,738, ocupando a 90<sup>a</sup> posição entre 188 países. Trata-se do país mais populoso do mundo e com o terceiro maior território.

As relações bilaterais iniciaram-se em 1974, tendo sido elevadas à condição de Parceria Estratégica em 1993, passando a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Conversação e Cooperação (COSBAN). É o principal órgão decisório do plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC). Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

Com três Consulados-Gerais na China, em Cantão, Hong Kong e Shanghai, o Brasil instalou, em 2015, *Visa Centers* em Pequim, Xangai e Cantão, que contribuem para acelerar a tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo. A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais.

No que diz respeito à política externa chinesa, cinco eixos a orientam: a relação com Estados Unidos, Rússia e União Europeia; relação com países vizinhos; fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento; relações com organismos e foros multilaterais e a diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

O Brasil e a China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, onde se destaca a criação do novo banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Outros âmbitos de cooperação são o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau; o Foro CELAC-China e o BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, criado no



SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto.

No campo do comércio a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o Brasil é o nono parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

O Brasil exporta para a China principalmente soja, minério de ferro e petróleo e os componentes eletroeletrônicos representam 21% das importações totais oriundas da China.

No tocante aos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. De pouco mais de US\$ 300 milhões, em 2014, o estoque de investimentos superava, em 2014, US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

A Mongólia conta com população de 3,06 milhões de habitantes e tem área de 1.566.500 km<sup>2</sup>. Seu PIB é de US\$ 11,1 bilhões e o IDH é de 0,675 (108º lugar no ranking). O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas principalmente por empresas chinesas. Possui, ademais, uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, ano em que a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático. Nos últimos três anos, os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras e também assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Mongólia são pneus novos, máquinas para terraplanagem, produtos de confeitaria sem



SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

cacau, tabaco manufaturado. E importa compostos aminados de funções oxigenadas, cobertores e mantas, compostos de função carboxiamida e insumos para medicamentos.

A população brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de apenas dez habitantes.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



# **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

**2**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 43, DE 2018

(nº 280/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 280

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente no Principado de Andorra.

Os méritos do Senhor Pompeu Andreucci Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de maio de 2018.

EM nº 00101/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **POMPEU ANDREUCCI NETO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **POMPEU ANDREUCCI NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

Aviso nº 246 - C. Civil.

Em 23 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE POMPEU ANDREUCCI NETO**

CPF: 131.423.918-00

ID: 9723 MRE

1964 Filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci, nasce em São Paulo (SP), em 16 de março de 1964.

**Dados Acadêmicos:**

1986 Universidade de São Paulo, Bacharel em Direito

2009 Johns Hopkins University - Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Washington-DC. Mestre em Políticas Públicas Internacionais

**Cargos:**

1989 Terceiro-secretário

1995 Segundo-secretário

2000 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

**Funções:**

1992 Secretaria-Geral de Controle - Assessor de gabinete

1992-94 Secretaria de Controle Interno - Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro

1994-97 Nova York - Terceiro e Segundo-Secretário - Escritório Financeiro

1997-2000 Montevidéu - Embaixada - Segundo-Secretário

2000-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior - Assessor

2003 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Assessor Especial do Ministro de Estado

2003-06 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Chefe da Assessoria Internacional

2006-11 Washington - Embaixada - Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2011-14 Vice-Presidência da República - Assessor Diplomático do Vice-Presidente da República

2014-16	Vice-Presidência da República - Chefe da Assessoria Diplomática - 29 de agosto de 2014 a 19 de maio de 2016
2014-16	Vice-Presidência da República - Chefe da Assessoria Diplomática - 29 de agosto de 2014 a 19 de maio de 2016
2016	Presidência da República - Chefe do Cerimonial da Presidência da República

#### **Condecorações:**

2005	Ordem de Rio-Branco - Oficial
2011	Medalha Mérito Tamandaré
2012	Ordem de Rio-Branco - Grande Oficial
2012	Medalha da Vitória
2012	Medalha Cívica Regente Feijó
2014	Ordem do Mérito Militar
2015	Ordem do Mérito Naval
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico
2017	Ordem de Rio-Branco - Grã-Cruz
2017	Ordem do Mérito da Defesa - Grande Oficial

#### **Obras publicadas**

A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana

Itaipu Binacional - Origens e Conseqüências de uma Crise

La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne - Est-ce qu'il y en a Une?

Rio-Branco e a Questão do Acre - Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul

A Opção Realista em Política Internacional - O Pensamento de Hans Morgenthau

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****ESPAÑA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE A ESPANHA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino da Espanha
<b>GENTÍLICO:</b>	Espanhol (a)
<b>CAPITAL:</b>	Madri
<b>ÁREA:</b>	505.370 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	46,443 milhões
<b>LÍNGUAS OFICIAIS:</b>	Castelhano, catalão, galego, basco e aranês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Católica romana (68,5%); sem religião (16,8%); ateus (9,6%); outras religiões (2,6%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia parlamentar
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Bicameral: Congresso dos Deputados ( <i>Congreso de los Diputados</i> ) e Senado ( <i>Senado</i> )
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Presidente do Governo Mariano Rajoy (desde 2011)
<b>CHANCELER:</b>	Alfonso Dastis (desde 2016)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):</b>	US\$ 1,23 trilhão
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):</b>	US\$ 1,68 trilhão
<b>PIB PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 26,616 milhões
<b>PIB PPP PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 36,304 milhões
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	3,2% (2016); 2,4% (2015); 1,38% (2014); -1,22% (2013); -1,64% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0.884 (27ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2016):</b>	82.8 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2016):</b>	99,94%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	16,4% (Fonte: Eurostat)

<b>(2017):</b>	
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	euro
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Fernando Maria Villalonga Campos
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro de 80.480 brasileiros residentes na Espanha

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ESPANHA (FONTE: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Espanha</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	2,25	2,50	3,48	5,24	4,58	7,96	8,02	6,43	6,66
<b>Exportações</b>	1,03	1,53	2,15	3,40	2,63	4,67	3,54	2,94	3,81
<b>Importações</b>	1,22	0,97	1,33	1,84	1,95	3,29	4,48	3,49	2,85
<b>Saldo</b>	-0,19	0,56	0,82	1,56	0,68	1,38	-0,94	-0,55	0,96

Informação elaborada em 4 de maio de 2018, pela secretária Camilla Corá. Revisada em 07/05/2018, pela secretária Marcela Pompeu.

## APRESENTAÇÃO

O Reino da Espanha situa-se na Europa Meridional, majoritariamente na Península Ibérica. Seu território possui 505.370 km<sup>2</sup> de extensão e faz fronteira terrestre com Portugal, França, Andorra e Gibraltar. Ao sul, faz fronteira com o mar Mediterrâneo; ao norte, com o Golfo de Biscaia; e, a oeste, com o oceano Atlântico. No território espanhol, incluem-se, ainda, as ilhas Baleares, no Mediterrâneo; as ilhas Canárias, no oceano Atlântico; e as cidades autônomas de Ceuta e Melilla, que fazem fronteira com o Marrocos.

A Espanha, ao longo da história, foi tanto recebedora quanto fonte de influências externas, a exemplo da conquista, no século VIII, de parte da Península Ibérica por mouros provenientes principalmente do Norte da África. A Espanha era, ademais, a maior potência da Europa durante o século XVI, posição reforçada pelo comércio e pela riqueza de suas possessões coloniais, sendo estas os atuais países de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico (EUA), República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

**Rei Felipe VI**  
**Rei da Espanha**



O Rei Felipe VI (Felipe Juan Pablo Alfonso de Todos los Santos de Borbón y de Grecia) é o terceiro filho de Suas Majestades, o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia. Nasceu em Madri, em 30 de janeiro de 1968. Em 1993, graduou-se em Direito pela Universidade Autônoma de Madri. Em 1995, completou mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown. Em 2004, casou-se com Letizia Ortiz Rocasolano. Em 19 de junho de 2014, fez o juramento previsto no artigo 61 da Constituição da Espanha e foi proclamado Rei diante do Parlamento, assumindo o nome de Felipe VI.

**Mariano Rajoy**  
**Presidente do Governo**



Mariano Rajoy Brey nasceu em 1955, em Santiago de Compostela, capital da Comunidade Autônoma da Galícia. Formou-se em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela. Em 1996, dirigiu a campanha de José María Aznar à Presidência de Governo da Espanha. Exerceu os cargos de ministro das Administrações Públicas (1996-1999), da Educação e Cultura (1999-2000) e do Interior (2001-2002). Foi porta-voz e ministro da Presidência (2002-2003). Tornou-se, em 2004, presidente do Partido

Popular (PP) e líder da oposição no Congresso dos Deputados. Foi eleito presidente do Governo em 21/12/2011 e reeleito em 29/10/2016. Casado, tem dois filhos.

### **RELAÇÕES BILATERAIS**

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

Foi assinado, em 2003, o Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de grupos de trabalho. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica) que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

Brasil e Espanha têm dedicado, nos últimos dois anos, grande empenho para fortalecer seu relacionamento bilateral. A exitosa visita oficial do presidente do governo Mariano Rajoy ao Brasil, em 24/4/2017, a primeira de um presidente do governo espanhol depois de hiato de nove anos, foi a culminação da retomada da agenda de alto nível e de encontros ministeriais, iniciada em novembro de 2016, por ocasião da visita do então chanceler José Serra à Espanha. Durante a visita de Rajoy, foi aprovada nova Declaração Conjunta, contendo plano de ação que passou a orientar a agenda bilateral em suas diversas áreas temáticas. Segundo a Declaração, “o presidente Mariano Rajoy convidou o presidente Michel Temer a visitar a Espanha, o que foi aceito pelo mandatário brasileiro, em data a ser determinada de acordo com a conveniência mútua.”

A Comissão Ministerial, inaugurada em 2014, é um dos principais instrumentos de consultas bilaterais regulares e é chefiada por ambos os chanceleres. Durante a visita do presidente Rajoy ao Brasil, em 2017, foi

acordado que a Comissão deverá reunir-se a cada dois anos, alternadamente em cada país, sem prejuízo da possibilidade de os chanceleres manterem consultas mais frequentes, quando necessário. Decidiu-se, ainda, realizar, nos intervalos entre reuniões da Comissão Ministerial, consultas entre o Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Iberoamérica (SECIPI) da Espanha e o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

Destacam-se, no âmbito das visitas bilaterais recentes, aquela realizada pelo então ministro da Defesa, Raul Jungmann, acompanhado pelo Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, a Sevilha, para participar da cerimônia de entrega de aeronave C295 pela empresa Airbus; e a visita do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, a Madri, ambas em 2017. Em 2018, o Secretário de Estado para as Relações Exteriores da Espanha, Ildelfonso Castro, realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, para almoço e reunião de trabalho.

#### Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos espanhóis. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

### **POLÍTICA INTERNA**

O Reino da Espanha é uma monarquia parlamentar, na qual a chefia do Estado está a cargo do monarca, o Rei Felipe VI, que também cumpre o papel de árbitro do funcionamento estável das instituições e de símbolo de unidade nacional. A chefia do Executivo está a cargo do Presidente de Governo, cuja nomeação, pelo Rei, após as eleições gerais, depende de votação na qual a maioria do Congresso dos Deputados aprova seu programa de Governo, investindo-lhe no cargo.

O Presidente de Governo tem a prerrogativa de solicitar a dissolução das Cortes Gerais (Congresso dos Deputados e Senado) antes do término do mandato de quatro anos, convocando novas eleições. Necessita, para tanto, do consentimento do Rei, que detém o direito de dissolução das Cortes Gerais, exercido apenas a pedido do chefe de Governo. A

Constituição também prevê que o parlamento destitua o Governo, mediante aprovação de moção de censura.

A Constituição (1978) e a Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral (Lei 5/1985, modificada em 2011) conformam o marco jurídico dos processos eleitorais, por sufrágio universal, para o Congresso dos Deputados, o Senado, o Parlamento Europeu e as assembleias municipais. As eleições nas Comunidades Autônomas observam referida Lei Orgânica, mas também são regidas por leis eleitorais próprias. O ordenamento territorial espanhol compreende 17 comunidades autônomas, cada uma dotada por seu respectivo parlamento, e 52 províncias (incluídas as cidades autônomas de Ceuta e Melilla).

O Congresso dos Deputados é composto de 350 assentos, enquanto o Senado é integrado por número variável de membros – atualmente 266, entre os eleitos pelo voto direto e os designados pelos Parlamentos das Comunidades Autônomas. Os mandatos são de quatro anos, os quais, dada a natureza parlamentar do regime político espanhol, tanto em nível nacional quanto autonômico ou municipal, podem ser abreviados na hipótese de convocação de eleições antecipadas (por exemplo, em decorrência de moções de censura ou de perda da maioria parlamentar).

O sistema partidário espanhol é multipartidário, tanto em nível nacional como regional. Os principais partidos nacionais são o Partido Popular (PP), o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), o Podemos e o Ciudadanos.

A eleição de Mariano Rajoy, em outubro de 2011, encerrou fase de interinidade política que durou cerca de dez meses. Em 2016, o Presidente do Governo e líder do Partido Popular (PP) renovou seu mandato por mais quatro anos (2016-2020).

Na Catalunha, o governo regional (“Generalitat”) vinha sendo liderado por coalizão de partidos de diferentes orientações, como o Partido Democrático da Catalunha (PDCat) e a Candidatura Única Popular (CUP), cuja única agenda compartilhada é a independência catalã. Após a realização, pelo governo local, de referendo independentista, em 1º de outubro de 2017, em que 90% das cédulas contabilizadas indicaram voto a favor da independência, o Parlamento catalão votou a favor da declaração unilateral de independência por ampla maioria. Em reação, o Senado espanhol aprovou medidas, amparadas pelo artigo 155 da Constituição espanhola, que incluem a dissolução do Parlamento regional catalão, a

destituição de lideranças locais e a convocação de eleições regionais, marcadas para 21 de dezembro ("21-D"). O então presidente da Catalunha, Carles Puigdemont, acusado de desobediência, conspiração e uso indevido de fundos públicos, buscou refúgio na Bélgica, onde se entregou à polícia e recebeu liberdade condicional.

Em 28/10/2017, o Ministério das Relações Exteriores pronunciou-se oficialmente a respeito do tema, nos seguintes termos: “O governo brasileiro acompanha com atenção os desdobramentos relativos à Catalunha, rejeita a declaração unilateral de independência e reitera seu chamado ao diálogo com base no pleno respeito à legalidade constitucional e na preservação da unidade do Reino da Espanha”.

Nas eleições do 21-D, confirmou-se possível reedição de governo independentista respaldado pelo somatório de Junts per Catalunya (JxC), Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) e Candidatura Única Popular (CUP) no “Parlament”. Destacou-se, por outro lado, resultado considerado histórico do Ciudadanos (C’s) como partido mais votado e com maior bancada no Legislativo.

A maioria elegeu, em 17 de janeiro, o novo Presidente do Parlamento da Catalunha - deputado Roger Torrent, da ERC. A hipótese de investidura à distância de Carles Puigdemont foi desautorizada cautelarmente, em fevereiro último, pelo Tribunal Constitucional. O Tribunal Supremo espanhol tampouco autorizou o comparecimento de Jordi Sànchez, detido preventivamente em Madri, a sessão de investidura do Parlamento catalão convocada para março.

Em 22/03, foi realizada sessão no Parlamento catalão para apresentação da candidatura do ex-conselheiro de Governo, Jordi Turull, ao cargo de Presidente da Generalitat, a qual foi derrotada.

Em 25/03, a polícia alemã deteve Puigdemont a poucos quilômetros da fronteira entre Alemanha e Dinamarca. Posteriormente, em 5/4, obteve a possibilidade de aguardar em liberdade, por meio de pagamento de fiança. Atualmente, aguarda-se avaliação pelas autoridades alemãs da possibilidade de sua extradição para a Espanha.

O País Basco, atualmente governado pelo Partido Nacionalista Basco (PNV), tem adotado diálogo com o Governo nacional. Conforme havia anunciado em março de 2017, o grupo Euskadi Ta Askatasuna (ETA) entregou suas armas no dia 8/4/2017. Em 3/5/18, em comunicado lido por suas lideranças, o grupo ETA anunciou sua dissolução.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A Espanha é membro da UE desde 1986, faz parte do espaço Schengen desde 1995 e adotou o euro em 1999. É membro das Nações Unidas, tendo participado como membro não permanente do Conselho de Segurança nos períodos de 1969–1970, 1981–1982, 1993–1994, 2003–2004 e 2015–2016. Destaca-se, ainda, a qualidade da Espanha de membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), desde 1982, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1961. No que se relaciona à América Latina, a Espanha é membro fundador e sede (Madri) da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), criada em 2003.

A Chancelaria espanhola, sob o comando de Alfonso Dastis, tem dedicado empenho à recuperação do peso relativo da Espanha na Europa, sem descuidar dos tradicionais laços com a Ibero-América e o Magreb. Nesse contexto, a agenda de cooperação ibero-americana ganha peso como instrumento de projeção de contatos com países dessa região. A Espanha é, ademais, um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações, sendo o Brasil o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina.

A União Europeia constitui o núcleo da política externa espanhola. A Espanha é um dos principais fiadores do projeto de integração e também um de seus principais referentes políticos e econômicos, embora tenha ingressado tardiamente no bloco.

O processo separatista na Catalunha foi seguido de gestões por parte da Moncloa e da Chancelaria espanhola com vistas a impedir declarações de instituições, organismos ou parceiros internacionais que pudessem ser interpretadas como aprovação do processo. O governo espanhol logrou receber 116 declarações de apoio à unidade espanhola e nenhum reconhecimento ao processo independentista da Catalunha.

A crise gerada pela declaração unilateral de independência condicionou momentaneamente a diplomacia espanhola. Em 2018, a Espanha deve retomar sua presença internacional, com recuperação do ritmo das visitas bilaterais e da participação em reuniões multilaterais do presidente Mariano Rajoy e do chanceler Alfonso Dastis. As prioridades estariam na Ásia (com destaque especial para a China), na África, na América Latina (dado o ano eleitoral para alguns países da região) e na

participação na Cúpula Ibero-Americana, em novembro próximo, na Guatemala.

Para o governo espanhol, a situação futura de Gibraltar constituiu dos temas mais relevantes no contexto do Brexit. Trata-se de um território considerado oficialmente pela Espanha como uma colônia. Recentemente, Madri apresentou proposta de soberania compartilhada com o Reino Unido. O ponto de maior repercussão na Espanha do acordo celebrado entre Reino Unido e União Europeia para o Brexit (19/03/18) refere-se à inclusão de Gibraltar nas negociações durante o período de transição acordado (março de 2019 a dezembro de 2020). Trata-se da confirmação, no acordo, de que nada se aplicará a Gibraltar sem o consentimento da Espanha e do Reino Unido. O governo espanhol resguarda, assim, “direito de veto” sobre a questão, que poderá viabilizar eventual diálogo bilateral com o Reino Unido sobre o tema.

### **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia espanhola continua em trajetória de sólido crescimento, tendo encerrado o ano de 2017 com elevação de 3,1% no PIB. No último trimestre do ano passado, registrou-se ligeira desaceleração do crescimento econômico.

Em 2010, o então Presidente do Governo José Luiz Rodrigues Zapatero, do Partido Socialista, deu início a processo de reformas, mantido e aprofundado pelo presidente Mariano Rajoy. A economia espanhola já acumula quatro anos consecutivos de crescimento econômico, e a Espanha foi o país europeu que mais cresceu entre 2014 e 2016, com aumento acumulado de 7,8% no período. O país já recuperou cerca de 80%, em termos reais, do produto perdido durante a crise econômica.

As reformas econômicas e do mercado de trabalho conseguiram impulsionar a economia, o que levou a Espanha a crescer 1,2% a mais que média da zona do euro em 2016 e o dobro da média europeia em 2015. Apesar dos dados positivos, os efeitos da crise econômica continuam apresentando desafios, dos quais se destacam a redução do déficit fiscal, a redução da dívida pública e a diminuição das taxas de desemprego, atualmente em 17,2%.

Entre os setores que mais vêm contribuindo para o crescimento econômico espanhol, destacam-se o automobilístico e o de turismo. A indústria automobilística espanhola atingiu a marca de 2,8 milhões de

automóveis em 2016. No turismo, a Espanha superou em 2016 todos os recordes históricos para o setor, recebendo 75 milhões de turistas estrangeiros. Como esses números, o turismo superou o percentual de 11% do PIB em 2016.

### **Comércio exterior**

A Espanha foi o 12º parceiro comercial do Brasil, com 1,81% do comércio exterior brasileiro em 2017. Já o Brasil foi o 17º exportador (com 0,9%) e o 16º importador de produtos espanhóis, com 1,3% do total. Os produtos básicos predominaram nas vendas brasileiras (79%), ao passo que os itens industrializados assumiram participação majoritária no que tange às aquisições originárias do mercado espanhol (94%).

Após três anos de resultados negativos em transações comerciais com a Espanha, o Brasil reverteu a tendência deficitária no comércio bilateral e obteve superávit de US\$ 39 milhões em 2016 e de US\$ 963 milhões em 2017 (21º maior saldo positivo brasileiro). O fluxo comercial alcançou US\$ 6,67 bilhões em 2017 (+29% ante 2016). As exportações cresceram significativamente, em 46%, evoluindo de US\$ 2,6 bilhões, em 2016, para US\$ 3,8 bilhões em 2017.

As vendas de produtos básicos cresceram 69% e as de manufaturados, 13%. Vale notar a importância crescente do país europeu na importação de produtos do agronegócio brasileiro, que geraram receita de US\$ 1,7 bilhão em 2017, representando 44% das vendas para a Espanha. No caso da soja em grão, o Brasil respondeu por 55% das compras espanholas, com destaque a: milho (29%); café (10%); farelo de soja (11%); carne de frango (11%) e melões (34%).

O crescimento das exportações brasileiras refletiu, principalmente, o aumento nas vendas de óleo bruto de petróleo (+133% em valor e +50% em volume); soja em grão (+27% em valor e +24% em volume); milho (+641% em valor e +684% em volume); e de minério de ferro (+103% em valor e +20% em volume).

Os principais grupos de produtos brasileiros exportados para o mercado espanhol em 2017 foram: óleo bruto de petróleo (25,2% da pauta ou US\$ 959 milhões); soja em grão (19,9% ou US\$ 758 milhões); milho (11,5% ou US\$ 437 milhões); minério de ferro (5,6% ou US\$ 215 milhões); pasta química de madeira (3,9% ou US\$ 148 milhões); minério

de cobre (3,9% ou US\$ 147 milhões); café em grão (2,9% ou US\$ 110 milhões).

Já o aumento de 11% nas importações (de US\$ 2,57 bilhões, em 2016, para US\$ 2,85 bilhões em 2017) deveu-se, sobretudo, à expansão nas aquisições de óleo refinado de petróleo (+105% em valor e +80% em volume).

As principais aquisições brasileiras de produtos espanhóis em 2017 foram: óleo refinado de petróleo (18,8% do total ou US\$ 537 milhões); inseticidas, fungicidas, herbicidas (3,5% ou US\$ 101 milhões); compostos orgânicos de enxofre (2,7% ou US\$ 76 milhões); medicamentos em doses (2,6% ou US\$ 74 milhões); partes e acessórios de veículos automóveis (2,7% ou US\$ 71 milhões) e virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção (2,4% ou US\$ 68 milhões).

### **Investimentos**

A característica principal dos investimentos espanhóis é a presença de grandes conglomerados multinacionais com atuação destacada na América Latina, os quais funcionam em setores que possuem barreiras de entrada de mercado em função da necessidade de extenso investimento inicial, como os sistemas bancário, de transportes e logística, de telefonia, de engenharia, entre outros.

Observa-se recente saída de investimentos da região da Catalunha (queda de 39,8% na comparação 2016-2017), em função de insegurança jurídica gerada pelo recente plebiscito sobre a independência da região autônoma. Ainda assim, em 2017, a região foi a segunda maior em atração de investimentos, atrás somente de Madri, com 13% do total dos IEDs.

Recentemente, a nota de crédito da Espanha assignada pela agência de classificação de risco Moody's foi melhorada de "Baa2" para "Baa1". As outras 3 principais agências já tinham melhorado as respectivas notas do país. A Moody's baseou a decisão no sólido desempenho da economia espanhola e no limitado impacto econômico da situação na Catalunha.

O Brasil é o oitavo maior investidor externo da Espanha. Merece destaque, nesse escopo, a compra da siderúrgica SIDENOR pela GERDAU. As principais empresas brasileiras com presença na Espanha são: GERDAU, Andrade Gutierrez, ITAÚ UNIBANCO, TAM, VOTORANTIM e WEG.

A Espanha é o segundo maior país investidor no Brasil. Os investimentos espanhóis concentram-se nos setores financeiro, de transportes, telecomunicações e construções. As principais empresas espanholas com presença no Brasil são: ABERTIS (infraestrutura), AERONOVA (aviação e transporte naval), ACCIONA (infraestrutura), COMSA (infraestrutura), CEG (gás natural), FERROVIAL (transportes), IBERDROLA (energia elétrica), INDRA (T.I.), ISOLUX CORSÁN (infraestrutura), Meliá (hoteleiro), REPSOL (óleo e gás), Santander e Telefónica.

Cabo submarino: A Telebrás e a espanhola Ellalink anunciaram joint venture para o desenvolvimento de cabo submarino entre Madri e São Paulo, com hub em Fortaleza. Em abril de 2017, a joint venture anunciou que o cabo estaria operacional a partir de 2019 e aumentaria em até sete vezes a capacidade operacional de telecomunicações do Brasil na América Latina.

Banco Santander: O grupo Santander obteve, em 2017, lucro líquido de EUR 6,6 bilhões, alta de 7% em relação a 2016, impulsionado pelo forte crescimento do lucro do Santander Brasil (42%). Graças ao bom desempenho no Brasil, que representou, pelo segundo ano consecutivo, a principal fonte de lucros para o grupo espanhol, o lucro total do Santander em 2017 superou a soma dos lucros dos demais grandes bancos espanhóis. O peso da filial brasileira foi ainda maior em 2017, uma vez que o lucro do Santander no Brasil registrou crescimento de 42% em relação a 2016. O lucro ordinário obtido no Brasil, de 2,54 bilhões de euros, representou 26% do total do grupo. Essa é a maior participação da filial brasileira nos lucros nos últimos cinco anos.

Iberdrola: Em abril de 2017, a empresa espanhola do ramo energético Iberdrola, detentora de 39% da holding brasileira Neoenergia, maior empresa privada brasileira do setor de energia, anunciou que compraria fatia adicional de 15% da companhia brasileira. A intenção final seria fundir a Neoenergia com a Elecnor, outra empresa brasileira. Em junho de 2017, o CADE aprovou a operação, que gerou conglomerado privado do setor energético atuante no Brasil com faturamento anual estimado de R\$ 20 bi. A empresa declarou interesse específico em adquirir a Eletrobrás, em caso de progresso na privatização da estatal. A Iberdrola anunciou, ainda, em dezembro de 2017, investimentos de 400 milhões de euros na região de Santa Luzia, na Paraíba, em turbinas de energia eólica.

**Gestamp:** A Gestamp, multinacional espanhola especializada em todo o processo de fabricação de autopeças, acaba de anunciar a aquisição, em Sorocaba, da Scórprios Indústria Metalúrgica Ltda, fábrica fornecedora de componentes de carroceria para Toyota, que conta com 418 empregados e gerou faturamento de EUR 27 milhões em 2017. Com essa fábrica, a Gestamp visa a incrementar as relações comerciais com a montadora japonesa, que representa 30% da fabricação mundial de veículos.

**Telefônica:** A Vivo, subsidiária brasileira do conglomerado espanhol Telefônica, foi anunciada, em setembro de 2017, como ramo mais lucrativo do grupo. A Telefônica Brasil encerrou o ano passado como líder do mercado brasileiro de telefonia, com 97,8 milhões de acessos.

A Telefônica pretende replicar no Brasil a experiência de expansão da fibra ótica até o lar na Espanha, país com o maior acesso na Europa e o terceiro da OCDE. Em setembro de 2017, as linhas de fibra ótica da Telefônica Brasil cresceram 44% em termos anuais. A empresa lidera o mercado brasileiro de internet de banda larga de alta velocidade com 82% de quota.

A empresa anunciou planos de investir R\$26,5 bilhões até 2020, dos quais R\$ 2,5 bilhões na expansão da fibra ótica até o lar. O presidente da Telefônica Brasil mostrou-se otimista em relação às perspectivas da economia brasileira e à continuidade da rentabilidade por dividendo da empresa, atualmente na faixa de 6%.

### Dados de investimentos

	<b>Investimentos Espanha - Brasil (em milhões de US\$)</b>							
	<b>Estoque</b>						<b>Fluxo</b>	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan)
<b>Origem: Espanha</b>	77187	70569	59475	57524	37472	n.d	2309	35
<b>Origem: Brasil</b>	11187	15376	19103	16402	13481	12536	41	2

<b>CRONOLOGIA HISTÓRICA</b>	
<b>1492</b>	Descobrimto da América.
<b>1700</b>	Morte de Carlos II e fim da dinastia dos Habsburgo.
<b>1713</b>	Fim da Guerra de sucessão espanhola e assinatura do

	Tratado de Utrecht.
<b>1812</b>	Cortes de Cádiz e adoção da primeira constituição espanhola, cunho liberal.
<b>1814</b>	Retorno de Fernando VII da França e estabelecimento de governo absolutista.
<b>1873</b>	Proclamação da Primeira República.
<b>1874</b>	Restauração da Monarquia dos Bourbon com Alfonso XII.
<b>1888</b>	Fundação da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).
<b>1898</b>	Perda das últimas colônias. Assinatura do Tratado de Paris.
<b>1914</b>	Neutralidade na Primeira Guerra Mundial.
<b>1931</b>	Segunda República.
<b>1932</b>	Autonomia da Catalunha.
<b>1936</b>	Revolta do general Francisco Franco e início da Guerra Civil.
<b>1939</b>	Fim da Guerra Civil.
<b>1945</b>	Fim da Segunda Guerra Mundial.
<b>1955</b>	Ingresso da Espanha na Organização das Nações Unidas.
<b>1962</b>	Espanha solicita entrada no Mercado Comum Europeu.
<b>1975</b>	Morte de Francisco Franco. Juan Carlos I torna-se Rei da Espanha.
<b>1978</b>	Adoção da nova Constituição espanhola.
<b>1986</b>	Espanha ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
<b>1992</b>	Espanha é sede das Olimpíadas (Barcelona).
<b>2006</b>	Parlamento espanhol adota novo estatuto sobre a autonomia da Catalunha.
<b>2011</b>	Mariano Rajoy é eleito presidente de Governo da Espanha
<b>2014</b>	Juan Carlos I abdica do trono e Felipe VI é coroado o Rei da Espanha.
<b>2016</b>	Carles Puigdemont assume a presidência da Catalunha.
<b>2017 (outubro)</b>	Realização de plebiscito que registra vitória pela independência da Catalunha.
<b>2017</b>	Parlamento da Catalunha declara independência. Governo central determina a aplicação do artigo 155 da Constituição. Fuga de Puigdemont, acusado de desobediência,

	conspiração e uso indevido de fundos públicos, para a Bélgica.
<b>2017 (dezembro)</b>	Novas eleições autonômicas elegem maioria independentista na Catalunha.
<b>2018 (março)</b>	Puigdemont é detido na Alemanha, onde aguarda extradição para a Espanha.
<b>2018 (maio)</b>	O grupo ETA anuncia sua dissolução.

<b>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</b>	
<b>1834</b>	Espanha reconhece a independência do Brasil.
<b>1890</b>	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo governo da Espanha.
<b>1933</b>	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada.
<b>1962</b>	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro.
<b>1988</b>	Assinatura do Tratado de Extradicação entre Brasil e Espanha.
<b>1989</b>	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil.
<b>1991</b>	Assinatura do Convênio de Seguridade Social.
<b>1996</b>	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos.
<b>2001</b>	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha.
<b>2003</b>	Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.
<b>2005</b>	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do então Presidente do Governo da Espanha ao Brasil.

<b>2007</b>	Assinatura do Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais.
<b>2010</b>	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa.
<b>2011</b>	A então Ministra dos Assuntos Exteriores e da Cooperação da Espanha, Trinidad Jiménez, realiza visita a Brasília, ocasião em que mantém encontro com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
<b>2011</b>	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação.
<b>2012</b>	O então Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, José Manuel García-Margallo, realiza visita ao Brasil e é recebido, em Brasília, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
<b>2012</b>	O Rei Juan Carlos I realiza visita ao Brasil e é recebido pela então Presidente da República, Dilma Rousseff.
<b>2012</b>	Chegada à Espanha dos primeiros alunos do Programa Ciência sem Fronteiras.
<b>2012</b>	A então Presidente Dilma Rousseff realiza visita a Madri, ocasião em que se reúne com o Presidente do Governo, Mariano Rajoy, e com o Rei Juan Carlos I.
<b>2014</b>	O então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, realiza visita à Espanha e é recebido pelo Presidente do Governo, Mariano Rajoy.
<b>2015</b>	O então vice-presidente Michel Temer participa do Seminário empresarial "Brasil-Espanha: Rumo a uma Nova Aliança Empresarial" em Madri.
<b>2015</b>	O então ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, José Manuel García-Margallo, realiza visita ao Brasil e cumpre agenda em Brasília, São Paulo e Salvador.
<b>2016</b>	O então ministro das Relações Exteriores José Serra recebe o então

	secretário de estado de Comércio da Espanha, Jaime García-Legaz.
<b>2016</b>	Viagem do então ministro das Relações Exteriores José Serra à Espanha.
<b>2017</b>	Visita do Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, ao Brasil.
<b>2017</b>	O governo brasileiro publica nota rejeitando a declaração unilateral de independência da Catalunha.
<b>2018</b>	Visita ao Brasil do Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Espanha, Ildfonso Castro López, ocasião em que foi recebido pelo senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão.

<b>ACORDOS BILATERAIS</b>			
<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em vigor (data)</b>	<b>Publicação (D.O.U) (data)</b>
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas	15/04/2015	Em vigor: 06/08/2017	01/02/2018
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais.	23/08/2013	Em vigor: 23/08/2013 (Tramitação Ministérios/Casa Civil)	-/-
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a	24/07/2012	Em vigor: 01/03/2018 (Em Promulgação)	-/-

República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.			
Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	03/12/2010	Não em vigor (Tramitação Congresso Nacional). Obs: Tramitação Interrompida em Decorrência da Assinatura do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas de 15 de abril de 2015.	-/-
Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	07/02/2008	Em vigor: 07/02/2008	22/02/2008
Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	Em vigor: 07/04/2009	18/03/2009
Acordo entre a República Federativa do Brasil e do Reino da Espanha relativo à	17/09/2007	Não em vigor (Situação especial). Obs: Tramitação sobrestada para	-/-

Segurança de Informações Sigilosas		adequação à Lei de Acesso à Informação.	
Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	Em vigor: 10/11/2009	11/02/2010
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	Em vigor: 16/11/2009	13/12/2012
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	Em vigor: 31/08/2011	12/07/2013
Termo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Implementação do Projeto "Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti"	30/11/2006	Em vigor: 30/11/2006	07/02/2007

Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	22/05/2006	Em vigor: 01/02/2008	09/12/2008
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre Cessão de Tecnologia Turística	24/01/2005	Em vigor: 24/01/2005	02/02/2005
Protocolo de Colaboração em Matéria de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/01/2005	Em vigor: 24/01/2005	02/02/2005
Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha de 16 de maio de 1991	14/05/2002	Não em vigor (Em Ratificação)	
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-Sustentado da Região Semi-Árida Brasileira.	19/02/2002	Em vigor: 19/02/2002	26/08/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha em	11/11/1999	Em vigor	16/08/2004

Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.			
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	18/04/1997	Em vigor: 20/05/1998	20/07/1998
Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	07/11/1996	Em vigor: 22/04/1998	04/05/1998
Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	23/07/1992	Em vigor: 06/07/1994	04/08/1994
Acordo, por Troca de Notas, para Modificação do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 28 de novembro de 1949, conforme Aprovado na Ata Final da XIII Reunião de Consulta Aeronáutica Bilateral, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha.	31/10/1991	Em vigor: 31/10/1991	27/02/1992

Memorando sobre Operações de Interesse para os Dois Países, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	17/05/1991	Em vigor: 17/05/1991	-/-
Ata que Estabelece as Bases de um Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha.	17/05/1991	Em vigor: 17/05/1991	-/-
Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	16/05/1991	Em vigor: 01/12/1995	08/11/1995
Acordo, por Troca de Notas Verbais, para a Modificação do Regime Operacional do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 28 de novembro de 1949, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	02/10/1989	Em vigor: 02/10/1989	28/02/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	13/04/1989	Em vigor: 31/07/1991	04/07/1991
Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e	13/04/1989	Em vigor: 27/07/1992	20/08/1992

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha			
Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988.	26/04/1988	Em vigor: 05/10/1990	20/12/1990
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	02/02/1988	Em vigor: 30/06/1990	25/06/1990
Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Realização do Estudo de Revitalização da Cidade de João Pessoa, Paraíba.	09/04/1987	Em vigor: 09/04/1987	21/04/1987

Convênio de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha Fitossanitária.	12/04/1984	Em vigor: 12/01/1991	13/12/1990
Convênio Zoossanitário entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal.	12/04/1984	Em vigor: 07/03/1986	17/06/1986
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	12/04/1984	Em vigor: 11/06/1987	03/05/1984
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	Em vigor: 02/04/1993	08/06/1993
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha que Cria um	18/01/1983	Em vigor: 18/01/1983	02/03/1983

Grupo de Trabalho Específico para a Cooperação nos Setores Agrícolas, Pecuário, Florestal, Pesqueiro e Agroalimentar.			
Ajuste Administrativo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Aplicação do Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social Brasil-Espanha.	05/11/1981	Em vigor: 05/11/1981	26/03/1982
Entendimento sobre Mecanismo de Consulta entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	07/08/1979	Em vigor: 07/08/1979	19/09/1979
Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Estado Espanhol Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	Em vigor: 03/12/1975	05/01/1976
Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	23/10/1974	Em vigor: 23/10/1974	20/11/1974

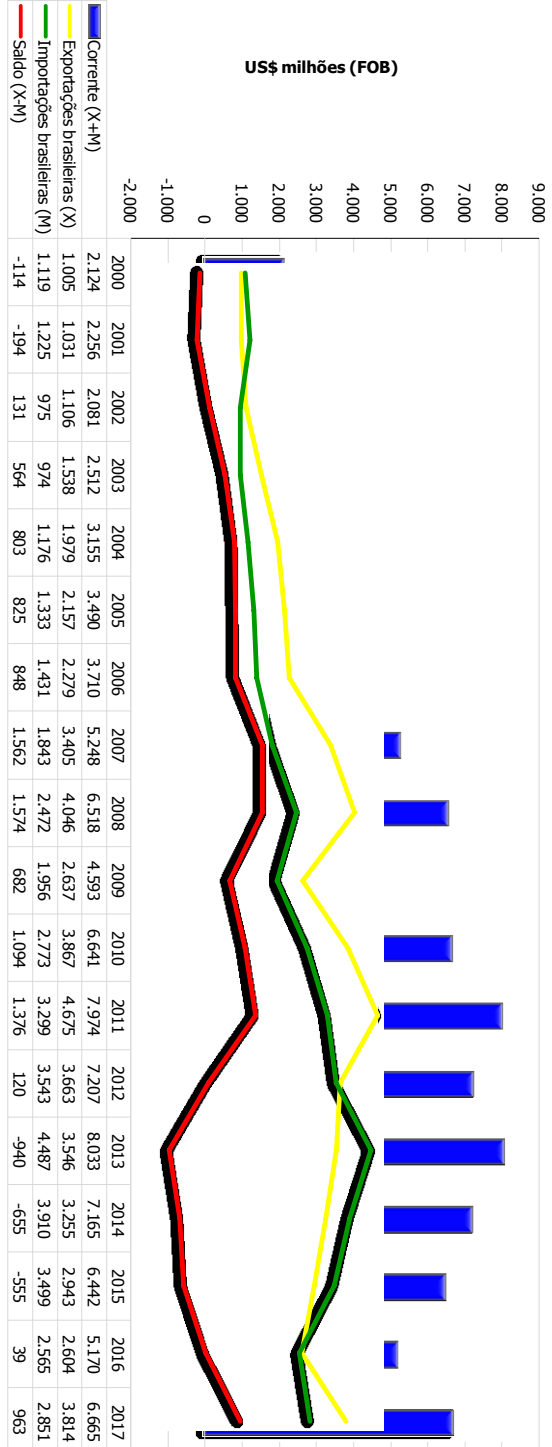
Acordo sobre Higiene e Sanidade Veterinárias entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha.	23/09/1971	Em vigor: 23/09/1971	09/08/1973
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Aprovação do Convênio Assinado entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações e a Companhia Telefônica Nacional da Espanha.	01/04/1971	Em vigor: 01/04/1971	-/-
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	12/08/1965	Em vigor: 11/10/1965	11/10/1965
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	02/12/1963	Em vigor: 02/12/1963	09/01/1964
Declaração Econômica Conjunta do Grupo Misto Hispano-Brasileiro de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do	28/01/1963	Em vigor: 28/01/1963	07/02/1963

Brasil e o Governo da Espanha.			
Acordo para Criação de um Grupo Misto de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	16/05/1962	Em vigor: 16/05/1962	-/-
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	13/10/1960	Em vigor: 01/11/1960	-/-
Acordo Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	25/06/1960	Em vigor: 01/06/1965	19/08/1965
Acordo, por Troca de Notas, Modificando o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	07/07/1952	Em vigor: 07/07/1952	-/-
Acordo Administrativo entre o Brasil e a Espanha por Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais, por Via Aérea	23/06/1951	Em vigor: 23/06/1951	22/08/1951

Acordo sobre Malas Diplomáticas Aéreas	23/06/1951	Em vigor: 23/06/1951	
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	28/11/1949	Em vigor: 22/02/1954	15/03/1954
Acordo Administrativo entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Espanha para Troca de Correspondência em Malas Especiais.	28/05/1919	Em vigor: 28/05/1919	05/06/1919
Convenção de Arbitramento entre os Estado Unidos do Brasil e o Reino de Espanha	08/04/1909	Em vigor: 29/06/1911	04/02/1912
Convenção entre o Senhor D. Pedro II Imperador do Brasil e o regente do Reino da Espanha para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	Em vigor: 30/04/1870	31/12/1870

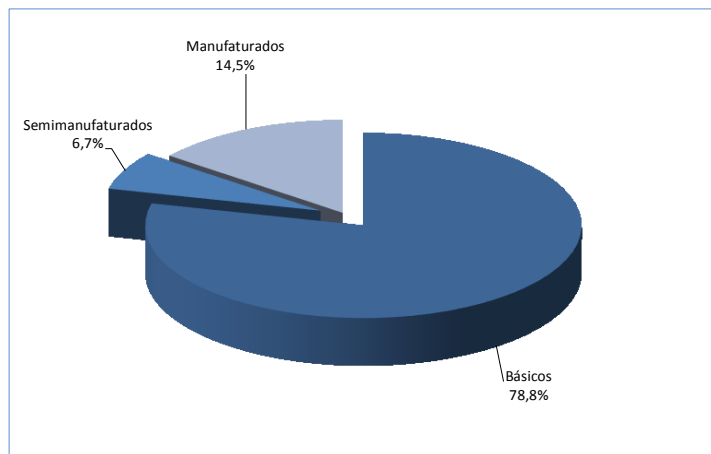
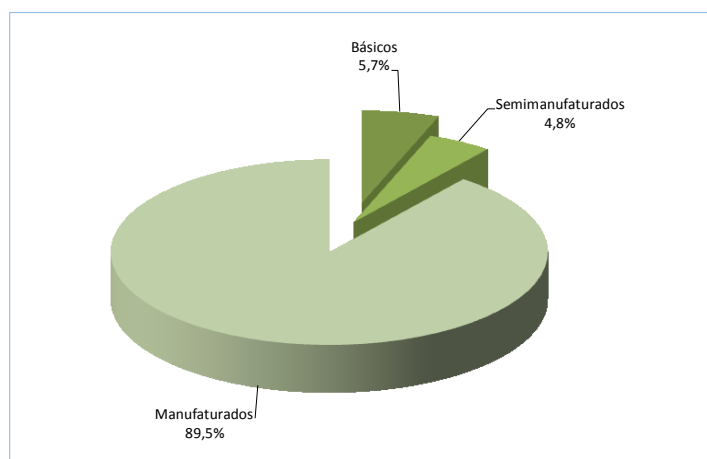
**DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**

## Comércio Brasil-Espanha



Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	819	638	1.458	181
2018 (jan-mar)	1.193	629	1.822	564

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

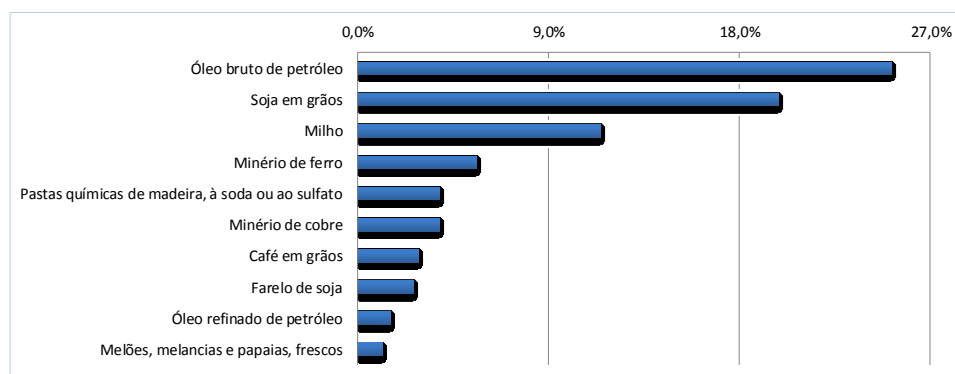
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para a Espanha (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	397	13,5%	411	15,8%	959	25,2%
Soja em grãos	909	30,9%	599	23,0%	758	19,9%
Milho	149	5,1%	59	2,3%	437	11,5%
Minério de ferro	160	5,4%	106	4,1%	215	5,6%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	103	3,5%	90	3,5%	148	3,9%
Minério de cobre	125	4,2%	115	4,4%	147	3,9%
Café em grãos	128	4,3%	110	4,2%	110	2,9%
Farelo de soja	154	5,2%	154	5,9%	100	2,6%
Óleo refinado de petróleo	0	0,0%	47	1,8%	59	1,6%
Melões, melancias e papaias, frescos	39	1,3%	35	1,4%	45	1,2%
<b>Subtotal</b>	<b>2.165</b>	<b>73,6%</b>	<b>1.726</b>	<b>66,3%</b>	<b>2.978</b>	<b>78,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>778</b>	<b>26,4%</b>	<b>878</b>	<b>33,7%</b>	<b>836</b>	<b>21,9%</b>
<b>Total</b>	<b>2.943</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.604</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.814</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

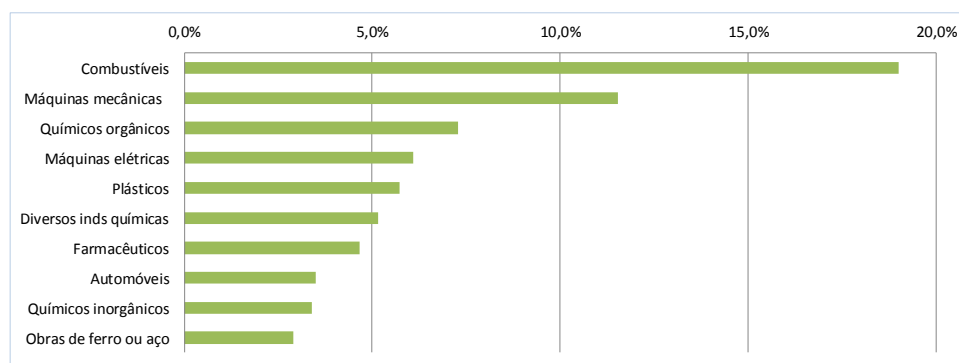


**Composição das importações brasileiras originárias da Espanha (SH2)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	437	12,5%	265	10,3%	542	19,0%
Máquinas mecânicas	542	15,5%	371	14,5%	329	11,5%
Químicos orgânicos	263	7,5%	227	8,8%	208	7,3%
Máquinas elétricas	365	10,4%	179	7,0%	174	6,1%
Plásticos	164	4,7%	170	6,6%	163	5,7%
Diversos inds químicas	47	1,3%	49	1,9%	147	5,2%
Farmacêuticos	149	4,3%	115	4,5%	133	4,7%
Automóveis	187	5,3%	109	4,2%	100	3,5%
Químicos inorgânicos	93	2,7%	91	3,5%	97	3,4%
Obras de ferro ou aço	105	3,0%	79	3,1%	83	2,9%
<b>Subtotal</b>	<b>2.352</b>	<b>67,2%</b>	<b>1.655</b>	<b>64,5%</b>	<b>1.976</b>	<b>69,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>1.147</b>	<b>32,8%</b>	<b>910</b>	<b>35,5%</b>	<b>875</b>	<b>30,7%</b>
<b>Total</b>	<b>3.499</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.565</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.851</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**

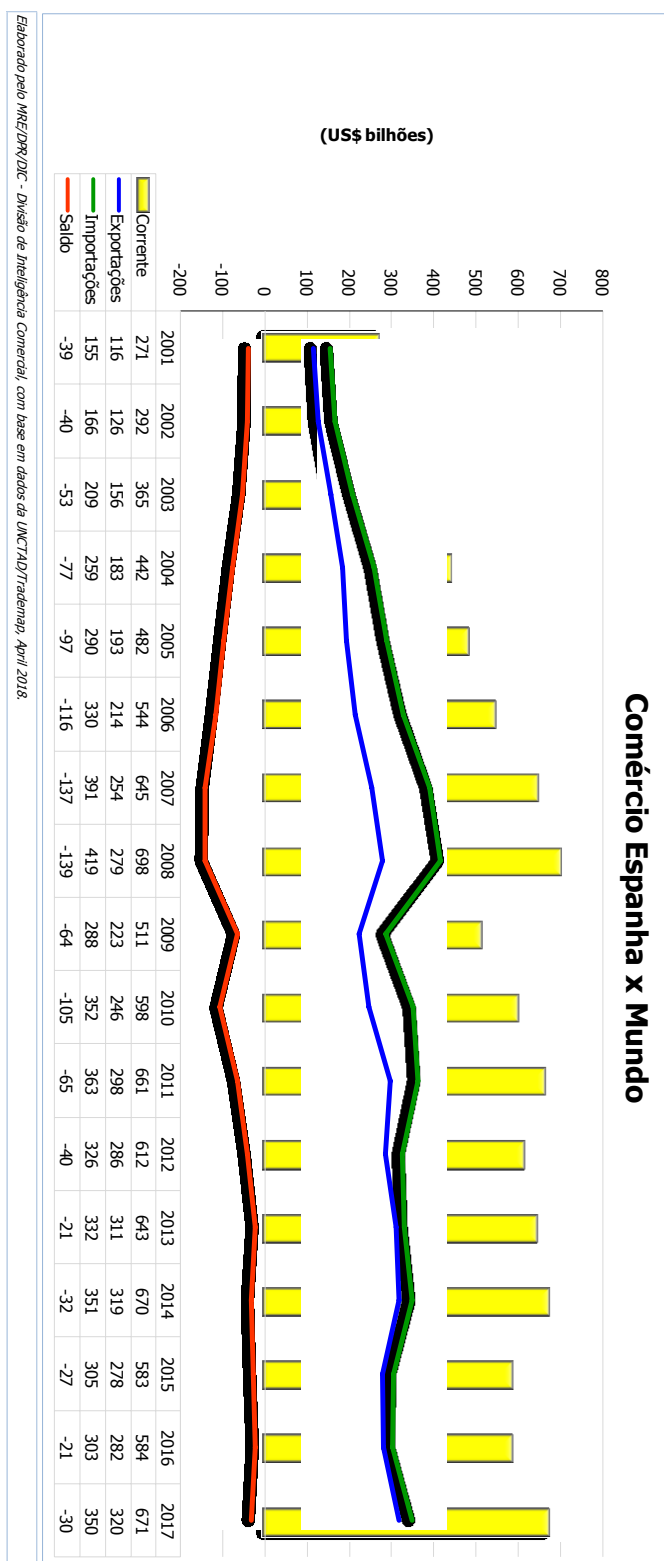


**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Óleo bruto de petróleo	208	25,4%	390	32,7%	Óleo bruto de petróleo 27%
Soja em grãos	181	22,1%	233	19,5%	Soja em grãos 19,5%
Farelo de soja	42	5,1%	80	6,7%	Farelo de soja 6,7%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	14	1,7%	59	4,9%	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato 4,9%
Minério de ferro	65	7,9%	55	4,6%	Minério de ferro 4,6%
Óleo refinado de petróleo	40	4,9%	45	3,8%	Óleo refinado de petróleo 3,8%
Milho	0	0,0%	44	3,7%	Milho 3,7%
Minério de cobre	51	6,2%	40	3,4%	Minério de cobre 3,4%
Café em grão	28	3,4%	26	2,2%	Café em grão 2,2%
Melões, melancias e papaias frescos	13	1,6%	17	1,4%	Melões, melancias e papaias frescos 1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>642</b>	<b>78,3%</b>	<b>989</b>	<b>82,9%</b>	
<b>Outros</b>	<b>177</b>	<b>21,7%</b>	<b>204</b>	<b>17,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>819</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.193</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Combustíveis	129	20,2%	84	13,4%	Combustíveis 13,4%
Máquinas mecânicas	53	8,3%	70	11,1%	Máquinas mecânicas 11,1%
Químicos orgânicos	45	7,0%	51	8,1%	Químicos orgânicos 8,1%
Farmacêuticos	32	5,0%	38	6,0%	Farmacêuticos 6,0%
Plásticos	38	6,0%	36	5,7%	Plásticos 5,7%
Máquinas elétricas	52	8,1%	34	5,4%	Máquinas elétricas 5,4%
Químicos inorgânicos	21	3,3%	31	4,9%	Químicos inorgânicos 4,9%
Automóveis	24	3,8%	28	4,5%	Automóveis 4,5%
Diversos inds químicas	19	3,0%	28	4,5%	Diversos inds químicas 4,5%
Óleos vegetais	14	2,2%	23	3,7%	Óleos vegetais 3,7%
<b>Subtotal</b>	<b>427</b>	<b>66,9%</b>	<b>423</b>	<b>67,3%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>211</b>	<b>33,1%</b>	<b>206</b>	<b>32,7%</b>	
<b>Total</b>	<b>638</b>	<b>100,0%</b>	<b>629</b>	<b>100,0%</b>	

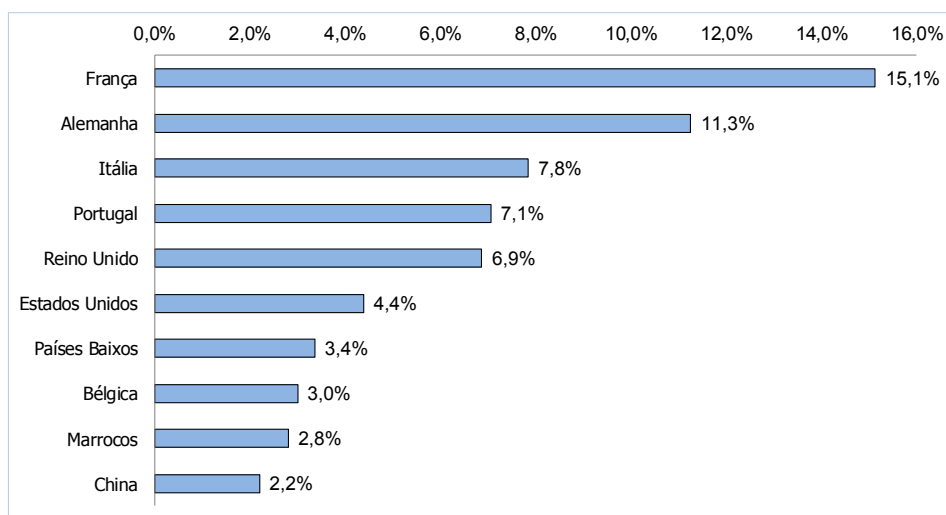
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



**Principais destinos das exportações da Espanha**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
França	48,5	15,1%
Alemanha	36,1	11,3%
Itália	25,1	7,8%
Portugal	22,6	7,1%
Reino Unido	22,0	6,9%
Estados Unidos	14,1	4,4%
Países Baixos	10,8	3,4%
Bélgica	9,6	3,0%
Marrocos	9,0	2,8%
China	7,1	2,2%
...		
<b>Brasil (17º lugar)</b>	<b>2,8</b>	<b>0,9%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>207,7</b>	<b>64,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>112,4</b>	<b>35,1%</b>
<b>Total</b>	<b>320,1</b>	<b>100,0%</b>

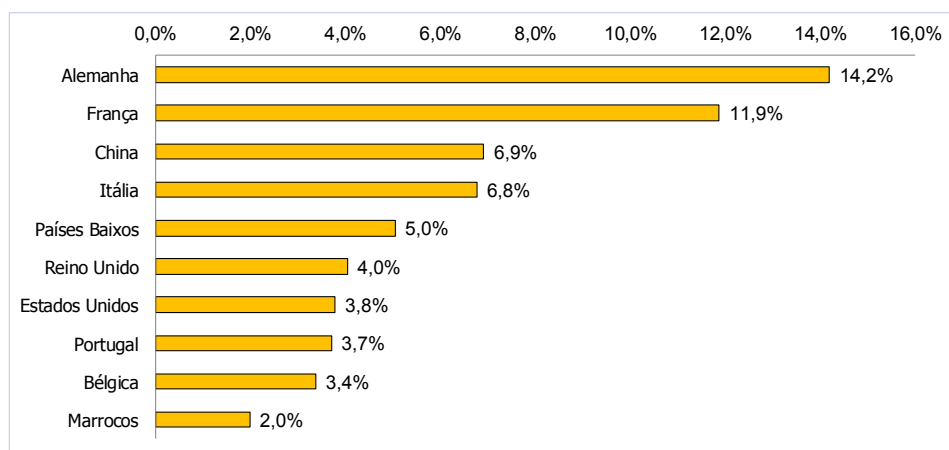
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Principais origens das importações da Espanha**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Alemanha	49,8	14,2%
França	41,6	11,9%
China	24,2	6,9%
Itália	23,7	6,8%
Países Baixos	17,7	5,0%
Reino Unido	14,2	4,0%
Estados Unidos	13,3	3,8%
Portugal	13,0	3,7%
Bélgica	11,8	3,4%
Marrocos	7,0	2,0%
...		
<b>Brasil (16º lugar)</b>	<b>4,5</b>	<b>1,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>220,7</b>	<b>63,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>129,7</b>	<b>37,0%</b>
<b>Total</b>	<b>350,4</b>	<b>100,0%</b>

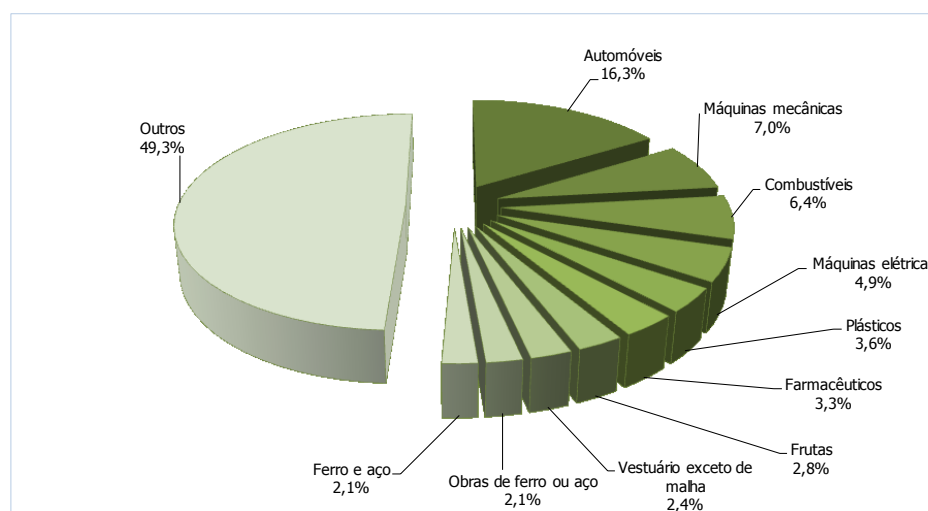
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Composição das exportações da Espanha (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Automóveis	57,0	16,3%
Máquinas mecânicas	24,4	7,0%
Combustíveis	22,3	6,4%
Máquinas elétricas	17,1	4,9%
Plásticos	12,4	3,6%
Farmacêuticos	11,6	3,3%
Frutas	9,6	2,8%
Vestuário exceto de malha	8,6	2,4%
Obras de ferro ou aço	7,5	2,1%
Ferro e aço	7,3	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>178</b>	<b>50,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>173</b>	<b>49,3%</b>
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

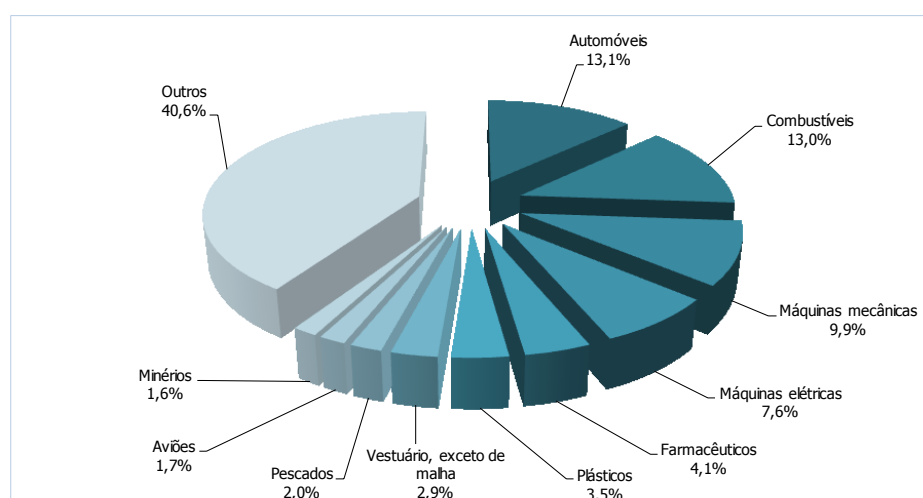


**Composição das importações da Espanha (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Automóveis	45,9	13,1%
Combustíveis	45,7	13,0%
Máquinas mecânicas	34,6	9,9%
Máquinas elétricas	26,6	7,6%
Farmacêuticos	14,4	4,1%
Plásticos	12,3	3,5%
Vestuário, exceto de malha	10,1	2,9%
Pescados	7,0	2,0%
Aviões	5,8	1,7%
Minérios	5,5	1,6%
<b>Subtotal</b>	<b>208,0</b>	<b>59,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>142,4</b>	<b>40,6%</b>
<b>Total</b>	<b>350,4</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da Espanha

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	3,24%	3,05%	2,75%	2,19%	1,86%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,23	1,31	1,51	1,58	1,66
PIB nominal "per capita" (US\$)	26.677	28.359	32.559	34.282	35.986
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,69	1,77	1,86	1,95	2,02
PIB PPP "per capita" (US\$)	36.444	38.286	40.290	42.124	43.814
População (milhões habitantes)	46,40	46,33	46,27	46,20	46,14
Desemprego (%)	19,64%	17,23%	15,51%	14,78%	14,19%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	1,57%	1,11%	1,61%	1,59%	1,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,92%	1,65%	1,57%	1,66%	1,70%
Câmbio (€ / US\$) <sup>(2)</sup>	0,95	0,83	0,83	0,83	0,83

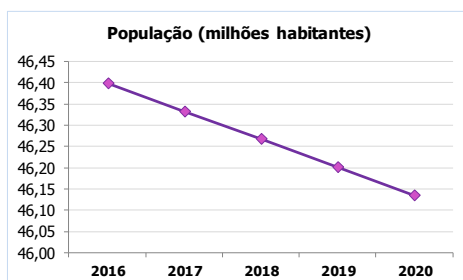
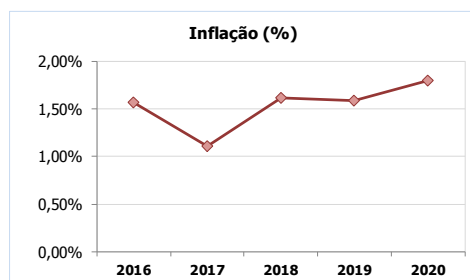
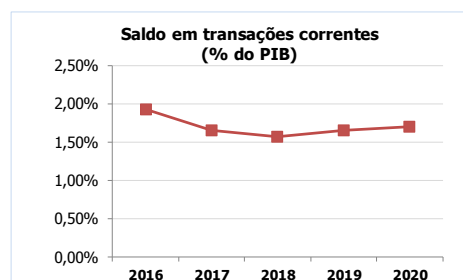
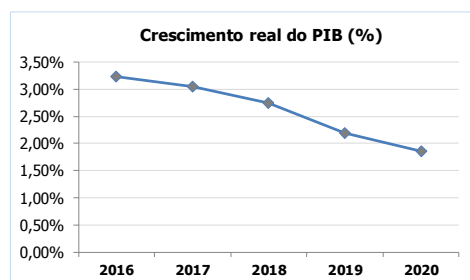
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	2,6%
Indústria	23,2%
Serviços	74,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****ANDORRA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Principado de Andorra
<b>GENTÍLICO:</b>	andorrano (a)
<b>CAPITAL:</b>	Andorra-a-Velha
<b>ÁREA:</b>	470 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	80.209 habitantes (2017)
<b>LÍNGUAS OFICIAIS:</b>	Catalão
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Católica (88,2%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Democracia parlamentar
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Unicameral (Conselho Geral)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Copríncipes: Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília (desde 12 de maio de 2003), representado por Josep Maria Mauri (desde 20 de julho de 2012); e Emmanuel Macron (desde 14 de maio de 2017), representado por Patrick Strzoda (desde 14 de maio de 2017)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-ministro Antoni Martí Petit (desde 1 de abril de 2015)
<b>CHANCELER:</b>	Maria Ubach Font (desde 17 de julho de 2017)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):</b>	US\$ 3,021 bilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):</b>	US\$ 3,56 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 40.394
<b>PIB PPP PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 48.643,31
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	2,8% (2017); 1,2% (2016); 0,8% (2015); 2,2% (2014); -0,3% (2013); -1,6% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,85 (32ª posição entre 188 países)

<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2016):</b>	81,5 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO:</b>	n.d.
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):</b>	3,7% (Fonte: CIA Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	euro
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há representação diplomática andorrana residente no Brasil.
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	n.d.

Fonte principal: www.estadistica.ad

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ANDORRA (FONTE: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Andorra</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	57,071	-/-	61,380	-/-	113,862	1,983,756	1,300,899	161,463	134,450
<b>Exportações</b>	26,895	40,418	61,096	34,492	101,037	171,243	14,649	152,825	100,953
<b>Importações</b>	30,176	-/-	284	-/-	12,825	181,2513	128,6250	8,638	33,497
<b>Saldo</b>	-3,281	-/-	60,812	-/-	88,212	-1,641,270	-1,271,601	144,187	67,456

Informação elaborada em 10 de maio de 2018, pela secretária Camilla Corá. Revisada em 11 de maio de 2018, pela secretária Marcela Pompeu.

## APRESENTAÇÃO

O Principado de Andorra é um país europeu localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km<sup>2</sup>, Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, San Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma coprincipalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois copríncipes: o bispo de Urgel, na Espanha, e o presidente da França. Seu parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

**PERFIS BIOGRÁFICOS****Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília  
Copríncipe**

Nascido em 1949, em Barcelona. Em 1965 entrou no Seminário, onde estudou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1974. O Padre Vives i Sicília foi nomeado posteriormente Bispo Auxiliar de Barcelona em 1993. Foi nomeado pelo papa João Paulo II como bispo coadjutor de Urgell em 2001. Após dois anos, tornou-se bispo de Urgell e, portanto, co-príncipe de Andorra.

**Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron  
Copríncipe**

Nasceu em 1977, em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade de Nanterre e concluiu Mestrado em Relações Públicas na Sciences Po. Formou-se na École Nationale d'Administration (ENA) em 2004. Trabalhou como funcionário público superior na Inspeção Geral de Finanças, e mais tarde, tornou-se banqueiro de investimento na Rothschild & Cie Banque. Foi nomeado vice-secretário geral do presidente por François Hollande, em 2012, e ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais, em 2014. Em 2017, aos 39 anos, tornou-se o presidente mais jovem da história da França.

**Antoni Martí Petit**  
**Primeiro-ministro**



Nascido em 1963, em Escaldes-Engordany (Principado de Andorra), é arquiteto graduado pela Escola de Arquitetura e Urbanismo de Toulouse (França). Na esfera política, ocupou vários cargos institucionais desde 1994. Foi Conselheiro Geral em três diferentes legislaturas entre 1994 e 2003, exercendo cargos de diferentes responsabilidades perante o legislativo. Em 2004, deixou o Parlamento para participar de eleições comunais, sendo eleito prefeito de Escaldes-Engordany durante dois mandatos consecutivos: 2004-2007 e 2008-2011. Em 2011, foi eleito para o cargo de primeiro-ministro, para o qual foi reeleito em 2015.

### **RELAÇÕES BILATERAIS**

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta, consentânea com as pequenas dimensões do país. Em razão desse aspecto e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos. Apesar de relações bilaterais ainda modestas, pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas, com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial.

As fluidas relações bilaterais culminaram em positivos resultados em termos de apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema ONU. Exemplos incluem o apoio ao professor Antonio Augusto Cançado Trindade nas eleições que resultaram, em 9 de novembro, na renovação de seu mandato à Corte Internacional de

Justiça e às candidaturas brasileiras ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT); ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO; à Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, para o período 2017-2021; ao Conselho de Direitos Humanos, período 2017-2019; e ao Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW).

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida.

Episódio marcante das relações bilaterais entre Brasil e Andorra consistiu na visita do ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília, em abril de 2013, quando manteve reunião com o então ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Tratou-se da primeira visita de chanceler andorrano ao país. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo, com o intuito de encorajar o intercâmbio de turistas e os investimentos mútuos na área, além do intercâmbio de especialistas e de troca de experiências e informações sobre turismo.

O presidente da República, Michel Temer, teve ocasião de saudar o chefe de governo do Principado, Antoni Martí Petit, e sua esposa durante a recepção por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Além disso, Petit coincidiu com o então vice-presidente Temer por ocasião da Cúpula Ibero-americana de Veracruz, em 2014. Em 2016, o então ministro do Turismo, Henrique Alves, manteve encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri, ocasião na qual a parte andorrana manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade do país com a Catalunha.

A cooperação bilateral segue focada no âmbito consular, dado o elevado número de turistas brasileiros que anualmente chegam ao Principado, assim como o emprego de nacionais brasileiros na indústria do turismo sazonal de inverno. Também são frequentes os intercâmbios de pedidos de cooperação jurídica internacional, sempre tramitados com rapidez e eficácia, com vistas às diligências judiciais cabíveis.

Nesse contexto, em abril de 2018, foi transmitida Nota Verbal ao Ministério dos Assuntos Exteriores do Principado de Andorra, em que se informa sobre a publicação, no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2018, da portaria de criação do Consulado Honorário em Andorra-a-Velha e da portaria de designação da senhora Maria Elena Redondo Torregrossa como Cônsul Honorária.

No plano ibero-americano, Andorra tem participação ativa. Desde 2005, o país participa das reuniões de Cúpula Ibero-Americana de chefes de Estado e de Governo. Em 2016, a capital andorrana ostentou o título de Capital da Cultura Ibero-americana e sediou a XXV Conferência Ibero-americana de ministros da Educação.

Andorra participou, ainda, por meio de contribuição financeira, em projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano. Entre temas de interesse, cumpre sublinhar a eleição de Andorra para assumir a Presidência Pro Tempore Ibero-americana, por ocasião do encontro de chanceleres ibero-americanos realizado, em dezembro último, em Antigua, Guatemala. Desse modo, a capital Andorra-a-Velha receberá, em 2020, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Registre-se, finalmente, que, em janeiro último, o Secretariado Executivo da CPLP circulou, por Nota, carta da ministra dos Assuntos Exteriores de Andorra, Maria Ulbach, à Secretária-Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, comunicando a decisão do Conselho de Ministros daquele país de apresentar candidatura à categoria de Observador Associado da CPLP.

## **POLÍTICA INTERNA**

As origens da organização estatal andorrana são baseadas no instituto do coprincipado e remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias"), instituição que evoluiu gradativamente até converter-se no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o presidente da República Francesa e o bispo de Urgel.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. Seu texto reafirma o regime do coprincipado parlamentar, sendo o presidente francês e o bispo de Urgel considerados símbolo e garantia da perenidade e independência de Andorra. O texto acordado assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinaturas de 10% dos habitantes), e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e dos integrantes do Judiciário. A aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e seu reconhecimento internacional.

Segundo a Constituição de Andorra, "os co-príncipes são o símbolo e a garantia da permanência e da continuidade de Andorra, assim como de sua independência e do sustento do espírito de igualdade nas relações de equilíbrio com os Estados vizinhos". Embora as atribuições sejam, na prática, meramente protocolares, o texto constitucional estabelece que os copríncipes representam as funções de arbitrar e moderar o funcionamento dos poderes públicos e das instituições andorranas.

Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmoçrates de Andorra" (DA), assumiu a chefia de governo do Principado de Andorra em abril de 2011, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano ao amplo processo de reformas iniciado por seu governo, raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em sete representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com oito deputados.

O PIB nacional permanece quase que exclusivamente dedicado ao sistema financeiro e ao turismo. As atuais prioridades do Governo andorrano consistem, em contexto dos planos de modernização da

economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização. A partir de então, Andorra firmou mais de vinte acordos bilaterais sobre intercâmbio de informação fiscal, bem como convênios para evitar bitributação.

Entrou em vigor, recentemente, uma das principais medidas legislativas com impacto sobre o modelo econômico andorrano: a lei de intercâmbio automático de informação em matéria fiscal. Trata-se do principal esforço de modernização da economia local, ao lado do empenho em receber dos sócios europeus e dos principais organismos mundiais o reconhecimento sobre a adequação da transparência do setor bancário local. Nos últimos anos, na esteira de crises e incertezas sobre o futuro da banca andorrana, houve reforço na presença internacional e elevação do padrão de liquidez para manter sua competitividade.

Com medidas que visam a maior transparência fiscal, associadas a uma tradição bancária de quase um século, com instituições financeiras com índices de solvência superiores a maioria das praças financeiras do mundo, Andorra tem experimentado importante dinamização em termos de investimentos recebidos do exterior.

O governo andorrano, por fim, tem o objetivo de consolidar a abertura do Principado ao exterior, ao identificar sete desafios a serem enfrentados pelo país: i) intercâmbio automático de informações tributárias; ii) soberania energética e sustentabilidade; iii) incremento da oferta educativa; iv) melhoria das comunicações com o exterior; v) aumento do investimento estrangeiro e da diversificação da economia; vi) oferta cultural; e vii) associação com a União Europeia.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Apenas em 1993 Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas. Nesse contexto, o país busca adequar-se paulatinamente ao amplo acervo de diplomas multilaterais, a exemplo do pedido de apoio à sua adesão à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Menores. Ainda no âmbito multilateral, Andorra sublinha a importância do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 4

(educação), declaradamente o eixo da diplomacia multilateral do Principado.

Trata-se, naturalmente, de país com limitada inserção internacional e com relações mais significativas com os vizinhos Espanha e França. Andorra possui apenas oito representações diplomáticas no exterior, o que supõe significativo esforço para ampliar seu escopo de atuação, em particular por meio das Cúpulas Ibero-americanas.

Ressalta-se a singularidade de Andorra como único país dotado de identidade em suas relações internacionais simultaneamente com a Ibero-América e com a Francofonia. O país mantém relações reconhecidamente excelentes com a Espanha, consubstanciadas em cerca de 40 acordos nos mais diversos setores e marcada por frequentes visitas de alto nível. O presidente Mariano Rajoy visitou o país em 2015 – a primeira visita de um presidente de Governo espanhol ao país.

Andorra está empenhada em negociações para um Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que lhe permita aceder, sem barreiras, ao mercado interior comunitário, preservando, contudo, especificidades próprias. O modelo a que aspira o Principado está calcado no acordo alcançado por Liechtenstein no marco do Espaço Econômico Europeu. Novo acordo sobre fiscalidade entre Andorra e UE, que pretende coibir a evasão fiscal, cumpre um dos requisitos da pretendida Associação, dentro dos mesmos parâmetros utilizados nas negociações do bloco com Mônaco e San Marino. Prevê-se que as negociações, que ainda precisam evoluir para as discussões sobre a liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, possam demorar, pelo menos, dois anos adicionais. A consecução do Acordo de Associação é percebida como instrumental para atrair investimentos produtivos que contribuam à diversificação econômica do país.

Além da ONU, Andorra é membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Tribunal Penal Internacional (TPI), da União Internacional de Telecomunicações (ITU), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Turismo, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

### **Intercâmbio comercial Brasil - Andorra**

As trocas comerciais Brasil-Andorra são ainda pouco expressivas, sendo o principado o 213º destino das vendas e a 180ª origem das compras brasileiras. Já o Brasil é o 29º importador e o 51º importador de bens andorranos. O fluxo comercial alcançou US\$ 134 mil em 2017 (+15% ante 2016). As exportações brasileiras cresceram 25% (de US\$ 81 mil em 2016, para US\$ 101 mil em 2017), ao passo que as importações caíram 8% (de US\$ 37 mil em 2016 para US\$ 33 mil em 2017).

Após cinco anos consecutivos de déficits brasileiros nas transações comerciais com o Principado, o Brasil reverteu essa tendência negativa e obteve superávits a partir de 2015 (US\$ 67 mil em 2017). Vale observar que não existe tradição nos produtos comercializados: a cada ano novos produtos compõem a pauta, que não se repete no período seguinte.

Em 2017, os produtos industrializados representaram a totalidade do fluxo comercial bilateral. Os produtos brasileiros exportados para Andorra naquele ano foram: obras de carpintaria para construções (63,8% ou US\$ 64 mil); artigos e equipamentos para ginástica e atletismo (23,6% ou US\$ 24 mil); livros e impressos (7,7% ou US\$ 8 mil); e brinquedos (4,3% ou US\$ 4,3%). Vale notar que esses produtos entraram na pauta em 2017, não constando, porém, das vendas de 2015 e de 2016.

Na mesma linha, os principais produtos importados pelo Brasil também não constaram da pauta de anos anteriores. São eles: tintas e vernizes (36,5% ou US\$ 12 mil); circuitos integrados eletrônicos (17,7% ou US\$ 6 mil); microfones e alto-falantes (14,1% ou US\$ 5 mil); virabrequins, manivelas e rodas de fricção (12,5% ou US\$ 4 mil); e obras de pedra (6,8% ou US\$ 2 mil).

#### **Possíveis oportunidades para o Brasil em Andorra (Fonte: Unctad/TradeMap)**

- Veículos automóveis de passageiros;
- Cervejas de malte;
- Preparações alimentícias não especificadas;
- Calçados de couro natural;
- Ouro, em forma bruta ou semimanufaturada;
- Carne bovina, fresca ou refrigerada;
- Partes e acessórios para veículos;
- Pneumáticos novos, de borracha;
- Produtos de tabaco e sucedâneos;

- Carnes salgadas/secas/defumadas.

### **Investimentos Brasil-Andorra**

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de fluxos de investimentos brasileiros diretos em Andorra atualmente.

A partir de 2012, o BACEN modificou a metodologia empregada para o registro do estoque de IED no Brasil, destacando o registro por "investidor final", que considera a origem da empresa investidora, em vez do país de origem imediata do capital. Com a nova metodologia, o estoque de investimentos diretos de Andorra no Brasil foi revisado para US\$ 3 milhões, volume financeiro diminuto que classifica Andorra como o 77º investidor estrangeiro no Brasil.

O país, tradicional praça bancária europeia, deixou de ser considerado paraíso fiscal pela OCDE a partir de 2009. Em junho de 2017, o crime de delito fiscal foi tipificado no país, significando progresso ainda maior no sentido de superação do estigma passado e na homologação de padrões financeiros estabelecidos pela União Europeia, no âmbito da negociação de acordo de associação entre o país e a UE.

<b>Oportunidades setoriais para o Brasil em Andorra - (exceto petróleo) - 2016 -</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 80 mil
Exportação total do Brasil	US\$ 185,2 bilhões
Importação total de Andorra	US\$ 1,4 bilhão
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,01% // 38º
<b>1) NCM/SH-8703 - Veículos automóveis de passageiros</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 4,8 bilhões
Importação total de Andorra	US\$ 115,5 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 45,2%)
<b>2) NCM/SH-2106 - Preparações alimentícias não especificadas</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 353,8 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 21,8 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 51,1%)
<b>3) NCM/SH-7108 - Ouro, em forma bruta ou semimanufaturada</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 2,9 bilhões
Importação total de Andorra	US\$ 18,0 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 99,2%)

<b>4) NCM/SH-8708 - Partes e acessórios para veículos</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 1,9 bilhão
Importação total de Andorra	US\$ 14,6 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 78,9%)
<b>5) NCM/SH-2403 - Produtos de tabaco e sucedâneos</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 65,3 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 13,5 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Alemanha (part. 52,6%)
<b>6) NCM/SH-2203 - Cervejas de malte</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 78,0 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 11,9 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 91,1%)
<b>7) NCM/SH-6403 - Calçados de couro natural</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 471,6 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 11,5 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 29,3%)
<b>8) NCM/SH-0201 - Carne bovina, fresca ou refrigerada</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 757,2 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 9,4 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 65,9%)
<b>9) NCM/SH-4011 - Pneumáticos novos, de borracha</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 1,1 bilhão
Importação total de Andorra	US\$ 8,6 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 74,4%)
<b>10) NCM/SH-0210 - Carnes salgadas, secas ou defumadas (bovina e suína)</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 420,5 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 7,9 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 99,9%)

<b>CRONOLOGIA HISTÓRICA</b>	
<b>1133</b>	O conde de Urgell cede Andorra ao bispo de Urgell.
<b>1278</b>	Nos termos do acordo de "pareage", Andorra adota fidelidade conjunta a um príncipe francês e um espanhol, após disputas entre herdeiros franceses do condado de Urgell e bispos espanhóis de Urgell.

<b>1419</b>	O Conselho da Terra, órgão eleito, é estabelecido para lidar com questões locais.
<b>1607</b>	Édito real francês estabelece que chefe de Estado francês e bispo de Urgell serão co-príncipes de Andorra.
<b>1936-39</b>	Tropas francesas são enviadas para proteger Andorra na Guerra Civil Espanhola.
<b>1939-45</b>	Andorra, neutra durante a Segunda Guerra Mundial, torna-se rota de contrabando da França de Vichy para a Espanha neutra.
<b>1982</b>	Primeiro ramo executivo do governo toma posse. Sua liderança é eleita pelo Conselho da Terra.
<b>1990</b>	Andorra assina acordo que estabelece união aduaneira com a União Europeia.
<b>1993</b>	Primeira constituição é adotada, por referendo. Documento reduz poderes feudais dos dois príncipes. Novos órgãos executivos, legislativos e judiciais do governo são criados.
<b>1993</b>	Andorra se junta às Nações Unidas.
<b>1993</b>	França e Espanha estabelecem embaixadas em Andorra.
<b>2004</b>	Assinado Acordo de Cooperação com a União Europeia, que entra em vigor no ano seguinte.
<b>2011</b>	Assinado acordo com a UE que permite que o euro seja a moeda oficial de Andorra. O acordo entra em vigor em 2012.
<b>2013</b>	Andorra introduz o imposto de renda pessoal pela primeira vez, sob pressão da União Europeia para combater a evasão fiscal.
<b>2016</b>	EUA suspendem sanções impostas em 2015 contra o quarto maior banco de Andorra, o Banca Privada d'Andorra, por lavagem de dinheiro.
<b>2016</b>	O Parlamento aprova planos para acabar com o sigilo das contas bancárias de residentes da UE a partir de janeiro de 2018.

#### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

<b>1993</b>	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado.
<b>1997</b>	Nomeação do primeiro embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri.
<b>2013</b>	O ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil, ocasião na qual é firmado Memorando de Entendimento sobre Turismo.

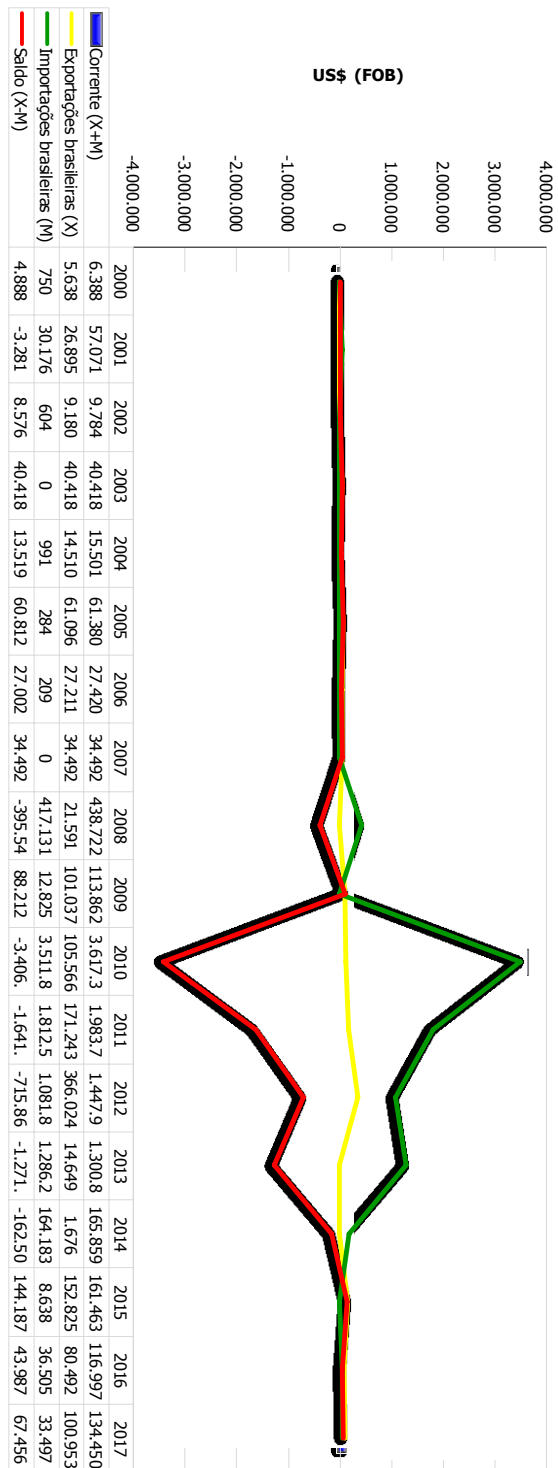
<b>2016</b>	O então ministro do Turismo, Henrique Alves, mantém encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri.
-------------	---

<b>ACORDOS BILATERAIS</b>
---------------------------

Não há registro de acordos bilaterais entre Brasil e Andorra no sistema Concórdia.

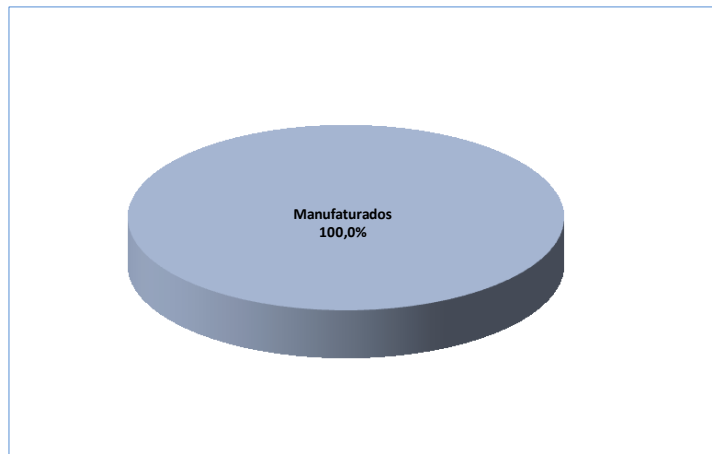
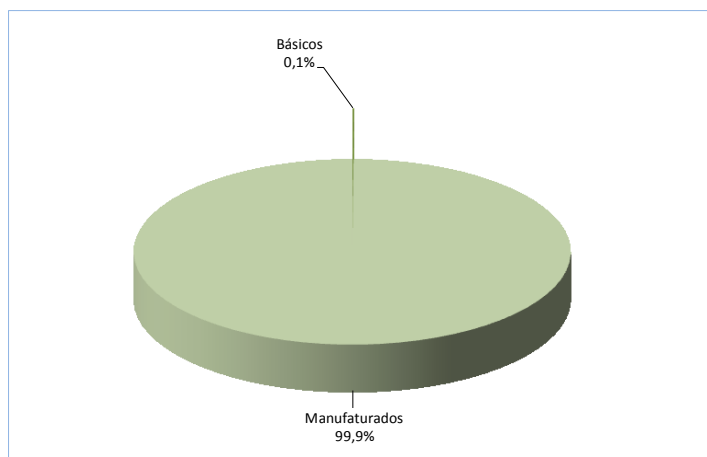
<b>DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS</b>
-----------------------------------

## Comércio Brasil-Andorra



Elaborado pelo MNE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-abr)	34.441	14.631	49.072	19.810
2018 (jan-abr)	1.014	8.861	9.875	-7.847

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

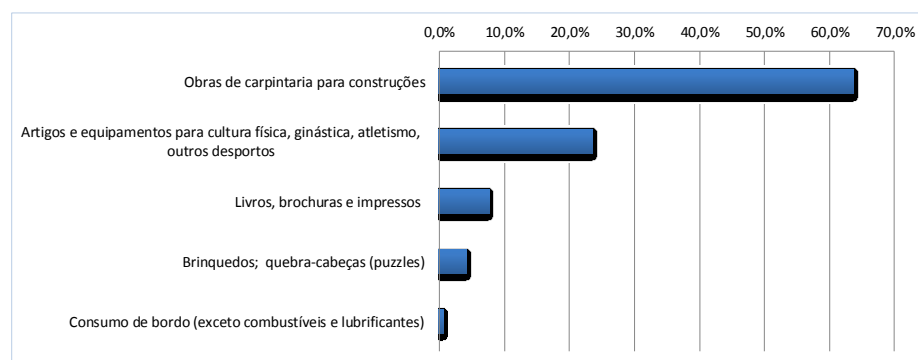
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.*

**Composição das exportações brasileiras para Andorra (SH4)**  
**US\$**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Obras de carpintaria para construções	0	0,0%	0	0,0%	64.361	63,8%
Artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, atletismo, outros desportos	0	0,0%	0	0,0%	23.875	23,6%
Livros, brochuras e impressos	0	0,0%	0	0,0%	7.760	7,7%
Brinquedos; quebra-cabeças (puzzles)	0	0,0%	0	0,0%	4.297	4,3%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	1.365	0,9%	5.200	6,5%	628	0,6%
Camisas de malha, de uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	32	0,0%
Máquinas de lavar louça	0	0,0%	46.019	57,2%	0	0,0%
Espingardas e carabinas de caça, armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes, aparelhos concebidos apenas para lançar	0	0,0%	24.564	30,5%	0	0,0%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	3.553	4,4%	0	0,0%
Ouro em formas brutas, semimanufaturadas ou em pó	151.460	99,1%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>152.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>79.336</b>	<b>98,6%</b>	<b>100.953</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.156</b>	<b>1,4%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>152.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>80.492</b>	<b>100,0%</b>	<b>100.953</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

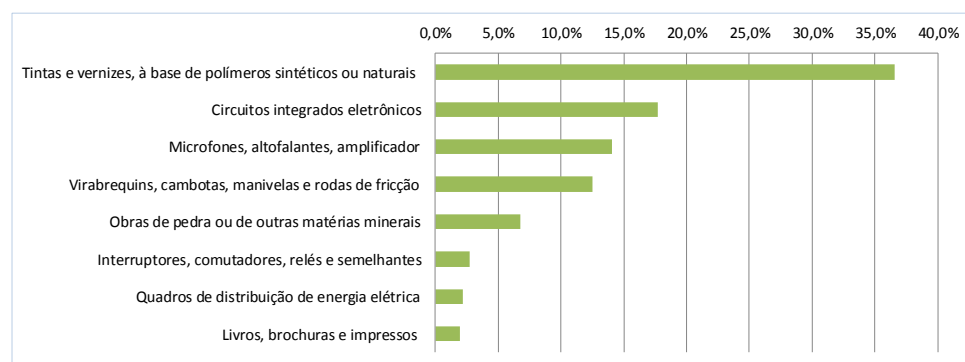


**Composição das importações brasileiras originárias de Andorra (SH4)  
US\$**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tintas e vernizes, à base de polímeros sintéticos ou naturais	0	0,0%	0	0,0%	12.243	36,5%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	0	0,0%	5.920	17,7%
Microfones, altofalantes, amplificador	0	0,0%	0	0,0%	4.715	14,1%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	4.203	12,5%
Obras de pedra ou de outras matérias minerais	0	0,0%	0	0,0%	2.275	6,8%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	1.233	3,4%	917	2,7%
Quadros de distribuição de energia elétrica	271	3,1%	0	0,0%	721	2,2%
Livros, brochuras e impressos	0	0,0%	0	0,0%	667	2,0%
Compostos orgânicos formados a partir da amônia	0	0,0%	34.999	95,9%	0	0,0%
Partes de motores e geradores elétricos	5.505	63,7%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>5.776</b>	<b>66,9%</b>	<b>36.232</b>	<b>99,3%</b>	<b>31.661</b>	<b>94,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>2.862</b>	<b>33,1%</b>	<b>273</b>	<b>0,7%</b>	<b>1.836</b>	<b>5,5%</b>
<b>Total</b>	<b>8.638</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.497</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



## Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

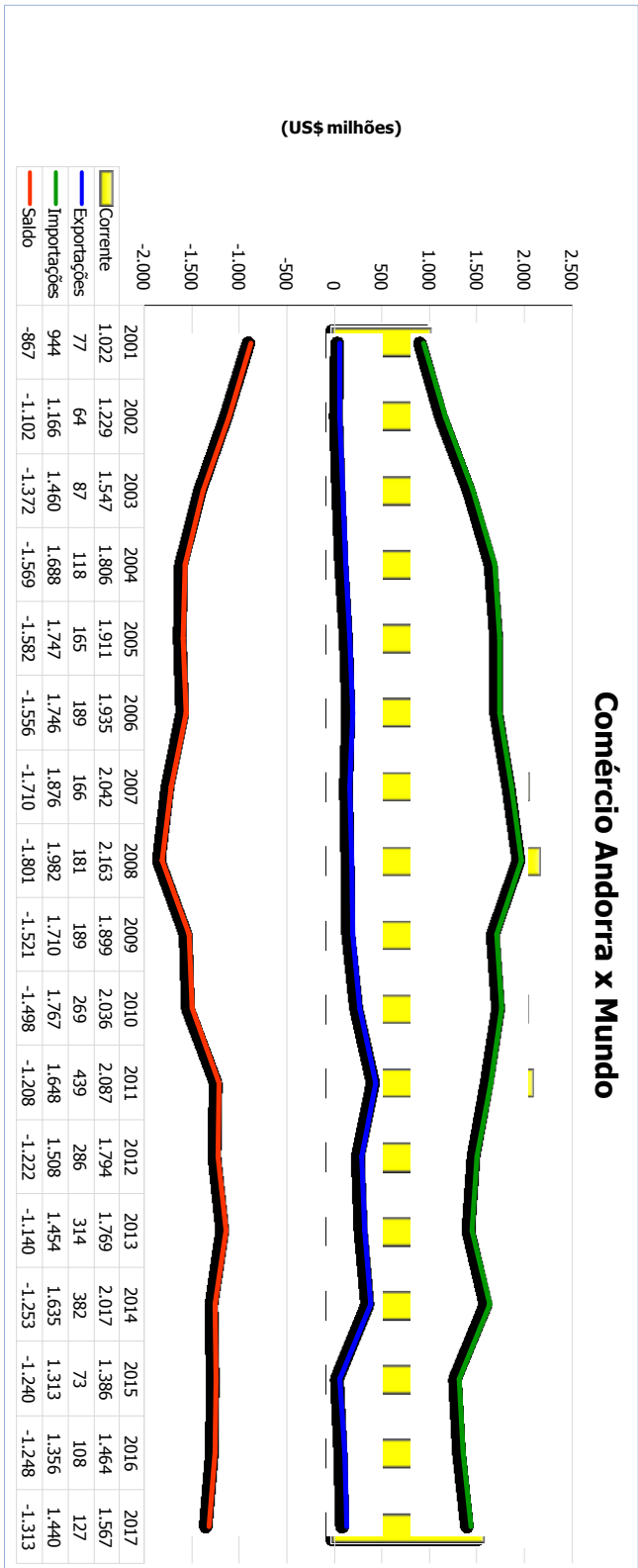
US\$

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	628	1,8%	1.014	100,0%	
Obras de carpintaria para construções	33.781	98,1%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>34.409</b>	<b>99,9%</b>	<b>1.014</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>32</b>	<b>0,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>34.441</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.014</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Aglutinantes preparados para moldes; produtos químicos e preparações das indústrias químicas	0	0,0%	7.945	89,7%	
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos	0	0,0%	438	4,9%	
Artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, atletismo, outros desportos	0	0,0%	373	4,2%	
Tintas e vernizes, à base de polímeros sintéticos ou naturais	12.243	83,7%	0	0,0%	
Obras de pedra ou de outras matérias minerais	1.839	12,6%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>14.082</b>	<b>96,2%</b>	<b>8.756</b>	<b>98,8%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>549</b>	<b>3,8%</b>	<b>105</b>	<b>1,2%</b>	
<b>Total</b>	<b>14.631</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.861</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

### Comércio Andorra x Mundo



Elaborado pelo MRE/DRQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

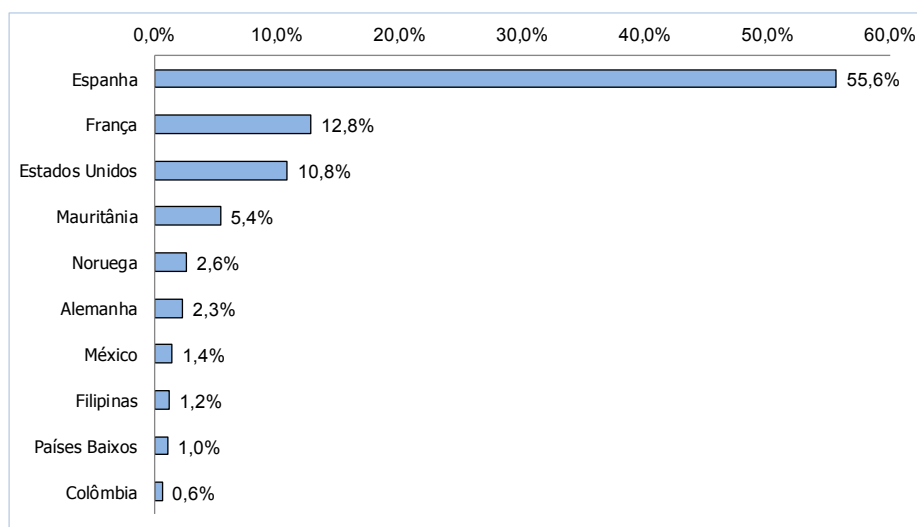
O país não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

**Principais destinos das exportações de Andorra**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	70,6	55,6%
França	16,2	12,8%
Estados Unidos	13,8	10,8%
Mauritânia	6,8	5,4%
Noruega	3,3	2,6%
Alemanha	2,9	2,3%
México	1,8	1,4%
Filipinas	1,5	1,2%
Países Baixos	1,3	1,0%
Colômbia	0,8	0,6%
...		
<b>Brasil (44º lugar)</b>	<b>0,03</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>119,0</b>	<b>93,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>8,0</b>	<b>6,3%</b>
<b>Total</b>	<b>127,0</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

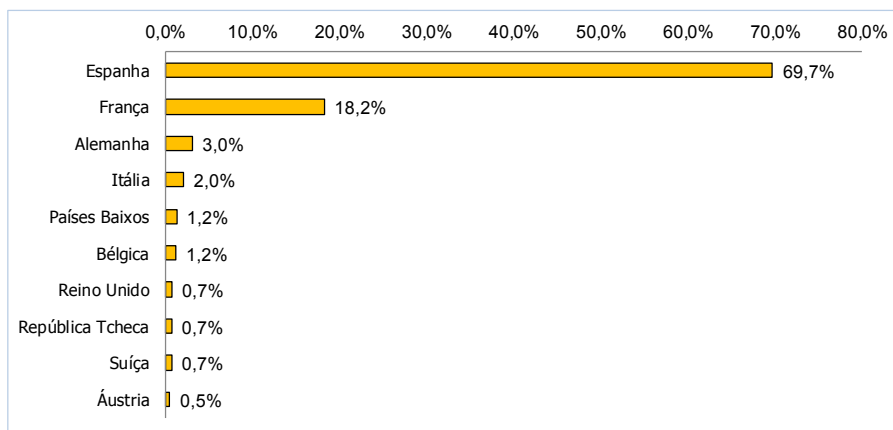


**Principais origens das importações de Andorra**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	1.003,1	69,7%
França	262,3	18,2%
Alemanha	43,9	3,0%
Itália	29,4	2,0%
Países Baixos	17,9	1,2%
Bélgica	16,9	1,2%
Reino Unido	10,0	0,7%
República Tcheca	9,8	0,7%
Suíça	9,5	0,7%
Áustria	7,1	0,5%
...		
<b>Brasil (38º lugar)</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.410</b>	<b>97,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>30</b>	<b>2,1%</b>
<b>Total</b>	<b>1.440</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



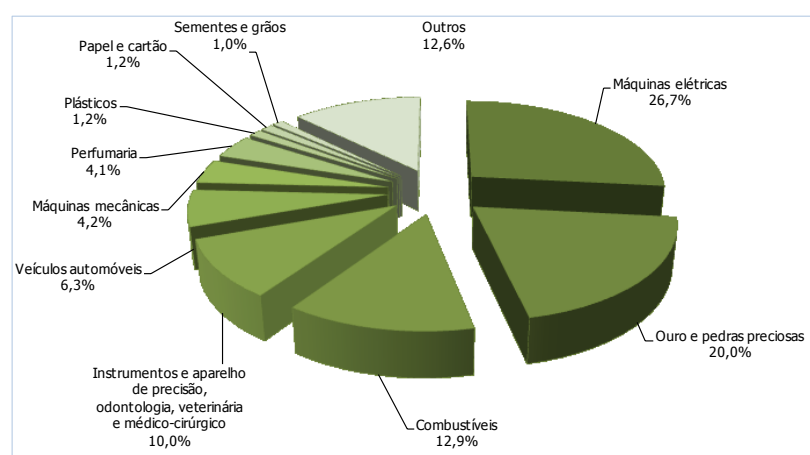
**Composição das exportações de Andorra (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part. % no total</b>
Máquinas elétricas	28,9	26,7%
Ouro e pedras preciosas	21,7	20,0%
Combustíveis	14,0	12,9%
Instrumentos e aparelho de precisão, odontologia, veterinária e médico-cirúrgico	10,8	10,0%
Veículos automóveis	6,8	6,3%
Máquinas mecânicas	4,5	4,2%
Perfumaria	4,4	4,1%
Plásticos	1,3	1,2%
Papel e cartão	1,3	1,2%
Sementes e grãos	1,1	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>94,7</b>	<b>87,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>13,7</b>	<b>12,6%</b>
<b>Total</b>	<b>108,4</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

*(1) Última posição disponível para composição da pauta exportadora.*



**Composição das importações de Andorra (SH2)**  
**US\$ milhões**

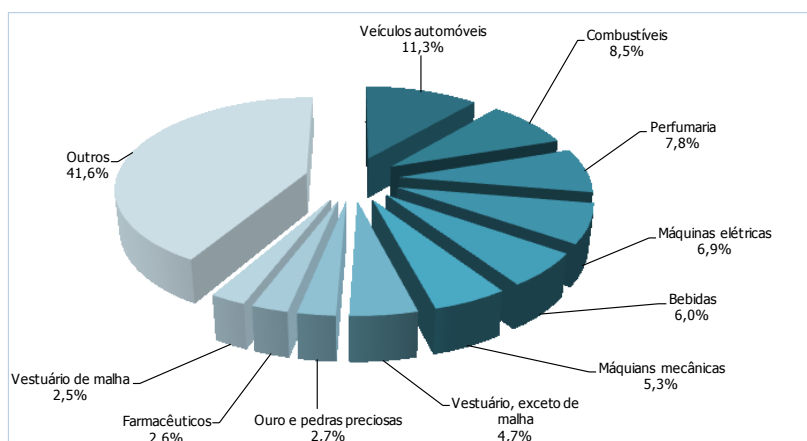
<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Veículos automóveis	153,6	11,3%
Combustíveis	115,3	8,5%
Perfumaria	106,3	7,8%
Máquinas elétricas	94,0	6,9%
Bebidas	80,8	6,0%
Máquinas mecânicas	72,2	5,3%
Vestuário, exceto de malha	64,0	4,7%
Ouro e pedras preciosas	36,3	2,7%
Farmacêuticos	34,9	2,6%
Vestuário de malha	33,8	2,5%
<b>Subtotal</b>	<b>791</b>	<b>58,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>565</b>	<b>41,6%</b>
<b>Total</b>	<b>1.356</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

*(1) Última posição disponível para composição da pauta importadora.*

**10 principais grupos de produtos importados**



**EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR ANTONIO SIMÕES**

Transmito, a seguir, meu relatório de gestão à frente da Embaixada em Madri (2015-2018).

**I - POLÍTICA INTERNA**

Desde 2016, em particular, dois temas dominaram a agenda política espanhola: o prolongado bloqueio institucional que impediu a formação do governo entre fins de 2015 e outubro de 2016 e o recrudescimento dos temas relacionados com a Catalunha.

O bloqueio político interno teve início ao final do primeiro mandato do Presidente de Governo Mariano Rajoy (2011-2015), quando, em conformidade com a Constituição, dissolveu-se o Congresso de Deputados e foram convocadas eleições gerais, ocorridas em dezembro de 2015. Embora vitorioso no pleito, o Presidente Rajoy não logrou arregimentar as forças políticas necessárias para a formação de novo governo, o que levou à repetição das eleições em junho de 2016. Rajoy foi investido novamente no cargo pelo Parlamento espanhol em outubro de 2016, após conseguir desbloquear a situação política interna mediante pacto que envolveu o apoio do partido Ciudadanos e a abstenção do Partido Socialista Obrero (PSOE).

O Presidente Mariano Rajoy foi reeleito com o desafio de consolidar a retomada do crescimento da economia espanhola. O desafio era considerado grande, sobretudo em vista das aguardadas dificuldades que o governo enfrentaria para levar adiante seu programa diante da peculiaridade de seu partido (PP) não dispor de maioria no Parlamento.

Decerto o principal desafio enfrentado pelo Presidente Rajoy em seu segundo mandato deu-se no plano político, pelo acirramento da questão catalã. Apesar das decisões em sentido contrário do Tribunal Constitucional, máxima instância da Justiça espanhola, o executivo catalão (Generalitat) levou adiante seus planos de convocar referendo soberanista ilegal no dia 1/10, mesmo em circunstâncias logísticas extremamente precárias. A despeito da ilegalidade e da precariedade logística do referendo, o Parlamento catalão aprovou, com base nos supostos resultados da consulta, a independência da Catalunha - fato que levou à inédita intervenção do governo central ao abrigo do Artigo 155 da Constituição espanhola, com o apoio do PSOE e do Ciudadanos.

A cúpula independentista da Generalitat acabou detida em decorrência de seu envolvimento no processo - com exceção do ex-Presidente Carles Puigdemont e cinco de seus ex-conselheiros que fugiram para Bruxelas. Puigdemont foi afinal detido por autoridades da Alemanha, quando de passagem por aquele país, onde aguarda decisão da justiça a respeito de pedido de extradição solicitado pelo Tribunal Supremo da Espanha.

As eleições autonômicas, convocadas pelo governo central, não implicaram o equacionamento definitivo da questão catalã. Os resultados do pleito reproduziram, em grande medida, a composição parlamentar previamente existente, ficando a cargo de coalizão de três partidos soberanistas (Junts per Catalunya, Esquerra Republicana da Catalunha - ERC e Candidatura Única Popular - CUP) a responsabilidade pela formação de novo governo. Dois candidatos apresentados para investidura tiveram seus nomes impedidos por determinação da Justiça espanhola - Carles Puigdemont e o ex-dirigente da entidade Assembleia Nacional da Catalunha, Jordi Sànchez, que se encontra em prisão preventiva. Um terceiro nome, Jordi Turull, chegou a ser indicado, mas não obteve o apoio dos radicais antissistemas da CUP.

## II- POLÍTICA EXTERNA

---

A Embaixada do Brasil em Madri tem mantido fluxo regular de informações a respeito das principais iniciativas espanholas em matéria de política externa, nos planos comunitário, regional e multilateral. Manteve, ademais, atento acompanhamento das agendas da Casa Real, da Moncloa, e do Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação (MAEC). Verificou-se a manutenção de agenda de promoção da "Marca España", ainda no contexto da recuperação da imagem da Espanha após a profunda crise econômica seguida, em 2016, pelo prolongado período de interinidade política e, em 2017, pela crise política da questão catalã. O processo separatista na Catalunha obrigou o governo espanhol a empreender uma série de gestões da Moncloa e da Chancelaria com vistas a impedir que qualquer instituição, organismo ou parceiro internacional fizessem declarações que pudessem ser interpretadas como aprovação do processo. Como resultado, o governo espanhol conseguiu 116 apoios explícitos e nenhum reconhecimento à tentativa de declaração unilateral de independência.

No plano da agenda internacional espanhola, a crise da Catalunha condicionou a diplomacia do país. O governo tem dado sinais de que planeja retomar sua presença internacional em 2018, especialmente com recuperação do ritmo das visitas bilaterais e da participação em reuniões multilaterais do presidente de Governo Mariano Rajoy e do Chanceler Alfonso Dastis. Algumas das prioridades para 2018 estariam na Ásia, na América Latina (dado o ano eleitoral para vários países da região) e na participação na Cúpula Iberoamericana, em novembro próximo na Guatemala.

Nos últimos anos, consolidaram-se como pautas prioritárias da Espanha a coordenação de alto nível nas negociações para a desconexão do Reino Unido da União Europeia, buscando preservar seu poder de veto para decisões relativas à situação futura de Gibraltar após o Brexit; e a resposta à crise migratória e dos refugiados, especialmente por meio de fortalecimento da agenda política com os países do Magreb e do Sahel.

O governo espanhol tem feito esforços de aproximação com a Argentina, com a visita do Presidente de Governo Rajoy à Argentina, no início de abril de 2018. A Espanha fortaleceu também a interlocução política com a Colômbia, à luz do propósito espanhol de contribuir, de forma ativa, para o êxito do processo de paz. No meio político espanhol tem prevalecido a percepção de sub-representação da Espanha nos organismos de cúpula da União Europeia. A recente eleição do ex-ministro de Economia Luis de Guindos ao cargo de Vice-Presidente do Banco Central Europeu serviu para amenizar essa percepção, mas o aumento da influência espanhola na União Europeia deve continuar como uma das prioridades internacionais do governo. O contexto do Brexit parece reforçar a impressão interna de que a Espanha pode aumentar seu peso relativo no grupo após a saída do Reino Unido.

### III- RELAÇÕES BILATERAIS

A gestão da Embaixada em Madri, desde 2016, tem procurado desenhar um novo enredo para a relação bilateral, construído a partir do vigoroso eixo econômico-comercial entre Brasil e Espanha, que possa enriquecer ainda mais a aliança estratégica política de alto nível, com encontros bilaterais frequentes que fomentem novas vertentes da agenda bilateral, expandido o eixo econômico para os eixos de ciência e tecnologia, inovação e energia. Buscou-se consolidar uma forte agenda política que se reverta em maior influência bilateral. Ambos os países parecem engajados hoje nesse novo enredo. As relações entre Brasil e Espanha - além dos vínculos históricos e culturais - beneficiaram-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil, no que ficou conhecido como a primeira grande onda de investimentos da nação ibérica no Brasil. Passada a segunda onda, nos anos 2000, o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação. A visita do Presidente Mariano Rajoy ao Brasil em abril de 2017, após nove anos de ausência, acompanhada dos presidentes das 12 maiores empresas espanholas, procurou criar as bases para uma terceira onda de investimentos, sobretudo no âmbito do "Plano Crescer" de investimentos do Governo Temer. O Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas, sendo o segundo destino

dos investimentos espanhóis no mundo, depois do Reino Unido, sendo seguido de perto por Cingapura. Ao mesmo tempo, a Espanha ocupa o segundo lugar entre os maiores investidores estrangeiros no Brasil, atrás dos Estados Unidos, e, se levada a razão investimentos X PIB, a Espanha seria o país com o maior estoque de capitais no Brasil, com 6,5% do seu PIB no País. É importante destacar a visita, em novembro de 2016, do Ministro José Serra em Madri, ocasião em que foi acompanhado dos Ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco; de Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Mauricio Quintella; e de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho), Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Embaixador Roberto Jaguaribe; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos; e representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em novembro de 2016. A visita de Serra e o amplo programa de reuniões em Madri, que começou a retomar a agenda de encontros de alto nível, criou as condições para a visita do Presidente Mariano Rajoy, em abril de 2017. Na ocasião, Rajoy, que escolheu o Brasil como sua primeira viagem fora do continente europeu no segundo mandato, em uma clara demonstração do prestígio do governo Temer junto à Espanha, se fez acompanhar de comitiva dos mais altos dirigentes das principais empresas espanholas, responsáveis pelos cerca de 65 bilhões de dólares hoje investidos no Brasil. A grande delegação de Mariano Rajoy se reuniu com o Presidente Temer no Planalto e participou de foros de trabalho e encontros com potenciais parceiros em São Paulo, para o fomento de novas parcerias comerciais e de investimentos. Várias visitas de alto nível à Espanha se seguiram ao encontro Rajoy-Temer, incluindo o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministro do Turismo e o Ministro da Defesa. Melhorou também substantivamente, após a visita de Rajoy a Brasília, a coordenação entre Brasil e Espanha nas delicadas e relevantes questões do multilateralismo e candidaturas de alto nível. Não se verificam hoje pontos de conflito no relacionamento bilateral. O tema dos inadmitidos nos aeroportos espanhóis, muito presente na virada do século, foi superado. COOPERAÇÃO EM DEFESA Com o apoio das adidâncias militares - Adidância de Defesa e do Exército; e Adidância da Marinha e Aeronáutica - o Posto manteve, ao longo do período considerado, intenso

contato com as autoridades espanholas no campo de defesa, com vistas ao estreitamento bilateral na matéria. A cooperação encontra-se pautada pelos seguintes acordos e mecanismos: Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa; Comissão Mista na Área de Defesa; e o Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa, inaugurado em setembro de 2015. A cooperação na área de defesa materializa-se no intercâmbio de alunos e professores em cursos de formação militar; na experiência positiva de contratos de aquisição de equipamentos; e na parceria em operações multilaterais de paz. Também conviria mencionar a visita do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, em junho de 2017, acompanhado do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, para participar de cerimônia de entrega de aeronave C295 pela empresa Airbus, em Sevilha.

**COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E ENERGIA** As relações de cooperação Brasil-Espanha em C, T&I são regidas pelo Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, de 1992. Tendo como referência as diretrizes estabelecidas no Convênio, a Embaixada buscou promover o relançamento da cooperação científico- tecnológica entre Brasil e Espanha em novas bases, mediante a assinatura de acordos que contivessem metas consistentes e iniciativas de relevo, de modo a dar nova perspectiva às comunidades científicas de ambos os países. De fato, a cooperação bilateral em C, T&I encontra-se em momento favorável. Ao longo dos últimos dois anos, viu-se um adensamento da agenda e da rede de acordos em função de várias visitas recíprocas, tanto de autoridades de governo, quanto de representantes do setor. Destaco, nesse sentido, a visita à Espanha, em 2017, do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, que cumpriu extenso programa de trabalho em Madri, incluindo com sua homóloga, a Secretária de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (SEIDI), Carmen Vela. Entre os resultados da vinda do MCTI, encontra-se a convocatória da I Reunião da Comissão Conjunta em C, T&I. A reunião, realizada em novembro de 2017, foi a primeira desde a sua criação, em 1992, e foi inaugurada pelo ministro Gilberto Kassab e pelo Secretário Geral para Ciência e Inovação do Ministério da Economia, Indústria e Competitividade espanhol, Juan María Vázquez. A realização dessa primeira reunião da Comissão Conjunta permitiu o mapeamento da cooperação e a identificação de interesses comuns sobre os quais se deve debruçar, inclusive com o compromisso de formação de grupos de trabalho temáticos nas

seguintes áreas: biotecnologia, saúde, nanotecnologia e indústria 4.0. (manufatura avançada), energia e cidades inteligentes.

Também mantiveram encontros de trabalho em Madri representantes da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entidades homólogas e centros de pesquisa. Entre os resultados desses encontros, destaque-se a segunda convocatória para a apresentação de projetos conjuntos entre a FINEP e o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial.

Por ocasião da visita do Presidente de Governo espanhol ao Brasil, em abril de 2017, a Secretária Carmen Vela participou, em São Paulo, do evento de lançamento do cabo submarino de fibra ótica entre os dois países. O cabo, em construção pela empresa Ellalink (na qual a Telebrás tem participação acionária), interligará a Europa e a América do Sul. Sua extensão prevista será de 6.000 km, com capacidade de 30 Tbps, 700 vezes maior que a velocidade atual do cabo Atlantis-2, que interliga os dois continentes, mas que se encontra desatualizado e é capaz de transmitir apenas dados de voz. A visita de Rajoy ao Brasil rendeu, também, a assinatura dos seguintes acordos de cooperação que assentam as bases de um diálogo mais institucional e profundo entre Brasil e Espanha em cooperação científica. Trata-se de acordos entre as seguintes agências: FINEP-Agência Estatal de Pesquisa (AEI); FAPESP - SEIDI; e FAPESP - CDTI. Esses acordos, somados a iniciativas de relevo, como a construção do cabo submarino, e a inauguração da Comissão Conjunta em C, T&I, constituem os alicerces de uma cooperação bilateral em ciência e tecnologia cada vez mais robusta.

#### IV - COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação Brasil-Espanha na área educacional tem-se demonstrado uma frente dinâmica e pulsante do relacionamento bilateral. A mobilidade acadêmica é bastante intensa, assim

como a cooperação entre as universidades. Apenas por programas oficiais, o Brasil enviou mais de cinco mil alunos de graduação e pós-graduação às universidades espanholas. A Espanha também envia mais de 700 alunos por ano ao Brasil tanto por programas públicos quanto por bolsas concedidas por instituições privadas, como o Santander Universidades, a Fundação Carolina e a Fundação Mapfre. Nesse contexto, se buscou trabalhar para ampliar e fortalecer tanto as relações institucionais entre as universidades quanto a mobilidade acadêmica. Dentre as principais iniciativas, destaque-se a realização do evento "Estudar em Brasil", organizado pela Embaixada em setembro de 2017 com o apoio do Serviço Espanhol de Internacionalização da Educação Superior (SEPIE), do MEC, da CAPES e da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). No evento, estiveram reunidas mais de 70 universidades brasileiras e espanholas, bem como autoridades de ambos os países. Na ocasião, foi preparado pelo Posto o guia prático para estudantes espanhóis que desejem ir ao Brasil, com informações úteis a serem amplamente divulgadas. Cabe destacar que a Espanha é um dos países que mais recebe estudantes estrangeiros em todo o mundo em função da qualidade do ensino ofertado em seus cursos de graduação e pós-graduação, da crescente atuação de suas agências nacionais de fomento à internacionalização, do seu sistema de ensino e pesquisa, do seu baixo custo de vida (se comparada a outros países europeus), dos preços competitivos de suas universidades e da boa acolhida a estudantes estrangeiros. O espanhol e a ampla oferta de cursos bilíngues também são atrativos relevantes. Por essas razões, é o principal destino do Programa Erasmus. Neste contexto, creio ser de interesse fomentar uma agenda conjunta na área de educação. Além da mobilidade acadêmica, o Setor de Cooperação Educacional do Posto também buscou ampliar e aprofundar o ensino do português e da cultura brasileira no contexto espanhol, utilizando-se, especialmente, da Casa do Brasil, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca e da Cátedra-Brasil da Universidade de Valladolid. Com efeito, a Universidade de Valladolid recebeu, entre 2016 e 2017, professor do Programa de Leitorado mantido pelo MRE em parceria com a CAPES. Há, também, programas de bolsas oferecidos a alunos brasileiros financiados por empresas locais, a exemplo da Fundação MAPFRE, do BBVA e do Banco Santander. A respeito da promoção do idioma português na Espanha, durante a visita do Presidente Mariano Rajoy ao

---

Brasil, em 2017, foi anunciado que a Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE) admitiu, após gestões do Posto, o CELPE-Bras como certificado válido para ser aplicado nas universidades espanholas. Cumprindo sua função de continuar favorecendo a mobilidade acadêmica bilateral e prestar assistência aos brasileiros que se encontram na Espanha em período de estudos, formação ou pesquisa, o Posto atuou sempre no sentido de atender a estudantes brasileiros na Espanha por telefone, e-mail e reuniões presenciais. Também se prestou apoio ao Centro de Estudos Brasileiros de Salamanca, para acompanhar a estadia dos estudantes bolsistas brasileiros do programa PROUNI.

#### V - ENERGIA E MEIO AMBIENTE

A área de energia entre Brasil e Espanha é marcada pela presença de grandes empresas espanholas do setor no Brasil: Gás Natural Fenosa, Iberdrola, Repsol e Abengo. A cooperação bilateral nessa área apresenta-se, nesse sentido, como um vasto campo de oportunidades a serem exploradas. Em 2017, constou da Declaração Conjunta assinada pelos chefes de governo de ambos os países, por ocasião da visita de Mariano Rajoy ao Brasil, o empenho na cooperação em energia, com ênfase no setor das renováveis (eólica, termossolar, fotovoltaica e bioenergia), bem como na produção, transporte, comercialização e distribuição de gás natural. Tais setores já apresentam investimentos significativos das empresas dos dois países, com o objetivo geral de garantir a segurança do fornecimento e reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>.

#### VI - COOPERAÇÃO POLICIAL

Brasil e Espanha tem fortalecido cooperação na área policial e de combate à criminalidade, com o valioso apoio da Representação da Polícia Federal junto à Embaixada do Brasil. Essa coordenação tem permitido a implementação do Convênio sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade (2007), que regula a troca de informações para o combate a ações criminosas e o apoio operacional entre as instituições

policiais dos dois países. Durante a visita do Presidente de Governo, Mariano Rajoy, ao Brasil em abril de 2017, os dois lados concordaram com a criação de Comissão Mista prevista no Convênio de 2007. A Representação da Polícia Federal junto a esta Embaixada tem intensificado a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais e em outros temas de interesse bilateral, como colaboração em atividades de inteligência. As principais demandas brasileiras têm-se concentrado no combate ao tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, temas relacionados ao tráfico de seres humanos e à exploração sexual. As solicitações espanholas estiveram, em sua maioria, relacionadas com falsidade documental e tráfico de drogas. Desde a instalação da Representação da PF em Madri, foi possível a desarticulação de redes de tráfico de pessoas.

O lado espanhol tem sinalizado interesse em ampliar os contatos entre oficiais das polícias brasileiras e espanholas, com menção específica à disponibilidade da Espanha em cooperar com seus homólogos brasileiros em treinamento.

## VII - COOPERAÇÃO CULTURAL

Ao longo dos últimos três anos, a Embaixada manteve a realização intensa e regular de eventos de promoção da cultura brasileira em todas as disciplinas artísticas identificadas como prioritárias e recebeu músicos, cineastas, escritores, artistas plásticos, fotógrafos, dançarinos e todo tipo de artista vindos do Brasil, que participaram de eventos em museus, centros culturais, bibliotecas, Universidades, teatros e festivais, dentre outros. Apenas em 2017, foram realizadas mais de 50 atividades culturais organizadas diretamente ou apoiadas pelo Posto, e que mantiveram o Brasil constantemente dentro da agenda cultural da Espanha. É importante destacar, também, a ampliação das ações do Posto voltadas para a divulgação do cinema brasileiro na Espanha, com destaque para o festival de cinema NOVOCINE e que se consolidou como a grande referência para o cinema brasileiro na Espanha. Além da realização de eventos de promoção da cultura brasileira, buscou-se ampliar a interlocução com as instituições

públicas e privadas locais (em especial, os Museus de maior prestígio, como o Prado e o Reina Sofia, os centros culturais de Madri e as grandes Fundações culturais das empresas espanholas) e de criar parcerias entre a Embaixada e o sistema cultural espanhol, o que tornou possível, mesmo em condições de restrições orçamentárias, a realização ou o apoio a dezenas de eventos nos principais centros de cultura da Espanha (muitas vezes sem custo de locação de espaço).

## VII - COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Investimentos O foco do trabalho do Setor de Promoção Comercial da Embaixada foi desde 2016 a atração de investimento produtivo espanhol para o Brasil, com ênfase na divulgação das oportunidades de investimentos em infraestrutura e logística no Brasil, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos. Apesar do contexto econômico desfavorável no Brasil no início da gestão no Posto, não diminuiu o interesse do empresário espanhol em relação ao Brasil como destino de seus investimentos. A internacionalização é encarada por boa parte das companhias espanholas como uma das principais estratégias que têm permitido redinamizar a economia espanhola. Foi mantido contato frequente com as principais empresas espanholas, tanto as que já possuem investimentos no Brasil como aquelas que ainda planejam sua entrada no País, de modo a incentivar o crescimento dos investimentos espanhóis no Brasil. Além disso, foi realizado diariamente o atendimento pessoal e por meio eletrônico de pequenos e médios empresários que buscam informações sobre como investir no Brasil. As oportunidades de investimentos no Brasil foram objeto de seminários realizados em novembro de 2016 em Madri e em abril de 2017 em São Paulo, este último como parte da programação da visita do Presidente de Governo da Espanha ao Brasil. O Posto prestou apoio na organização de diversas de missões de alto nível de autoridades brasileiras que vieram divulgar oportunidades concretas de investimentos no Brasil, incluindo diversas delegações chefiadas por ministros e governadores de diversos estados brasileiros. O Posto organizou ainda, em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Espanha, seminários e encontros com empresários sobre as oportunidades de investimentos no Brasil, não só em Madri,

mas também em outras regiões da Espanha. Na organização desses eventos foi fundamental o diálogo constante mantido pelo Posto com entidades parceiras de promoção comercial, atração de investimentos e difusão do produto turístico brasileiro, tais como APEX-Brasil, MDIC, MAPA, EMBRATUR, CNI, CNA, SEBRAE, Governos Estaduais, Federações e Confederações de Comércio e Indústria e associações setoriais. A Embaixada apoiou ainda a instalação e a operação de estandes brasileiros nas edições anuais das feiras FITUR (Feira Internacional de Turismo) e "Fruit Attraction" (feira dedicada ao comércio de frutas). Comércio Depois de um período de queda até 2016, o comércio Brasil-Espanha voltou a crescer em ritmo acelerado. Dados espanhóis indicam que o Brasil nunca vendeu tanto para a Espanha como em 2017. Segundo os dados oficiais espanhóis, as vendas anuais brasileiras para a Espanha em 2017 foram recorde histórico e superaram pela primeira vez os 4 bilhões de euros (EUR 4,065 bi), crescimento de 37% em relação a 2016. As exportações espanholas para o Brasil em 2017 cresceram 11,7% e alcançaram 2,5 bilhões de euros. O superávit do Brasil no comércio com a Espanha em 2017, de 1,56 bilhão de euros, foi o segundo maior da história (em 2007 o valor foi de EUR1,76 bi). A corrente de comércio cresceu 27% e alcançou em 2017 o valor de 6,57 bilhões de euros, segundo maior da história (em 2013 o valor foi de EUR6,9 bi). Esses números refletem, em grande parte, a retomada da atividade econômica brasileira e a recuperação espanhola, tendo os dois países superado crises históricas. A tendência é que o fluxo de comércio bilateral alcance novo recorde em 2018 e supere pela primeira vez os 7 bilhões de euros. Dados brasileiros mostram a mesma evolução positiva do comércio bilateral em 2017. Segundo o MDIC, a corrente de comércio em 2017 foi de 6,7 bilhões de dólares, aumento de 29%. As exportações brasileiras avançaram 46% e as vendas espanholas cresceram 11%. A Espanha foi o décimo maior comprador de produtos brasileiros em 2017 e ocupou o 12º lugar entre os principais fornecedores do Brasil. A Espanha, como se sabe, é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com investimentos acumulados na faixa de 60 bilhões de dólares. Mas ao se comparar o caso da Espanha com os Estados Unidos, que figuram como o maior investidor no Brasil, verifica-se que o capital investido no Brasil corresponde a proporção significativamente maior do PIB no caso da Espanha, representando a Espanha o país que compromete a maior parcela de seu PIB em investimentos no

Brasil. Isso deriva em uma posição de destaque do Brasil no cenário de interesses estratégicos e políticos da Espanha no mundo. Os principais setores em que as empresas espanholas estão presentes no Brasil são serviços financeiros, telecomunicações e energia. As empresas espanholas são, em sua maioria, muito bem estruturadas e com grande capacidade tecnológica, e buscam na América Latina, em particular no Brasil, um mercado consumidor ampliado.

#### V - VISITAS DE ALTO NÍVEL

A respeito do intenso intercâmbio de visitas realizadas desde 2016, os pontos de destaque foram as visitas do presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil, em abril de 2017, e do então Ministro de Estado José Serra à Espanha, em novembro de 2016. As visitas não apenas contribuíram para a consolidação do excelente quadro dos laços bilaterais, mas igualmente impulsionaram relacionamento a uma nova etapa, como bem atestam as inúmeras outras visitas, nos mais diferentes níveis, que as seguiram. 2016- Visita do Ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves para participar da Feira Internacional de Turismo e 19ª Conferencia Ibero-Americana de Ministros e empresários de Turismo - em janeiro; - Visita do Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, Andrei Augusto Passos Rodrigues, responsável pela segurança dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro - em abril; - Visita do Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), professor Wanderley de Souza - em julho; - Visita do Ministro José Serra, acompanhado de delegação composta por outros três Ministros de Estado (os Ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco; de Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Mauricio Quintella; e de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho), Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Embaixador Roberto Jaguaribe; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos; e representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em novembro de 2016; 2017 - Visita do Ministro do Turismo Marx Beltrão para participar da Conferência de Ministros de Turismo Iberoamericanos (CIMET), da Feira Internacional de Turismo (FITUR)- em

janeiro; - Visita do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab - em março; - Visita do Presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil - em abril; - Visita do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, acompanhado do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, e de comitiva que incluiu o Senador Roberto Rocha e o Deputado Paudernei Avelino, com o objetivo central de prestigiar a cerimônia de entrega de aeronave C295 pela empresa Airbus, adquirida pela FAB para resgates de sobreviventes em acidentes aéreos - em junho; - Visita do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, acompanhado de comitiva que incluiu o Secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto - em julho.

- Visita do Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novacki, para participar da 9ª edição da "Fruit Attraction", feira internacional do setor de frutas e hortaliças, realizada no "IFEMA - Feria de Madrid" - em outubro; - Visita do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, com o objetivo, entre outros, de divulgar o Projeto Crescer - em novembro; - Visita de delegação da União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), chefiada pelo Presidente da UNALE, o Deputado Estadual do Piauí Luciano Nunes Santos Filho - em novembro;

- Visita do Prefeito de Salvador, ACM Neto - em novembro; - Visita da presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Maria Inês Fini, para acompanhar atividades do "Global Education Monitoring Report" da UNESCO e para manter reuniões com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Ciência, a Educação e a Cultura (OEI) - em novembro; - Visita do Prefeito de Recife, Geraldo Julio, acompanhado do Secretário de Turismo de Recife, para tomar parte em cerimônia de inauguração da nova rota (voo inicial deu-se na tarde do dia 20/12) entre Madri e Recife, pela Cia AirEuropa - em dezembro; - Visita do Governador de Goiás, em outubro de 2015 e outubro de 2017. Em 2018 - Visita do Secretário-Executivo do MINTUR e equipe da EMBRATUR, no âmbito da Feira de Turismo da Espanha - em janeiro.- Visita de delegação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR) - em janeiro/fevereiro; - Visita de comitiva parlamentar da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados - em fevereiro; - Visita do Secretário Especial de Aquicultura e da Pesca e

---

delegação de três parlamentares, para reuniões de trabalho no âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA/ICCAT) - em março.

## VI - CUMULATIVIDADE - PRINCIPADO DE ANDORRA

### Política e economia

As origens da organização estatal andorrana, baseada no instituto do co-principado, remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias") andorranas para solução de problemas locais relacionados ao uso produtivo da terra - instituição que evoluiu gradativamente até converter-se no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se, por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. Seu texto reafirma o regime do co-principado parlamentar, sendo o Presidente francês e o bispo de Urgel considerados símbolo e garantia da perenidade e independência de Andorra. O texto acordado representa Constituição moderna, que assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinatura de 10% dos habitantes) e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e integrantes do Judiciário. A

aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e com o seu reconhecimento internacional.

Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmocrates de Andorra", assumiu a chefia de governo do Principado de Andorra em abril de 2011, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano a amplo de processo de reformas iniciado por seu Governo, a raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em 7 representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com 8 deputados

O PIB nacional permanece quase que exclusivamente dedicado ao sistema financeiro e ao turismo. As atuais prioridades do Governo andorrano consistem, no contexto dos planos de modernização da economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida - tema que poderia eventualmente ser reavaliado, à luz das recentes medidas fiscais anunciadas pelas autoridades andorranas.

O turismo é uma das principais atividades econômicas de Andorra, e representa a principal fonte de renda nacional. A experiência adquirida por Andorra na promoção e prestação de serviços turísticos representa agenda de contatos bilaterais de grande potencial, sob os parâmetros do Memorando de Entendimento sobre o tema.

## Relações Bilaterais

Desde que fiz a entrega de credenciais aos Co-Príncipes de Andorra, em outubro de 2015, pude observar inexistirem dificuldades específicas nas relações com o Brasil, as quais seguem concentradas na área consular, dado o expressivo número de brasileiros contratados sazonalmente pela indústria do turismo andorrana, bem como a presença de turistas brasileiros naquele país.

A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta, consentânea com as pequenas dimensões do país pirenaico. Com de cerca de 80 mil habitantes, Andorra tem como principal prioridade de sua política externa a finalização de acordo de associação com a União Europeia para acesso ao mercado comunitário, assim como a promoção da imagem da solidez de seu sistema bancário e do país como destino turístico. Trata-se de país com limitada inserção internacional, que tem relações mais próximas com seus vizinhos Espanha e França, e conta com apenas oito representações diplomáticas no exterior. Em razão das pequenas dimensões do país e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos.

A despeito de nossas relações bilaterais ainda modestas, pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial. É intensa a troca de correspondências que atendem a diligências em matéria de cooperação jurídica internacional, sempre atendida, vale mencionar, com agilidade e presteza pela parte andorrana.

É importante salientar, nesse contexto, que o Principado de Andorra nutre tradicional simpatia pelas candidaturas brasileiras apresentadas em organismos internacionais. Caberia recordar, dentre outros, o apoio andorrano à reeleição do Professor Antonio Augusto Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça; ao Conselho da União

Internacional de Telecomunicações (UIT); ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO; à Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, para o período 2017-2021; ao Conselho de Direitos Humanos, período 2017-2019; e ao Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW).

Em linha com o bom nível do relacionamento bilateral, em fevereiro passado, o Ministério de Assuntos Exteriores do Principado de Andorra deu sua anuência para a abertura de um consulado honorário do Brasil naquele país, bem como considerou positivamente a candidatura da Sra. Maria Elena Redondo Torregrossa para a função de Cônsul Honorária.

Em 2016, ocorreu encontro do então Ministro do Turismo, Henrique Alves, com seu homólogo andorrano à margem da Feira de Turismo, realizada em janeiro de 2016, em Madri. Na ocasião, a parte andorrana manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade do país com a Catalunha; indicou que Andorra apresenta grandes atrativos como destino de compras, pela vantagem de isenção de impostos ("duty free"). Recorde-se que as possibilidades de cooperação entre Brasil e Andorra nessa área já dispõem de marco jurídico para avançar - o Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área de Turismo, assinado em 2013.

Registre-se, por oportuno, que o Presidente da República Michel Temer teve ocasião de saudar o Chefe de Governo do Principado de Andorra, Antoni Martí Petit, e sua esposa, Lidia Isabel Báez Peralta, durante a recepção aos chefes de estado e de governo, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016.

Em vista do limitado alcance de sua rede diplomática, Andorra procura valer-se de espaços multilaterais para buscar o adensamento das relações bilaterais em temas de seu interesse. Particularmente relevante, nesse sentido, é o vínculo andorrano com a Comunidade Ibero-Americana, que

remonta a 2004, quando participou da XIV Cúpula, realizada em San José, Costa Rica. Em 2016, Andorra-la-Velha ostentou o título de Capital da Cultura Iberoamericana; e, em setembro de 2016, o Principado sediou a XXV Conferência Iberoamericana de Ministros da Educação. Destaca-se, ainda, o fato de Andorra ter sido eleita para a presidência pro tempore ibero-americana, por ocasião do encontro de Chanceleres ibero-americanos realizado em dezembro passado, na Guatemala. Dessa forma, a capital Andorra-la-Velha acolherá, em 2020, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Nota-se, portanto, que Andorra concebe o espaço ibero-americano como meio privilegiado de projeção internacional. O elevado perfil de sua atuação nesse foro oferece oportunidade para o fortalecimento dos contatos bilaterais e para exploração de possibilidades de atuação conjunta. A título de exemplo, pode-se suscitar a participação andorrana em projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano. A mesma lógica de aproximação bilateral a partir de espaços multilaterais poderá render frutos também no âmbito da CPLP, em vista da recente decisão andorrana de solicitar seu ingresso na Comunidade na qualidade de observador.

ANTONIO SIMÕES, Embaixador

**PARECER Nº      , DE 2018**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 43, de 2018 (Mensagem nº 280/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.*



Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

**I – RELATÓRIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO é filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci e nasceu em São Paulo-SP, em 16 de março de 1964. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1986. Ainda na seara acadêmica, em 2009 tornou-se Mestre em

Políticas Públicas Internacionais pela *Paul H. Nitze School of Advanced International Studies* da *Johns Hopkins University*, em Washington-DC.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1989. Ascendeu a Primeiro-Secretário, em 2000. A Conselheiro, em 2005; a Ministro de Segunda Classe, em 2009; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de 1992-94 Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno, de 1992 a 1994; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, entre 2000 e 2003; Assessor Especial e Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2003 e 2006; Assessor Diplomático e Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, de 2011 a 2016; e Chefe do Cerimonial da Presidência da República, de 2016 até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Terceiro e Segundo-Secretário no Escritório Financeiro em Nova York, de 1994 a 1997; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2006 e 2011.

O diplomata indicado fez jus às seguintes condecorações: Oficial da Ordem de Rio-Branco (2005); Medalha Mérito Tamandaré (2011); Grande Oficial da Ordem de Rio-Branco (2012); Medalha da Vitória (2012); Medalha Cívica Regente Feijó (2012); Ordem do Mérito Militar (2014); Ordem do Mérito Naval (2015); Ordem do Mérito Aeronáutico (2015); Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco (2017); e Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa (2017).

Ainda em seu currículo, a menção às diversas obras publicadas pelo diplomata:

- A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana;
- Itaipu Binacional – Origens e Conseqüências de uma Crise;



- *La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne – Est-ce qui l'y en a Une?*;
- Rio-Branco e a Questão do Acre – Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul; e
- A Opção Realista em Política Internacional – O Pensamento de Hans Morgenthau

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Reino da Espanha e o Principado de Andorra, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Reino da Espanha situa-se na Europa Meridional, majoritariamente na Península Ibérica. Seu território possui 505.370 km<sup>2</sup> de extensão e faz fronteira terrestre com Portugal, França, Andorra e Gibraltar. Ao sul, faz fronteira com o mar Mediterrâneo; ao norte, com o Golfo de Biscaia; e, a oeste, com o oceano Atlântico. No território espanhol, incluem-se, ainda, as ilhas Baleares, no Mediterrâneo; as ilhas Canárias, no oceano Atlântico; e as cidades autônomas de Ceuta e Melilla, que fazem fronteira com o Marrocos.

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

Em 2003, foi assinado o Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de grupos de trabalho. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica) que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.



A economia espanhola continua em trajetória de sólido crescimento, tendo encerrado o ano de 2017 com elevação de 3,1% no PIB. No último trimestre do ano passado, registrou-se ligeira desaceleração do crescimento econômico. A economia espanhola já acumula quatro anos consecutivos de crescimento econômico, e a Espanha foi o país europeu que mais cresceu entre 2014 e 2016, com aumento acumulado de 7,8% no período. O país já recuperou cerca de 80%, em termos reais, do produto perdido durante a crise econômica.

A Chancelaria espanhola tem dedicado empenho à recuperação do peso relativo da Espanha na Europa, sem descuidar dos tradicionais laços com a Ibero-América e o Magreb. Nesse contexto, a agenda de cooperação ibero-americana ganha peso como instrumento de projeção de contatos com países dessa região. A Espanha é um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações, sendo o Brasil o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina.

A característica principal dos investimentos espanhóis é a presença de grandes conglomerados multinacionais com atuação destacada na América Latina, os quais funcionam em setores que possuem barreiras de entrada de mercado em função da necessidade de extenso investimento inicial, como os sistemas bancário, de transportes e logística, de telefonia, de engenharia, entre outros.

A Espanha foi o 12º parceiro comercial do Brasil, com 1,81% do comércio exterior brasileiro em 2017. Já o Brasil foi o 17º exportador (com 0,9%) e o 16º importador de produtos espanhóis, com 1,3% do total. Os produtos básicos predominaram nas vendas brasileiras (79%), ao passo que os itens industrializados assumiram participação majoritária no que tange às aquisições originárias do mercado espanhol (94%).

Após três anos de resultados negativos em transações comerciais com a Espanha, o Brasil reverteu a tendência deficitária no comércio bilateral e obteve superávit de US\$ 39 milhões em 2016 e de US\$ 963 milhões em 2017 (21º maior saldo positivo brasileiro). O fluxo comercial alcançou US\$ 6,67 bilhões em 2017 (+29% ante 2016). As exportações cresceram significativamente, em 46%, evoluindo de US\$ 2,6 bilhões, em 2016, para US\$ 3,8 bilhões em 2017.

Por fim, no que tange à matéria consular, registre-se que a comunidade de brasileiros na Espanha supera os 80 mil indivíduos.



Sobre o Principado de Andorra, importante constar que está localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km<sup>2</sup>, Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, San Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma coprincipalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois copríncipes: o bispo de Urgel, na Espanha, e o presidente da França. Seu parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é modesta, consentânea com as pequenas dimensões do país. Em razão desse aspecto e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos. A despeito de relações bilaterais modestas, pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas, com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

# **1**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 46, DE 2018

(nº 295/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 295

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Os méritos do Senhor Flavio Marega que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de maio de 2018.

EM nº 00099/2018 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FLAVIO MAREGA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FLAVIO MAREGA**

CPF: 070.799.528-08

ID: 7560849 SSP-SP

1960 Filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega , nasce em 28 de maio, em Paranaíba/PR

**Dados Acadêmicos:**

1984 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/SP  
 1985 CPCD - IRBr  
 1989 Pós-graduação em Orçamento Governamental, Fundação Getúlio Vargas/DF  
 1995 CAD - IRBr  
 2005 CAE - IRBr, O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor-Estado nos Acordos Internacionais sobre Investimentos Estrangeiros: Implicações para o Brasil

**Cargos:**

1986 Terceiro-secretário  
 1992 Segundo-secretário  
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento  
 2004 Conselheiro, por merecimento  
 2007 Ministro de segunda classe, por merecimento  
 2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

**Funções:**

1987 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente  
 1987 Feira Internacional do Equador, diretor do pavilhão  
 1989 Feira de Intercâmbio Comercial Brasil/Argentina – ABRA'89, Diretor do Pavilhão  
 1990 Embaixada do Brasil em Riade, terceiro-secretário  
 1990 Feira Rebuild Kuwait, Bareine, diretor do pavilhão  
 1992 Delegação Permanente em Genebra, terceiro e segundo-Secretário  
 1995 Grupo Negociador sobre Serviços Financeiros, GATS/OMC, chefe de delegação  
 1995 Grupo de Negociação sobre Telecomunicações Básicas, GATS/OMC, chefe de delegação  
 1995 Grupo de Negociação sobre Serviços de Transporte Marítimo, GATS/OMC, chefe de delegação  
 1996 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, segundo e primeiro-secretário  
 1999 Divisão do Mercado Comum do Sul, subchefe  
 2000 Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL, chefe  
 2001 V e VI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE (CNB) em Montevidéu e Bruxelas; Grupo Técnico 2-Serviços e Grupo Técnico 3-Compras Governamentais, chefe de delegação  
 2001 Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, subchefe  
 2001 Reuniões do Grupo Negociador de Serviços da ALCA em 2001 e 2002, chefe de delegação  
 2001 Reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul em 2001 e 2002, chefe de delegação  
 2001 Reuniões do Grupo Ad Hoc de Compras Governamentais do MERCOSUL em 2001 e 2002, chefe de delegação  
 2002 Embaixada em Washington, primeiro-secretário e conselheiro  
 2006 Coordenação-Geral de Contenciosos, coordenador-geral  
 2006 Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), chefe de

	delegação
2007	Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Painel de Implementação, chefe de delegação
2007	Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Apelação, chefe de delegação
2007	Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Apelação, chefe de delegação
2008	Embaixada em Londres, ministro-conselheiro
2008	78ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, chefe de delegação
2008	101ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, chefe de delegação
2008	34ª Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, chefe de delegação
2009	102ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, chefe de delegação
2009	103ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, chefe de delegação
2009	80ª. Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, chefe de delegação
2012	Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, chefe de delegação
2014	Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, chefe de delegação
2015	Embaixada no Reino da Arábia Saudita e na República do Iêmen, embaixador

**Condecorações:**

2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009	Medalha Mérito Tamandaré
2010	Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### ARGÉLIA



### INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

#### DADOS BÁSICOS SOBRE A ARGÉLIA

<b>NOME OFICIAL:</b>	República Argelina Democrática e Popular
<b>GENTÍLICO:</b>	Argelino
<b>CAPITAL:</b>	Argel
<b>ÁREA:</b>	2.381.741 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	41,3 milhões (“Office national des statistiques”, jan/2018)
<b>IDIOMAS OFICIAIS:</b>	Árabe e tamazight (oficiais); francês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Islamismo (99%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Presidencialismo com chefias de Estado e de Governo distintas
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Parlamento bicameral: Conselho da Nação, com 144 assentos; e Assembleia Nacional Popular, 462 assentos (8 para cidadãos no exterior)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Presidente Abdelaziz Bouteflika (desde 1999)

<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Ahmed Ouyahia (desde 16/ago/ 2017)
<b>CHANCELER:</b>	Abdelkader Messahel (desde 2017)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 159,1 bilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 609,6 bilhões
<b>PIB PER CAPITA:</b>	US\$ 3.852
<b>PIB PPP PER CAPITA:</b>	US\$ 14.760
<b>VARIAÇÃO DO PIB:</b>	3,8% (2015); 3,8% (2014); 2,8% (2013); 3,4% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,745 (83ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	75 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2014):</b>	80,2%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):</b>	11,7% ( <i>The World Factbook, CIA, 2018</i> )
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Dinar argelino (77,80 por US\$ 1,00)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Toufik Dahmani
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	60
<b>EMBAIXADOR EM ARGEL:</b>	Eduardo Botelho Barbosa

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – ARGÉLIA (fonte: MDIC) US\$ milhões FOB</b>										
<b>BRASIL → ARGÉLIA</b>	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
<b>Intercâmbio</b>	<b>1051,7</b>	<b>1142,5</b>	<b>1276,7</b>	<b>3215,5</b>	<b>2737,6</b>	<b>2095,8</b>	<b>4630,7</b>	<b>4274,7</b>	<b>2806,1</b>	<b>3499,3</b>
Exportações	64,0	44,7	153,7	384,3	501,2	714,1	1493,7	1199,4	993,0	1186,0
Importações	987,7	1097,7	1123,0	2831,1	2236,4	1381,6	3136,9	3074,8	1813,0	2313,3
Saldo	-923,7	-1053	-969,3	-2446	-1735	-667,4	-1643	-1874	-820,0	-1127,3

Informação elaborada em 10/5/2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite. Revisado pelo Ministro Paulo Rocha Cypriano, em 10/5/2018.

## APRESENTAÇÃO

Após o conflito civil da década de 1990, o governo do presidente Abdel Aziz Bouteflika, eleito em 1999, promoveu processo de reconciliação nacional que logrou reintegrar setores islamistas moderados no jogo político e consolidou o retorno do país à normalidade institucional.

A memória do conflito civil, o prestígio popular desfrutado por Bouteflika como pacificador da nação e o anúncio de reformas políticas e econômicas no país constituem as principais razões pelas quais os protestos populares ocorridos em janeiro de 2011, no contexto da chamada "Primavera Árabe", não resultaram em levante generalizado na Argélia.

Embora as medidas adotadas pelo regime argelino tenham logrado manter a estabilidade do país, analistas políticos têm coincidido quanto à necessidade de uma

renovação geracional nos principais postos de liderança, ainda em grande medida ocupados pela geração forjada na guerra de independência.

No campo econômico, a economia argelina se caracteriza por forte dependência do setor de hidrocarbonetos, pelo papel primordial do estado na atividade produtiva, e por elevados gastos públicos com subsídios a alimentos, combustíveis, eletricidade e habitação. A queda prolongada do preço do petróleo no mercado internacional é apontada como principal desafio a ser superado pela economia argelina.

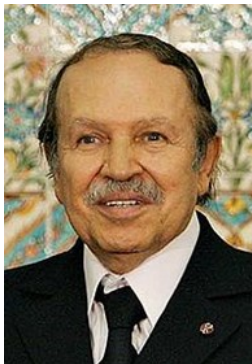
Na esfera social, o governo argelino defende a "função social do estado", valor compartilhado pela sociedade, que permitiu ao país atingir elevado índice de desenvolvimento humano. A Argélia está em 83º lugar entre um total de 188 países, e em terceiro lugar na África, atrás apenas de Seicheles e das Ilhas Maurício.

No plano externo, a Argélia apresenta-se como país não-alinhado, com histórico de atuação diplomática independente. A degradação da situação da segurança no entorno regional levou Argel, recentemente, a estabelecer como prioridade diplomática a promoção da paz e da segurança nos países vizinhos, em particular na Líbia e no Mali.

No âmbito bilateral, a progressiva estabilização da Argélia, desde o início dos anos 2000, aliada à renovada prioridade conferida pela política externa brasileira aos países árabes e africanos, possibilitaram significativo adensamento das relações entre os dois países, em especial nos domínios político, caracterizado pela sintonia no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, e econômico, em que a Argélia desponta como 2º parceiro comercial brasileiro na África e no mundo árabe. Essa fluidez do diálogo e a convergência de posições levaram ao estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico entre os dois governos.

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**

**ABDELAZIZ BOUTEFLIKA**  
**Presidente da República**  
**Chefe do Estado**



Abdelaziz Bouteflika nasceu em 2/3/1937 (81 anos), em Oujda, no Marrocos, originário de família da cidade argelina de Tlemcen. Ao terminar seus estudos secundários, ingressou na Frente de Libertação Nacional (FLN), principal movimento pela independência argelina. Na FLN, Bouteflika ocupou postos de relevância no comando da luta armada e na organização política. Sua rápida ascensão dentro do movimento fez com que fosse nomeado ministro já no primeiro governo independente (1962), ocupando a pasta da Juventude, Esporte e Turismo aos 25 anos.

No ano seguinte, passou a comandar a pasta dos Negócios Estrangeiros, na qual se manteve por 16 anos. Sua gestão como chefe da política externa argelina foi extremamente ativa. Nela, Bouteflika imprimiu personalidade terceiro-mundista ao país. Entre 1974 e 1975, presidiu a 29ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Próximo do então presidente Houari Boumediène, que governou a Argélia de 1965 a 1978, acabou perdendo força com sua morte, em 1978. Ao afastar-se da cena política argelina, em 1981, Bouteflika partiu em exílio nos Emirados Árabes, retornando em 1987. Em 1998, anunciou sua candidatura à Presidência da República como independente, amalgamando em torno de si forte coalizão de partidos encabeçada pela FLN.

Seu Governo, iniciado em 1999, é marcado pela bem-sucedida pacificação da Argélia, após período de violento conflito durante os anos 1990 (o chamado "decênio negro"). Bouteflika procedeu a uma política de anistia que logrou reintegrar setores islamistas moderados à vida política argelina, ao mesmo tempo em que manteve a proscrição a movimentos extremistas. A pacificação do país e os bons resultados econômicos ao longo dos anos 2000 renderam-lhe grande prestígio junto à população e possibilitaram-lhe seguidas reeleições em 2004, 2009 e 2014.

A saúde de Bouteflika, atualmente com 81 anos de idade, deteriorou-se após ter sofrido um AVC, em abril de 2013.

**AHMED OUYAHIA**  
**Primeiro-Ministro**  
**Chefe de Governo**



Ahmed OUYAHIA nasceu na Kabília, em 1952. Especializado em diplomacia, tornou-se membro da equipe de relações públicas da presidência no fim dos anos 70. Em 1978, trabalhou no departamento de África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia. Em 1984, foi-lhe atribuído o cargo de conselheiro para relações exteriores do Chefe da missão permanente da Argélia na ONU, em Nova York. Também exerceu cargo de ministro da Justiça (2000) e foi primeiro-ministro entre 1995 e 1998, entre 2003 e 2006 e entre 2008 e 2012. Foi novamente nomeado ao cargo em agosto de 2017.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

A Argélia constitui importante parceiro do Brasil na África e no mundo árabe. As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial (a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano e no mundo árabe).

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Argélia, em 1962 e, naquele mesmo ano, foi aberta a Embaixada brasileira em Argel.

O relacionamento bilateral recebeu importante impulso durante a década de 1980. Destacam-se a visita do então presidente Figueiredo a Argel, em 1983, e do presidente Bejedid ao Brasil, em 1985. Dois anos mais tarde, realizou-se a I Reunião da Comissão Mista bilateral. O bom momento por que vinham passando as relações bilaterais foi prejudicado, contudo, pela instabilidade vivida pela Argélia durante a década de 1990, período conhecido como "decênio negro".

Após a pacificação interna e a estabilização político-institucional da Argélia, na virada da década de 1990 para os anos 2000, os dois países iniciaram processo de adensamento sem precedentes das relações bilaterais.

Constitui importante marco dessa nova etapa do relacionamento a visita do presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, a Brasília, em 2005. Na ocasião, Brasil e Argélia copresidiram a I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). O presidente Bouteflika manteve encontro bilateral com o presidente Lula, visitou o Senado Federal, a Câmara de Deputados e o Supremo Tribunal Federal e teve encontros com o então ministro da Defesa Nelson Jobim e com o Procurador-Geral da República. Ademais, o Brasil manifestou apoio à admissão da Argélia na Organização Mundial de Comércio (OMC). Foram assinados três acordos bilaterais (nas áreas de proteção vegetal; cooperação sanitária veterinária, e de isenção de vistos para pessoal diplomático e funcionários em serviço).

Em retribuição à visita do presidente Bouteflika a Brasília, o presidente Lula realizou visita de estado a Argel, em 2006, quando foram assinados acordos nas áreas comercial, de transporte e navegação marítima, de cooperação agrícola e de segurança sanitária. Desde então, os dois presidentes mantiveram encontros bilaterais em três outras oportunidades: em Abuja, em paralelo à I Cúpula África - América do Sul (AFRAS, hoje ASA - novembro/06); em Berlim, à margem da Cúpula do G-8 (junho/07); e em Pequim, por ocasião da abertura das Olimpíadas (agosto/08).

Também em 2006, foi retomado o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista) – criado em 1981 e que tivera apenas uma reunião em 1987 –, com a realização da II Comista Brasil-Argélia quando da visita do então chanceler argelino, Mohamed Bedjaoui, ao Brasil. Registre-se, ainda, que, desde 2005, o ex-chanceler Celso Amorim esteve em Argel em quatro oportunidades: périplo de preparação da Cúpula ASPA (2005); Cúpula LEA (2005); visita presidencial (2006); e visita ministerial (2008).

Realizaram-se, ademais, dois encontros ministeriais, em Nova Iorque, à margem da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): em 2007, com o ex-chanceler Celso Amorim; e, em 2011, com o então chanceler

Antonio Patriota. São também dignas de nota a missão econômico-comercial e empresarial chefiada pelos então ministros Furlan e Rondeau, em novembro de 2005, e a visita do então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Argel, em janeiro de 2009, acompanhado de delegação empresarial de 96 representantes de diversos setores.

Durante a visita do então chanceler Celso Amorim a Argel, em junho de 2008, em retribuição à visita do então chanceler argelino Bedjaoui, em 2006, foi realizada a III Comista Brasil-Argélia. Na ocasião os dois países exprimiram sua disposição em transitar de um quadro de cooperação frutífera para uma relação estratégica reforçada. Foram também assinados seis acordos de cooperação, nos domínios de agricultura, tecnologia da saúde, proteção do meio ambiente e de cooperação técnica para produção de artesanato.

O então chanceler Mourad Medelci visitou o Brasil, por sua vez, em julho de 2010, quando copresidiu a IV Reunião da Comista entre os dois países. Na ocasião, foi também estabelecido o Mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia, que abriu novas oportunidades para o relacionamento, uma vez que nele se previu o acompanhamento e apreciação abrangente das relações bilaterais e troca aprofundada de impressões sobre temas regionais e internacionais de relevo em nível de chanceleres. No continente africano, o Brasil possui esse tipo de mecanismo com apenas 3 países: Egito (2009); Argélia (2010) e Nigéria (2013).

### **Histórico recente**

Brasil e Argélia continuam hoje a partilhar posições e interesses em questões internacionais de grande importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Os dois países enfrentam desafios semelhantes, havendo múltiplas áreas em que podem desenvolver cooperação mutuamente vantajosa, inclusive na área econômico-comercial, em função das complementaridades entre as duas economias. Vale lembrar que a Argélia é importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial açúcar. Devido ao superávit estrutural em favor da Argélia no comércio com o Brasil, avalia-se haver espaço para ampliação da exportação de produtos brasileiros para o país em prol do maior equilíbrio do comércio bilateral.

É, por fim, interesse de ambos aprofundar, de forma crescente, um modelo de cooperação sul-sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes, sem as assimetrias que costumam caracterizar o relacionamento de países do Sul com países desenvolvidos.

Foi, justamente essa convergência de interesses e visões que havia levado os dois governos ao estabelecimento, em 2010, do já mencionado Mecanismo de Diálogo Estratégico, no nível de ministros das Relações Exteriores.

Contudo, os primeiros anos da presente década, caracterizaram-se, em função de problemas de agenda e política interna de parte a outra, por hiato de cerca de cinco anos na troca de visitas de chanceleres entre os dois países. A constatação desse hiato levou o Brasil a elencar a redinamização do relacionamento com a Argélia entre as prioridades da política externa brasileira para a África.

Como etapa inicial dos esforços para redinamizar o relacionamento bilateral, o então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio Danese, realizou visita a Argel em abril de 2015. Na ocasião, além de manter encontro com seu homólogo, o SG foi recebido pelo chanceler Lamamra, pelos ministros de Energia e Obras Públicas e pelo secretário-geral do ministério da Defesa. O SG também participou de jantar com o presidente do grupo argelino CEVITAL, ocasião em que lhe foram apresentados os planos de investimento do grupo no Brasil. Como resultado da visita, foram aceleradas as negociações em torno do Acordo de Defesa, que vinha sendo negociado entre os dois países desde 2009. Foram igualmente identificadas iniciativas e áreas prioritárias para o aprofundamento das relações bilaterais, tanto no âmbito da cooperação como na vertente econômico-comercial.

Na sequência, o então ministro das relações exteriores Mauro Vieira, visitou Argel (out/2015). Na ocasião, o chanceler brasileiro copresidiu, com seu homólogo argelino, Ramtane Lamamra, a primeira reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico, que havia sido criado em 2010, mas até então não inaugurado. A visita do ministro Mauro Vieira representou a primeira visita de um chanceler brasileiro ao país em mais de 7 anos. Em retribuição, chegou a ser agendada a realização de visita do chanceler Ramtane Lamamra ao Brasil para o final de abril de 2016, adiada pelo lado argelino em função de problemas de agenda e da situação política interna no Brasil.

Em maio/2017, em seguimento à visita do ministro Mauro Vieira, o Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, acompanhado do Diretor do Departamento da África, Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, visitou Argel para a realização da IV Reunião de

Consultas Políticas Brasil-Argélia (I Reunião, em Brasília, em 2006; II Reunião em Argel, em 2008; e III Reunião em Brasília, em 2010).

### **Cooperação técnica**

A cooperação técnica Brasil-Argélia é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, assinado em Brasília em 1981. A Argélia se situa, historicamente, entre os principais parceiros da cooperação técnica brasileira na África, após os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Em passado recente, foram executados projetos nas áreas de agropecuária, meio ambiente e saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes com queimaduras).

Marco mais recente da cooperação foi o projeto de “Transferência de conhecimento para a produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral”, implementado pela ABC em parceria com a Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas e Joias e Similares (ABRAGEM) em Tamanrasset, cidade no extremo sul argelino, em região economicamente deprimida e com população predominantemente tuaregue. Entre as etapas programadas, a iniciativa realizou visita dos alunos formados à cidade de Ouro Preto, no Brasil, e exposição de seus produtos em Argel, na residência oficial do Posto. O projeto também contou com a inauguração de escola piloto de lapidação em Tamanrasset.

A escola em Tamanrasset sintetiza o tipo de cooperação que Brasil e Argélia buscam desenvolver, com ênfase na troca de conhecimentos e na capacitação técnica em prol do desenvolvimento. O projeto contou com grande visibilidade junto à imprensa e sociedade locais, além do reconhecimento das autoridades argelinas. Também digno de nota foi o engajamento argelino, inclusive financeiro, para a viabilização das atividades de capacitação na escola-piloto. Em ago/2014, o governo argelino anunciou aporte de cerca de US\$ 1,5 milhão. O projeto foi concluído com grande êxito em 2017.

### **Cooperação em matéria de saúde**

Dentre as iniciativas exitosas da cooperação bilateral, também possui destaque o projeto de cirurgias cardíacas pediátricas, implementado pela ABC em parceria com o ministério da Saúde da Argélia. Do lado brasileiro, a principal instituição executora foi o Instituto Nacional do Coração (INC). A iniciativa, cujo objetivo era o fortalecimento do conhecimento de médicos argelinos em cirurgias cardíacas pediátricas e nos procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios, permitiu operar mais de 140 crianças sem registro de óbito. Os resultados alcançados a tal ponto considerados positivos, que ministério do Trabalho e da Previdência Social argelino

solicitou a inclusão de seu hospital, a “Clínica Médico-cirúrgica infantil (CMCI) MOUHAMED TOLBA”, no projeto.

### **Cooperação em políticas sociais**

Tema de particular importância política constituem os esforços do governo argelino voltados à substituição ou complementação do sistema de subsídios universais a produtos de primeira necessidade por sistema de assistência direcionado às camadas mais carentes da população. O tema foi objeto de missão de técnicos ao Brasil, em evento organizado pelo Banco Mundial, e de técnicos brasileiros a Argel em 2015. Em 2018, foi realizada videoconferência entre técnicos do ministério da Solidariedade Nacional, da Família e da Condição da Mulher da Argélia e do ministério do Desenvolvimento Social do Brasil, com apoio da ABC.

### **Cooperação educacional**

Brasil e Argélia possuem, desde 1981, Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, que também embasa a participação de estudantes argelinos nos programas PEC-G e PEC-PG. A partir de 2015, a Argélia, pela primeira vez, passou a contar com duas estudantes selecionadas para o PEC-G, para os cursos de Medicina e de Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense (UFF), fazendo com que se tornasse o país se tornasse o primeiro do mundo árabe a enviar participantes ao PEC-G.

### **Cooperação em defesa**

As Forças Armadas argelinas são consideradas as segundas maiores tanto no mundo árabe quanto na África, e se situam entre as maiores forças de dissuasão do mundo. Segundo o “Stockholm International Peace Research Institute”, no ano de 2015, o poderio militar da Argélia estava em 27º lugar entre 126 nações pesquisadas. A Rússia continua a ser o maior fornecedor de material de emprego militar para o país, e representa mais de 90% das compras argelinas de armas, seguida de França (3%) e Reino Unido (2%). O Brasil, portanto, ainda enfrenta o desafio de conquistar parcela desse importante mercado.

Iniciadas em 2009, as negociações sobre o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa encontram-se concluídas desde finais de 2015. O texto negociado encontra-se atualmente em análise na consultoria jurídica do ministério da Defesa Nacional da Argélia.

### **Cooperação humanitária**

Mais recentemente, a embaixada do Brasil em Argel participou de quatro missões do corpo diplomático aos campos de refugiados saarauis de Tindouf (nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018), organizadas pelas agências, fundos e programas

das Nações Unidas atuantes naqueles campos, bem como de duas cerimônias, no porto de Orã, de recepção de víveres doados pelo Brasil e distribuídos pelo Programa Mundial de Alimentos. As 2.450 toneladas de arroz e 1.400 toneladas de feijão doadas pelo Brasil entre 2014 e 2016, com o apoio da Espanha, que arcou com os custos do transporte até a Argélia, situaram o país entre os dez maiores doadores para os refugiados saarauis naqueles anos.

#### **Compartilhamento de custos**

A Argélia constitui país com o qual o Brasil poderia prospectar modalidades inovadoras de cooperação técnica. Em busca da diversificação de sua matriz produtiva, o país tem-se mostrado, de forma recorrente, aberto a projetos em que o governo argelino poderia arcar com parte relevante dos custos, a exemplo do que ocorreu no projeto de Tamanrasset. A ABC já adotou modelo semelhante com alguns países da América Latina que têm arcado com os custos operacionais dos projetos (diárias e passagens dos técnicos). Essa modalidade de cooperação, ao não implicar, em regra, o pagamento pelos países cooperantes dos custos associados à transferência de conhecimentos técnicos, constitui opção atraente para diversos países.

#### **ASSUNTOS CONSULARES**

Há cerca de 60 brasileiros na Argélia, segundo as mais recentes estimativas. Em sua maioria, são funcionários de empresas multinacionais com contrato de curta e média duração (entre 6 meses e 2 anos), bem como seus cônjuges e dependentes. Somente cerca de 10 brasileiros residem na Argélia com expectativa de permanecer por mais de 2 anos, de acordo com estimativa da Embaixada do Brasil em Argel.

Devido à diminuta comunidade brasileira, não há Conselho de Cidadãos/Cidadania estabelecido no país. A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Argel. Não há consulados honorários. Em 2016, foi criada página da Embaixada em Argel no “Facebook”, como forma de ampliar canais de interlocução com a pequena comunidade brasileira na Argélia e com o público local, divulgando ações da diplomacia brasileira e outras informações de interesse geral.

#### **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Argélia.

### **POLÍTICA INTERNA**

Após a independência, em 1962, a Argélia adotou regime de orientação socialista, dominado por partido único, a FLN, que mostrou sinais de esgotamento no final da década de 1980. Em outubro de 1988, eclodiram manifestações populares que demandavam maior abertura política. Em razão disso, em 1989, foi adotado sistema multipartidário no país. Aos eventos contestatórios e à abertura política observada no país ao final dos anos 1980 se convencionou chamar de "Primavera Democrática" argelina.

A crise institucional e as dificuldades econômicas da década de 1980 contribuíram para o fortalecimento do fundamentalismo islâmico na Argélia. Com a abolição da exclusividade da FLN como partido político, 20 novos partidos foram fundados, entre os quais a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista. A FIS venceu as eleições locais de 1990 (com 55% dos votos), e o primeiro turno das eleições para o Parlamento, em 1991. Frente às vitórias políticas da FIS, o então Presidente Chadli Bendjedid, pressionado pelas lideranças militares, dissolveu a Assembleia e, em seguida, renunciou (jan/1992), passando o poder a um Alto Conselho de Estado, presidido por Mohamed Boudiaf. Teve início, então, período de repressão à FIS, cassada pelas altas autoridades do Governo. O assassinato de Boudiaf, em junho de 1992, marcou o início de ciclo de violência terrorista que dominou a vida política argelina pelo restante dos anos 1990. Durante o chamado "decênio negro" ("décennie noire") estima-se que entre 100 e 200 mil argelinos tenham sido mortos.

Esse período conturbado ameaçou o estado argelino e o compeliu a adotar postura tímida no cenário internacional. As Forças Armadas, tradicional sustentáculo institucional do país, assumiram o comando do processo de pacificação. Ao mesmo tempo, o governo argelino procedeu à reinstitucionalização da vida política: após eleições presidenciais em 1995, aprovou nova reforma constitucional por referendo, em 1996 (85% dos votos); promulgou anistia parcial; e realizou novas eleições, em 1999, vencidas por Abdelaziz Bouteflika.

O governo Bouteflika logrou promover o alívio da situação de emergência política, social e econômica em que se encontrava o país desde 1988, colocando-o em via de relativa normalidade. O novo presidente argelino promoveu a "reconciliação nacional", pedra angular de sua obra política: reintegrou correntes islamistas moderadas ao jogo político, incorporando-as, inclusive, à coalizão de governo, e decretou anistia parcial, negociada secretamente com a insurgência e muito contestada pelas correntes liberais no país, mas que se demonstrou essencial à pacificação nacional. Em decorrência da estabilização política, Bouteflika foi reeleito

em 2004 (com 85% dos votos), em 2009 (com 90% dos votos) e em 2014 (com 82% dos votos), após o estabelecimento de emenda constitucional que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais (revogada em fev/2016). A pacificação alcançada pelo Governo deu espaço ao ressurgimento internacional da Argélia, após praticamente uma década de retração em face das ameaças que pesavam contra o estado.

A manutenção da estabilidade e a paz social, tão duramente alcançadas após a "década negra" dos anos noventa, constitui a preocupação dominante da liderança política. Em fevereiro de 2016, procedeu-se a revisão constitucional, conduzida pela presidência e referendada pelo parlamento, cujo texto não introduziu mudanças significativas no sistema político e na organização social da Argélia, mas reintroduziu o limite de dois mandatos presidenciais e o reconhecimento do tamazight como idioma oficial. A limitação dos mandatos não se aplica a Bouteflika, pois não retroage, o que abre espaço para um possível quinto mandato, caso a saúde do presidente o permita.

### **Primavera Árabe - manifestações populares**

A Argélia esteve entre os primeiros países do mundo árabe a experimentar manifestações populares, logo nos primeiros dias de janeiro de 2011, após a eclosão dos protestos populares na Tunísia. A oposição, contudo, não logrou mobilizar as massas, em função, entre outros, dos seguintes fatores: a) ação repressiva moderada do aparato estatal (sem grande recurso à violência em comparação aos demais países da "Primavera Árabe"); b) anúncio de subsídios a produtos da cesta básica e estímulos à geração de emprego; e c) divisões internas na oposição. Além disso, analistas políticos estimam que, em decorrência da penosa memória do "decênio negro", haveria consenso, entre os grupos políticos mais expressivos no país, acerca da importância da via pacífica para transformações. Outro fator relevante foi, ainda, a imagem pública positiva do presidente Bouteflika e a relativa inclusão e reconciliação políticas alcançadas a partir de sua pacificação. Por fim, deve-se registrar que o regime também deu rápido início a seu próprio movimento em direção à maior abertura do sistema político. O "estado de emergência", que vigorava no país desde 1992, foi encerrado em fevereiro de 2011. Nova legislação foi elaborada no sentido de facilitar a criação de partidos; de estabelecer percentuais mínimos de mulheres no Parlamento; e de aumentar a composição do parlamento.

### **Eleições legislativas após a Primavera Árabe**

Em maio de 2012, ocorreram eleições parlamentares sob a vigência de nova lei eleitoral, cujas inovações conferiram legitimidade interna e reconhecimento

internacional ao processo de transformação do cenário político argelino. Dentre as mudanças, destacam-se: a) o aumento do número de cadeiras no Parlamento; b) o estabelecimento de número mínimo de mulheres nas listas eleitorais; c) a supervisão das eleições por lista de magistrados (e não mais pelo Ministério do Interior); e d) o convite a organizações internacionais para envio de observadores (LEA, ONU, UE). De fato, as missões de observadores eleitorais fizeram avaliação geral positiva do pleito na Argélia, considerado livre e transparente. A comunidade internacional também elogiou as medidas introduzidas na legislação, que permitiram aumento significativo no número de mulheres no Parlamento: de 31 entre 389 assentos (8%) para 145 entre 462 assentos (31%). A Argélia teria avançado, segundo dados divulgados pela mídia local, do 122º para o 26º lugar no ranking de países cujos parlamentos contam com maior presença de mulheres, nível equiparado ao da Alemanha.

Apesar da reforma, houve pequena alteração na distribuição de cadeiras, que acabou por aumentar a vantagem dos principais partidos governistas, a saber, o FLN e o "Rassemblement National Démocratique" (RND, de centro-direita), que obtiveram 291 cadeiras do total de 462. A Aliança Argélia Verde (AAV), coalizão que reúne três partidos islamistas moderados ("Mouvement de la Société pour la Paix"/MSP – que rompeu com o governo em 2012 –, o "Ennahda" e o "El Islah"), perdeu uma cadeira, passando de 48 a 47.

Vale registrar que a possibilidade de o presidente Abdelaziz Bouteflika concorrer às eleições para o quarto mandato em 2014 ocupou o centro do debate político nacional durante boa parte de sua terceira presidência. Apesar de debilitado pelo AVC ocorrido em 2013, que gerou dúvidas sobre sua capacidade de governar, Bouteflika, sem ter feito campanha, foi reconduzido no cargo por ampla margem dos votos, em abril de 2014, (04/2014-04/2019), fato que ratificou sua liderança histórica e carismática.

No entanto, apenas metade dos eleitores compareceram às urnas. A partir do segundo semestre de 2017, mais de um ano e meio antes do próximo pleito, a ser realizado em 2019, o debate sobre novo mandato para Bouteflika voltou à baila. Contudo, as duas mudanças na chefia do governo argelino em 2017 (a escolha do primeiro-ministro é realizada pelo presidente e aprovada pelo parlamento) estiveram, segundo analistas, mais relacionadas ao ritmo das reformas econômicas do que a mudanças de rumo na política. Por outro lado, as eleições legislativas e locais de 2017 reforçaram a maioria absoluta e ascendência sobre a vida político-partidária do

país dos dois partidos da base de governo, a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o Movimento Nacional Democrático (RND).

### **Poder legislativo**

O poder legislativo argelino é bicameral, composto por Assembleia Popular Nacional Popular (APN, câmara baixa), com 462 membros e pelo Conselho da Nação (CN, Senado), com 144 membros.

No Conselho da Nação, os representantes assumem mandatos de seis anos. Seus membros são escolhidos de duas formas: um terço é indicado pelo presidente eleito; e o restante é eleito por voto indireto pelas assembleias comunais. Já os representantes da Assembleia Popular Nacional são eleitos por voto universal direto para mandatos de cinco anos. O CN é instância revisora das decisões da APN.

O Parlamento não detém impacto significativo na formulação de políticas: a APN tem pouca iniciativa legislativa e a grande maioria das leis aprovadas são de iniciativa do Governo.

A Constituição concede ao chefe de estado papel central na gestão dos assuntos do país. Além disso, o presidente é o Comandante Supremo das Forças Armadas e ministro da Defesa.

### **Poder Judiciário**

O sistema legal argelino inclui elementos tanto do direito civil francês quanto do direito islâmico. Atos legislativos podem ser revistos por Conselho Constitucional *ad hoc*, composto de servidores públicos e juizes da Suprema Corte da Argélia.

A mais alta instância do poder judiciário é a Suprema Corte, que consiste de 150 juizes indicados pelo Alto Conselho da Magistratura, órgão administrativo dirigido pelo presidente da República.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Vários fenômenos, como a presença de movimentos extremistas islamistas em países vizinhos, ora reforçados pela chegada de combatentes do Estado Islâmico em retirada dos conflitos na Síria e no Iraque; a intensificação dos fluxos de migração de africanos do Sahel para a Europa, passando pela Argélia, muitos dos quais ali se instalando; o fortalecimento de redes criminosas nas proximidades das fronteiras do país, atuando no tráfico de armas e de entorpecentes, no contrabando, em sequestros e outros delitos, fizeram da Argélia país incontornável para a estabilidade no Norte da África, fato explorado pela diplomacia do país, em função da bem-sucedida experiência de superação do conflito com os extremistas dos anos 1990, consolidada pelas políticas de reconciliação nacional e de desradicalização do discurso religioso.

Ainda no plano externo, a Argélia apresenta-se como país não-alinhado, com histórico de atuação diplomática independente. A grave deterioração da situação de segurança em seu entorno regional ao longo dos últimos anos levou o país magrebino, contudo, a estabelecer como prioridade máxima de sua diplomacia a promoção da paz e da segurança nos países vizinhos. Recorde-se que, em janeiro de 2013, a crise de segurança regional chegou a atingir em cheio a Argélia: grupo terrorista atacou instalação petrolífera argelina em In Amenas, perto da fronteira com a Líbia, com saldo de 67 mortos.

Nesse contexto, a Argélia tem atuado no sentido de facilitar a obtenção de solução política para os conflitos regionais. De forma similar ao Brasil, a Argélia identifica como principal origem da volatilidade regional a intervenção externa realizada pela OTAN na Líbia, em 2011, desprovida de acompanhamento bem planejado para o período pós-conflito. Fiel a sua tradição diplomática de protagonismo regional e de rigorosa defesa do princípio da não-ingerência, a Argélia tem buscado conter as consequências da desestabilização líbia por meio da cooperação com países vizinhos e da facilitação do diálogo intralíbio, sempre em sintonia com os esforços de mediação conduzidos pela ONU. No plano da cooperação com os vizinhos, destaca-se a cooperação com a Tunísia, em áreas como inteligência e controle de fronteiras.

No Mali, Argel engajou-se, de forma particularmente ativa. O "Processo de Argel", iniciado em setembro de 2014, resultou no "Acordo de Paz e Reconciliação", assinado em Bamako, em maio de 2015, e ao qual, em junho de 2015, após nova rodada de negociações em Argel, aderiram os grupos reunidos em torno da Coordenação de Movimentos do Azawad (MCA), que relutavam em assinar definitivamente o acordo. A Argélia continua engajada junto às principais partes malinesas, com vistas à implementação e ao cumprimento dos termos acordados.

Os esforços argelinos de promoção da paz e da estabilidade regionais encontram entrave político no caráter relativamente tenso das relações com o Marrocos. Países que passaram relativamente incólumes pelas revoltas populares ocorridas no contexto da "Primavera Árabe", Argélia e Marrocos são vistos com frequência como pilares da estabilidade magrebina. Contudo, as rivalidades em torno da questão do Saara Ocidental têm, em certa medida, dificultado o enfrentamento comum dos graves problemas de segurança regional. De um lado, Rabat não abre mão da soberania sobre a região saaraui e propugna a autonomia relativa do território, sob a soberania marroquina. De outro lado, Argel é fervorosa defensora da realização de referendo popular sobre a independência política do povo local. O Governo

argelino reconhece a República Árabe Saaraui Democrática (RASD). Desde 1994, as fronteiras entre a Argélia e o Marrocos encontram-se fechadas.

A persistência da tensão entre Marrocos e Argélia também é vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento da União do Magrebe Árabe (UMA), organização criada em 1989 para promover a integração econômica sub-regional entre Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.

Note-se, ainda, que, desde o início do quarto mandato de Bouteflika, em abril de 2014, se registra a busca por maior aproximação com países da África subsaariana, com destaque para a intensificação do fluxo de visitas de altos mandatários da região a Argel. A renovada prioridade concedida à área pela Argélia insere-se nos esforços de diversificação da matriz produtiva, em cenário de baixa prolongada nos preços dos hidrocarbonetos.

Essa necessidade também tem orientado a aproximação com parceiros emergentes como a China, que é, desde 2013, o maior fornecedor comercial da Argélia. Em 2014, os dois países assinaram Acordo de Parceria Estratégica, o primeiro celebrado pela China com um país árabe.

Apesar do movimento argelino em direção ao Sul, as tradicionais relações com os países mediterrâneos europeus seguem prioritárias. Os principais parceiros comerciais europeus da Argélia são a Espanha, a França e a Itália. O relevante papel do país para a estabilização da região tem impelido a Europa a buscar maior aproximação com Argel. Em setembro de 2015, por ocasião da visita da Alta Representante da UE para Política Externa e Segurança a Argel, foi anunciada a revisão dos termos do Acordo de Associação Argélia-União Europeia, assinado em 2005, que pouco antes passaram a ser vistos pelo governo argelino como assimétricos.

A França, ex-metrópole, é o principal parceiro argelino em cooperação bilateral. O passado colonial é, contudo, tratado como "página virada, mas não rasgada" da história argelina. Em que pese seu caráter ainda dúbio, as relações franco-argelinas, após deterioração durante o governo de Nicolas Sarkozy, experimentaram significativa melhora a partir do governo de François Hollande. Os dois países mantêm crescente intercâmbio de informações quanto à atuação de grupos radicais no Sahel. Embora não tenha participado diretamente da intervenção francesa no Mali, a Argélia permitiu a utilização de seu espaço aéreo por aeronaves militares francesas na ocasião.

Argel também intensificou a cooperação em matéria de segurança com os EUA, que ressaltou, durante o governo de Barak Obama, o papel de relevo do país magrebino na estabilização do Sahel e do Norte da África.

### ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia argelina apresenta dependência histórica da exploração de hidrocarbonetos, que representam, grosso modo, cerca de 30% do PIB, 60% do orçamento público e 95% das receitas com exportações. A Argélia tem a décima maior reserva de gás natural do mundo e é o sexto maior exportador da *commodity*. Em termos de reservas comprovadas de petróleo, está em 16º lugar no mundo.

A receita fiscal auferida com a exportação de hidrocarbonetos permitiu à Argélia manter a estabilidade macroeconômica, acumular significativas reservas internacionais e a manter baixo endividamento externo, enquanto os preços internacionais estavam elevados. Com preço do petróleo baixo desde 2014, as reservas internacionais do país caíram pela metade para cobrir déficits interno e externo. O fundo de estabilização para a *commodity*, que chegou a 20 bilhões de dólares norte-americanos, em 2013, registrou seu valor mais baixo em 2017 (7 bilhões de dólares).

A situação resultante da queda acentuada e prolongada nos preços internacionais dos hidrocarbonetos obrigou o governo a repensar a forma e a intensidade da intervenção estatal na economia e no provimento do bem-estar social, em equilíbrio delicado entre os imperativos da modernização e da diversificação econômica, de um lado, e da paz e estabilidade sociais, de outro.

A solução da sensível equação macroeconômica argelina envolve a atração de capitais externos e a recuperação dos fluxos do comércio exterior. Nesse sentido, o país tem buscado parceiros externos para investir em sua economia. A imposição legal da fórmula 49/51%, segundo a qual investidores estrangeiros devem associar-se minoritariamente (máximo de 49%) a empresas locais, tem constituído, no entanto, fator inibidor da captação de investimentos externos diretos.

No que se refere à balança comercial, em geral, a redução nos investimentos públicos e, também, nas importações tiveram impacto negativo, não apenas sobre o comércio com o Brasil, mas também sobre as trocas com os demais parceiros argelinos. Quanto ao Brasil, em particular, a crise econômica nacional e a diminuição das cotações internacionais dos principais produtos agrícolas exportados também contribuíram para a redução na corrente bilateral de comércio com a Argélia. A partir

do segundo semestre de 2017, contudo, graças à recuperação parcial das cotações internacionais dos hidrocarbonetos, as exportações argelinas recuperaram-se, com consequente evolução positiva das trocas com o Brasil.

No relacionamento com o exterior, a União Europeia constitui o maior parceiro comercial argelino. As divisas geradas com a exportação de hidrocarbonetos transformaram a Argélia em importador histórico de bens de consumo, sobretudo equipamentos industrializados; produtos semimanufaturados e alimentos. Os maiores fornecedores da Argélia são China, França, Rússia, Itália e Alemanha. Em 2016, o Brasil posicionou-se em 10º lugar entre os fornecedores argelinos. Já no que se refere a exportações argelinas, os maiores compradores são: Itália, Espanha, Estados Unidos, França e Brasil.

Também relacionada à busca por melhoria do desempenho do comércio exterior argelino se insere a assinatura do Acordo da Área Africana de Livre Comércio Continental (ACFTA, na sigla em inglês), em março de 2018. A formação do bloco terá o potencial de ampliar as exportações da Argélia para outros países da África, o que poderá se traduzir em geração de emprego e em desenvolvimento econômico. Apesar do potencial de transformação associado à criação da ACFTA, com a formação do maior mercado único do mundo, que terá cerca de 1 bilhão e 200 milhões de consumidores e trabalhadores, analistas econômicos não acreditam que os resultados positivos da empreitada aparecerão de imediato. A eliminação de tarifas sobre 90% dos produtos negociados na região do bloco ao longo dos próximos 5 anos é vista como muito ambiciosa.

Outras medidas para melhoria do cenário econômico doméstico adotadas pelo governo Bouteflika foram a imposição de maior disciplina à política fiscal e a tentativa de progredir com a diversificação da economia. No mês de março de 2018, o FMI criticou, contudo, a decisão do primeiro-ministro Ahmed Ouyahia de recorrer a empréstimos do banco central (Banque d'Algérie) para cobrir déficits fiscais.

Em 2017, o presidente Bouteflika também anunciou que a Argélia investiria no desenvolvimento de fontes de energia não convencionais. Desde então, o país tem-se esforçado para ampliar indústrias não relacionadas à produção de hidrocarbonetos, mas em ambiente de negócios fortemente regulamentado e com crescimento econômico ainda condicionado pelo estado.

A recente tendência de recuperação dos preços internacionais do petróleo poderá, contudo, fazer com os esforços por maior diversificação da matriz produtiva do país esmoreçam.

### **Comércio e fluxos de investimentos bilaterais**

Tradicionalmente deficitário para o Brasil, em função da importação de hidrocarbonetos (naftas para petroquímica e óleos brutos de petróleo), o comércio bilateral iniciou recuperação no segundo semestre de 2017, após período de queda. A melhoria se deve à recuperação relativa da economia argelina, em função do aumento recente das cotações internacionais dos hidrocarbonetos, além da paulatina recuperação da economia brasileira. Há alguns anos, a Argélia consolidou-se como o 2º maior parceiro comercial brasileiro no mundo árabe (após a Arábia Saudita) e também 2º maior parceiro comercial do Brasil na África (após a Nigéria).

Açúcar, óleo de soja, milho e carne respondem por mais de 90% das exportações brasileiras à Argélia. Os produtos brasileiros são adquiridos, em sua maioria (cerca de 70%), pelo grupo argelino CEVITAL. Nafta e óleo bruto de petróleo respondem por mais de 90% das importações brasileiras da Argélia e são adquiridos, em sua maior parte pela Braskem.

A troca de missões empresariais com maior frequência poderá contribuir para incrementos e diversificação do comércio bilateral, tornando-o menos dependente das oscilações nos preços internacionais das *commodities*. Mais recentemente, o Brasil empenhou-se, nesse sentido, em sua participação na 50ª edição da Feira Internacional de Argel, realizada em 2017, e na missão da Apex a Argel, em abril do mesmo ano, que contou com a participação de dezessete empresas brasileiras dos setores agroalimentar, de máquinas agrícolas, material de construção, equipamentos e produtos de laboratório, movelaria e alimentação animal.

Estima-se, ademais, que mudanças na lei de investimentos e a assinatura do acordo de cooperação e facilitação de investimentos poderão impulsionar os investimentos brasileiros na Argélia.

Empresas brasileiras já têm, contudo, ampliado sua participação em licitações públicas e na formação de parcerias com empresas locais ou de terceiros países atuando na Argélia. Destaca-se a associação entre a Randon e o grupo argelino Cevital, responsável por parcela substancial das importações de açúcar e óleo de soja do Brasil. A mesma empresa firmou parceria com a brasileira NEOBUS para a montagem local de carrocerias (em regime de CKD).

Além de grandes construtoras como a Andrade Gutierrez, que participou da construção do metrô de Argel e do viaduto de Constantine, e a Queiroz Galvão, a Weg está presente na Argélia por meio de representante local e tem buscado aumentar sua participação no mercado argelino de motores elétricos, em especial por meio de parceria com a Naftal, considerada prioritária nos planos de expansão de negócios da empresa na Argélia. A Naftal, responsável pela distribuição de mais de

90% da gasolina e do diesel no mercado argelino, lançou, recentemente, plano de desenvolvimento que prevê investimentos da ordem de US\$ 4 bilhões nos próximos anos.

Do lado argelino, o grupo CEVITAL é a maior empresa privada da Argélia (vendas anuais de USD 3,5 bilhões) e da África, na área agroalimentar. A corporação importa, como mencionado, a maior parte dos produtos brasileiros (cerca de 70% das importações argelinas de bens produzidos no Brasil, principalmente açúcar). Além de possuir rede própria de distribuição de produtos no país (supermercados), a CEVITAL também produz e exporta eletrodomésticos, produtos siderúrgicos, entre outros.

Em visita ao Brasil (7-8/11/2016), o presidente do Grupo CEVITAL, Issad Rebrab, cumpriu ampla agenda de encontros em Brasília, ocasião em que apresentou seus projetos de investimentos bilionários, no Brasil, na área de logística e transportes (transporte ferroviário e escoamento de grãos por terminal fluvial no Pará). Os projetos, caso concretizados, deverão reduzir sensivelmente o custo final das *commodities* agrícolas brasileiras na Argélia e em todo o Mediterrâneo tanto pelo encurtamento das distâncias entre produtores de grãos e consumidores finais, quanto pelo barateamento do frete em razão da garantia de carga nos dois sentidos (fertilizantes no sentido Argélia-Brasil e grãos no sentido Brasil-Argélia). Os projetos do grupo argelino, no entanto, enfrentam dificuldades, sobretudo na área de financiamento (na Argélia, a Cevital opera com capitais próprios, mas os investimentos no exterior dependem de montagem financeira).

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

**1830:** Invasão francesa; assinada Convenção que cede a Argélia à França

**1832:** Início da resistência à colonização francesa, sob a liderança de Al-Kader, entre outros

**1848:** Argélia é proclamada parte integrante da França na Constituição da II República

**1914:** Argélia fornece contingentes de soldados para combater na Europa até 1918

**1928:** Primeiras grandes medidas para restringir a imigração argelina em direção à França

**1942:** II Guerra Mundial; desembarque aliado na Argélia

**1943:** Ida do General De Gaulle a Argel, com promessa de reformas

- 1945:** Violenta repressão francesa contra manifestantes nacionalistas argelinos
- 1946:** Cresce movimento nacionalista; fundação de partidos independentistas moderados
- 1947:** Criação do primeiro braço armado para a luta anticolonialista
- 1954:** Início da revolução de independência com marcada atuação da Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu exército
- 1955:** François Mitterrand dá impulso à Guerra da Argélia
- 1960:** Reconhecimento pela ONU do direito argelino à independência
- 1962:** Assinatura dos Acordos de Evian, com cessar-fogo
- 1962:** Referendo aprova a independência da Argélia; Ahmed Ben Bella é eleito Presidente
- 1962:** Violência contra argelinos de origem francesa e início da emigração em massa
- 1965:** Ben Bella é deposto, em golpe de Houari Boumediène
- 1968:** Nacionalizações; Argélia adota regime socialista de economia planificada
- 1969:** Adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
- 1976:** Rompimento de relações com o Marrocos pela questão do Saara Ocidental (até 1988)
- 1976:** Constituição argelina aprovada por referendum com 99% de votos afirmativos
- 1978:** Morte do presidente Boumediène, sucedido dias depois por Chadli Bedjedid
- 1986:** Primeira reforma constitucional e flexibilização do sistema de partido único
- 1990:** Frente Islâmica de Salvação ganha eleições municipais e, em 1991, legislativas
- 1992:** Golpe militar anula eleições; onda de violência e terrorismo fundamentalista
- 1992:** O intelectual no exílio M. Boudiaf, chamado para a presidência, é assassinado
- 1999:** Primeira eleição de Abdelaziz Bouteflika como presidente
- 2004:** Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para segundo mandato
- 2005:** Aprovação em referendo da Carta de Reconciliação Nacional
- 2007:** Atentados suicidas em Argel e no interior por grupo ligado à Al Qaeda (também em 2008)
- 2008:** Reforma constitucional suprime limite à reeleição do presidente.
- 2009:** Abdelaziz Bouteflika reeleito para terceiro mandato.
- 2011:** No contexto da "Primavera Árabe", o Governo argelino adota série de medidas para reforma político-institucional, entre as quais a suspensão do estado de emergência, em vigor no país havia 19 anos.
- 2012/Mai:** Realização de eleições legislativas para a Assembleia Popular Nacional.
- 2012/Set:** O presidente Bouteflika nomeia Abdelmalek Sellal como novo primeiro-ministro da Argélia.

- 2012/Nov:** Realização de eleições regionais e municipais.
- 2013/Jan:** Atentado terrorista a base de exploração de gás em In Aménas.
- 2014/Abr:** Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para terceiro mandato.
- 2015/Jan:** Atentado terrorista contra embaixada argelina em Trípoli, Líbia.
- 2016/Fev:** Reforma constitucional reintroduz limite de dois mandatos presidenciais e reconhece o tamazight como idioma oficial.
- 2017/Mai:** Realização de eleições legislativas e locais.
- 2017/Mai:** O presidente Bouteflika nomeia Abdelmadjid Tebboune como novo primeiro-ministro da Argélia.
- 2017/Ago:** O presidente Bouteflika nomeia Ahmed Ouyahia como novo primeiro-ministro da Argélia.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1962:** Estabelecimento de relações diplomáticas
- 1962:** Abertura de Embaixada em Argel
- 1983:** Visita do presidente João Figueiredo à Argélia
- 1985:** Visita do presidente Chadli Bendjedid ao Brasil
- 1987:** I Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista)
- 2003:** Ministra das Minas e Energias Dilma Rousseff visita Argel
- 2004:** Criação do Conselho Empresarial bilateral
- 2005/Fev:** Chanceler Celso Amorim visita Argel
- 2005/Mai:** Visita do presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil
- 2005/Mai:** Argélia na copresidência da Cúpula ASPA
- 2005/Nov:** Visita do ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luis Fernando Foram, e do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, à Argélia
- 2006/Fev:** Visita do Presidente Lula da Silva à Argélia
- 2006/Abr:** II Reunião da Comista, em Brasília
- 2006/Abr:** Chanceler Mohamed Bedjaoui visita o Brasil
- 2006/Nov:** Encontro dos presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Abuja, à margem da Cúpula América do Sul-África (ASA)
- 2007/Mai:** Assinatura de MdE entre as empresas Sonatrach e Petrobras na área de energia, no contexto de visita do presidente da Petrobrás à Argélia
- 2007/Jun:** Encontro dos presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Berlin, à margem de reunião de cúpula do G-8

**2008/Mar:** Visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Argelinas, General Gaid Salah

**2008/Jun:** III Reunião da Comista, em Argel

**2008/Ago:** Encontro dos presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Pequim, durante os Jogos Olímpicos

**2008/Dez:** Encontro do chanceler Celso Amorim com seu homólogo argelino em Doha, à margem da conferência sobre o financiamento do desenvolvimento

**2009/jan:** Visita do ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel

**2009:** Reunião de seguimento da III Comista em Brasília

**2010/Abr:** Sr. SGEX, Embaixador Ruy Nogueira, visita Argel

**2010/Jun:** Missão da ABC visita Argel para analisar cooperação em desertificação e cítricos

**2010/Jul:** Visita do chanceler Mourad Medelci ao Brasil e realização da IV Reunião da Comista, em Brasília

**2010/Set:** Visita do ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel

**2011/Set:** Visita ao Rio de Janeiro do ministro de Energia e Minas da Argélia, Youcef Yousfi, para participar do Fórum "World Energy Leaders Summit"

**2011/Set:** Encontro do chanceler Antonio Patriota com seu homólogo argelino, Mourad Medelci, à margem do Debate Geral da 66a AGNU

**2011/Out:** Visita do então subsecretário de Assuntos Políticos III, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Argel, para reunião de

**2012/Jun:** Vinda ao Brasil do presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta) argelino, Abdelkader Bensalah, no contexto da Rio+20

**2013/nov:** missão cirúrgica brasileira visita Argel no contexto do projeto de cooperação "Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos".

**2013/dez:** Missão governamental e empresarial, chefiada pelo secretário-executivo do MDIC

**2014/jun:** missão brasileira negociadora de acordo ACFI visita Argel.

**2015/abr:** secretário-geral das Relações Exteriores realizou visita a Argel.

**2015/ mai-jun:** participação brasileira na 48ª Feira Internacional de Argel

**2015/out:** ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil visitou Argel.

**2016/nov:** visita ao Brasil (7-8/11/2016), o presidente do Grupo CEVITAL, Issad Rebrab

**2017/abr:** visita a Argel de missão da Apex Brasil com 18 empresários brasileiros

**2017/mai:** o Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu visitou Argel para a realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Argélia

**2017/mai:** participação brasileira na na 50ª edição da Feira Internacional de Argel (8 a 13/5)

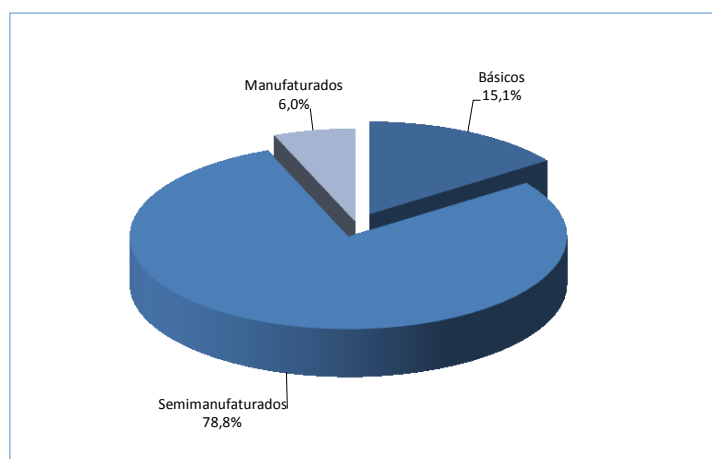
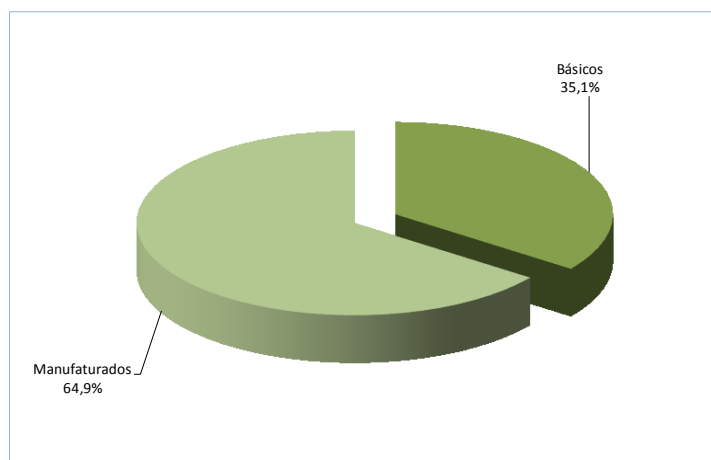
**2017/out:** participação brasileira no Salão de Pecuária e Equipamentos Agrícolas.

### ACORDOS BILATERAIS

<b>Título do ato</b>	<b>Data da celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação</b>
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	21/5/2009	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima	8/2/2006	19/3/2010	21/12/2015
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo	8/2/2006	17/6/2009	2/2/2010

da República Argelina Democrática e Popular			
Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Popular	12/5/2005	28/10/2008	19/9/2008
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática Popular no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal	12/5/2005	29/10/2008	19/9/2008
Acordo de Cooperação Econômica ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular.	20/9/1987	21/12/1989	4/3/1991
Acordo para Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural	3/6/1981	20/11/1983	5/12/1983
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular.	3/6/1981	20/11/1983	5/12/1983

<b>DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS</b>
-----------------------------------

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

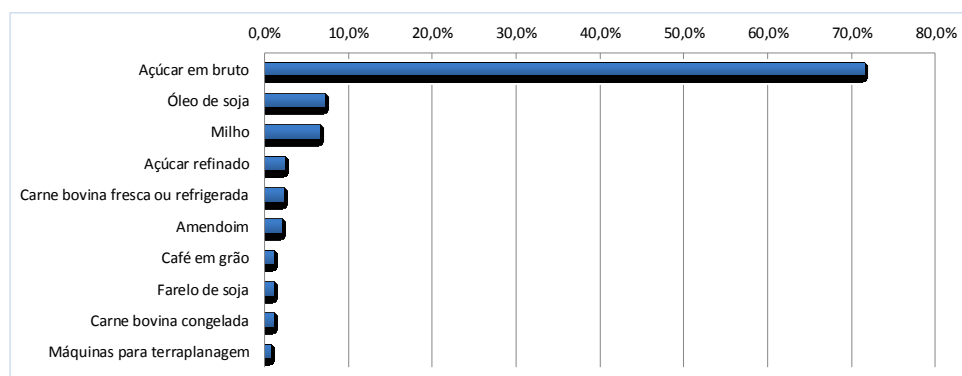
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.*

**Composição das exportações brasileiras para a Argélia (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	515	51,9%	698	65,6%	848	71,5%
Óleo de soja	69	6,9%	89	8,4%	85	7,2%
Milho	160	16,1%	86	8,1%	79	6,7%
Açúcar refinado	2	0,2%	9	0,8%	29	2,4%
Carne bovina fresca ou refrigerada	62	6,2%	50	4,7%	27	2,3%
Amendoim	22	2,2%	19	1,8%	25	2,1%
Café em grão	8	0,8%	4	0,4%	13	1,1%
Farelo de soja	19	1,9%	0	0,0%	13	1,1%
Carne bovina congelada	23	2,3%	21	2,0%	13	1,1%
Máquinas para terraplanagem	10	1,0%	25	2,4%	9	0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>890</b>	<b>89,6%</b>	<b>1.001</b>	<b>94,1%</b>	<b>1.141</b>	<b>96,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>103</b>	<b>10,4%</b>	<b>62</b>	<b>5,9%</b>	<b>45</b>	<b>3,8%</b>
<b>Total</b>	<b>993</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.186</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

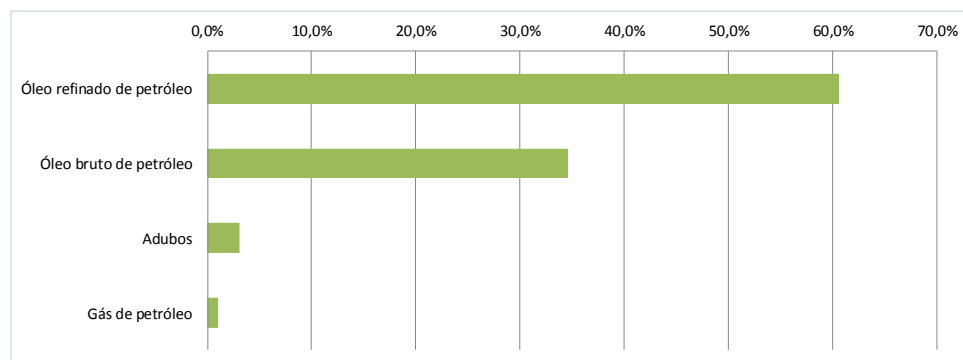


**Composição das importações brasileiras originárias da Argélia (SH4)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	1.165	64,3%	984	60,7%	1.403	60,6%
Óleo bruto de petróleo	544	30,0%	560	34,5%	800	34,6%
Adubos	0	0,0%	27	1,7%	72	3,1%
Gás de petróleo	80	4,4%	41	2,5%	24	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1.789</b>	<b>98,7%</b>	<b>1.612</b>	<b>99,5%</b>	<b>2.299</b>	<b>99,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>24</b>	<b>1,3%</b>	<b>9</b>	<b>0,5%</b>	<b>14</b>	<b>0,6%</b>
<b>Total</b>	<b>1.813</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.621</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.313</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

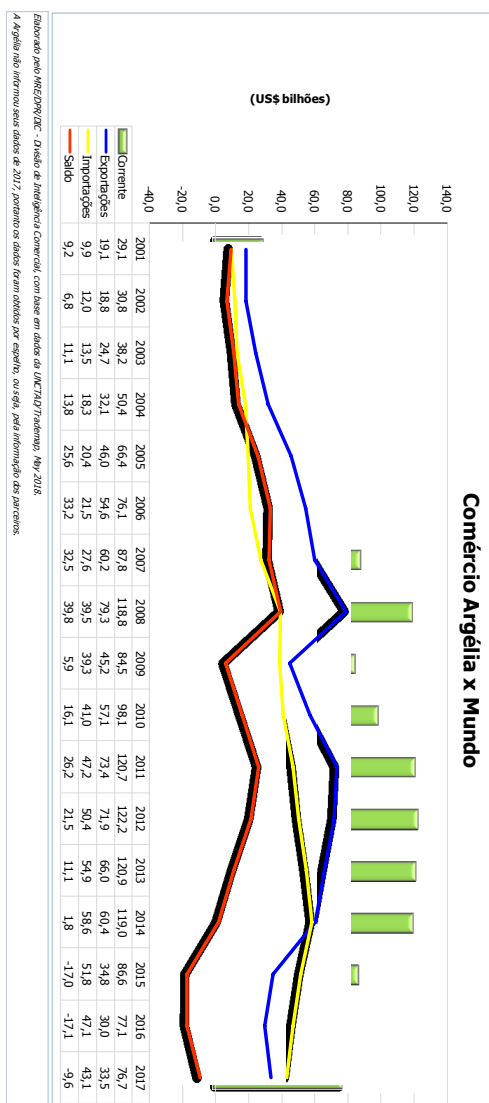
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Açúcar	279	67,6%	201	66,0%	Açúcar 67,6%
Milho	44	10,7%	33	10,8%	Milho 10,8%
Óleo de soja	27	6,5%	23	7,5%	Óleo de soja 7,5%
Carne bovina fresca ou refrigerada	14	3,4%	13	4,3%	Carne bovina fresca ou refrigerada 4,3%
Amendoim	9	2,2%	12	3,9%	Amendoim 3,9%
Carne bovina congelada	12	2,9%	9	3,0%	Carne bovina congelada 3,0%
Café em grão	3	0,7%	3	1,0%	Café em grão 1,0%
Máquinas para terraplanagem	5	1,2%	2	0,7%	Máquinas para terraplanagem 0,7%
Fibras de coco	1	0,2%	1	0,3%	Fibras de coco 0,3%
Frutas	0	0,0%	1	0,3%	Frutas 0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>394</b>	<b>95,4%</b>	<b>298</b>	<b>97,8%</b>	
<b>Outros</b>	<b>19</b>	<b>4,6%</b>	<b>7</b>	<b>2,2%</b>	
<b>Total</b>	<b>413</b>	<b>100,0%</b>	<b>305</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Grupos de produtos</b>					
Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Óleo refinado de petróleo	667	69,8%	277	50,3%	Óleo refinado de petróleo 50,3%
Óleo bruto de petróleo	253	26,5%	205	37,2%	Óleo bruto de petróleo 37,2%
Gás de petróleo	3	0,3%	40	7,3%	Gás de petróleo 7,3%
Fertilizantes azotados	23	2,4%	25	4,5%	Fertilizantes azotados 4,5%
Álcoois acíclicos	3	0,3%	2	0,4%	Álcoois acíclicos 0,4%
Fosfatos de cálcio naturais	6	0,6%	0,1	0,02%	
<b>Subtotal</b>	<b>955</b>	<b>99,9%</b>	<b>549</b>	<b>99,8%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>	
<b>Total</b>	<b>956</b>	<b>100,0%</b>	<b>550</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

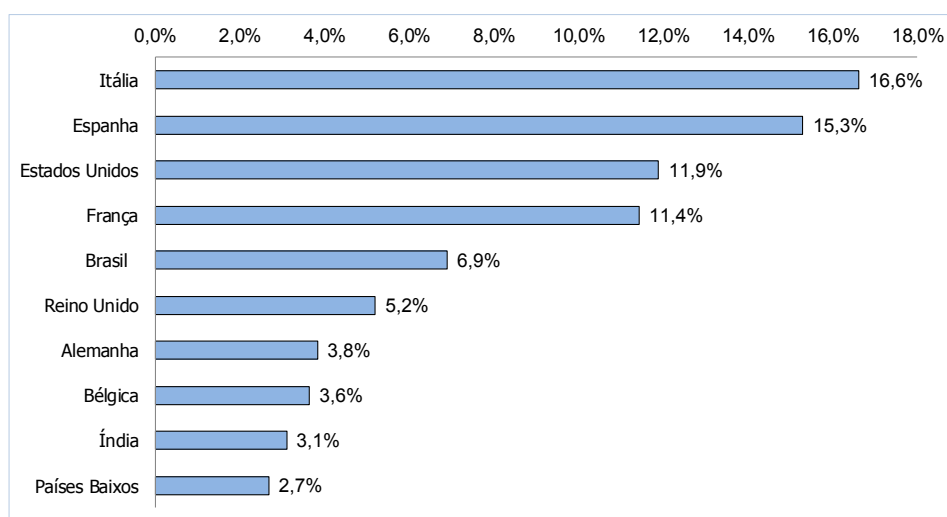


**Principais destinos das exportações da Argélia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Itália	5,57	16,6%
Espanha	5,13	15,3%
Estados Unidos	3,99	11,9%
França	3,83	11,4%
<b>Brasil</b>	<b>2,31</b>	<b>6,9%</b>
Reino Unido	1,74	5,2%
Alemanha	1,29	3,8%
Bélgica	1,22	3,6%
Índia	1,04	3,1%
Países Baixos	0,90	2,7%
<b>Subtotal</b>	<b>27,03</b>	<b>80,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>6,50</b>	<b>19,4%</b>
<b>Total</b>	<b>33,53</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*A Argélia não informou seus dados de 2017, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

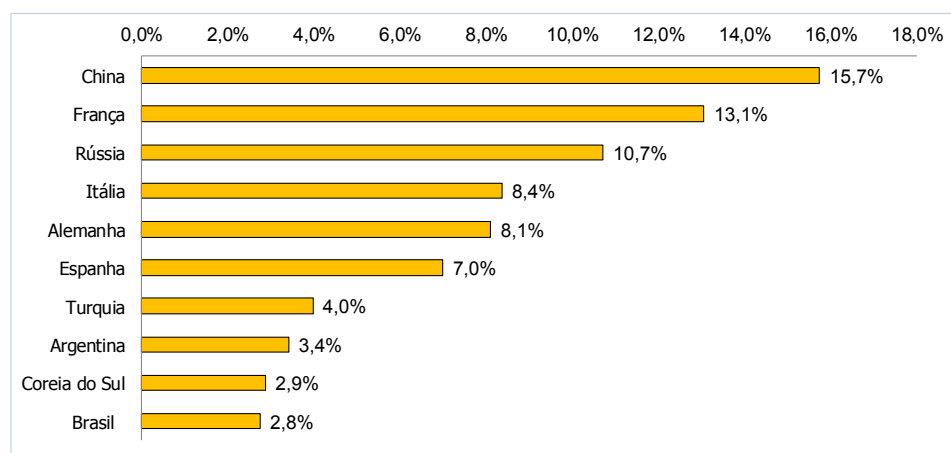


**Principais origens das importações da Argélia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
China	6,79	15,7%
França	5,63	13,1%
Rússia	4,62	10,7%
Itália	3,61	8,4%
Alemanha	3,49	8,1%
Espanha	3,02	7,0%
Turquia	1,71	4,0%
Argentina	1,47	3,4%
Coreia do Sul	1,24	2,9%
<b>Brasil</b>	<b>1,19</b>	<b>2,8%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>32,76</b>	<b>76,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>10,36</b>	<b>24,0%</b>
<b>Total</b>	<b>43,13</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*A Argélia não informou seus dados de 2017, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

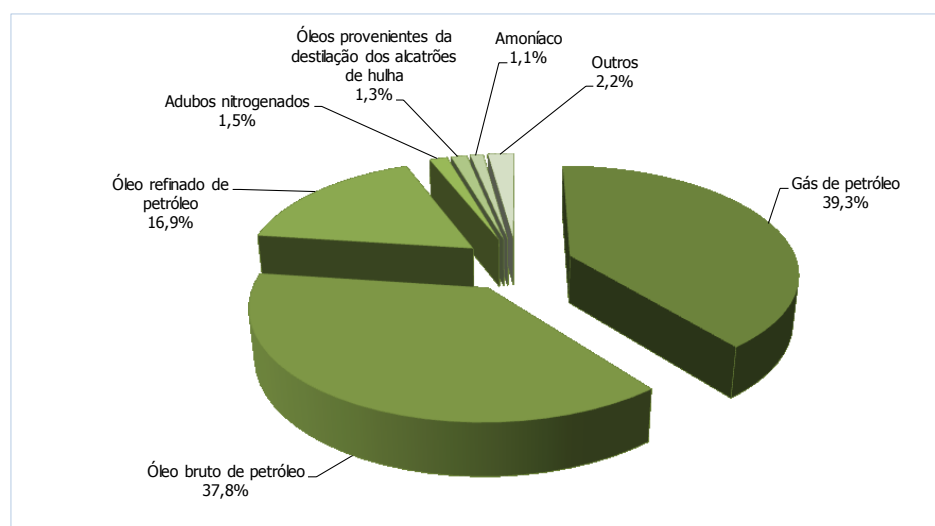


**Composição das exportações da Argélia (SH4)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part. % no total</b>
Gás de petróleo	11,79	39,3%
Óleo bruto de petróleo	11,33	37,8%
Óleo refinado de petróleo	5,06	16,9%
Aubos nitrogenados	0,45	1,5%
Óleos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha	0,40	1,3%
Amoníaco	0,32	1,1%
<b>Subtotal</b>	<b>29,34</b>	<b>97,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>0,65</b>	<b>2,2%</b>
<b>Total</b>	<b>29,99</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*(1) Última posição disponível.*

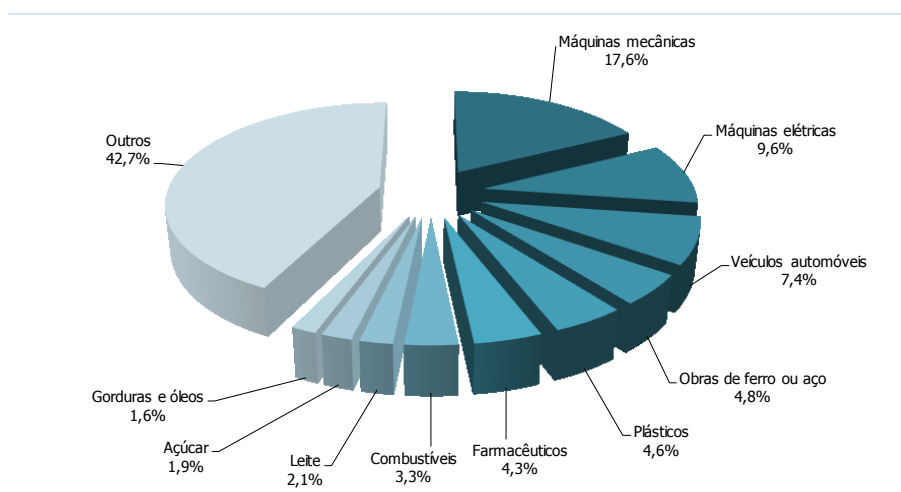


**Composição das importações da Argélia (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	8,28	17,6%
Máquinas elétricas	4,54	9,6%
Veículos automóveis	3,49	7,4%
Obras de ferro ou aço	2,25	4,8%
Plásticos	2,18	4,6%
Farmacêuticos	2,02	4,3%
Combustíveis	1,56	3,3%
Leite	0,99	2,1%
Açúcar	0,91	1,9%
Gorduras e óleos	0,75	1,6%
<b>Subtotal</b>	<b>26,96</b>	<b>57,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>20,13</b>	<b>42,7%</b>
<b>Total</b>	<b>47,09</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



Aviso nº 255 - C. Civil.

Em 29 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**EMBAIXADA DO BRASIL EM ARGEL****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR EDUARDO BOTELHO BARBOSA**

Transmito, a seguir, versão simplificada do relatório da minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Argel, de setembro de 2013, mês da minha chegada no posto, até abril de 2018. Antes de passar ao relato propriamente dito, permito-me fazer breves observações sobre desenvolvimentos internos e externos na Argélia que explicam, em certa medida, as condições em que a embaixada atuou nos últimos anos.

**1 - CENÁRIOS INTERNO E INTERNACIONAL**

2. Quando cheguei em Argel, a questão da reeleição do Presidente Abdelaziz Bouteflika já ocupava o centro do debate político nacional. Apesar de debilitado pelo AVC ocorrido um ano antes, que gerou dúvidas sobre sua capacidade de governar, Bouteflika, sem ter feito campanha, foi reconduzido no cargo por ampla margem dos votos, em abril de 2014, para cumprir um quarto mandato de cinco anos (04/2014-04/2019), ratificando sua liderança histórica e carismática. Contudo, apenas metade dos eleitores compareceram às urnas. A partir do segundo semestre de 2017, mais de um ano e meio antes do pleito de 04/2019, o debate sobre um novo mandato para Bouteflika voltou à baila, deixando patentes as dificuldades - ou resistências - na modernização e renovação do sistema prevaiente e dos quadros político-partidários, a despeito das promessas feitas nesse sentido após a "primavera árabe" argelina de 2011 e a revisão da Constituição em 2016. As duas mudanças na chefia do governo em 2017 - o primeiro-ministro é escolhido pelo presidente e aprovado pelo parlamento - estiveram mais relacionadas ao ritmo das reformas econômicas do que a mudanças de rumo na política. As eleições legislativas e locais realizadas em 2017 reforçaram a maioria absoluta e ascendência sobre a vida político-partidária do país dos dois partidos da base de governo, a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o Movimento Nacional Democrático (RND).

3. Em fevereiro de 2016, procedeu-se à revisão constitucional, ditada pela presidência e referendada pelo parlamento, cujo texto não introduziu mudanças

significativas no sistema político e na organização social da Argélia, para além da volta do limite de dois mandatos presidenciais e do reconhecimento do tamazight como idioma oficial. A limitação dos mandatos não se aplica a Bouteflika, pois não retroage. A preocupação dominante da liderança política é com a manutenção da estabilidade e a paz social, tão duramente alcançada após a "década negra" dos anos noventa. A Argélia defende a "função social do estado", valor compartilhado pela sociedade, que permitiu a este país atingir elevado índice de desenvolvimento humano.

4. No plano da balança comercial, a partir de 2014, a queda acentuada e prolongada nos preços internacionais dos hidrocarbonetos, dos quais a economia argelina é extremamentedependente, obrigou o governo a repensar a forma e a intensidade da intervenção estatal na economia e no provimento do bem-estar social, em um equilíbrio algo delicado entre os imperativos da modernização e diversificação econômica e da paz e estabilidade sociais. As reservas internacionais foram intensamente solicitadas, para cobrir os déficits internos e externos, e diminuíram sensivelmente. A redução nos investimentos públicos e nas importações afetou negativamente o comércio com o Brasil e demais parceiros argelinos. A crise econômica no Brasil e a diminuição das cotações dos principais produtos agrícolas exportados pelo nosso país para a Argélia também contribuíram para a redução na corrente bilateral de comércio. A partir do segundo semestre de 2017, contudo, graças à recuperação parcial das cotações internacionais dos hidrocarbonetos, as exportações argelinas melhoraram. As trocas com o Brasil apresentaram igualmente evolução positiva.

5. Quanto ao cenário externo, apesar de intensos esforços diplomáticos da comunidade internacional, alguns deles capitaneados pela Argélia, não se resolveram os conflitos no entorno argelino que representam ameaças claras para a segurança e a estabilidade deste país. Argel tornou-se, em anos recentes, parada obrigatória para os líderes, atores políticos e mediadores nas situações da Líbia e do Mali. Vários fenômenos - a presença de movimentos extremistas islamistas em países vizinhos, ora reforçados pela chegada decombatentes do Estado Islâmico em retirada dos conflitos na Síria e no Iraque; a intensificação dos fluxos de migração de africanos do Sahel para a Europa, passando pela Argélia, muitos dos quais aqui se instalando; o fortalecimento de

redes criminosas nas proximidades das fronteiras do país, atuando no tráfico de armas e de entorpecentes, no contrabando, em sequestros e outros delitos - fizeram da Argélia um país incontornável para a estabilidade no Norte da África, fato explorado pela diplomacia do país, que sempre recorda a bem-sucedida experiência de superação do conflito com os extremistas dos anos noventa, consolidada pelas políticas de reconciliação nacional e de desradicalização do discurso religioso. Diversas visitas de autoridades estrangeiras e funcionários internacionais a este país nos últimos anos, muitas das quais associadas a essa realidade, aumentaram a relevância deste posto como interlocutor interessado, estratégico e ativo nas dinâmicas relativas ao terrorismo, ao crime organizado e a migrações no Norte da África e na Bacia do Mediterrâneo.

6. Também no seio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, observou-se maior ativismo da diplomacia argelina, que foi bem-sucedida em costurar acordo entre os membros da organização, em setembro de 2016, para a redução da produção diária de petróleo, com vistas a uma recuperação dos preços do produto.

## 2 - AÇÕES REALIZADAS

### 2.1 - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

7. Dentre os aspectos mais relevantes para as relações políticas bilaterais, destaco a inauguração, em outubro de 2015, nesta capital, do Mecanismo de Diálogo Estratégico, no nível de Ministros das Relações Exteriores. A Argélia mantém tal mecanismo com poucos parceiros. Já a V Reunião da Comissão Mista, cuja organização caberia à parte argelina, não se realizou e seu agendamento foi prejudicado em mais de uma vez pela proximidade das eleições em um ou outro país, ou mesmo pela conjuntura política de cada um.

8. Quanto às visitas de altas autoridades, sobressaíram aquelas realizadas pela parte brasileira. Durante minha gestão, visitaram Argel: - o Sr. SGAO, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, acompanhado do Sr. D-DEAF, Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, para reunião de consultas políticas, em maio de 2017; - o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, em outubro de 2015, quando se realizou a I Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Argélia; - o Governador do Pará, em maio

de 2015; - o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, em abril de 2015; - o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), à frente de missão comercial, em dezembro de 2013.

9. A visita do ex-Ministro da Defesa, Raul Jungman a Argel, prevista para o mês de fevereiro de 2018, foi cancelada de última hora pela parte brasileira, por motivo de sua ida para o Ministério da Segurança Pública.

10. Visitas ao Brasil dos Ministros da Indústria e Minas, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca e da Solidariedade Nacional, Família e Condição da Mulher, solicitadas pelo lado argelino no final de 2016, acabaram não se realizando, por razões de agenda. Solicitação de visita do Chanceler Lamamra, no primeiro semestre de 2016, não pôde ser contemplada, em razão do momento político no Brasil.

11. Quanto aos acordos bilaterais negociados, destaco: - a conclusão das negociações e do texto do Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa, que aguarda assinatura; - a conclusão do Memorando de Entendimentos entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Instituto Diplomático e das Relações Internacionais (IDRI), que aguarda ocasião oportuna para a assinatura; - a proposta, pelo Brasil, de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que segue sob o exame das autoridades argelinas.

12. Destaco, ainda, que efetuei diversas gestões em prol de candidaturas do Brasil ou de brasileiros a organizações internacionais, que, até onde se pôde apurar, sempre contaram com o apoio argelino. Ao que consta, há instrução na Chancelaria argelina de apoio automático a candidaturas brasileiras na ausência de outros compromissos que o impeçam.

13. Visitei com regularidade autoridades locais e representantes de agências internacionais, inclusive ministros de estado, para, conforme o caso, tratar da pauta bilateral e examinar possibilidades de intensificação do relacionamento entre os dois países, ou então, para trocar informações sobre a Argélia.

14. Junto com os demais embaixadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Argel, participei, como palestrante do grupo, do primeiro seminário temático

---

organizado pela nova direção do Instituto Diplomático do Ministério dos Assuntos Estrangeiros (MAE), que foi dedicado ao exame daquela organização.

## 2.2 - PROMOÇÃO COMERCIAL

15. Em 2017, o Brasil manteve sua posição entre os dez maiores fornecedores argelinos. Nosso país aumentou sua importância como cliente da Argélia, passando da oitava posição em 2013 e 2014, para a quinta em 2016 e 2017. A pauta comercial é concentrada, com destaque para os derivados de hidrocarbonetos importados pelo Brasil e os agropecuários, principalmente açúcar, importados pela Argélia. Os fluxos são importantes, fazendo da Argélia o segundo parceiro comercial do Brasil no continente africano: em 2017, atingiram USD 3,5 bilhões, com um saldo tradicionalmente favorável à parte argelina. (O máximo foi atingido em 2011, quando totalizou USD 4,6 bilhões.)

16. Como parte do esforço de diversificar a pauta comercial e aumentar as vendas brasileiras, realizaram-se, durante minha gestão, as seguintes missões comerciais brasileiras a este país, com o apoio do Secom Argel: - Missão governamental e empresarial, chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, e com a participação de funcionários da Apex e empresários brasileiros, em novembro-dezembro de 2013; - Missão da Apex Brasil, em abril de 2017, com funcionários daquela instituição e 18 empresários brasileiros.

17. O Secom Argel organizou a participação brasileira nas seguintes feiras e eventos comerciais: - 48ª Feira Internacional de Argel (maio-junho/2015); - 50ª Feira Internacional de Argel (maio/2017); - Salão de Pecuária e Equipamentos Agrícolas - SIMA-SIPSA (outubro/2017), em parceria com a Apex Brasil.

18. Tendo a Argélia sido incluída entre os países prioritários para as iniciativas da APEX, realizou-se missão preparatória daquela agência em Argel em janeiro de 2015. A missão comercial propriamente dita não veio a se realizar. Também foi cancelada missão cogitada para novembro de 2015.

19. Em 2017, o posto viu-se confrontado com as repercussões da operação "Carne Fraca", da Polícia Federal brasileira, que levou à suspensão temporária das importações de carne do Brasil pelas autoridades sanitárias argelinas. Tratei do assunto diretamente com o Secretário-Geral do Ministério da

Agricultura, do Desenvolvimento Rural e da Pesca, auxiliiei na interlocução entre autoridades sanitárias argelinas e brasileiras e respondi a matérias equivocadas e tendenciosas da imprensa local, de forma a possibilitar a retomada das exportações brasileiras, presentemente normalizadas.

20. Durante minha gestão, dei todo o apoio cabível às empresas que prospectaram negócios neste país ou que aqui já se encontravam instaladas. Destaco a Andrade Gutierrez, que, após a conclusão das obras do viaduto "Salah Bey" de Constantine, iniciou negociação com o governo sobre adendo ao contrato com vistas à realização e pagamento de obras adicionais, não previstas inicialmente. Discordâncias entre as duas partes, por elas trazidas a meu conhecimento, foram transmitidas a essa SERE. Também na área de construção e engenharia civil, participei de algumas reuniões, em conjunto com a Embaixadora do Canadá nesta capital, com o Ministro dos Transportes e Obras Públicas e outras autoridades argelinas, em apoio ao projeto proposto pela empresa brasileira Queiroz Galvão, em parceria com a canadense Bombardier, para a construção de monotrilho em Argel. Auxiliei, ainda, no estabelecimento de contatos e realização de visitas, nesta capital, por executivos da empresa OAS.

21. Apoiei a exibição da aeronave KC-390, da Embraer, nesta capital, em 2017 e, em 2018, a visita de representantes da Embraer, que incluiu contatos com autoridades locais, entre elas do Ministério da Defesa Nacional, com dirigentes da Air Algérie e da Tassili Airways e com outras empresas. Em 2016, a Embaixada auxiliou a empresa WEG na organização da visita de seu presidente executivo a esta capital, promovendo contatos com altas autoridades do governo e com o primeiro escalão de empresas públicas, que resultaram na decisão da firma de se instalar neste país por meio de parceria envolvendo sócio privado e empresas públicas.

22. Apoiei, ainda, os esforços do Grupo Cevital, maior grupo privado argelino e maior importador de produtos brasileiros, de expandir seus negócios no Brasil, por meio de projetos que representavam, claramente, ganhos para as economias de ambos os países. Facilitei, assim, as visitas do presidente executivo do grupo, Issad Rebrab, a altas autoridades no Brasil, incluindo o Sr. Presidente da República, Michel Temer, e ministros de Estado.

### 2.3 - COOPERAÇÕES TÉCNICA E HUMANITÁRIA

23. Nos últimos anos, coincidindo com a minha missão, houve sérias limitações nas atividades da Agência Brasileira de Cooperação, que prejudicaram a execução de projetos de cooperação técnica bilaterais com este país. Busquei sensibilizar as partes envolvidas no projeto "Transferência de Conhecimentos para a Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral", de modo a garantir sua continuidade após a inauguração da escola-piloto de lapidação em Tamanrasset, em novembro de 2013. A revisão do projeto por meio da assinatura de adendo em fevereiro de 2015, que resolveu dificuldades relacionadas aos serviços de interpretação dos instrutores brasileiros, permitiu que evoluísse como previsto, com a realização de módulos relativos à atividade produtiva, ao desenho de joias e à organização de cooperativas, finalizados em 2017. O projeto incluiu visita dos alunos formados à cidade de Ouro Preto, no Brasil, e exposição de seus produtos em Argel, na residência oficial do Posto. O aporte de recursos consideráveis e o empenho das autoridades argelinas, inclusive de nível ministerial, na conclusão do projeto deixaram evidente sua importância para o governo deste país, por seu impacto na geração de empregos e renda em região deprimida do sul do país.

24. Ainda em novembro de 2013, veio a Argel missão cirúrgica prevista no projeto de cooperação "Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos". Realizaram cirurgias e participaram do II Simpósio Internacional Argélia-Brasil em Cirurgia Cardíaca. Não se executaram outras atividades desde então.

25. O governo tem avançado, ainda que lenta e cautelosamente, dada a extrema sensibilidade política do tema, em sua intenção de substituir ou complementar o sistema de subsídios universais a produtos de primeira necessidade com sistema de assistência às camadas mais carentes da população. O tema foi objeto de uma missão de técnicos ao Brasil, em evento organizado pelo Banco Mundial, e de técnicos brasileiros a esta capital em 2015. Tem sido igualmente discutido em reuniões que mantive com ministros relevantes para o tema, que levaram à realização, em abril de 2018, de uma videoconferência entre técnicos do Ministério da Solidariedade Nacional, da Família e da Condição da Mulher da Argélia e do nosso Ministério do Desenvolvimento Social,

com o apoio da ABC. A Embaixada começou também a explorar possibilidades de cooperação trilateral na área de formação profissional em conjunto com o Escritório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial na Argélia.

26. Participei, pessoalmente ou representado por meus colaboradores diplomáticos, de quatro missões do corpo diplomático aos campos de refugiados saarauís de Tindouf, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018, organizadas pelas agências, fundos e programas das Nações Unidas atuantes naqueles campos, bem como de duas cerimônias, em Orã de recepção de víveres doados pelo Brasil e distribuídos pelo Programa Mundial de Alimentos. As 2.450 toneladas de arroz e 1.400 toneladas de feijão doadas pelo Brasil entre 2014 e 2016, em conjunto com a Espanha, que arcou com os custos do transporte até o Porto de Orã, situaram nosso país entre os dez maiores doadores para os saarauís naqueles anos.

#### 2.4 - DIFUSÃO CULTURAL

27. Também a área cultural sofreu das restrições orçamentárias enfrentadas por essa SERE e da falta de recursos humanos, principalmente no início de minha gestão. Em 2014, foi possível realizar, na residência, evento relativo à inauguração da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, com o apoio de firma brasileira. Dada a paixão do argelino pelo futebol, acentuada pela presença na Copa da seleção argelina, e a simpatia pela Brasil, procurei e fui convidado por diversos veículos da mídia local para falar do Brasil e do campeonato, o que permitiu ampla divulgação do evento e me beneficiou no início da minha gestão, em termos de visibilidade.

28. Aproveitei as celebrações do Sete de Setembro, realizadas também na residência, para expor algumas de nossas riquezas culturais, incluindo apresentação de capoeira por grupo local e exibição de vídeos musicais.

29. Em 2017, apoiei, juntamente com a DAV, a participação de filme brasileiro no Festival Internacional de Cinema de Argel. O filme "Era o Hotel Cambridge" recebeu menção especial do júri do festival.

#### 2.5 - TEMAS CONSULARES

30. Em 2016, criou-se página da Embaixada no Facebook, ampliando, assim, os canais de interlocução do posto com a

---

pequena comunidade brasileira na Argélia e com o público em geral, divulgando ações de nossa diplomacia e outras informações de interesse geral.

31. Continuou o desafio de triagem dos pedidos de visto de turista por cidadãos argelinos que conheceram brasileiras por canais virtuais. Tais situações apresentam, em muitos casos, características de casamentos de conveniência e tentativa de imigração ilegal. Trata-se de fenômeno observado em outros países do Oriente Médio e Norte da África, que tem demandado atenção crescente do setor consular do posto.

## 2.6 - TEMAS ADMINISTRATIVOS

32. A Residência da Embaixada do Brasil em Argel, espaçosa e confortável, é uma imponente construção de estilo mourisca muito admirada pelos seus visitantes. Por ser antiga, exige cuidados constantes. Zelei pela manutenção e recuperação desse próprio nacional realizando, de maneira praticamente contínua durante toda minha missão no posto, reformas e reparos, de maior ou menor porte, com recursos da Secretaria de Estado ou das verbas da Embaixada. A piscina, contudo, devido ao excessivo desgaste dos mosaicos, encontra-se em estado irrecuperável.

## 3. - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES

33. As exigências de que todos os contatos com autoridades públicas da administração direta ou indireta sejam solicitadas por meio da Chancelaria dificultam e burocratizam a ação da Embaixada. As missões diplomáticas e representações de organismos internacionais em Argel se queixam rotineiramente dessa praxe, sem que haja possibilidade de contorná-la. A qualidade do relacionamento com a Chancelaria local é, portanto, determinante para a missão da Embaixada.

34. O Estado argelino, assistencialista e intervencionista, moldado pelas origens socialistas da Argélia independente, interfere frequentemente no setor empresarial, inclusive privado, e no importador. Há certa desconfiança em relação ao mundo exterior que é refletida na dificuldade para uma abertura verdadeira aos mercados internacionais e no controle minucioso do investimento estrangeiro. Essas

características requerem uma atuação ativa da Embaixada junto às autoridades nos temas econômico-comerciais.

35. Mesmo desfrutando de relações entre os dois governos consideradas excelentes, o dinamismo do relacionamento bilateral é, na Argélia, particularmente dependente dos contatos em alto nível, sejam eles visitas de autoridades, reuniões ou missões oficiais. Procurei, durante a minha gestão, mesmo ciente da difícil conjuntura interna brasileira, incentivar o maior número possível de visitas. Do mesmo modo, quando cabível, convidei a parte argelina a visitar o Brasil.

36. Dada a atitude reservada das autoridades argelinas, a troca de informações e opiniões pelo corpo diplomático aqui estabelecido é de especial utilidade no acompanhamento e na análise dos principais acontecimentos neste país. Por iniciativa minha, os embaixadores dos países dos BRICS começaram a reunir-se periodicamente. Incentivei, do mesmo modo, encontros regulares dos embaixadores da CPLP. Reativei o "Grupo de reflexão" composto, presentemente, além de mim, pelos embaixadores de México, Coreia do Sul, Índia, África do Sul, Quênia, Espanha e Suíça, que se encontra, normalmente, a cada mês, para analisar os temas da atualidade.

37. Nos últimos anos, as restrições no posto em seus recursos humanos e financeiros teve reflexo direto nas iniciativas de cooperação técnica bilateral e de promoção comercial e cultural.

Eduardo Botelho Barbosa, Embaixador

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 49, DE 2018

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 307

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Os méritos do Senhor Haroldo de Macedo Ribeiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de junho de 2018.

EM nº 00106/2018 MRE

Brasília, 28 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

Aviso nº 269 - C. Civil.

Em 4 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

## INFORMAÇÃO

### CURRICULUM VITAE

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**

CPF.: 042.174.701-34

ID.: 5580 MRE

1962 Filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasce em Belo Horizonte/MG.

#### **Dados Acadêmicos:**

1985 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais  
1990 Curso de Mestrado em Direito Constitucional/UFMG  
1991 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata/IRBr.  
1992 Embaixada em Quito, estágio profissionalizante.  
1994 Embaixada em Paris, viagem-prêmio do CPCD (Université Paris II - Panthéon-Assas).  
1997 Especialização em Integração Europeia, Collège d'Europe, Bruges/Bélgica.  
2000 Curso da OMC de Política Comercial para Países Membros da ALADI, Montevidéu/Uruguai.  
2000 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas/IRBr, aprovado em 1º lugar.  
2008 Curso de Altos Estudos/IRBr - "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros", menção "Com louvor".

#### **Cargos:**

1992 Terceiro-secretário  
1996 Segundo-secretário  
2003 Primeiro-secretário  
2007 Conselheiro, por merecimento  
2011 Ministro de segunda classe  
2017 Ministro de primeira classe

#### **Funções:**

1992-95 Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente  
1995-97 Departamento de Integração Latino-Americana, assessor.  
1997-2000 Missão junto à Comunidade Europeia, Segundo-secretário.  
2000-04 Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul, Segundo e Primeiro-secretário.  
2004-06 Coordenação-Geral de Contenciosos, subchefe.  
2006-07 Departamento Econômico, coordenador.  
2007-08 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assessor.  
2008-11 Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, Conselheiro e Ministro de segunda classe.  
2011-13 Gabinete do Ministro de Estado, assessor.  
2013-17 Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor.  
2017 Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete.

#### **Publicações:**

1993 "O Mercosul Social", in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial, março de 1993, Brasília/DF.

- 1993 "I Programmi di Sviluppo Nell'Ambito del Mercosud", in Quaderni ILLA, Serie Economia, nº 12, Milão/Itália.
- 1994 "Mercosur and the Environment", in Agenda 21 and Latin America: the Challenge of Implementing Environmental Law and Policy, E-IDB Publications, Santiago/Chile.
- 1995 "Os Limites do Executivo", in Relatório Final do Seminário Mercosul: Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração, Florianópolis/SC.
- 2005 "Solução de Controvérsias Comerciais Internacionais", in Desafios do Direito Internacional Contemporâneo, FUNAG, Brasília/DF.
- 2007 L'Avenir Selon Georges Bernanos", com Roberto Carvalho de Azevêdo, in L'Economie Politique nº 35, Paris/França.
- 2009 "O Brasil e o Contencioso na OMC", com Roberto Carvalho de Azevêdo, Tomo I, Série GVLaw, São Paulo/SP.
- 2013 "O Contencioso dos Pneus Reformados: Articulação Interinstitucional e Diplomacia Interna", com Bruno Guerra Carneiro Leão, in O Sistema de Solução de Controvérsias na OMC: uma Perspectiva Brasileira, FUNAG, Brasília/DF.

**Publicações:**

- 2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
- 2013 Ordem da Inconfidência, Minas Gerais, Medalha de Honra.
- 2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial.
- 2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador.
- 2016 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha.
- 2017 Medalha Mérito Santos-Dumont, Aeronáutica
- 2017 Medalha do Pacificador, Exército
- 2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.

**CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO**  
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Europa**  
**Divisão da Europa Setentrional**

**BÉLGICA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE A BÉLGICA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino da Bélgica
<b>GENTÍLICO:</b>	belga
<b>CAPITAL:</b>	Bruxelas
<b>ÁREA:</b>	30.528 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	11,338 milhões de habitantes (2016)
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	holandês, francês, alemão
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Catolicismo romano: 58% (religião da Família Real); agnósticos: 20%; outras cristãs: 7%
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia constitucional federal
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Bicameral
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Charles Michel (desde outubro de 2014)
<b>CHANCELER:</b>	Didier Reynders (desde dezembro de 2011)
<b>PIB NOMINAL:</b>	US\$ 467,955 bilhões (2016)
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):</b>	US\$ 526,430 bilhões (2016)
<b>PIB PER CAPITA:</b>	US\$ 41,271 mil (2016)
<b>PIB PPP PER CAPITA:</b>	US\$ 46, 428 mil (2016)
<b>VARIAÇÃO DO PIB (FMI):</b>	1,5% (2016); 1,4% (2015); 1,4% (2014); 0,2% (2013)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):</b>	0,89 – 21º no ranking
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2016):</b>	81,1 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO:</b>	99%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO:</b>	7,3%
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	euro (€)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Dirk Loncke (desde 23/08/16)
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:</b>	48.000

**INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MDIC**

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BÉLGICA (US\$ mil) (MDIC)</b>									
<b>Brasil → Bélgica</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	2.299	2.295	2.862	5.028	4.291	5.811	5.603	4.612	4.886
<b>Exportações</b>	1.746	1.791	2.144	3.886	3.137	3.959	3.593	2.989	3.175
<b>Importações</b>	553	504	718	1.147	1.154	1.851	2.010	1.622	1.692
<b>Saldo</b>	1.193	1.287	1.426	2.744	1.983	2.108	1.583	1.356	1.483

*Informação elaborada em 07 de maio de 2018, pelo Secretário Danilo Zimbres. Revisada pelo Conselheiro Leandro Estevão em 22/05/2018*

## APRESENTAÇÃO

O Reino da Bélgica é Estado federado, localizado na Europa ocidental. O país situa-se ao norte da Europa, às margens do Mar do Norte, e faz fronteira com os Países Baixos, a Alemanha, a França e Luxemburgo. País altamente urbanizado, sua capital é a cidade de Bruxelas. Atualmente, a população da Bélgica é de cerca de 11,34 milhões de habitantes, distribuídos em território de 30.528 km<sup>2</sup>.

Chamada Bélgica em função da província romana da *Gallia Belgica*, a região tornou-se, a partir da Idade Média, importante centro comercial e cosmopolita da Europa. Em 1830, ocorreu a secessão dos Países Baixos, durante a Revolução Belga.

A Bélgica é monarquia constitucional, com sistema parlamentar de governo, divida em três regiões altamente autônomas: o Flandres, a Valônia e a região de Bruxelas. Além das três regiões, três comunidades (a Comunidade flamenga, a Comunidade francófona e a Comunidade germanófona) compõem o Estado Federal Belga, em modelo que incorpora regiões geográficas e comunidades linguísticas no sistema federativo.

Tendo sido um dos seis países fundadores da União Europeia (UE), a Bélgica sedia a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. A Bélgica é, ainda, país fundador da Zona do Euro; da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Reino da Bélgica é membro do Benelux, conjuntamente com os Países Baixos e Luxemburgo, e parte integrante do espaço Schengen europeu. A cidade de Bruxelas, além de sediar diversos órgãos da União Europeia, é sede da OTAN.

## PERFIS BIOGRÁFICOS



**Philippe  
Rei dos Belgas**

O Rei Philippe nasceu em Bruxelas, em 15 de abril de 1960, filho do Rei Alberto II e da Rainha Paola. Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça e obteve o título de segundo-tenente. Em 1983, fez estágio no Trinity College, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em ciência política. Em 1989, foi promovido a coronel e, em 1990, nomeado "Grand Cordon" da Ordem de Leopoldo. Em 1993, foi nomeado presidente de honra do "Office Belge du Commerce Extérieur," predecessor da "Agence pour le Commerce Extérieur". Entre 1993 e 1997, exerceu o cargo de presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável, órgão criado após a Conferência Rio-92. Em 1994, prestou juramento de posse como senador "de direito" – por ser filho do rei, sem direito a voto. Em 1998, criou o Fundo Príncipe Philippe, com o objetivo de facilitar o diálogo entre as três comunidades belgas. Em 2003, tornou-se presidente de honra da BIO - "Société belge d'Investissement pour les pays en développement". Em 2010, foi promovido a "Lieutenant général" e "Vice-amiral". Entre 2000 e 2013, realizou diversas missões comerciais ao exterior. Com a abdicação do rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013, acedeu ao trono, sob o título Sua Majestade o Rei dos Belgas. Casado desde 1999 com a princesa Mathilde, tem 4 filhos.



**Charles Michel**  
**Primeiro-ministro**

Nasceu em 21 de dezembro de 1975, em Namur (Valônia), filho de Martine e Louis Michel. Em 1998, aos 23 anos, graduou-se em Direito pela Universidade Livre de Bruxelas (ULB), com posterior especialização na Universidade de Amsterdam. Aos 18 anos, elegeu-se Conselheiro na Província do Brabant valão. Em 1999 foi eleito para a Câmara de Representantes (equivalente à Câmara Federal), pelo partido Movimento Reformador (MR). Em 2000 foi nomeado ministro dos Assuntos Interiores e da Função Pública da Valônia. Aos 25 anos, foi o mais jovem ministro da história do país. No mesmo ano, elegeu-se conselheiro comunal de Wavre (Valônia) e, dois anos depois, em 2004, foi designado secretário de Urbanismo e Normas. No mesmo ano, foi nomeado porta-voz do MR. Em 2006, foi eleito prefeito de Wavre e reeleito deputado federal pela Província do Brabant valão. Entre dezembro de 2007 e novembro de 2011, ocupou o Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento (durante os gabinetes de Guy Verhofstadt, Yves Leterme, Herman Van Rompuy). Em janeiro de 2011, elegeu-se presidente do Movimento Reformador, sucedendo ao seu rival Didier Reynders, após crise desencadeada no partido pelo mau desempenho nas eleições de 2010. Em 27 de junho de 2014, foi designado pelo rei "coformador" do governo, juntamente com o presidente de Flandres, Kris Peeters. Em 11 de outubro de 2014, aos 38 anos, após o acordo partidário que permitiu a formação de bloco majoritário no Parlamento, Charles Michel assumiu o cargo de primeiro-ministro, tornando-se o mais novo chefe de governo da Bélgica desde 1840.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, quase simultânea, dos dois países. O Rei Alberto I visitou o Brasil em 1920 e, desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira – sobretudo no ramo siderúrgico, que teve na Companhia Belgo-Mineira um de seus empreendimentos pioneiros no País.

A diplomacia belga busca diversificar suas opções externas, para além dos eixos tradicionais de sua atuação, ao aproximar-se das nações emergentes. O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ser ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão da localização central e da estrutura de distribuição e de transportes belga.

As relações entre Brasil e Bélgica encontram-se, ademais, ancoradas em valores convergentes sobre a configuração da ordem internacional (multilateralismo, democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, entre outros) e em tradicionais fluxos de comércio e investimentos bilaterais.

O último encontro presidencial bilateral ocorreu em 2015, em Bruxelas, à margem da Cúpula CELAC-UE. Desde 2017, mantiveram reuniões bilaterais com seus homólogos belgas em Bruxelas os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, da Fazenda, Henrique Meirelles, e dos Transportes, Maurício Quintella. O chanceler belga Didier Reynders visitou o Brasil em 2013.

As relações comerciais entre ambos os países têm dimensão quantitativa e alto grau de complementaridade. Apesar da pequena dimensão relativa, a Bélgica foi o 12º maior destino das exportações brasileiras em 2017.

Em 2017, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 4,9 bilhões, com queda de 1,8% com relação ao ano de 2016. As exportações brasileiras para a Bélgica foram de US\$ 3,175 bilhões, e as importações desde a Bélgica, de US\$ 1,692 bilhões. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil, alcançando US\$ 1,483 bilhões, que constituiu o 14º principal superávit brasileiro com parceiros mundiais e o 2º maior entre os parceiros comerciais da União Europeia.

A pauta comercial entre Brasil e Bélgica é caracterizada pela exportação de produtos básicos e *commodities* e pela importação de produtos de maior valor agregado. A pauta de exportações belgas para o mercado brasileiro concentra-se em setores como vacinas, inseticidas, sulfato de amônio, gás natural e automóveis. Já a pauta de exportações brasileiras para o mercado belga concentra-se em produtos como fumo, suco de laranja, café, minérios de ferro e pasta de celulose.

A posição estratégica da Bélgica e de seus portos (como Antuérpia, Gand e Liège) oferece condições competitivas de acesso ao mercado da UE. Grandes empresas brasileiras fazem uso da rede intermodal de transportes que parte da Bélgica para distribuir seus produtos no mercado europeu. Muitas delas instalaram grandes centros de distribuição em torno dos portos belgas.

Conforme o Relatório de Investimento Direto no País, de 2018, do Banco Central brasileiro, a Bélgica realizou US\$ 103 milhões em investimentos diretos no Brasil no quinquênio 2013-2017, tendo aportado US\$ 241 milhões no quinquênio anterior (2008-2012).

Não obstante a tradicional postura de favorecer a abertura ao comércio internacional, a Bélgica acompanha com atenção às negociações agrícolas entre o Mercosul e a União Europeia.

Há produtivo diálogo entre Brasil e Bélgica sobre questões da agenda política multilateral. No ano corrente, o Brasil está apoiando a candidatura da Bélgica a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o biênio 2019-2020. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro não permanente do Conselho de Segurança no mandato 2022-2023. Ademais, o país apoiou os candidatos brasileiros a juiz da Corte Internacional de Justiça, mandato 2018-2027, e ao Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ/ONU), mandato 2018-2020. A Bélgica tem indicado ser favorável, em princípio, à candidatura brasileira para acesso à OCDE.

### ***Assuntos consulares***

Estima-se haver, residindo na Bélgica, cerca de 48 mil brasileiros, que são atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas. Não há Consulados Honorários no país. As cidades que reúnem o maior número de brasileiros, turistas ou residentes, são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Ghent. Ressalta-se, nesse quadro, a existência do Conselho de Cidadania da Bélgica e do Luxemburgo (CCBL), que é órgão que representa os interesses e as necessidades dos brasileiros naqueles países, servindo como canal entre os nacionais e as autoridades brasileiras em ambos.

### ***Empréstimos e financiamentos oficiais***

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Bélgica.

## **POLÍTICA INTERNA**

A estrutura política da Bélgica caracteriza-se por modelo que busca assegurar a coesão da sociedade belga e administrar as idiossincrasias linguístico-culturais do país. A partir da reforma constitucional de 1963, o país foi dividido em três regiões (francesa, flamenga e Bruxelas-Capital), com elevado grau de autonomia relativa ao governo federal. Essa premissa explica o intrincado panorama da administração pública, no qual se confundem as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, com a atuação dos partidos políticos, divididos em opções ideológicas, e, no seio destas, em facções linguístico-culturais.

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por reformas constitucionais que o transformou de organização institucional unitária clássica para uma federação descentralizada *sui generis*. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determinou que a Bélgica passaria a compreender três comunidades: a francesa, a flamenga e a germânica. Também dispôs que o país seria dividido em três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas. As principais instituições federais são o Governo Federal e o Parlamento Federal. As comunidades e as regiões dispõem dos seus próprios poderes Legislativo e Executivo.

As três comunidades belgas mantêm competências sobre os seguintes temas: ensino, cultura, apoio à juventude e determinados aspectos da política de saúde. As três

regiões são igualmente competentes em domínios relacionados a obras públicas, agricultura, emprego, ordenamento do território e meio ambiente.

Cada comunidade e região é dotada de assembleia parlamentar, eleita diretamente a cada cinco anos, e de um governo, responsável perante essa assembleia. Atualmente, a Bélgica, além do Parlamento Federal, conta com cinco assembleias legislativas:

a) Conselho da Região Bruxelas-Capital, ou Parlamento Bruxelense, com 89 membros eleitos diretamente pela população em listas unilinguísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;

b) Conselho Regional Valão, ou Parlamento Valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;

c) Conselho Flamengo, ou Parlamento Flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamengo, com 124 membros, dos quais 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e 6, pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas-Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;

d) Conselho da Comunidade Francesa, ou Parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 são eleitos pelo Conselho regional valão e 19, eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas-Capital;

e) Conselho da Comunidade Germânica, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

Aos cinco Conselhos correspondem, portanto, cinco governos locais, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse presidente deve prestar juramento ao rei, que ratifica a escolha.

O Parlamento Federal tem estrutura bicameral. Até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências e os projetos de lei deviam ser votados e adotados pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças nesse quadro. O Senado passou a exercer competências em igualdade com a Câmara em quatro grandes áreas: institucional, internacional, financeiro

e jurisdicional. Nesses casos, há bicameralismo pleno. Nas demais áreas, o Senado pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que tem a autoridade última. Nessas circunstâncias, o Parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga. Há, ainda, matérias para as quais a Câmara de Deputados tem competência exclusiva, entre as quais as leis de orçamento e execução orçamentária.

O atual governo foi formado após as eleições de 2014, na qual os nacionalistas flamengos do partido NV-A lograram a maioria dos votos (20,26%), seguidos pelo Partido Socialista francófono (11,67%). Após as eleições, para impedir um impasse semelhante ao ocorrido em 2010 – quando, à luz das divergências entre os dois partidos, o país permaneceu 541 dias sem governo oficial –, os partidos de centro-direita NV- A, CD&V, Open Vld e MR formaram um governo de coalizão.

Tratou-se da primeira vez em 26 anos em que os socialistas foram excluídos do governo federal. Dada a preponderância de partidos flamengos (NV-A, CD&V e Open Vld) na composição da coalizão, a chefia de governo coube a Charles Michel, líder do partido liberal MR, único partido francófono a integrar a coalizão.

Em 2018, serão realizadas eleições regionais e, em 2019, eleições federais e para o Parlamento Europeu. Um dos principais temas de campanha poderá ser a questão identitária, assim como a questão migratória. Segundo dados do governo belga, 9% da população (ou seja, 1,057 milhão de pessoas) é estrangeira.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A Bélgica tem buscado maior projeção internacional ao engajar-se na promoção dos grandes temas globais, como a prevenção de conflitos, o combate ao terrorismo, a proteção dos direitos humanos e o fortalecimento da governança global. Insere-se nesse quadro o empenho belga em lograr, em junho próximo, a eleição dos próximos membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Apesar da troca de governo em 2014, Didier Reynders, do MR, permaneceu como vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, posição que ocupava na gestão de Elio Di Rupo. Reynders comanda uma diplomacia com ênfase econômico-

comercial, dedicada, também, a promover os valores liberais e os direitos humanos. São organizadas, com frequência, missões comerciais lideradas pelo chanceler, por ministros da área econômica ou por membros da família real. Desde o início do atual governo, há registro de visitas aos seguintes países: Canadá, China, Catar, Cingapura, Colômbia, Emirados Árabes, Irã, Malásia, Peru e Polônia. Não obstante a orientação econômica, em alguns casos as visitas adquiriram maior significado político, em razão da presença do casal real ou devido à sensibilidade da região visitada e dos temas tratados, como foi o caso da missão político-empresarial liderada por Reynders ao Irã, no final de 2015.

Durante encontro com embaixadores acreditados junto ao Reino da Bélgica, no ano passado, o chanceler ressaltou as prioridades de seu Ministério para os próximos anos. No campo político, deu ênfase às relações com a União Europeia e às ações de segurança coletiva no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ressaltou, ainda, a importância das relações com os Estados Unidos e com as ex-colônias belgas na África. Os países da África central são o principal destino das políticas de cooperação e desenvolvimento da diplomacia belga.

Com relação à crise de segurança e à ameaça terrorista, a Bélgica defendeu reforçar a abordagem comunitária, baseada na colaboração entre forças de segurança e na troca de informações entre os diferentes serviços de inteligência da Europa e demais partes do mundo.

### **União Europeia**

Desde a eleição do presidente francês Emmanuel Macron, o governo belga tem buscado maior aproximação com as posições favoráveis a um aprofundamento da integração europeia. O primeiro-ministro Charles Michel tem defendido a necessidade de “Europa a duas velocidades”, na qual haveria integração mais acelerada entre as economias que integram a zona do euro. A seu ver, os temas estratégicos para o continente, com impacto direto na vida de seus cidadãos, seriam a consolidação do mercado único, o setor energético, a harmonização fiscal e a ênfase no comércio internacional.

Na vertente política, o primeiro-ministro belga tem sustentado que a UE deveria criar um mecanismo de revisão por pares (“peer review”) do Estado de Direito, que permitiria ao bloco desenvolver boas práticas e corrigir deficiências de maneira

colegiada. A Bélgica também é favorável ao desenvolvimento pela Europa de “uma capacidade de defesa crível”, capaz de “reduzir ameaças e lutar contra o terrorismo”.

### **Rússia**

O governo belga iniciou 2018 buscando reaproximação cautelosa com Moscou, após três anos de vigência das sanções europeias contra a Rússia. O primeiro-ministro ressaltou que as sanções europeias não estariam surtindo efeito e que a Rússia permanecia sendo uma potência dinâmica e influente, com a qual se faz necessário reconstruir o relacionamento. Na avaliação do primeiro-ministro, as sanções apenas estariam facilitando a aproximação do país com potências regionais, em detrimento da Europa.

Após as alegações de uso de agente nervoso em Salisbury no Reino Unido, o governo belga somou-se aos países que expulsaram diplomatas russos de suas capitais. O primeiro-ministro Charles Michel classificou o episódio de inaceitável e pediu respeito à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e outros instrumentos jurídicos internacionais.

### **Síria**

A Bélgica integrou a coalizão militar liderada pelos EUA contra o Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Além dos esforços militares na Síria, o país também tem apoiado os esforços de reconstrução e ajuda humanitária no país. Desde 2017, a Bélgica comprometeu-se a doar 143 milhões de euros em assistência humanitária para a Síria e os países vizinhos que abrigam refugiados sírios.

Após as ações militares dos governos dos EUA, da França e do Reino Unido contra instalações de armas químicas na Síria, em abril de 2018, o governo belga condenou o uso de armas químicas, classificando-o como violação do direito internacional.

### **Irã**

A Bélgica tem favorecido a manutenção do acordo nuclear com o Irã, o que não afastaria exame crítico de outras questões, tais como o programa de mísseis balísticos e as supostas ações do Irã no Oriente Médio.

**Sahel**

O governo belga intensificou a política externa para o Sahel e a África ocidental. Após o anúncio da abertura de quatro novas embaixadas na África ocidental no início do ano, o primeiro-ministro participou, em fevereiro do corrente ano, da Conferência de Alto Nível sobre o Sahel, da qual participam chefes de estado e de governo da União Europeia e do G-5 Sahel (Mali, Burkina Fasso, Mauritânia e Níger) e as Nações Unidas. Na ocasião, as autoridades belgas assinalaram que a segurança da região é prioridade para a Bélgica, na medida em que a região na fronteira com a Líbia constitui área relevante para o futuro da situação europeia no tocante à crise migratória.

**Balcãs ocidentais**

A Bélgica tem desempenhado papel ativo nos debates europeus sobre os Balcãs Ocidentais. O primeiro-ministro Charles Michel realizou visitas oficiais à Sérvia e à Albânia em 2018. A Bélgica considera que qualquer nova rodada de admissão de novos membros na UE deva ser precedida de nova rodada de aprofundamento da integração entre aqueles membros. Durante visita à Sérvia em 2018, o primeiro-ministro belga sustentou que o país está diante de escolha estratégica ao buscar aproximar-se da UE.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Apesar da dimensão da população e do território, a Bélgica registra elevada renda per capita. O país conta com setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção relativa na economia mundial. A presença de grandes portos (Antuérpia e Ghent estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram ao país transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição.

A Bélgica beneficia-se, também, de ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global. A Bélgica promoveu, no início do século XIX, excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus.

As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi. À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais. Os mais tradicionais setores da indústria estão presentes na economia belga, com destaque para aço, têxteis, refino, processamento de alimentos, fármaco-químicos, automóveis, eletrônicos e fabricação de máquinas. A indústria representa somente 22% do PIB belga. A maior parte da economia baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. A agricultura representa apenas 1% do PIB. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia fundamentada no setor de serviços.

Segundo autoridades belgas, em 2017, o PIB da Bélgica cresceu 1,7%, o melhor desempenho dos últimos seis anos. O crescimento da economia em 2017 teria sido em grande medida sustentado pelo aumento do consumo privado. As boas perspectivas de crescimento da zona do euro levaram as autoridades a projetar crescimento em 2018 em 1,8%. As estimativas apontam para a redução da carga tributária e para o aumento do poder de compra, do ritmo de geração de empregos e da média dos salários.

Em 2017, a inflação elevou-se de 1,8% para 2,2%, acima da média dos países da zona do euro. A inflação foi determinada, sobretudo, pelo preço do petróleo, em particular do aumento do custo do óleo para aquecimento domiciliar. Os alimentos também pressionaram o índice inflacionário. Para 2018, as autoridades belgas preveem o recuo da inflação para patamar em torno de 1,7%, em razão da valorização do euro e da redução do custo da energia.

A taxa de desemprego atingiu 7,3% em 2017. A economia criou 69,4 mil empregos no período, em parte estimulada pela redução da carga tributária na folha salarial. Em 2018, a Bélgica deve registrar aumento de 1,2% da oferta de postos de trabalho, equivalente a cerca de 57 mil vagas, sobretudo no setor de serviços. O governo estima que a taxa de desemprego deva cair para 6,9% em 2018.

O déficit público em 2017 sofreu redução, de 2,9%, em 2016, para 1,2% do PIB em 2017. Trata-se do menor déficit registrado em nove anos. A redução do déficit decorreu do aumento dos pagamentos de impostos corporativos antecipados, da queda da contribuição belga ao orçamento da UE e da redução do desemprego. Na avaliação do Banco Nacional da Bélgica, o déficit em 2018 deverá atingir 1,3%.

Em termos de formação bruta de capital fixo, cerca de um quarto das empresas belgas indicam que o aumento dos investimentos é prioridade nos próximos três anos, sendo que 40% avaliam que suas máquinas e seus equipamentos incorporam tecnologia de ponta em seus respectivos setores. No entanto, o setor público belga registra redução na capacidade de investimentos, o que estaria relacionado ao esforço de ajuste orçamentário.

O ambiente econômico favorável poderá oferecer oportunidade para que a Bélgica persista em medidas de austeridade, incluindo reformas do setor público e do mercado laboral. Apesar da redução na relação dívida/PIB, que alcançou 102,8% em 2017, a redução da relação dívida/PIB para 60% está projetada para 2032, caso a Bélgica mantenha o esforço de ajuste orçamentário.

O comércio internacional, sobretudo intra-europeu, mantém-se no cerne da economia belga. Em 2017, a Bélgica exportou cerca de US\$ 450 bilhões, dos quais 77,3% foram destinados à União Europeia, 10% à Ásia e 7,4% às Américas. O principal setor exportador é o químico-farmacêutico, seguido pelo de equipamentos de transportes e maquinário. No mesmo ano, importou cerca de US\$ 428 bilhões, dos quais 71% são

originários da UE, 15% da Ásia e 11% das Américas. Os principais produtos importados são o químico, o de equipamentos de transportes e o de minérios.

Nas relações bilaterais, destaca-se o caráter complementar das economias de Brasil e Bélgica. Há interesse, no lado belga, em produtos e serviços em setores nos quais a Bélgica conta com reconhecida "expertise", tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia. O Brasil, por sua vez, está em condições de diversificar a pauta de exportações – atualmente concentrada em fumo, suco de laranja, café, minérios de ferro e pasta de celulose – e suprir demandas belgas em setores tais como petróleo e derivados, automóveis e autopeças, ouro, aço, alumínio, tratores, polietileno, farelo de soja, trigo e diamantes, entre outros.

A Bélgica registra o segundo maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil (US\$ 63 bilhões), atrás apenas dos EUA. Destacam-se, como principais destinos, os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Além da AB InBev, empresa multinacional belgo-brasileira de bebidas líder mundial no segmento de cervejas, cabe recordar: a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; a aquisição, pela subsidiária argentina do grupo belga Solvay, da Braskem; e o início das operações em São Paulo, em 2012, da rede belga de padarias "Le Pain Quotidien".

O empresariado brasileiro é atraído pela posição estratégica da Bélgica e do porto de Antuérpia, ponto de acesso ao importante mercado europeu. A maior parte das empresas brasileiras encontra-se no país em razão dos centros de distribuições instalados estrategicamente perto dos importantes portos belgas. Empresas como Citrosuco, Zilor, Votorantim e Braskem fazem uso da rede intermodal de transportes que parte de Antuérpia para distribuir seus produtos no mercado europeu.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) Brasil-Bélgica em US\$ milhões								
	Estoque <sup>1</sup>	Fluxo						
	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Origem: Bélgica</b>	63.622 (2°)	91	75	420	656	473	347 (23°)	989 (13°)
<b>Origem: Brasil</b>	615 (25°)	-	-	1	582	63	79 (21°)	8 (33°)

Fonte: Banco Central do Brasil

<sup>1</sup> **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1830</b>	Independência em relação aos Países Baixos
<b>1831</b>	Criação do Reino da Bélgica, com regime de monarquia constitucional. Proclamado o rei Leopoldo I (1831-1865)
<b>1865</b>	Início do reinado de Leopoldo II (1865-1909)
<b>1884</b>	Conferência de Berlim outorga ao país o Estado Livre do Congo
<b>1908-1934</b>	Reinado de Alberto I (1908-1934)
<b>1914-1918</b>	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território. Formação de um gabinete de guerra e transferência da sede do governo para Antuérpia e Havre. Libertação do país em 1918. Incorporação de Ruanda e Burundi, ex-colônias alemãs
<b>1934</b>	Início do reinado de Leopoldo III (1934-1951)
<b>1939-1945</b>	Ocupação alemã de 1940 a 1944. O rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro. Estabelecido governo no exílio em Paris e, posteriormente, em Londres. Regência do príncipe Carlos
<b>1948</b>	Constituição do Benelux, união aduaneira com Países Baixos e Luxemburgo
<b>1949</b>	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
<b>1950</b>	Plebiscito aprova a volta do rei Leopoldo III, que delega poderes ao príncipe herdeiro Balduino I (1930-1993)
<b>1952</b>	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
<b>1957</b>	Membro da Comunidade Econômica Europeia
<b>1960-1962</b>	Independência do Congo, Ruanda e Burundi
<b>1977</b>	Reconhecimento de 3 regiões semiautônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas
<b>1980</b>	Autonomia parcial de Flandres e Valônia
<b>1992</b>	Parlamento aprova Estado federal. Bélgica ratifica o Tratado de Maastricht, que cria a União Europeia
<b>1993</b>	Morte do rei Balduino I. Alberto II, seu irmão, assume o trono
<b>2002</b>	Adoção do euro
<b>2006</b>	Partidos moderados de origem democrática-cristã, tanto na região de Flandres (CD&V) quanto na região da Valônia (CDH), são os grandes vencedores nas eleições comunais
<b>2007</b>	Eleições legislativas federais, em junho. Segue-se longo processo de negociações partidárias para composição do novo gabinete de governo
<b>2008</b>	Yves Leterme toma posse como novo primeiro-ministro. Participam do novo

	governo os principais partidos belgas em clima de grande desconfiança e de apoio popular baixo
<b>2009</b>	Von Rompuy assume como primeiro-ministro. É designado, em novembro, o primeiro presidente do Conselho de Ministros da Europa. Com sua saída, Yves Leterme é novamente levado à chefia do governo belga
<b>2010</b>	Demissão do governo Yves Leterme. Governo provisório
<b>2014</b>	Charles Michel assume como primeiro-ministro

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1830</b>	Reconhecimento do Reino da Bélgica
<b>1863</b>	Laudo Arbitral do rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (Questão Christie). Favorável ao Brasil
<b>1890</b>	Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil
<b>1911</b>	Fundação da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica
<b>1918</b>	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro
<b>1920</b>	Rei Alberto I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado Minas Gerais. Têm início conversações que levarão à criação da companhia Belgo-Mineira
<b>1921</b>	A Companhia Siderúrgica Mineira se associa à belga ARBED e passa a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
<b>1938</b>	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica de São Paulo
<b>1993</b>	Início da parceria da belga Sonaca com a Embraer na produção de peças de motor e fuselagem de aeronaves
<b>1999</b>	Missão ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial
<b>2000</b>	Visita ao Brasil do ministro da Defesa, André Flahault. Conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar
<b>2001</b>	Instalação da Sobraer, sucursal da belga Sonaca, em São José dos Campos. Produção da fuselagem central de conexão de asas de aeronaves da Embraer
<b>2004</b>	Fusão da belga Interbrew com a brasileira Ambev, que resulta na Inbev, a maior produtora mundial de cerveja
<b>2005</b>	Inauguração da Sopeçaero, em S.J. dos Campos, do grupo belga Sonaca, com a Airbus e a Eletra Holding Overseas, para fabricação de placas de alumínio para aeronaves; II missão ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial. Visita empresas belgas no Brasil (Sobraer, Parafix, Katoen Natie, Tractebel)
<b>2007</b>	Aprovação de documento belga que prevê maior prioridade da política externa belga à América Latina e Caribe, com ênfase no Brasil; visita do secretário-geral da Chancelaria belga para conversações sobre o adensamento da relação belgo-brasileira e a elaboração de plano de ação direcionado para o Brasil; participação de cinco aviões fabricados pela Embraer (3 Xingu e 2 ERJ) no desfile militar da Data Nacional da Bélgica (21/7)
<b>2009</b>	Visita do então presidente Lula à Bélgica
<b>2010</b>	Visita ao Brasil do príncipe Philippe

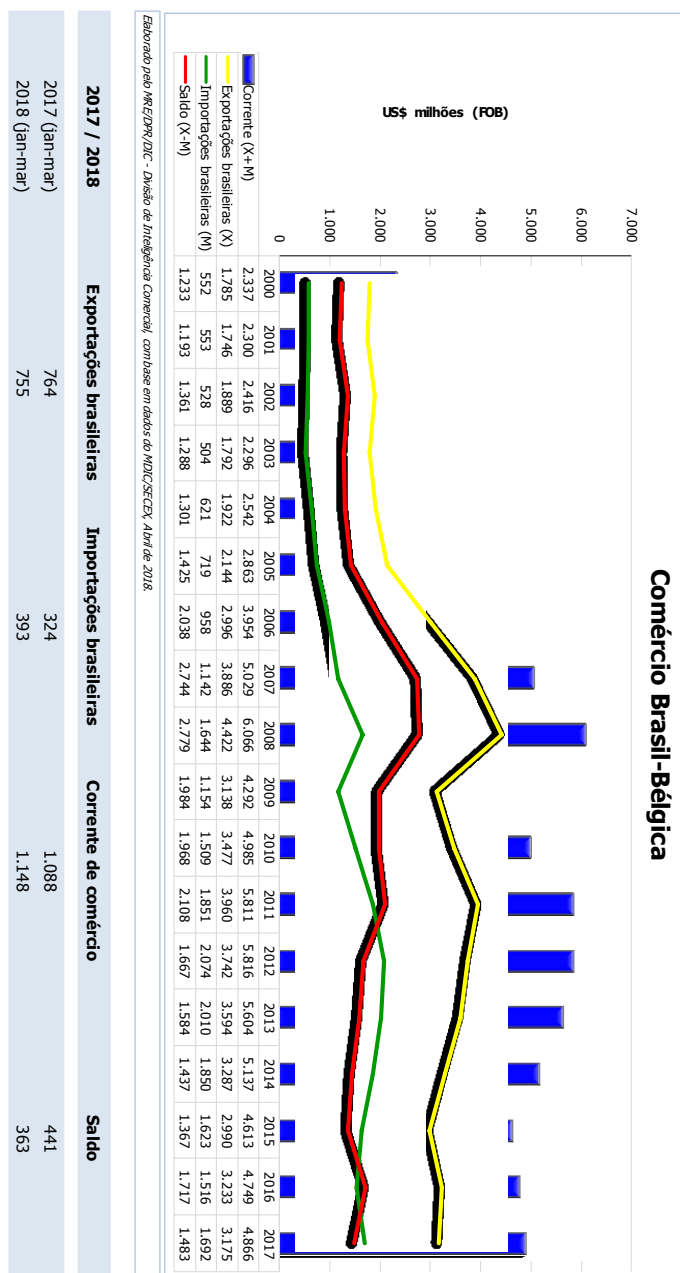
<b>2011</b>	Visita da então presidente da República, Dilma Rousseff, à Bélgica
<b>2012</b>	Visita da então ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann
<b>2013</b>	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo)
<b>2014</b>	Encontro entre a então presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Elio Di Rupo, em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia
<b>2015</b>	Encontro entre a então presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia

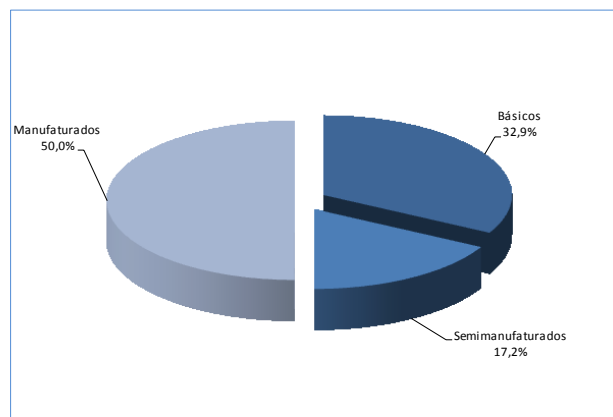
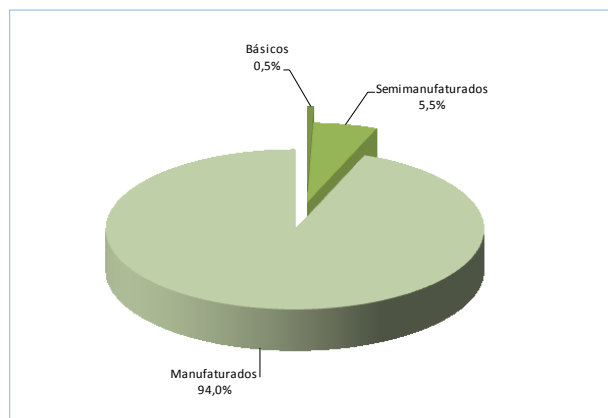
### ATOS BILATERAIS

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Data de entrada em vigor</b>	<b>Data de promulgação</b>
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009		Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	20/04/2014	24/09/2014
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica	04/10/2009		Em Ratificação
Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica	04/10/2009	17/09/2014	14/06/2013
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009		Tramitação Congresso Nacional
Convenção Adicional Alterando a Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, de 23/06/1972.	20/11/2002	18/10/2007	31/12/2007
Acordo entre o Brasil e a Bélgica sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	23/12/2002	03/12/2001
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.	12/03/1985	02/02/1987	11/02/1987
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir	29/11/1983	29/11/1983	13/12/1983

Veículos Automotores.			
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda.	23/06/1972	12/07/1973	09/08/1973
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas.	12/10/1965	12/10/1965	03/03/1966
Acordo Cultural.	06/01/1960	17/04/1965	ND
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de maio de 1953 ao Tráfico Ilícito de Drogas.	08/05/1958	08/07/1958	ND
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns.	27/02/1957	01/04/1957	14/05/1957
Acordo para Regular a Aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de maio de 1953.	12/11/1956	12/11/1956	ND
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	10/01/1955	14/07/1957	01/08/1957
Tratado de Extradicação.	06/05/1953	14/07/1957	01/08/1957
Tratado de Comércio e Navegação.	22/09/1834	ND	Em Vigor

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

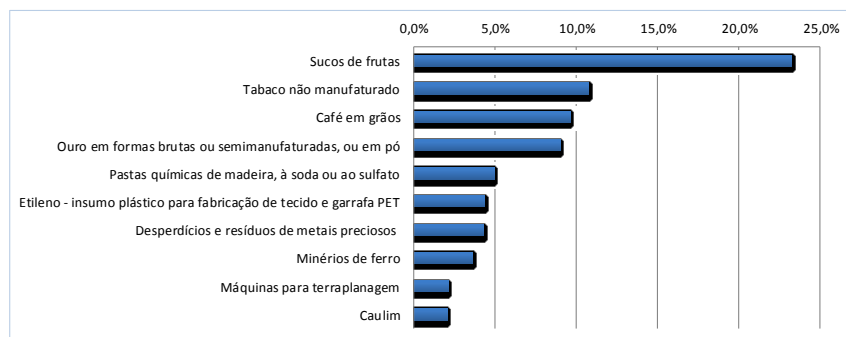
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.*

**Composição das exportações brasileiras para a Bélgica (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sucos de frutas	655	21,9%	713	22,1%	738	23,2%
Tabaco não manufaturado	397	13,3%	455	14,1%	342	10,8%
Café em grãos	406	13,6%	342	10,6%	305	9,6%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	38	1,3%	314	9,7%	287	9,0%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	132	4,4%	132	4,1%	156	4,9%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	139	4,6%	147	4,6%	137	4,3%
Desperdícios e resíduos de metais preciosos	90	3,0%	122	3,8%	135	4,3%
Minérios de ferro	170	5,7%	77	2,4%	115	3,6%
Máquinas para terraplanagem	8	0,3%	25	0,8%	67	2,1%
Caulim	76	2,5%	63	2,0%	65	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>2.111</b>	<b>70,6%</b>	<b>2.391</b>	<b>74,0%</b>	<b>2.348</b>	<b>74,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>878</b>	<b>29,4%</b>	<b>842</b>	<b>26,0%</b>	<b>827</b>	<b>26,0%</b>
<b>Total</b>	<b>2.990</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.233</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.175</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

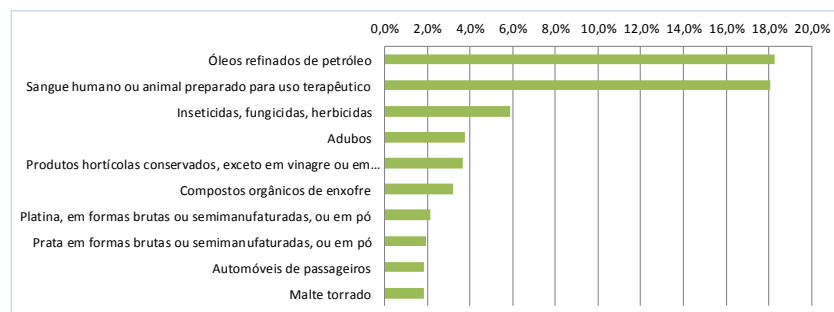


**Composição das importações brasileiras originárias da Bélgica (SH4)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos refinados de petróleo	6	0,3%	17	1,1%	309	18,3%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	278	17,1%	324	21,4%	306	18,1%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	108	6,7%	105	6,9%	99	5,9%
Aubos	74	4,6%	83	5,5%	63	3,7%
Produtos hortícolas conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético	40	2,5%	53	3,5%	62	3,6%
Compostos orgânicos de enxofre	103	6,3%	79	5,2%	54	3,2%
Platina, em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	23	1,4%	27	1,8%	37	2,2%
Prata em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	31	1,9%	36	2,4%	33	1,9%
Automóveis de passageiros	73	4,5%	44	2,9%	32	1,9%
Malte torrado	50	3,1%	36	2,3%	31	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>786</b>	<b>48,4%</b>	<b>804</b>	<b>53,0%</b>	<b>1.025</b>	<b>60,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>837</b>	<b>51,6%</b>	<b>713</b>	<b>47,0%</b>	<b>667</b>	<b>39,4%</b>
<b>Total</b>	<b>1.623</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.516</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.692</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**

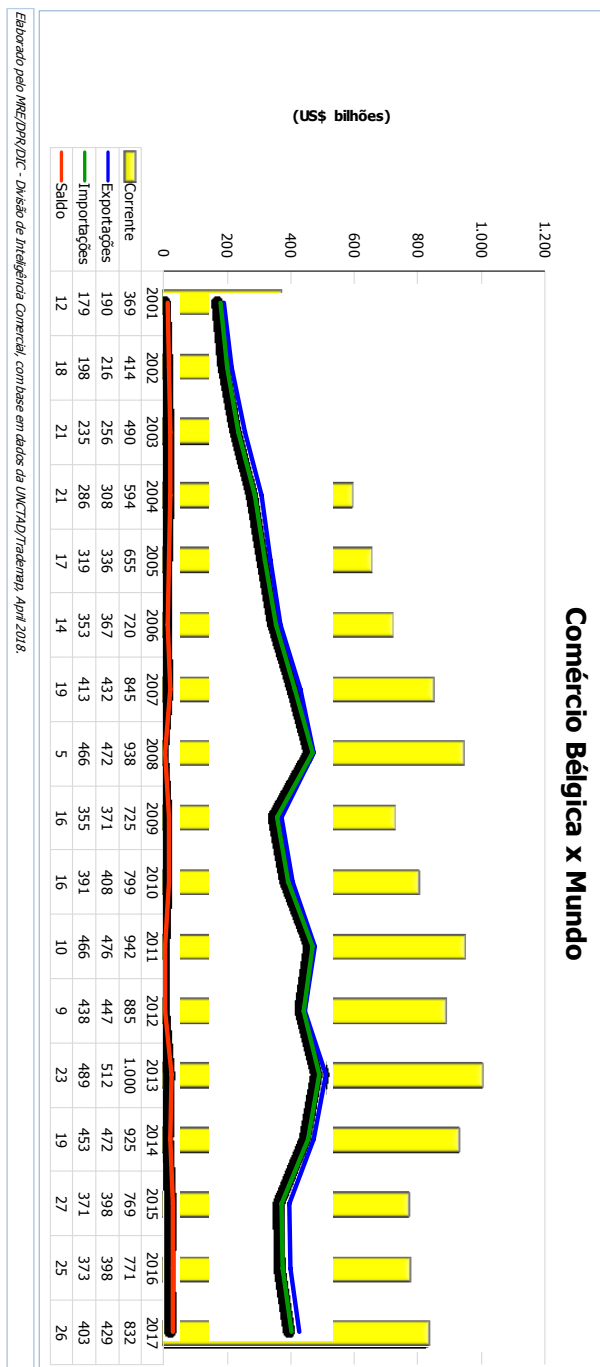


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Sucos de frutas	189	24,7%	159	21,0%	Sucos de frutas 21,0%
Tabaco não manufaturado	32	4,2%	110	14,6%	Tabaco não manufaturado 14,6%
Café em grãos	94	12,3%	74	9,8%	Café em grãos 9,8%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	34	4,4%	46	6,1%	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato 6,1%
Ouro	51	6,7%	46	6,0%	Ouro 6,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	36	4,7%	36	4,8%	Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET 4,8%
Seminanufacturados de ferro ou aço	0	0,0%	24	3,1%	Seminanufacturados de ferro ou aço 3,1%
Farelo de soja	3	0,4%	19	2,5%	Farelo de soja 2,5%
Minérios de ferro	36	4,8%	18	2,4%	Minérios de ferro 2,4%
Madeira compensada	12	1,6%	18	2,4%	Madeira compensada 2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>488</b>	<b>63,9%</b>	<b>549</b>	<b>72,7%</b>	
<b>Outros</b>	<b>276</b>	<b>36,1%</b>	<b>206</b>	<b>27,3%</b>	
<b>Total</b>	<b>764</b>	<b>100,0%</b>	<b>755</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Óleos refinados de petróleo	21	6,4%	60	15,4%	Óleos refinados de petróleo 15,4%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	38	11,8%	40	10,3%	Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico 10,3%
Platina	12	3,7%	21	5,3%	Platina 5,3%
Produtos hortícolas conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético	14	4,2%	19	4,9%	Produtos hortícolas conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético 4,9%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	10	3,2%	19	4,8%	Inseticidas, fungicidas, herbicidas 4,8%
Compostos orgânicos de enxofre	17	5,2%	15	3,7%	Compostos orgânicos de enxofre 3,7%
Fertilizantes	23	7,2%	11	2,9%	Fertilizantes 2,9%
Prata	10	2,9%	9	2,4%	Prata 2,4%
Medicamentos em dose	9	2,7%	9	2,3%	Medicamentos em dose 2,3%
Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	4	1,4%	8	1,9%	Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET 1,9%
<b>Subtotal</b>	<b>158</b>	<b>48,8%</b>	<b>211</b>	<b>53,8%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>166</b>	<b>51,2%</b>	<b>182</b>	<b>46,2%</b>	
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>100,0%</b>	<b>393</b>	<b>100,0%</b>	

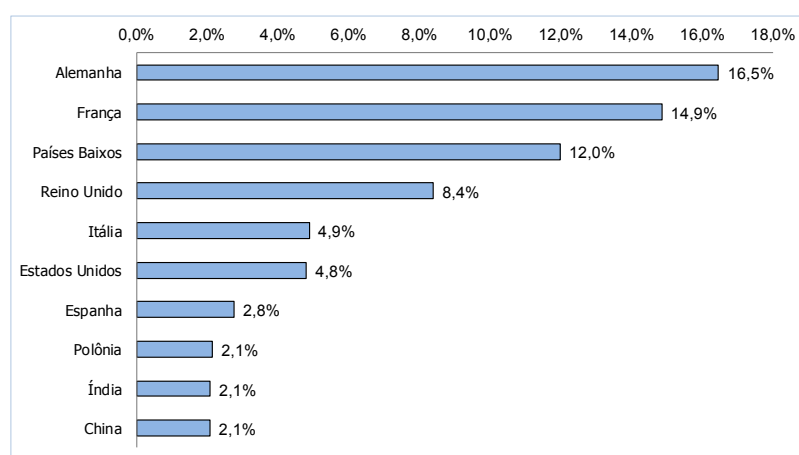
Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Abril de 2018.



**Principais destinos das exportações da Bélgica**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Alemanha	71	16,5%
França	64	14,9%
Países Baixos	51	12,0%
Reino Unido	36	8,4%
Itália	21	4,9%
Estados Unidos	21	4,8%
Espanha	12	2,8%
Polônia	9	2,1%
Índia	9	2,1%
China	9	2,1%
...		
<b>Brasil (18º lugar)</b>	<b>4</b>	<b>0,9%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>306</b>	<b>71,3%</b>
<b>Outros países</b>	<b>123</b>	<b>28,7%</b>
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>100,0%</b>

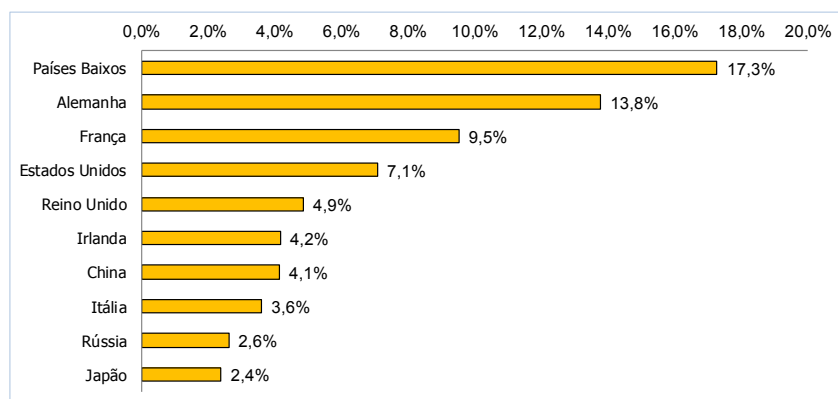
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*



**Principais origens das importações da Bélgica**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Países Baixos	70	17,3%
Alemanha	55	13,8%
França	38	9,5%
Estados Unidos	28	7,1%
Reino Unido	20	4,9%
Irlanda	17	4,2%
China	17	4,1%
Itália	15	3,6%
Rússia	11	2,6%
Japão	10	2,4%
...		
<b>Brasil (24º lugar)</b>	<b>3</b>	<b>0,7%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>282</b>	<b>70,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>121</b>	<b>29,9%</b>
<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>100,0%</b>

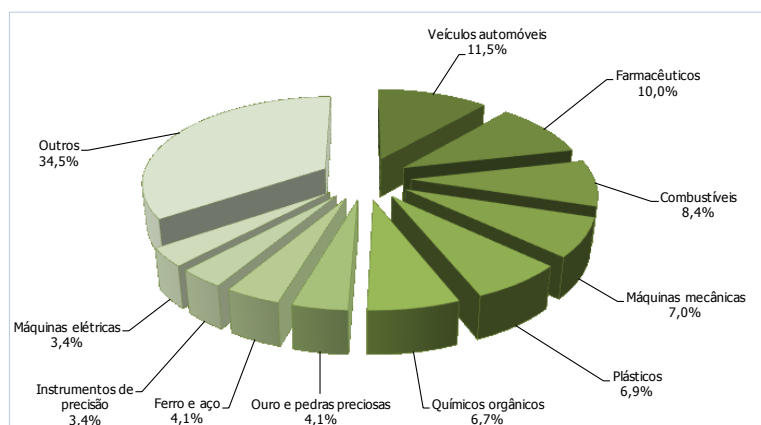
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*



**Composição das exportações da Bélgica (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Veículos automóveis	49	11,5%
Farmacêuticos	43	10,0%
Combustíveis	36	8,4%
Máquinas mecânicas	30	7,0%
Plásticos	30	6,9%
Químicos orgânicos	29	6,7%
Ouro e pedras preciosas	18	4,1%
Ferro e aço	18	4,1%
Instrumentos de precisão	15	3,4%
Máquinas elétricas	14	3,4%
<b>Subtotal</b>	<b>281</b>	<b>65,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>148</b>	<b>34,5%</b>
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*

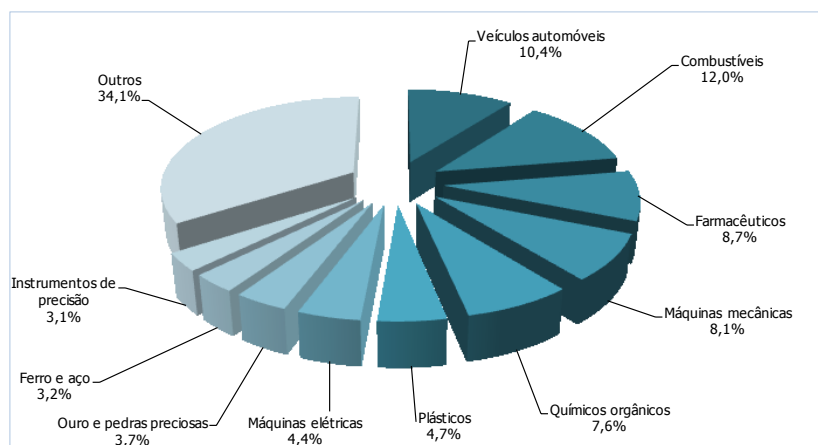


**Composição das importações da Bélgica (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Veículos automóveis	42	10,4%
Combustíveis	48	12,0%
Farmacêuticos	35	8,7%
Máquinas mecânicas	32	8,1%
Químicos orgânicos	30	7,6%
Plásticos	19	4,7%
Máquinas elétricas	18	4,4%
Ouro e pedras preciosas	15	3,7%
Ferro e aço	13	3,2%
Instrumentos de precisão	13	3,1%
<b>Subtotal</b>	<b>265</b>	<b>65,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>138</b>	<b>34,1%</b>
<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da Bélgica

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,47%	1,71%	1,89%	1,69%	1,46%
PIB nominal (US\$ bilhões)	468,15	494,73	562,23	587,70	612,94
PIB nominal "per capita" (US\$)	41.388	43.582	49.272	51.238	53.162
PIB PPP (US\$ bilhões)	510,41	528,46	550,66	572,09	591,86
PIB PPP "per capita" (US\$)	45.124	46.553	48.258	49.877	51.333
População (milhões habitantes)	11,31	11,35	11,41	11,47	11,53
Desemprego (%)	7,85%	7,18%	6,99%	6,76%	6,71%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	2,20%	1,60%	1,52%	2,01%	1,74%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,096%	0,098%	0,346%	0,240%	0,454%
Câmbio (€ / US\$) <sup>(2)</sup>	0,952	0,833	0,826	0,840	0,826

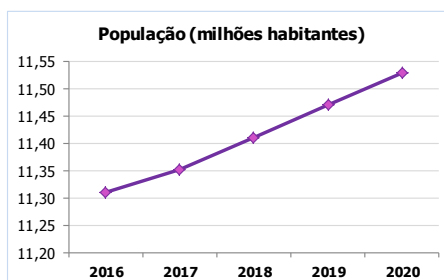
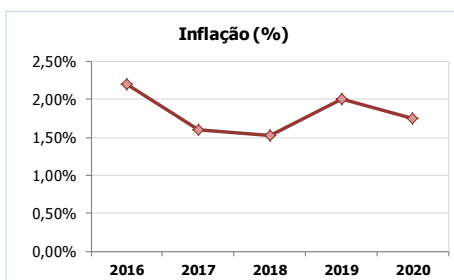
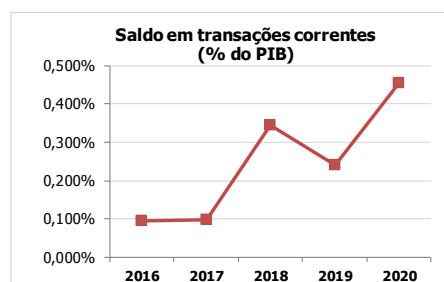
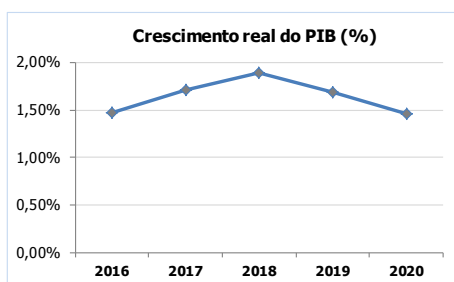
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

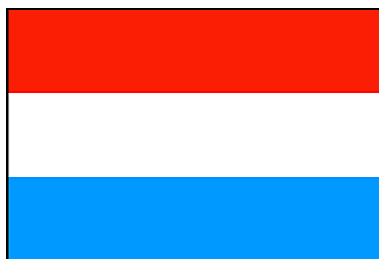
Agricultura	0,7%
Indústria	21,8%
Serviços	77,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****LUXEMBURGO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE LUXEMBURGO</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Grão-Ducado de Luxemburgo
<b>GENTÍLICO:</b>	luxemburguês
<b>CAPITAL:</b>	Luxemburgo
<b>ÁREA:</b>	2.586,4 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	599,42 mil habitantes
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Luxemburguês, francês e alemão
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Cristãos: 70,4%; não religiosos: 26,8%
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	Monarquia constitucional parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Unicameral; Câmara dos Deputados
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Grão-duque Henri Bourbon (desde outubro de 2000)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-ministro Xavier Bettel (desde dezembro de 2013)
<b>CHANCELER:</b>	Jean Asselborn (desde julho de 2004)
<b>PIB NOMINAL:</b>	US\$ 58,63 bilhões (2016)
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA):</b>	US\$105,80 bilhões (2016)
<b>PIB NOMINAL <i>PER CAPITA</i>:</b>	US\$ 100,73 mil (2016)
<b>PIB PPP <i>PER CAPITA</i>:</b>	US\$ 102,38 mil (2016)
<b>VARIAÇÃO DO PIB:</b>	3,1% (2016); 2,9% (2015); 5,8% (2014); 3,7% (2013)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):</b>	0,89. (19º)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA:</b>	81,7 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO:</b>	n/d
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO:</b>	6,0%
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Euro (€)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Carlo Krieger
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA:</b>	3.600 (est)

**Maio de  
2018**

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LUXEMBURGO (US\$ mil) (MDIC)</b>									
<b>Brasil → Luxemburgo</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	96.963	14.407	94.103	73.753	69.553	136.257	481.780	362.583	368.488
<b>Exportações</b>	65.867	3.772	52.792	25.489	42.004	83.343	242.033	191.134	217.739

<b>Importações</b>	31.096	10.635	41.311	48.264	27.549	52.941	239.747	171.449	150.749
<b>Saldo</b>	34.771	-6.863	11.481	-22.775	14.455	30.429	2.826	19.685	66.990

*Informação elaborada pelo Secretário Danilo Zimbres, em 16/05/2018. Revisada pelo Conselheiro Leandro Zenni Estevão, em 21/05/2018.*

## APRESENTAÇÃO

Luxemburgo é país continental da Europa ocidental. Oficialmente chamado de Grão-Ducado de Luxemburgo, faz fronteira com a Bélgica, ao norte e ao oeste; com a Alemanha, ao leste; e com a França, ao sul. País de pequenas dimensões, sua capital é a cidade de Luxemburgo. A capital, ao lado de Bruxelas e Estrasburgo, é uma das três capitais oficiais da Europa. Em Luxemburgo, está sediada a Corte Europeia de Justiça, corte suprema da Europa.

Em 1815, Luxemburgo foi reconhecido como estado autônomo pelo Congresso de Viena. Com o Tratado de Londres de 1839, perdeu metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, participou com a Prússia de uma União Aduaneira (*Zollverein*). O crescimento econômico do país e de toda a região, à época, decorreu em grande parte da exploração de minas de carvão.

A independência completa do país ocorreu em 1867. Em 1918, Luxemburgo estreitou suas relações com a Bélgica e estabeleceu, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL).

Ocupado pela Alemanha durante as duas Guerras Mundiais, Luxemburgo rompeu sua neutralidade criando, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, a união aduaneira Benelux, ainda hoje em vigor.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi ativa desde os primórdios. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e foi um dos membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999, aderiu à zona do euro. A partir dos anos 60, o crescimento do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, no contexto do processo europeu de integração, tornou a cidade de Luxemburgo, apesar de sua população reduzida (cerca de 77.000 habitantes), cosmopolita.

**PERFIS BIOGRÁFICOS**  
**Henri de Luxemburgo**  
**Grão-duque de Luxemburgo**



Nasceu em Betzdorf, Luxemburgo, e é o chefe de estado do Grão-Ducado. É o filho mais velho de Jean, grão-duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual rei da Bélgica, Philippe. Tornou-se grão-duque de Luxemburgo em 7 de outubro de 2000. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e realizou treinamento militar na Royal Military Academy Sandhurst, na Inglaterra. É membro do Comitê Olímpico Internacional e da “Mentor Foundation” (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de coronel no Exército Luxemburguês e major honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido. Casado, desde 1981, com María Teresa Mestre y Batista, é pai de quatro filhos e uma filha.

**Xavier Bettel**  
**Primeiro-ministro**



Nasceu em 1973, em Luxemburgo, e graduou-se em direito Público e Europeu na Universidade de Nancy. Ingressou no Partido Democrático (DP, liberal-centrista) em 1989. Em 1999, aos 26 anos, logrou eleger-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo (pela circunscrição "Centre"). Foi reeleito em 2004, 2009 e 2013. No Parlamento, foi designado vice-presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos (2004-2013) e também vice-presidente da Comissão de Inquérito sobre as atividades dos serviços de segurança do estado (2012-2013). Entre 2009 e 2011, foi líder da bancada do DP e desde janeiro de 2013, presidente do partido. No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito prefeito de Luxemburgo, cargo que manteve até a designação à chefia do governo do Grão-Ducado. Em 4 de dezembro de 2013, foi designado primeiro-ministro e ministro do Estado de Luxemburgo, cargo em que permanece até atualmente.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo foram estabelecidas em 1911. Mantêm relevante relacionamento no plano econômico, com destaque para investimentos nos setores siderúrgico e financeiro.

O apoio brasileiro à primeira eleição de Luxemburgo para um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro 2012, para os anos de 2013 e 2014, e as visitas ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em 2013, 2016 e 2018, contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

O grão-duque Henri realizou visita de estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da grã-duquesa Maria Teresa. O programa da visita incluiu passagens por Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. Em São Paulo, o grão-duque fez pronunciamento na abertura de dois seminários sobre a promoção de negócios e serviços financeiros. Visitou, na região de Ribeirão Preto, a usina Santa Elisa de produção de etanol. No Espírito Santo, participou da inauguração das obras de ampliação da usina siderúrgica de Tubarão, do grupo siderúrgico Arcelor-Mittal.

O grão-duque realizou também visitas ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, e em 2016, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI). Cabe lembrar que, como membro do COI, participou da eleição que escolheu o Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial multissetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo grão-duque herdeiro, o príncipe Guillaume de Luxemburgo, e conduzida pelo ministro das Finanças, Pierre Gramegna, apresentou seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o grão-duque herdeiro e o então vice-presidente Michel Temer.

Em 11 de junho de 2015, a então presidente da República Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Xavier Bettel encontraram-se em Bruxelas, à margem de encontro da CELAC. O encontro ensejou oportunidade para discussão de temas do relacionamento bilateral, entre os quais a atualização de acordo sobre dupla tributação, a utilização de Luxemburgo como plataforma comercial de empresas brasileiras e o novo acordo sobre

serviços aéreos. Na ocasião, Xavier Bettel transmitiu convite para visita oficial da então presidente da República ao Grão-Ducado.

Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, após decisão de governo de inaugurar a primeira Embaixada residente na América Latina. Em se considerando o número reduzido de Missões Diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância que o país atribui ao Brasil.

Em março de 2018, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus de Luxemburgo, Jean Asselborn, realizou visita a Brasília e manteve encontro de trabalho com o ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão, e foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados. Na ocasião, foi inaugurada oficialmente a sede da nova Embaixada de Luxemburgo em Brasília (a primeira do país na América Latina), quando o ministro Jean Asselborn proferiu discurso em que ressaltou o excelente estado das relações bilaterais e a relevância do Brasil para seu país. A inauguração oficial da representação diplomática em Brasília ocorreu em contexto de adensamento das relações bilaterais e ampliação dos investimentos de Luxemburgo no Brasil.

Mais recentemente, em abril de 2018, o ministro Gilberto Kassab recebeu em audiência o vice-primeiro-ministro de Luxemburgo, Étienne Schneider, tendo-se assinalado o forte interesse brasileiro em manter parcerias internacionais na área espacial e satelital.

Diversas empresas luxemburguesas estão presentes no Brasil, como a Arcelor-Mittal, maior produtora mundial de aço. Outro importante setor de cooperação é a aviação comercial, uma vez que a empresa luxemburguesa de transporte aéreo LUXAIR opera aviões da EMBRAER, adquiridos em 2004.

Por fim, cabe ressaltar que Luxemburgo mantém laços com a língua portuguesa. A emigração portuguesa para o país iniciou-se em meados dos anos 1960. Atualmente constituem a maior comunidade de estrangeiros do país, com 80.000 luso-luxemburgueses, representando cerca de 16% do total da população de Luxemburgo.

### **Assuntos consulares**

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira é estimada em 3.600 indivíduos. Ressalta-se a existência do Conselho de Cidadania da Bélgica e do Luxemburgo (CCBL), órgão que representa os interesses e as necessidades dos brasileiros naqueles países, servindo como canal entre os nacionais e as autoridades brasileiras em ambos.

### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício de Luxemburgo.

## **POLÍTICA INTERNA**

O Grão-Ducado do Luxemburgo é monarquia constitucional parlamentar, cuja Constituição data de 1868. O sistema político luxemburguês conta atualmente com chefe de estado, o grão-duque Henri Albert Gabriel Félix Marie Guillaume, com função honorífica, embora constitucionalmente investido de poder executivo, e chefe de governo, o primeiro-ministro Xavier Bettel. O poder executivo é de fato exercido pelo primeiro-ministro, escolhido pelo grão-duque, que lidera o Conselho de Ministros.

A Câmara dos Deputados, órgão legislativo unicameral, tem 60 membros, eleitos para mandato de cinco anos, por sufrágio universal direto obrigatório para os cidadãos com mais de 18 anos. O país divide-se em quatro circunscrições eleitorais, 12 cantões e 105 comunas, das quais 12 comunas têm estatuto de cidade, sendo Luxemburgo a mais importante.

Desde 1919, o Partido Cristão Social (CVS), de orientação democrata-cristão tradicional (centro-direita), tem sido a força dominante na política local, estando à frente de praticamente todos os gabinetes de ministros, à exceção de dois períodos (1940-1945 e 1974-1979). O Partido Operário Socialista Luxemburguês (LSAP, social-democrata), o Partido Verde e o Partido Democrático (DP, centro-direita) são os outros dois partidos de expressão. Desde 2004, o LSAP tem sido parceiro nas coalizões de governo chefiadas pelo CVS.

O ex-primeiro-ministro, o democrata-cristão Jean-Claude Juncker, permaneceu no cargo de 1995 a fins de 2013. Atualmente, Juncker é o presidente da Comissão Europeia. Nas eleições de 20 de outubro de 2013, embora o Partido Cristão

Social tenha obtido a maior votação (33,68% dos votos), a legenda anunciou que passaria à oposição, pois sua participação relativa no Parlamento diminuiu em comparação a anos anteriores.

O novo governo - liderado pelo Partido Democrático de Xavier Bettel, e integrado pelo LSAP e pelos Verdes – tem reproduzido valores e políticas tradicionais luxemburguesas: rigoroso controle do gasto público, reforma fiscal, com redução seletiva da carga tributária, e fomento e defesa da praça financeira do país, que tem influência significativa na política local. O governo adota, ainda, medidas para tornar a administração pública mais efetiva e eficiente.

A coalizão liderada pelo DP tem apertada maioria parlamentar. Divergências ideológicas entre os partidos da coalizão fragilizam a aliança e limitam a capacidade do governo de aprovar medidas. Embora tenha adotado postura mais cautelosa em seu primeiro ano, o gabinete de Xavier Bettel adotou postura mais ativa a partir de 2014, implementando, por exemplo, medidas de consolidação fiscal e criando comitê de risco sistêmico com vistas a supervisionar o setor financeiro do país.

Em junho de 2015, os eleitores recusaram (por 72% a 22%), em referendo, emenda à constituição cuja principal mudança estenderia o voto, em eleições nacionais, para grande número de estrangeiros residentes de longo-prazo no país.

Luxemburgo realizará eleições gerais em outubro de 2018. Pesquisas de opinião recentes mostram que o DP e o LSAP têm perdido apoio popular, o que beneficia o CSV. A estabilidade política do país, entretanto, traço marcante de Luxemburgo, indica que eventual troca de governo não deverá levar a mudança significativa na condução da política luxemburguesa.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A política externa do Grão-Ducado do Luxemburgo é influenciada por sua geografia e seu *status* como praça financeira internacional. A dimensão do Grão-Ducado e sua posição geográfica privilegiada entre a França e a Alemanha colocam como grande relevância da sua política externa a proeminência da integração europeia.

O país foi pioneiro no processo de integração continental, participando ativamente da fundação do Benelux (1944) e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952).

Em 1957, junto com a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), embrião do que viria a tornar-se a União Europeia.

A cidade de Luxemburgo é uma das três sedes oficiais das instituições europeias, como Bruxelas e Estrasburgo. Luxemburgo é ainda membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Embora membro ativo desses organismos internacionais, Luxemburgo tem atuação internacional discreta, dedicando atenção especial aos temas econômicos e financeiros internacionais.

No terreno da defesa, a despeito do pequeno tamanho de suas forças armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição a missões de paz. Participou, dentre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (antiga Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão).

Em 2012, Luxemburgo elegeu-se pela primeira e única vez, com apoio brasileiro, para mandato não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio de 2013-2014.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Estima-se que, em 2017, o PIB real de Luxemburgo teria crescido à taxa de 2,96% e que o PIB do país tenha totalizado US\$ 60 bilhões. As previsões da OCDE são de manutenção de taxas robustas de crescimento do PIB real, de cerca de 3-4% ao ano, tanto em 2018, quanto em 2019. Luxemburgo tem atualmente o segundo maior PIB per capita do mundo (US\$ 100,73 mil). A forte demanda interna, associada ao bom desempenho do setor financeiro, deve impulsionar as exportações em 2018. O sólido crescimento da economia tem permitido a Luxemburgo aperfeiçoar ainda mais seu ambiente fiscal, com redução de impostos e outras medidas que fortalecem sua posição como terceiro maior centro financeiro da Europa (atrás de Londres e Zurique).

Segundo dados do Banco Central de Luxemburgo, no terceiro trimestre de 2017, o Grão-Ducado registrou superávit na balança de pagamentos de EUR 2,2 bilhões. O déficit de EUR 864 milhões no comércio de bens foi amplamente compensado pelo superávit de EUR 6,3 bilhões na exportação de serviços. Nesse caso, trata-se de aumento de 12,8% com relação ao superávit do terceiro trimestre de 2016.

Em 2016, aproximadamente 83% das exportações luxemburguesas destinaram-se a outros países da UE (Alemanha: 23%; Bélgica: 17%, França: 15%). Das exportações para o exterior da UE, 3% destinam-se à Suíça e outros 3 % aos Estados Unidos. Com relação às importações, 77% provêm de países da UE (Bélgica: 29%; Alemanha: 24%; França: 10%). Das que provêm de países de fora da Europa, destacaram-se as dos Estados Unidos (7%) e as da China (6%).

O Brasil é o principal parceiro comercial de Luxemburgo na América Latina, ainda que o fluxo de comércio seja modesto quando comparado aos fluxos de investimentos. O Brasil é importante destino de recursos originados da praça financeira de Luxemburgo, origem do terceiro maior fluxo de capital para o País desde 2012, caindo para o quarto lugar em 2017 (US\$4,3 bilhões). Até 2011, Luxemburgo integrou a lista de "regimes fiscais privilegiados" da Receita Federal (em particular em razão do regime aplicado às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de "holding company").

Entre os países que detêm as maiores posições de investimento direto no Brasil, Luxemburgo consta na 4ª posição, com ingressos de investimentos diretos da ordem de US\$ 4,305 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Os principais setores beneficiados por investimentos originados de Luxemburgo são os seguintes: (a) comércio, exceto veículos; (b) eletricidade, gás e outras utilidades; (c) extração de petróleo e gás natural; (d) metalurgia; (e) extração de minerais metálicos; (f) armazenamento e atividades auxiliares de transportes; (g) veículos automotores, reboques e carrocerias; (h) serviços financeiros e atividades auxiliares; (i) produtos alimentícios.

Nos últimos anos, o Grão-Ducado tem sofrido pressão de outros membros da UE e da Comissão Europeia no que se refere à regulamentação de seu setor financeiro e de suas vantajosas leis tributárias, em especial, após a divulgação dos denominados "Panama Papers".

A praça bancária de Luxemburgo gerencia cerca de US\$4 trilhões. Não obstante o peso do setor financeiro no país, líderes locais têm buscado alternativas para diversificar a economia, antes que o atual modelo se esgote, em particular no setor de transporte aéreo e marítimo, assim como em alta tecnologia.

Em termos do intercâmbio bilateral, a corrente de comércio somou US\$ 72 milhões em 2017, com déficit comercial de US\$ 9,8 milhões para o Brasil.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1354</b>	O condado de Luxemburgo torna-se ducado.
<b>1437</b>	A dinastia dos condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha.
<b>1715</b>	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria.
<b>1815</b>	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica.
<b>1831</b>	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica.
<b>1839</b>	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência do Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena.
<b>1867</b>	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade.
<b>1868</b>	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista.
<b>1914-1918</b>	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país.
<b>1921</b>	Luxemburgo estabelece União Económica com a Bélgica e adere à Liga das Nações.
<b>1940-1944</b>	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra.
<b>1945</b>	Luxemburgo é membro fundador da ONU.
<b>1946</b>	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux.
<b>1948</b>	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
<b>1964</b>	O grão-duque Jean d'Aviano substitui a grã-duquesa Charlotte, que reinava desde 1919 - A poderosa indústria siderúrgica faz do país um centro de imigração.
<b>1992</b>	O país ratifica o Tratado de Maastricht, que prevê a aceleração da integração económica, monetária e política da União Europeia.
<b>2000</b>	Ascensão do grão-duque Henri como Chefe de Estado do

	Luxemburgo.
<b>2007</b>	O Grão-Ducado é classificado pelo Institute for Management Development (IMD) como a quarta economia mais competitiva do mundo.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

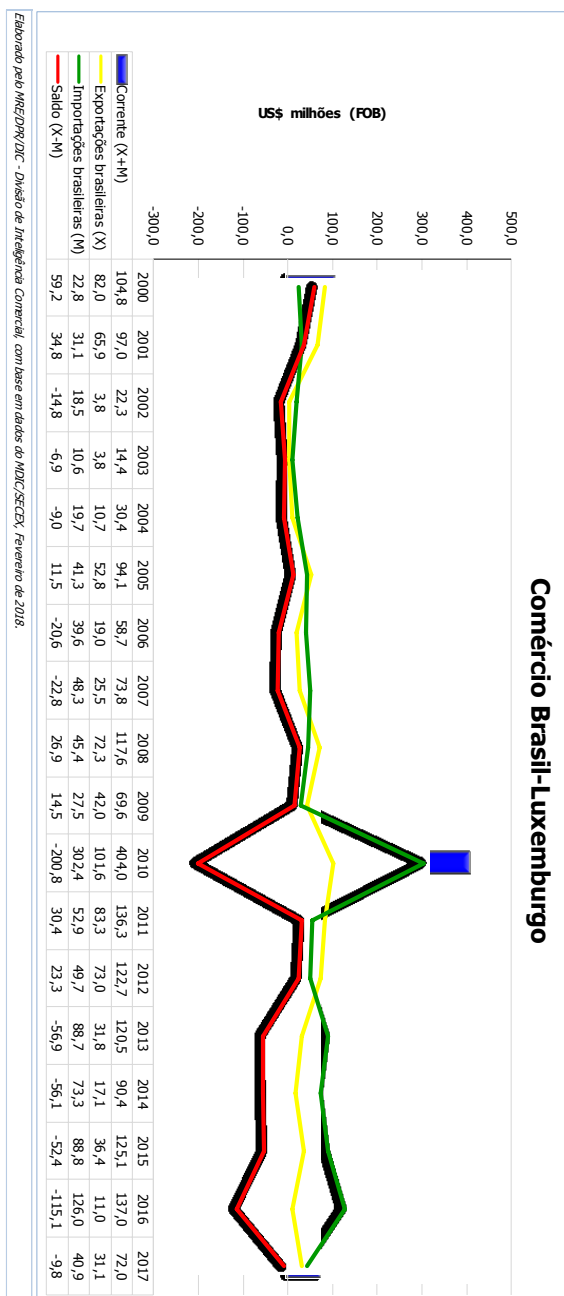
<b>1911</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo.
<b>1942</b>	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro Jean, como convidado oficial do Governo brasileiro.
<b>1955</b>	Acordo por troca de notas para criação de uma Comissão Mista Brasil-União Econômica Belgo-Luxemburguesa de Desenvolvimento Econômico.
<b>1956</b>	Visita oficial do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira a Luxemburgo.
<b>1965</b>	Visita oficial do grão-duque Jean e da grã-duquesa Charlotte ao Brasil.
<b>1985</b>	O então secretário de estado para os Negócios Estrangeiros, para o Comércio Exterior e para a Cooperação, Robert Goebbels, chefiou a Missão Especial luxemburguesa às cerimônias de posse do presidente José Sarney.
<b>1990</b>	O vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefiou a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do presidente Fernando Collor de Mello.
<b>1992</b>	O primeiro-ministro Jacques Santer chefiou a Delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.
<b>2001</b>	Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer, em novembro.
<b>2007</b>	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
<b>2007</b>	Visita do grão-duque Henri e da grã-duquesa Maria Teresa.
<b>2012</b>	Visita do grão-duque Henri ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
<b>2014</b>	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro, Guillaume de Luxemburgo, acompanhado da princesa Stéphanie de Lannoy e do ministro das Finanças, Pierre Gramegna.
<b>2015</b>	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o primeiro-ministro Xavier Bettel em Bruxelas, à margem de reunião da CELAC.
<b>2016</b>	Visita do grão-duque Henri, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
<b>2017</b>	Embaixador Carlo Krieger apresenta, em 26 de junho, suas cartas credenciais ao presidente Michel Temer

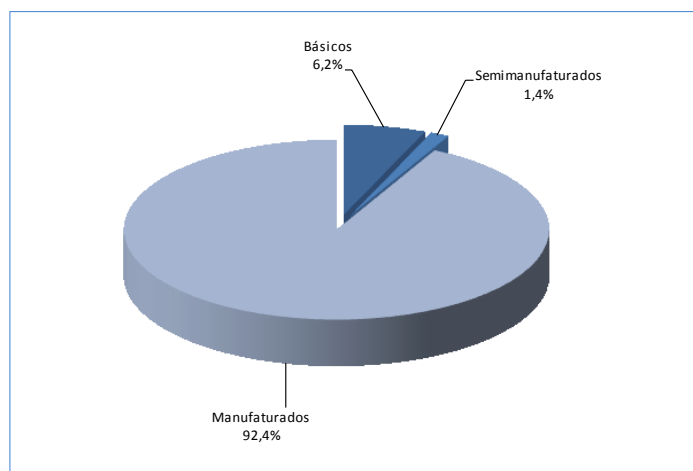
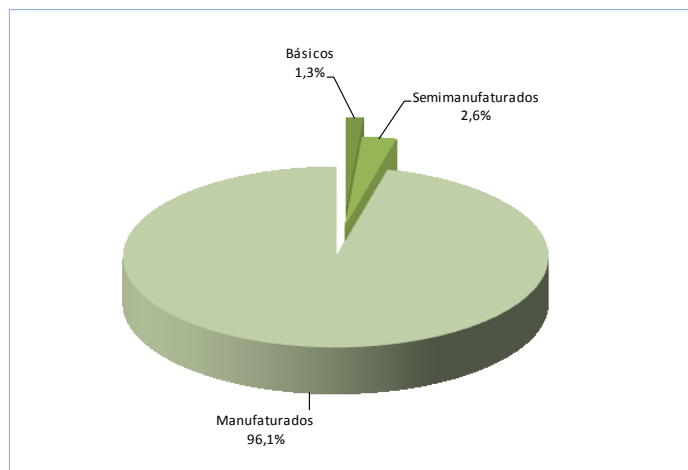
<b>2017</b>	Luxemburgo passa a ter embaixador residente em Brasília, com escritório provisório nas dependências da Embaixada da Bélgica
<b>2017</b>	O Congresso Nacional aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo
<b>2018</b>	Inauguração da Embaixada do Grão-Ducado em Brasília
<b>2018</b>	Visita do chanceler Jean Asselborn ao Brasil
<b>2018</b>	Visita do vice-primeiro-ministro Étienne Schneider ao Brasil

### ATOS BILATERAIS

### DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Data de entrada em vigor</b>	<b>Data da promulgação</b>
Ajuste Administrativo relativo às Modalidades de Aplicação do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo	18/02/2015	09/04/2018	03/07/2017
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo.	22/06/2012	09/04/2018	03/07/2017
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.	08/11/1978	23/07/1980	20/08/1980
Convenção sobre Seguros Sociais.	16/09/1965	01/08/1967	11/07/1967
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	24/09/1957	29/11/1957



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

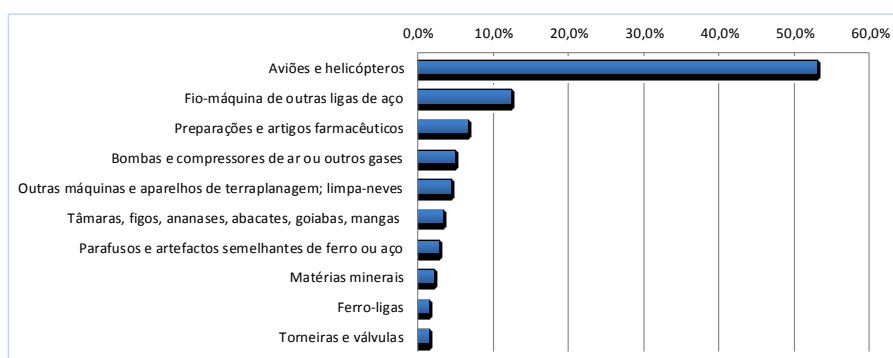
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para Luxemburgo (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aviões e helicópteros	23,80	65,4%	0,00	0,0%	16,47	52,9%
Fio-máquina de outras ligas de aço	4,11	11,3%	3,17	28,9%	3,83	12,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	1,61	4,4%	1,69	15,4%	2,02	6,5%
Bombas e compressores de ar ou outros gases	0	0,0%	0,77	7,0%	1,48	4,8%
Outras máquinas e aparelhos de terraplanagem; limpa-neves	0	0,0%	0	0,0%	1,38	4,4%
Tâmaras, figos, ananases, abacates, goiabas, mangas	0,45	1,2%	0,75	6,9%	1,01	3,3%
Parafusos e artefactos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	0,81	2,6%
Matérias minerais	0,82	2,2%	0,91	8,3%	0,64	2,1%
Ferro-ligas	0,16	0,5%	0,14	1,3%	0,44	1,4%
Torneiras e válvulas	0,39	1,1%	0,31	2,8%	0,42	1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>31,34</b>	<b>86,1%</b>	<b>7,75</b>	<b>70,7%</b>	<b>28,50</b>	<b>91,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>5,04</b>	<b>13,9%</b>	<b>3,21</b>	<b>29,3%</b>	<b>2,61</b>	<b>8,4%</b>
<b>Total</b>	<b>36,38</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,96</b>	<b>100,0%</b>	<b>31,11</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

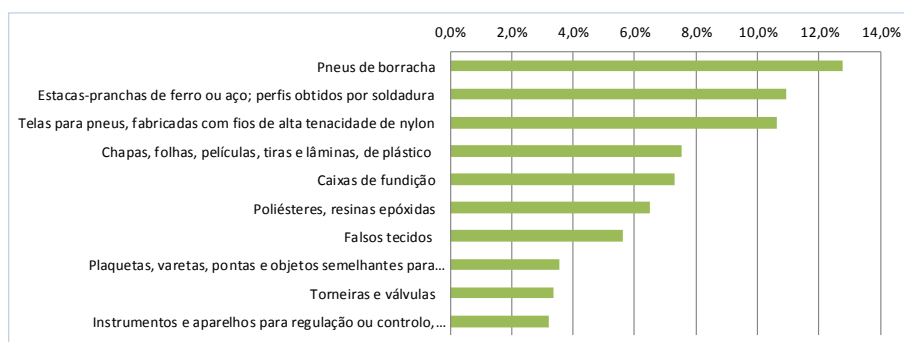


**Composição das importações brasileiras originárias de Luxemburgo (SH4)**  
**US\$ milhões**

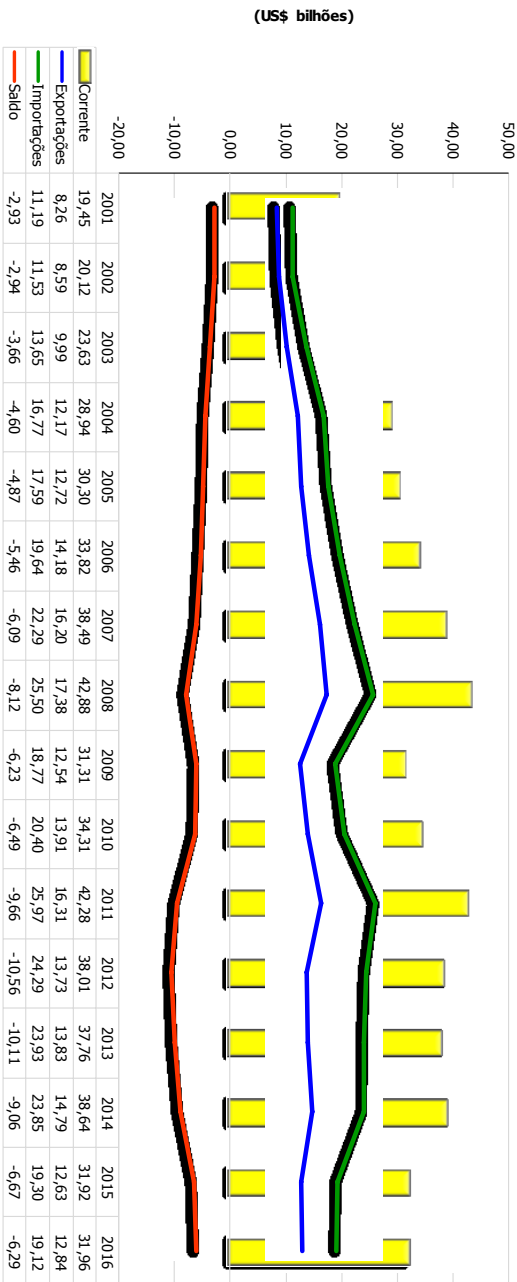
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus de borracha	0,96	1,1%	2,93	2,3%	5,23	12,8%
Estacas-pranchas de ferro ou aço; perfis obtidos por soldadura	5,96	6,7%	7,33	5,8%	4,46	10,9%
Telas para pneus, fabricadas com fios de alta tenacidade de nylon	0,21	0,2%	0,39	0,3%	4,34	10,6%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	2,14	2,4%	4,06	3,2%	3,08	7,5%
Caixas de fundição	5,26	5,9%	3,55	2,8%	2,98	7,3%
Poliésteres, resinas epóxicas	1,85	2,1%	1,51	1,2%	2,65	6,5%
Falsos tecidos	2,68	3,0%	1,64	1,3%	2,30	5,6%
Plaquetas, varetas, pontas e objetos semelhantes para ferramentas	1,92	2,2%	1,12	0,9%	1,46	3,6%
Torneiras e válvulas	1,45	1,6%	1,72	1,4%	1,38	3,4%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	0,76	0,9%	0,81	0,6%	1,32	3,2%
<b>Subtotal</b>	<b>23,19</b>	<b>26,1%</b>	<b>25,06</b>	<b>19,9%</b>	<b>29,20</b>	<b>71,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>65,57</b>	<b>73,9%</b>	<b>100,95</b>	<b>80,1%</b>	<b>11,69</b>	<b>28,6%</b>
<b>Total</b>	<b>88,77</b>	<b>100,0%</b>	<b>126,01</b>	<b>100,0%</b>	<b>40,89</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



### Comércio Luxemburgo x Mundo



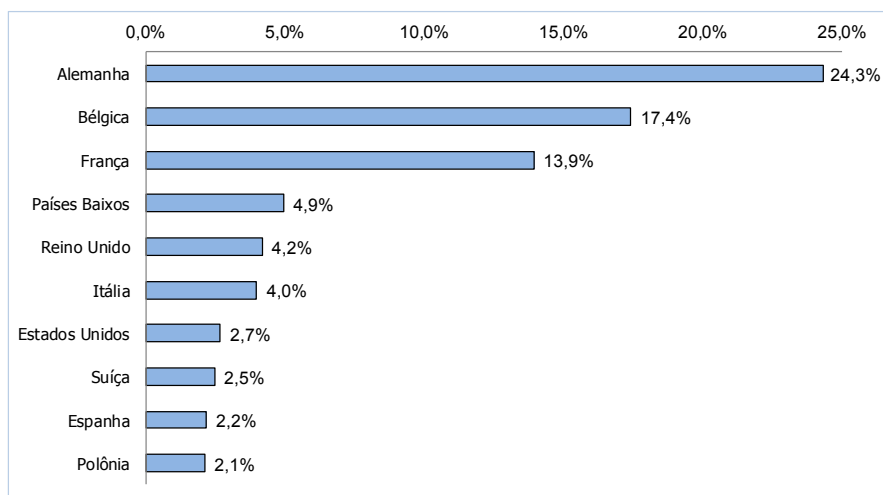
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.

2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-out)	13,50	18,28	31,78	-4,78
2017 (jan-out)	13,17	18,59	31,77	-5,42

**Principais destinos das exportações de Luxemburgo**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7 (jan-out)</b>	<b>Part.% no total</b>
Alemanha	3,21	24,3%
Bélgica	2,29	17,4%
França	1,83	13,9%
Países Baixos	0,65	4,9%
Reino Unido	0,55	4,2%
Itália	0,52	4,0%
Estados Unidos	0,35	2,7%
Suíça	0,32	2,5%
Espanha	0,29	2,2%
Polônia	0,28	2,1%
...		
<b>Brasil (26º lugar)</b>	<b>0,04</b>	<b>0,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>10,34</b>	<b>78,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2,84</b>	<b>21,5%</b>
<b>Total</b>	<b>13,17</b>	<b>100,0%</b>

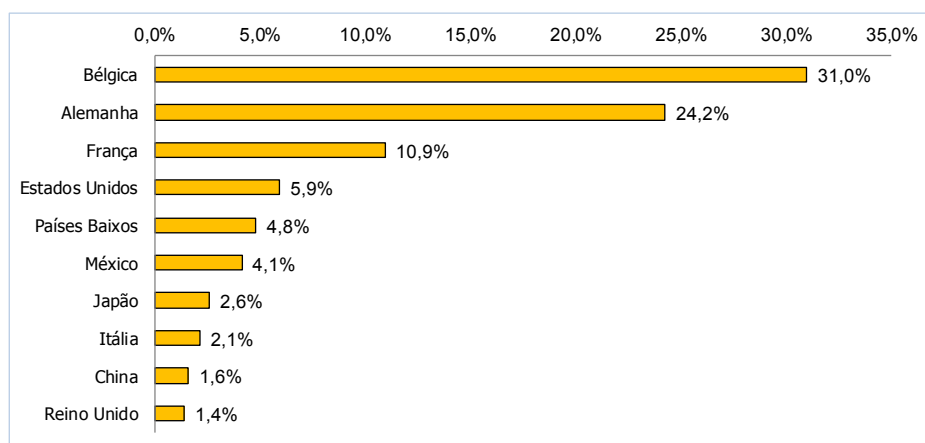
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.*



**Principais origens das importações de Luxemburgo**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7 (jan-out)</b>	<b>Part.% no total</b>
Bélgica	5,76	31,0%
Alemanha	4,51	24,2%
França	2,03	10,9%
Estados Unidos	1,10	5,9%
Países Baixos	0,89	4,8%
México	0,77	4,1%
Japão	0,48	2,6%
Itália	0,40	2,1%
China	0,30	1,6%
Reino Unido	0,26	1,4%
...		
<b>Brasil (27º lugar)</b>	<b>0,02</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>16,52</b>	<b>88,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2,08</b>	<b>11,2%</b>
<b>Total</b>	<b>18,59</b>	<b>100,0%</b>

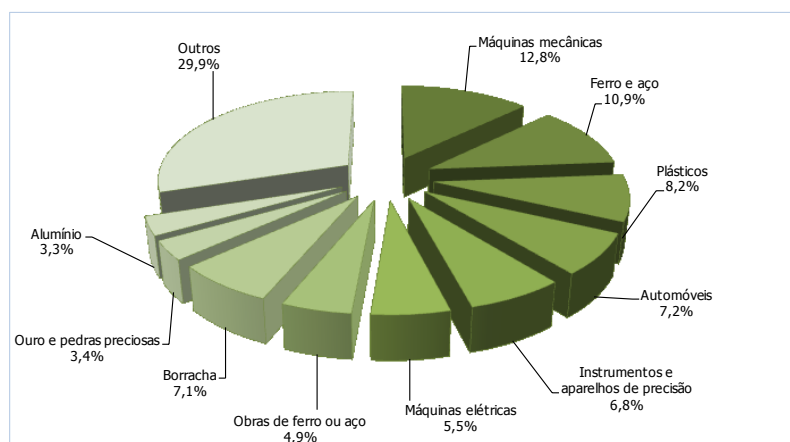
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.*



**Composição das exportações de Luxemburgo (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7 (jan-out)</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	1,69	12,8%
Ferro e aço	1,43	10,9%
Plásticos	1,08	8,2%
Automóveis	0,95	7,2%
Instrumentos e aparelhos de precisão	0,90	6,8%
Máquinas elétricas	0,72	5,5%
Obras de ferro ou aço	0,65	4,9%
Borracha	0,94	7,1%
Ouro e pedras preciosas	0,44	3,4%
Alumínio	0,43	3,3%
<b>Subtotal</b>	<b>9,23</b>	<b>70,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>3,94</b>	<b>29,9%</b>
<b>Total</b>	<b>13,17</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.*

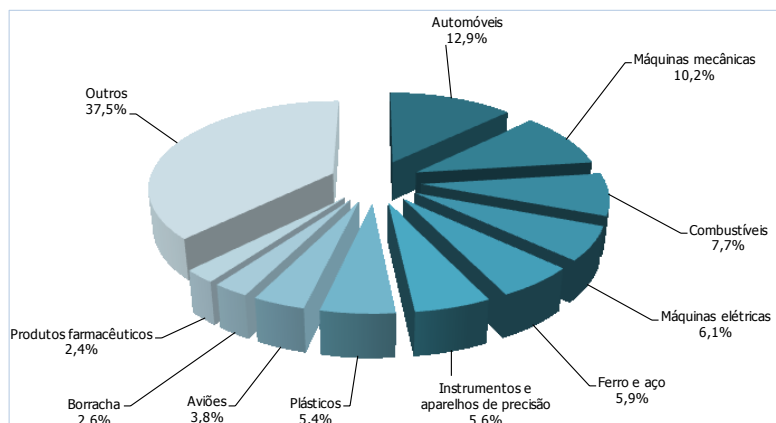


**Composição das importações de Luxemburgo (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7 (jan-out)</b>	<b>Part.% no total</b>
Automóveis	2,39	12,9%
Máquinas mecânicas	1,89	10,2%
Combustíveis	1,43	7,7%
Máquinas elétricas	1,14	6,1%
Ferro e aço	1,09	5,9%
Instrumentos e aparelhos de precisão	1,04	5,6%
Plásticos	1,00	5,4%
Aviões	0,71	3,8%
Borracha	0,49	2,6%
Produtos farmacêuticos	0,45	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>11,63</b>	<b>62,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>6,97</b>	<b>37,5%</b>
<b>Total</b>	<b>18,59</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos de Luxemburgo

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	4,18%	3,88%	3,63%	3,26%	3,12%
PIB nominal (US\$ bilhões)	59,98	63,52	68,58	72,37	76,18
PIB nominal "per capita" (US\$)	104.095	107.708	113.627	117.161	120.512
PIB PPP (US\$ bilhões)	60,93	64,39	68,03	71,75	75,54
PIB PPP "per capita" (US\$)	105.741	109.192	112.714	116.152	119.499
População (mil habitantes)	576	590	604	618	632
Desemprego (%)	6,39%	5,88%	5,49%	5,29%	5,15%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	1,57%	-1,25%	3,73%	0,77%	2,94%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	4,71%	4,67%	4,93%	5,22%	5,27%
Câmbio (€ / US\$) <sup>(2)</sup>	0,90	0,88	0,85	0,86	n.d.

#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	0,2%
Indústria	11,9%
Serviços	87,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

